

# COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2005





## **DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA**

**Nome:** Comissão de Valores Mobiliários.

**CNPJ:** 29.507.878/0001-08.

**Natureza Jurídica:** Entidade autárquica em regime especial.

**Vinculação Ministerial:** Ministério da Fazenda.

**Endereço:** Rua Sete de Setembro, nº 111, 28º andar  
Centro, Rio de Janeiro - RJ – Brasil CEP 20.159-900  
Telefone: (21) 3233 8686 / Fax: (21) 3233 8573

**Endereço da página da internet:** [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Órgão SIAFI:** 25203 - Comissão de Valores Mobiliários

**Unidade Gestora SIAFI principal:** 173030 - Comissão de Valores Mobiliários

**Unidade Gestora SIAFI criada para projetos financiados com recursos externos:**  
173062 - Comissão de Valores Mobiliários

**Gestão SIAFI:** 17202 - Comissão de Valores Mobiliários

**Norma de criação:** Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 1976.

**Finalidade:** Desenvolver, regular e fiscalizar o mercado de valores mobiliários, protegendo o interesse dos investidores e assegurando ampla divulgação das informações sobre os emissores e seus valores mobiliários.

### **Normas que estabelecem a estrutura orgânica no exercício financeiro de 2005:**

Decreto nº 4.763, de 24 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2006.

Deliberação CVM nº 477, de 02 de fevereiro de 2005.

Deliberação CVM nº 492, de 11 de novembro de 2005.

Deliberação CVM nº 494, de 30 de novembro de 2005.

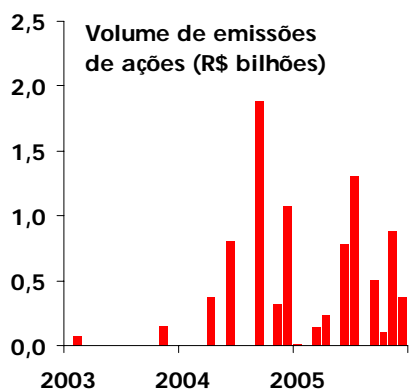
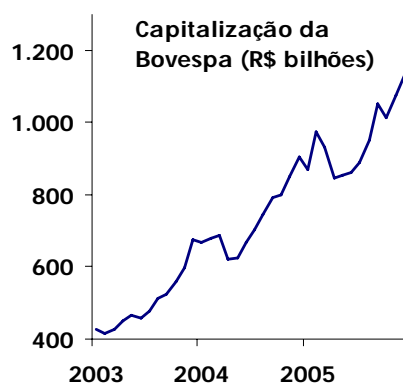
### **Regimento Interno:**

Aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 327, de 11 de julho de 1977, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 1977.

# APRESENTAÇÃO

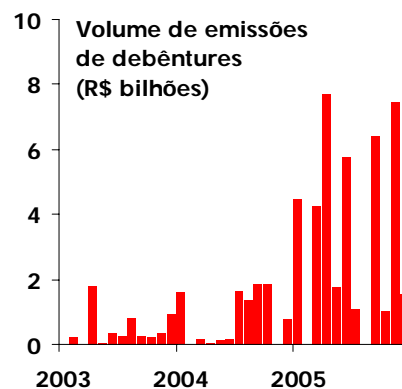
A Comissão de Valores Mobiliários está trabalhando para crescer à velocidade com que o mercado de capitais brasileiro tem se expandido. Poucos períodos na história recente comparam-se aos três anos que se iniciaram em 2003. A conjunção de um cenário benigno de alta liquidez internacional com uma política econômica, monetária e fiscal responsável por parte do governo brasileiro criou condições de contorno propícias para uma expansão vigorosa do mercado como há muito não se via.

O segmento mais emblemático do mercado de capitais, a bolsa de valores, apresentou valorização e aumento de liquidez pelo terceiro ano consecutivo. O valor de mercado das companhias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo ultrapassou um trilhão de reais pela primeira vez em setembro. No ano, esse valor aumentou 29%, depois de crescer 59% em 2003 e 35% em 2004. O volume financeiro negociado na mesma bolsa cresceu mais de 32%, contra 47% em 2003 e quase 49% em 2004. Em preço e volume, portanto, a evolução recente sugere uma desaceleração ordenada da atividade no mercado secundário. Observa-se também que a volatilidade desses mesmos indicadores aumentou em 2005. No biênio 2003-2004, a volatilidade anual da capitalização das empresas pouco ultrapassou 16%; em 2005, aproximou-se de 24%. O volume negociado também apresentou flutuações maiores do que nos dois anos anteriores. Em suma, a relação risco-retorno na bolsa brasileira parece recuar da exuberância do período 2003-2004, fruto da reversão de expectativas negativas quanto ao atual governo e também do cenário de alta liquidez internacional.

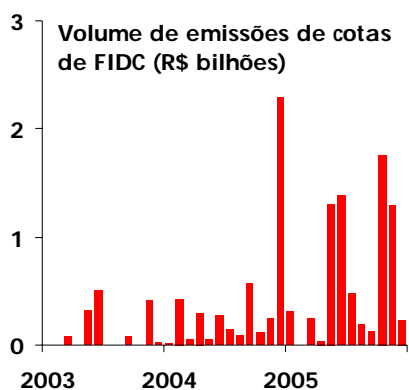


O mercado primário é naturalmente defasado do mercado secundário. Após um período de captação fraca, a retomada das emissões precisa ser precedida por uma alta consistente de preços das ações em circulação. É essa alta que estimula as empresas abertas a realizar novas captações e as companhias fechadas a abrir seu capital. Foi o que ocorreu no Brasil nos últimos três anos. Em 2003, o mercado primário de capitais teve o seu pior resultado desde a implantação do Plano Real. No mesmo ano, porém, a bolsa de valores experimentou um rali histórico, em que a carteira do principal índice da bolsa paulista dobrou de valor. No ano seguinte,

2004, enquanto a valorização persistia no mercado secundário, o mercado primário foi palco de um volume de emissões de ações inédito desde 1998, incluindo ofertas públicas iniciais. Em 2005, esse forte volume repetiu-se, atingindo R\$ 4,4 bilhões. Nível de atividade semelhante tem sido observado nas distribuições secundárias de ações. Em 2004, o volume distribuído alcançou R\$ 4,7 bilhões, um aumento de 152% sobre o ano anterior. Em 2005, o desempenho se repetiu, com R\$ 6,3 bilhões em ações distribuídas no mercado por acionistas das companhias abertas.



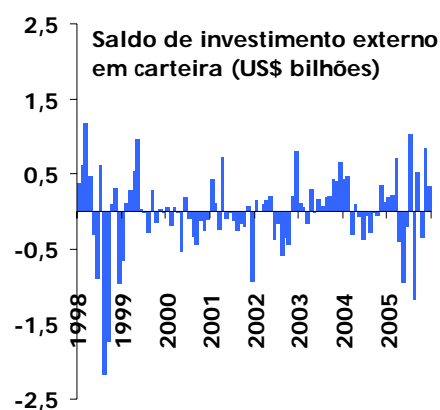
Mais surpreendente no ano passado foi o desempenho dos instrumentos de crédito. O volume de emissões de debêntures chegou a R\$ 41,5 bilhões, recorde histórico no período posterior ao Plano Real – mais de duas vezes o recorde anterior de R\$ 15,2 bilhões em 2001. O volume médio também foi o maior registrado nos últimos dez anos, atingindo R\$ 834 milhões por emissão. Uma parcela significativa desse recorde de emissões de debêntures deve-se à retomada do arrendamento mercantil (leasing) no país. 71% do volume de debêntures em 2005 foram emitidos por empresas de leasing, as quais têm um leque limitado de alternativas de captação por não serem instituições financeiras. O enorme crescimento das captações das arrendadoras pode, em parte, ser explicado por oferta reprimida nos anos anteriores. A desvalorização cambial de 1999 ensejou uma onda de processos judiciais contra arrendadores em contratos indexados ao dólar. Além disso, em 2002 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) declarou ilegal, por Súmula de sua jurisprudência, a cobrança do Valor Residual Garantido (VRG) nos contratos de leasing, com forte repercussão no equilíbrio financeiro de tais contratos e nos aspectos tributários da operação, o que aumentou a percepção de risco jurídico do leasing por parte dos grupos financeiros. Em maio de 2004, o STJ publicou nova Súmula, revogando a anterior, o que pode ser um fator explicativo para a impressionante retomada das captações dessas empresas no ano passado.



Outra história de sucesso dentre os produtos do mercado de capitais brasileiro tem sido a dos fundos de investimento em direitos creditórios. Como se sabe, as cotas de fundos de investimento são hoje, no Brasil, classificadas como valores mobiliários. Por isso, a indústria de fundos de investimento, com 5,7 mil fundos e patrimônio superior de R\$ 740 bilhões, pertence à jurisdição da Comissão de Valores Mobiliários. Em 2001, a CVM regulou pela primeira vez os fundos de direitos creditórios, sendo essa regulação modernizada e consolidada em dezembro de 2003. Desde 2002, já foram emitidos R\$ 15,2 bilhões em cotas de fundos de direitos creditórios; 55% desse montante foi emitido em 2005. É um dos produtos financeiros

mais inovadores do mercado de capitais dos últimos anos e tem potencial para produzir impacto relevante nos canais tradicionais na economia brasileira.

Por fim, a avaliação de nosso mercado não prescinde de uma consideração cuidadosa sobre a participação dos investidores internacionais. Apenas os dez maiores administradores de fundos do mundo gerem hoje perto de US\$ 3,9 trilhões, mais de cinco vezes o patrimônio de toda a indústria brasileira de fundos de investimento. Mais de um terço do volume negociado na BOVESPA deve-se a investidores estrangeiros. Nesse sentido, uma estatística em particular sugere um julgamento mais sóbrio acerca das perspectivas do mercado a curto prazo: o saldo de investimentos estrangeiros em carteira. Em 2005, o saldo líquido continuou positivo, pelo terceiro ano consecutivo.



No entanto, a flutuação dos saldos mensais aumentou neste ano. Em agosto, por exemplo, foi observada a maior saída líquida desde 1998, ano da crise russa. Essa maior volatilidade dos fluxos de capitais estrangeiros é um indicador de risco que não deve ser ignorado no ano que se inicia, tanto pelos investidores quanto pelo órgão regulador.

O que este relatório mostra é o esforço do órgão regulador para responder adequadamente a essa expansão do mercado de capitais do Brasil. Como as próximas páginas detalharão, a CVM investiu em infra-estrutura, em recursos humanos e em melhores técnicas de gestão. Todo esse investimento visa a estruturar um órgão regulador à altura de um mercado maduro, dinâmico, e cada vez mais complexo. Acreditamos que temos tido sucesso. Uma ilustração desse sucesso, por exemplo, são as estatísticas de julgamentos realizados pelo Colegiado da CVM, que de 50 em 2003 saltaram para 70 em 2004 e, no ano passado, 84 julgamentos, com 16 termos de compromisso celebrados. O tempo médio de tramitação de processos sancionadores também tem caído.

O ano de 2005 também foi importante para a CVM pela publicação de seu primeiro Plano Estratégico, que abrange o triênio 2005-2007. O plano consiste num conjunto de ações desenhadas para permitir que sejam alcançados cinco objetivos estratégicos, eleitos pelo Colegiado: fortalecer a fiscalização do mercado de valores mobiliários; promover a educação dos investidores e dos participantes de mercado; reduzir os custos do sistema de registros; promover a concorrência entre os participantes de mercado; e modernizar e fortalecer a CVM. A publicação do Plano Estratégico representa o compromisso com o planejamento e a visão de longo prazo que devem, cada vez mais, fazer parte da cultura de gestão desta autarquia.

Marcelo Fernandez Trindade

Presidente

# 1. ESTRUTURA DA CVM

## 1.1. COLEGIADO

### **Presidente - PTE**

Marcelo Fernandez Trindade

Tels: 55 21 3233-8242 / 3233-8245

Fax: 55 21 2221-6769

email: [pte@cvm.gov.br](mailto:pte@cvm.gov.br)

### **Diretor**

Pedro Oliva Marcilio de Sousa

Tels: 55 21 3233-8246 / 55 21 3233-8247

Fax: 55 21 3233-8531

email: [dps@cvm.gov.br](mailto:dps@cvm.gov.br)

### **Diretor**

Sergio Eduardo Weguelin Vieira

Tels: 55 21 3233-8248 / 3233-8249

Fax: 55 21 3233-8531

email: [dsw@cvm.gov.br](mailto:dsw@cvm.gov.br)

### **Diretor**

Wladimir Castelo Branco Castro

Tels: 55 21 3233-8250 / 3233-8251

Fax: 55 21 3233-8531

email: [dwb@cvm.gov.br](mailto:dwb@cvm.gov.br)



## **1.2. CHEFIA DE GABINETE E ASSESSORIAS**

### **Gabinete da Presidência - CGP**

Marcelo de Sampaio Marques

Tel: 55 21 3233-8266

Fax: 55 21 3233-8524

email: [cgp@cvm.gov.br](mailto:cgp@cvm.gov.br)

### **Procuradoria Federal Especializada - PFE**

Alexandre Pinheiro dos Santos

Tel: 55 21 3233-8272

Fax: 55 21 3233-8280

email: [pfe@cvm.gov.br](mailto:pfe@cvm.gov.br)

### **Ouvidoria - OUV**

Marcelo de Sampaio Marques

Tel: 55 21 3233-8266

Fax: 55 21 3233-8524

email: [cgp@cvm.gov.br](mailto:cgp@cvm.gov.br)

### **Assessoria de Comunicação Social - ASC**

Soraia Duarte

Tel: 55 21 3233-8235

Fax: 55 21 3233-8422

email: [asc@cvm.gov.br](mailto:asc@cvm.gov.br)

### **Assessoria Econômica - ASE**

Fabício Mello Rodrigues da Silva

Tel: 55 21 3233-8277

Fax: 55 21 3233-8477

email: [ase@cvm.gov.br](mailto:ase@cvm.gov.br)

**Auditoria Interna - AUD**

Roberto Dias

Tel: 55 21 3233-8324

Fax: 55 21 3233-8337

email:aud@cvm.gov.br

**1.3. SUPERINTENDÊNCIAS:**

**Superintendência Geral - SGE**

Roberto Tadeu Antunes Fernandes

Tel: 55 21 3233-8258

Fax: 55 21 3233-8264

email:sge@cvm.gov.br

**Superintendência Regional de São Paulo - SRS**

Eli Loria

Tel: 55 11 2146-2012/13/14

Fax: 55 11 2146-2049

email: srs@cvm.gov.br

**Superintendência Regional de Brasília - SRB**

Edison Antonio Costa Britto Garcia

Tel: 55 61 327-2041

Fax: 55 61 327-2034

email: srb@cvm.gov.br

**Superintendência de Relações com Empresas - SEP**

Elizabeth Lopez Rios Machado

Tel: 55 21 3233-8201

Fax: 55 21 3233-8223

email: sep@cvm.gov.br

**Superintendência de Relações Internacionais - SRI**

Eduardo Manhães Ribeiro Gomes

Tel: 55 21 3233-8263

Fax: 55 21 3233-8292

email:sri@cvm.gov.br

**Superintendência de Fiscalização Externa - SFI**

Luis Mariano de Carvalho

Tel: 55 21 3233-8289

Fax: 55 21 3233-8496

email:sfi@cvm.gov.br

**Superintendência de Normas Contábeis e Auditoria - SNC**

Antonio Carlos de Santana

Tel: 55 21 3233-8268

Fax: 55 21 3233-8212

email:snc@cvm.gov.br

**Superintendência de Relação com Investidores Institucionais - SIN**

Carlos Eduardo Pecego Sussekind

Tel: 55 21 3233-8395

Fax: 55 21 3233-8473

email:sin@cvm.gov.br

**Superintendência de Desenvolvimento de Mercado - SDM**

Henrique de Rezende Vergara

Tel: 55 21 3233-8279

Fax: 55 21 3233-8543

email:sdm@cvm.gov.br

**Superintendência Administrativo-Financeira - SAD**

Leonardo José Mattos Sultani

Tel: 55 21 3233-8575

Fax: 55 21 3233-8475

email: sad@cvm.gov.br

**Superintendência de Informática - SSI**

Miguel Bahury

Tel: 55 21 3233-8624

Fax: 55 21 3233-8424

email: ssi@cvm.gov.br

**Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI**

Waldir de Jesus Nobre

Tel: 55 21 3233-8303

Fax: 55 21 3233-8373

email: smi@cvm.gov.br

**Superintendência de Registro de Valores Mobiliários - SRE**

Carlos Alberto Rebello Sobrinho

Tel: 55 21 3233-8241

Fax: 55 21 3233-8356

email: sre@cvm.gov.br

**Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores - SOI**

José Alexandre Cavalcanti Vasco

Tel: 55 21 3233-8210

Fax: 55 21 3233-8211

email: soi@cvm.gov.br

# ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>1. ESTRUTURA DA CVM.....</b>	<b>6</b>
1.1. COLEGIADO .....	6
1.2. CHEFIA DE GABINETE E ASSESSORIAS .....	7
1.3. SUPERINTENDÊNCIAS:.....	8
<b>2. GESTÃO OPERACIONAL / FINALÍSTICA .....</b>	<b>14</b>
2.1. A CVM E O PROGRAMA DE GOVERNO.....	14
2.1.1. <i>Introdução</i> .....	14
2.1.2. <i>Credos da CVM</i> .....	14
Missão da CVM.....	14
Objetivos da CVM.....	14
2.1.3. <i>Dados do Programa</i> .....	15
2.1.4. <i>Desempenho do Programa em 2005</i> .....	16
Indicadores do PPA .....	16
Ações do Programa Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários .....	17
Resultado das Ações para o PPA em 2005 .....	19
2.2. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASC .....	23
2.2.1. <i>Competência</i> .....	23
2.2.2. <i>Comentários Gerais</i> .....	23
2.2.3. <i>Atividades em 2005</i> .....	23
2.2.4. <i>Planejamento para 2006</i> .....	24
2.3. ASSESSORIA ECONÔMICA – ASE .....	26
2.3.1. <i>Competência</i> .....	26
2.3.2. <i>Atividades em 2005</i> .....	26
A página na intranet.....	26
Recursos humanos e físicos .....	27
Projetos específicos .....	27
2.3.3. <i>Planejamento para 2006</i> .....	28
2.4. PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À CVM – PFE .....	29
2.4.1. <i>Competência</i> .....	29
2.4.2. <i>Comentários Gerais</i> .....	29
2.4.3. <i>Representação Judicial</i> .....	32
2.4.4. <i>Atividade Normativa</i> .....	32
2.4.5. <i>Relacionamento Institucional</i> .....	33
2.5. SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE MERCADO – SDM .....	34
2.5.1. <i>Competência</i> .....	34
2.5.2. <i>Detalhamento das Atribuições</i> .....	34
2.5.3. <i>Projetos e Trabalhos Concluídos</i> .....	35
2.5.4. <i>Audiências Públicas Realizadas em 2005</i> .....	36
2.5.5. <i>Projetos de Regulamentação em Estudo</i> .....	37
2.6. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – SRI .....	39
2.6.1. <i>Competência</i> .....	39
2.6.2. <i>Comentário Geral sobre as Atividades</i> .....	39
2.6.3. <i>Relações Multilaterais</i> .....	40
2.6.4. <i>Relações Bilaterais</i> .....	47
2.6.5. <i>Difusão de Informações</i> .....	48
2.7. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EXTERNA – SFI.....	50
2.7.1. <i>Competência</i> .....	50
2.7.2. <i>Resultados e Indicadores</i> .....	50
2.8. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS – SIN .....	53
2.8.1. <i>Competência</i> .....	53
2.8.2. <i>Comentários Gerais</i> .....	53

2.8.3.	<i>Resultados e Indicadores</i> .....	55
	Resultados Qualitativos .....	55
	Resultados Quantitativos .....	57
2.9.	SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS – SMI .....	58
2.9.1.	<i>Competência</i> .....	58
2.9.2.	<i>Estrutura Organizacional</i> .....	58
2.9.3.	<i>Resultados Quantitativos</i> .....	60
2.9.4.	<i>Planejamento para 2006</i> .....	61
2.10.	SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA – SNC .....	62
2.10.1.	<i>Competência</i> .....	62
2.10.2.	<i>Estrutura Interna</i> .....	62
2.10.3.	<i>Acompanhamento e Normatização da Atividade de Auditoria (SNC/GNA)</i> .....	62
2.10.4.	<i>Normatização e Assessoramento Contábil (SNC/GNC)</i> .....	66
2.10.5.	<i>Participação em Eventos</i> .....	67
2.10.6.	<i>Projetos Normativos Concluídos</i> .....	68
2.10.7.	<i>Projetos Normativos em Andamento</i> .....	68
2.10.8.	<i>Projetos Para o Triênio 2006/2008</i> .....	69
2.10.9.	<i>Indicadores de Gestão</i> .....	71
2.11.	SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO – SRE .....	73
2.11.1.	<i>Competência</i> .....	73
2.11.2.	<i>Comentários Gerais</i> .....	73
2.11.3.	<i>Ofertas Públicas de Distribuição</i> .....	75
2.11.4.	<i>Ofertas Públicas de Aquisição de Ações – OPA</i> .....	79
2.11.5.	<i>Supervisão de Outros Emissores de Valores Mobiliários</i> .....	79
2.11.6.	<i>Atividade Consultiva</i> .....	80
2.11.7.	<i>Atividade de Normatização</i> .....	81
2.12.	SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS – SEP .....	82
2.12.1.	<i>Competência Técnica</i> .....	82
2.12.2.	<i>Resultados Qualitativos</i> .....	84
2.12.3.	<i>Resultados Quantitativos</i> .....	92
	Atividades Típicas.....	92
	Indicadores de Gestão.....	92
2.12.4.	<i>Planejamento para 2006</i> .....	93
2.13.	SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO E ORIENTAÇÃO A INVESTIDORES – SOI .....	95
2.13.1.	<i>Competência</i> .....	95
2.13.2.	<i>O Programa de Orientação e Proteção ao Investidor – PRODIN</i> .....	95
2.13.3.	<i>Estrutura da Superintendência</i> .....	96
2.13.4.	<i>Atuação da Gerência de Orientação e Educação de Investidores</i> .....	97
2.13.5.	<i>Atuação das Gerências de Orientação a Investidores – GOI</i> .....	98
2.13.6.	<i>Resultados Quantitativos PRODIN</i> .....	100
2.13.7.	<i>Indicadores de Gestão</i> .....	101
<b>3.</b>	<b>GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E DE PESSOAS .....</b>	<b>102</b>
3.1.	SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA – SAD .....	102
3.1.1.	<i>Competência</i> .....	102
3.1.2.	<i>Estrutura</i> .....	102
3.1.3.	<i>Resultados e Indicadores</i> .....	102
	Resultados Qualitativos .....	102
	Resultados Quantitativos .....	107
	Documentos Emitidos pelo SIAFI.....	109
	Indicadores de Gestão.....	109
3.1.4.	<i>Gerência de Orçamento e Finanças – GAF</i> .....	110
	Orçamento .....	110
	Financeiro .....	115
	Contabilidade .....	116
	Passagens e Diárias .....	117
	Outras Informações .....	117
3.1.5.	<i>Gerência de Compras e de Serviços Gerais – GAG</i> .....	118
	Setor de Compras .....	118

Setor de Contratos/Convênios .....	119
Setor de Patrimônio .....	119
Setor de Almoxarifado .....	119
Setor de Serviços Gerais.....	120
3.1.6. <i>Gerência de Recursos Humanos – GAH</i> .....	121
Administração de Recursos Humanos.....	122
Desenvolvimento de Recursos Humanos .....	125
Atividades Desenvolvidas em 2005.....	128
Tipos de Atendimentos.....	131
Estatísticas de Treinamento.....	138
3.1.7. <i>Gerência de Documentação – GAD</i> .....	142
3.1.8. <i>Gerência de Projetos – GAP</i> .....	145
3.2. SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA – SSI .....	150
3.2.1. <i>Competências</i> .....	150
3.2.2. <i>Atividades Desenvolvidas em 2005</i> .....	151
3.2.3. <i>Planejamento para 2006</i> .....	163
3.2.4. <i>Estrutura de Pessoal</i> .....	167
3.3. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA – SRB.....	169
3.3.1. <i>Competências</i> .....	169
3.3.2. <i>Atividades Junto ao Poder Legislativo</i> .....	169
3.3.3. <i>Atividades Junto ao Poder Executivo</i> .....	170
3.3.4. <i>Atividades Junto ao Poder Judiciário</i> .....	170
3.3.5. <i>Atividades Externas</i> .....	170
3.3.6. <i>Atividades Internas</i> .....	171
3.4. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO – SRS .....	172
3.4.1. <i>Competência</i> .....	172
3.4.2. <i>Comentários Gerais</i> .....	173
3.4.3. <i>Estrutura Organizacional</i> .....	175
3.4.4. <i>Componentes Organizacionais Lotados em São Paulo</i> .....	176
3.4.5. <i>Recursos Humanos</i> .....	178
3.4.6. <i>Patrimônio</i> .....	179
3.4.7. <i>Principais Indicadores da SRS</i> .....	181
3.5. AUDITORIA INTERNA – AUD .....	182
3.5.1. <i>Atividades Realizadas</i> .....	182
3.5.2. <i>Metodologia de Trabalho</i> .....	183
3.5.3. <i>Controle Prévio Aplicado</i> .....	185
3.5.4. <i>Conclusão da Auditoria</i> .....	186

## **2. GESTÃO OPERACIONAL / FINALÍSTICA**

### **2.1. A CVM E O PROGRAMA DE GOVERNO**

#### **2.1.1. INTRODUÇÃO**

Dentro da programação governamental para o quadriênio 2004-2007, cabe à CVM a condução do Programa Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários. Essa forma de planejamento federal teve início em 2000, com o quadriênio 2000-2003, sendo oportuno tecer alguns comentários quanto ao conteúdo e aos resultados alcançados nessa experiência.

O Plano Plurianual – PPA é o resultado de uma experiência bem sucedida da Administração Pública Federal com o Programa “Brasil em Ação”, durante o período 1996-1999, iniciativa que sugeriu a reestruturação do planejamento estratégico governamental, no sentido de uma maior transparência em relação aos resultados alcançados e, assim, melhor alocação de recursos. Ao mesmo tempo em que se promoveu a elaboração de um conjunto de projetos estratégicos, segundo eixos nacionais de integração e desenvolvimento, estabeleceu-se uma sistemática que facilitasse a visualização e compreensão de todo o esforço governamental, permitindo o acompanhamento centralizado da gestão dos agentes responsáveis pelas ações públicas na consecução dos objetivos da Administração Federal.

Essas modificações tiveram suas repercussões na CVM, que já então adotava um programa de qualidade voltado para o aprimoramento da gestão e para a definição de objetivos e metas, para o qual o Colegiado aprovava os seguintes conceitos:

#### **2.1.2. CREDOS DA CVM**

Constituindo-se nos princípios básicos, fundamentais, que devem inspirar a autarquia e todos os seus componentes organizacionais em suas atuações junto ao mercado de valores mobiliários.

##### **MISSÃO DA CVM**

Desenvolver, regular e fiscalizar o Mercado de Valores Mobiliários, como instrumento de captação de recursos para as empresas, protegendo o interesse dos investidores e assegurando ampla divulgação das informações sobre os emissores e seus valores mobiliários.

##### **OBJETIVOS DA CVM**

De acordo com a lei que a criou, a Comissão de Valores Mobiliários exercerá as suas funções, a fim de:

- Estimular a formação de poupanças e a sua aplicação em valores mobiliários;
- Promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações, e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social de companhias abertas sob controle de capitais privados nacionais;
- Assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados da bolsa e de balcão;
- Proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra:



- Emissões irregulares de valores mobiliários;
- Atos ilegais de administradores e acionistas controladores das companhias abertas, ou de administradores de carteira de valores mobiliários;
- Uso de informação relevante não divulgada no mercado de valores mobiliários.
- Evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado;
- Assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários negociados e as companhias que os tenham emitido;
- Assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários;
- Assegurar a observância no mercado das condições de utilização de crédito fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Assim sendo, a CVM, com base em orientações dos órgãos centrais de Planejamento e Orçamento, reordenou seu planejamento de forma a adaptá-lo aos novos padrões governamentais, que passaram a vigorar a partir de 2000 com a introdução do PPA 2000-2003.

Em relação aos indicadores de resultados, vale registrar que, ao defini-los para o quadriênio 2004-2007, se procurou eleger índices que melhor refletissem a missão da autarquia em termos de estímulo ao desenvolvimento do mercado de valores mobiliários, sua importância econômica e seus reflexos na sociedade.

### ***2.1.3. DADOS DO PROGRAMA***

Os dados gerais do Programa Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários podem ser resumidos da seguinte forma:

- **OBJETIVO:** Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.
- **PÚBLICO-ALVO:** Agentes econômicos que atuam ou que possam atuar no mercado de valores mobiliários.
- **ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO:**
  - Fomentando, incentivando e promovendo que novas empresas se habilitem a buscar recursos nesse mercado e também para que surjam novos produtos, que nada mais são que novas modalidades operacionais;
  - Regulamentando, criando regras de funcionamento para todos os participantes desse mercado: empresas, intermediários e investidores;
  - Fiscalizando o cumprimento dessas regras e assegurando as condições de segurança, transparência e liquidez pretendidas;
  - Disciplinando a forma de apresentação de informações e assegurando a todos o acesso a tais informações; e;
  - Assegurando a todos, em especial ao pequeno investidor, na certeza de que a grande poupança pode ser o somatório de poupanças individuais, proteção e práticas equitativas.

- **GERENTE DO PROGRAMA:** O Presidente da CVM definiu que a coordenação das ações da entidade é atribuição do Superintendente Geral.

#### **2.1.4. DESEMPENHO DO PROGRAMA EM 2005**

O exercício de 2005 foi o sexto ano de acompanhamento do Programa pela CVM após a reestruturação interna da coleta de dados acerca das contribuições de cada área para os objetivos e metas estabelecidos.

##### **INDICADORES DO PPA**

Apresenta-se, abaixo, um resumo dos resultados de 2005, apurados em 31/12/2005:

- **Acesso à *homepage* da CVM**

- Índice mais Recente: 21.993.281

- Fonte: CVM

- Fórmula de Cálculo: Número de acessos externos à *homepage* da CVM.

- **Relação entre as emissões primárias e o investimento total da economia**

- Índice mais Recente: 15,5 %

- Fonte: CVM e IBGE

- Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre o valor do investimento realizado via mercado de valores mobiliários e o total do investimento na economia.

- **Relação entre o valor de mercado das companhias abertas listadas em bolsa e em mercado de balcão organizado e o Produto Interno Bruto**

- Índice mais Recente: 50,0%

- Fonte: bolsa de valores, mercado de balcão organizado e IBGE.

- Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre o valor total de mercado das companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado e o PIB.

Mais uma vez, o número de acessos à *homepage* da CVM superou em muito o esperado. Um dos fatores que contribuíram para o aumento dos acessos à *homepage* foi a sua reformulação, mediante a implementação de novas funcionalidades, dentre as quais podemos destacar a nova sistemática de recepção e atualização de documentos obrigatórios. Antes da rotina, as Companhias Abertas eram obrigadas a apresentar documentos pessoalmente, através do protocolo. Atualmente, há a opção de recepção e atualização automática na Internet. Com isso, a disponibilização das informações para os investidores foi agilizada, pois os documentos apresentados no formato de arquivo são imediatamente disponibilizados para consulta dos investidores, sem a necessidade de digitação manual. Entre as funcionalidades, podemos citar: recepção de documentos de FIDC (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), atualização cadastral de FIDC e seus administradores, atualização cadastral de FII (Fundos de Investimentos Imobiliários) e seus administradores e recepção de informes de FAPI (Fundos de Aposentadoria Programada Individual).

Destacamos, também, a disponibilização na Internet da consulta de inquéritos, da sala de imprensa, a possibilidade de download de GRU (Guia de Recolhimento da União) da Taxa de Fiscalização dos Mercados e Títulos de Valores Mobiliários e o download Múltiplo de Informes Diários de Fundos.

Quanto ao índice que verifica a relação entre as emissões primárias e o investimento total da economia, a fortíssima emissão de debêntures em 2005 deveu-se em grande medida à oferta reprimida de debêntures das operadoras de leasing, que haviam diminuído suas emissões devido a risco jurídico.

Para 2005, os registros de ofertas de valores mobiliários – tanto emissões primárias quanto secundárias – atingiram a marca inédita superior a R\$ 70,8 bilhões, um crescimento de 142% em relação a 2004, cujo total de ofertas chegou a R\$ 29,2 bilhões.

Quanto ao indicador relação entre o valor de mercado das companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado e o PIB, supõe-se valorização real da bolsa igual apenas à média histórica de 1,9% a.a., devido aos riscos percebidos no âmbito interno (ano de eleições pode aumentar a volatilidade em bolsa) e externo (alto déficit da economia americana com risco recessivo e possibilidade de desaquecimento da economia chinesa e sua demanda por matérias-primas brasileiras).

#### **AÇÕES DO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

- **Assistência médica e odontológica aos servidores, aos empregados e seus dependentes**

- Tipo de Ação: Atividade

- Produto: Pessoa beneficiada

- Unidade de Medida: Unidade

- Área envolvida: SAD

- **Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados**

- Tipo de Ação: Atividade

- Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida

- Unidade de Medida: Unidade

- Área envolvida: SAD

- **Auxílio-alimentação aos servidores e empregados**

- Tipo de Ação: Atividade

- Produto: Servidor e empregado beneficiado

- Unidade de Medida: Unidade

- Áreas envolvidas: SAD

- **Auxílio-transporte aos servidores e empregados**

- Tipo de Ação: Atividade

- Produto: Servidor e empregado beneficiado

- Unidade de Medida: Unidade

- Área envolvida: SAD

- **Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.**

- Tipo de Ação: Atividade

- Produto: Servidor capacitado
- Unidade de Medida: Unidade
- Área envolvida: SAD
- **Capacitação para o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da Comissão de Valores Mobiliários junto ao mercado de valores mobiliários**
- Tipo de Ação: Projeto
- Produto: Profissional capacitado
- Unidade de Medida: Unidade
- Áreas envolvidas: Todas
- **Disseminação de informações e da regulamentação do mercado de valores mobiliários**
- Tipo de Ação: Atividade
- Produto: Informação disponibilizada
- Unidade de Medida: Gigabyte
- Áreas envolvidas: SSI
- **Estudos para aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da Comissão de Valores Mobiliários junto ao mercado de capitais**
- Tipo de ação: Projeto
- Produto: Estudo realizado
- Unidade de Medida: Unidade
- Áreas envolvidas: SGE, SRI, SDM, SFI, PFE, SMI, SSI, SNC, SEP, SRE e SOI.  
(outras superintendências também poderão contribuir para o produto dessa atividade)
- **Fiscalização do mercado de valores mobiliários**
- Tipo de Ação: Atividade
- Produto: Fiscalização realizada
- Unidade de Medida: Unidade
- Áreas envolvidas: SEP, SFI, SIN, SMI, SNC, SRE e SRI (outras superintendências também poderão contribuir para o produto dessa atividade).
- **Gestão e Administração do Programa**
- Tipo de Ação: Atividade
- Produto: Não definido
- Unidade de Medida: Não definido
- Área envolvida: SAD
- **Orientação e defesa aos investidores – PRODIN**
- Tipo de Ação: Atividade

- Produto: Investidor atendido
- Unidade de Medida: Unidade
- Área envolvida: SOI

- **Reforma e ampliação das instalações da CVM**

- Tipo de Ação: Projeto
- Produto: CVM reaparelhada
- Unidade de Medida: % de execução física
- Área envolvida: SAD

- **Sistemas informatizados da CVM**

- Tipo de Ação: Atividade
- Produto: Sistema mantido
- Unidade de Medida: Unidade
- Área envolvida: SSI

### RESULTADO DAS AÇÕES PARA O PPA EM 2005

O quadro abaixo resume os resultados alcançados em 2005, em relação ao que foi previsto inicialmente:

Ações	Execução Física		Execução Financeira	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Assistência Médica e Odontológica Aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes	1.476	10.297	620.000,00	362.285,00
Assistência Pré-escolar Aos Dependentes dos Servidores e Empregados	78	518	64.584,00	41.633,00
Auxílio-alimentação Aos Servidores e Empregados	515	4.712	891.360,00	694.413,22
Auxílio-transporte Aos Servidores e Empregados	212	1.248	305.280,00	305.280,00
Capacitação de Servidores Públicos Federais Em Processo de Qualificação e Requalificação	400	2.546	380.000,00	265.560,73
Capacitação para aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao mercado de capitais	150	71	2.092.800,00	412.384,22
Disseminação de informações e regulamentação do mercado de valores	60	100,90	907.000,00	906.403,76
Estudos para aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM, junto ao mercado de capitais	1	7	6.587.226,00	1.458.000,00
Fiscalização do mercado de valores mobiliários	2.543	3.467	896.000,00	884.146,76
Gestão e administração do Programa	0	0	45.527.355,00	45.231.886,93
Orientação e defesa aos investidores – PRODIN	49.637	235.153	906.640,00	757.956,69
Reforma e ampliação das instalações da CVM	8	0	850.000,00	203.749,16
Sistema informatizado da CVM	1	30	8.298.200,00	4.023.957,88

Fonte: CVM/SIGPLAN

Pode-se verificar que as ações empreendidas alcançaram, em geral, resultados acima do previsto, destacando-se os seguintes dados:

- Quanto às ações Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, aos Empregados e seus Dependentes, Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados e Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, temos que a significativa superação das metas físicas ocorreu em virtude de termos considerado, na proposta orçamentária para 2005 (elaborada em 2004) encaminhada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda, metas mensais de execução, conforme orientação da própria Subsecretaria. Tal proposta serviu de base para a Lei Orçamentária Anual (LOA), onde o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do PPA (SIGPLAN) obtém diretamente as metas físicas dos órgãos e entidades. Considerando que a execução é anual, as metas físicas (desempenho real e de todo o exercício) acabaram superando em muito a previsão inicial. Tal metodologia será revista para os próximos exercícios, de maneira a evitar tal diferença.
- A execução física realizada na ação Capacitação para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação da CVM junto ao mercado de capitais se deu com recursos do projeto Banco Mundial, o que nos permitiu viabilizar os seguintes eventos:
  - Realização de curso de Direito Societário para servidores de São Paulo, ministrado pelo consórcio formado pelos escritórios Erasmo Valladão França e Francisco Satiro, com carga horária de 60 horas;
  - Participação de servidores em diversos treinamentos no Brasil e no exterior;
  - Renovação do contrato com a empresa New Start para ministrar aulas individuais de inglês a todos os servidores efetivos que se encontram envolvidos no projeto do Banco Mundial;
  - Treinamento de servidores da SFI e da SSI na manutenção do sistema de manuais de inspeção e na atualização dos manuais, realizado pela consultoria International Securities Consultancy.
- Ao final de 2005, estavam disponibilizados no *site* da CVM 100,9 GB de informações, o que representa um acréscimo de aproximadamente 61,24% em relação a 2004 na ação Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários. É importante ressaltar que o resultado apresentado reflete a importância que a CVM dispensa à utilização da Internet como meio para contribuir para o aumento de transparência no Mercado de Valores Mobiliários.
- Na ação Estudos para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação da CVM junto ao Mercado de Capitais, tivemos as seguintes contratações:
  - Realização de um diagnóstico sobre o cenário atual da Certificação dos Profissionais do Mercado de Valores Mobiliários no Brasil;
  - Elaboração da especificação técnica necessária ao desenvolvimento e à implementação, na CVM, do Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED/Workflow.
- A ação Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários envolve atividades da Superintendência de Registros – SRE, da Superintendência de Relação com Empresas – SEP, da Superintendência de Relações com Investidores Institucionais – SIN, da Superintendência de Fiscalização Externa – SFI e da Superintendência de Normas Contábeis – SNC. Verificamos que, em 2005, apesar de a meta física ter sido superada em cerca de 136%, o total de fiscalizações realizadas representa aproximadamente 10% a menos que em 2004. Tal resultado é mensurado a partir da metodologia

estabelecida na Portaria CVM/SGE/ nº 168/2002, apresentando as áreas envolvidas diversas outras atividades que também contribuem com esta ação, dentre as quais destacam-se:

- A SRE entende que devem ser considerados diversos ajustes na lista dos seus processos abertos, uma vez que a Norma 19/01, de 24/02/2003, estabelece várias alterações na lista anterior.
- No caso da SEP, considerando que a metodologia leva em conta apenas uma lista pré-definida de processos abertos durante o ano, verifica-se que:
  - A área trabalhou em diversos processos que foram abertos por eles e, inclusive, por outras Superintendências em anos anteriores;
  - Há casos de propostas de inquéritos e solicitações de inspeção feitas no âmbito de processos já abertos e relacionados a variados assuntos;
  - A área também trabalha fora de processos, como, por exemplo, nas seguintes situações:
    - Aplicação de multas cominatórias, em que somente há abertura de processos se houver recurso;
    - Respostas ao Ministério Público, ao Ministério da Fazenda, à BOVESPA, entre outros;
    - Determinações de publicação ou republicação de fatos relevantes;
    - Respostas a consultas, por telefone ou por e-mail, de companhias abertas e de outras áreas da CVM;
    - Acompanhamento do recebimento de informações pelo Sistema IPE.
- No caso da SIN, apesar de se considerar alguns dados gerenciais, além de uma lista pré-definida de processos abertos, é importante ressaltar que nos últimos anos houve algumas alterações na legislação que incrementaram as suas atribuições, além da adoção de tecnologias que permitiram mudar os procedimentos anteriormente adotados na execução das atividades.
- A SFI instruiu 16 processos administrativos sancionadores com comissão de inquérito em 2005, e concluiu 346 inspeções.
- Quanto à SNC, apesar de considerar uma lista pré-definida de processos abertos e alguns dados gerenciais, há outras atividades que também merecem destaque, que são:
  - Atendimento de 513 consultas relacionadas a assuntos sobre temática contábil, auditores e exclusão de consolidação, posição acumulada até novembro/05;
  - Concessão de 49 registros de auditores independentes.
  - Realização de 25 acompanhamentos da atuação dos auditores independentes, que envolvem análises da atuação de auditores e revisão externa do controle de qualidade.

A meta física da ação Orientação e Defesa aos Investidores – PRODIN superou a meta inicial em aproximadamente 473,75%. No exercício de 2005, houve uma boa divulgação de informações, inclusive na mídia, referente ao Fundo 157. Tal Fundo, que foi criado pelo Decreto-Lei nº 157, de 10.02.1967, tratava de uma opção dada aos contribuintes de utilizar parte do imposto devido quando da Declaração do Imposto de Renda para a aquisição de quotas de fundos administrados por instituições financeiras de livre escolha do aplicador. A ampla divulgação gerou um aumento

substancial no atendimento gratuito aos investidores. Dessa forma, visando a agilidade e a presteza no atendimento, a CVM disponibilizou na Internet consulta direta às informações do Fundo 157.

Também na Internet, foi criado um serviço exclusivo de atendimento aos investidores. O serviço tem como principal característica ser um canal direto dos investidores do Mercado de Valores Mobiliários com a CVM. Seu objetivo é solucionar as dúvidas e questionamentos, bem como receber denúncias envolvendo companhias abertas. Através dessa iniciativa, o número de atendimentos superou em 190% o registrado em 2004 e o índice de investidor atendido foi de 96,48%, o melhor dos últimos três exercícios.



## 2.2. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASC

### 2.2.1. *COMPETÊNCIA*

Facilitar o relacionamento da CVM junto aos órgãos de imprensa, zelando pela imagem da autarquia. Com esse objetivo, a Assessoria de Comunicação Social (ASC) tem auxiliado o Colegiado e as superintendências da CVM no relacionamento com os meios de comunicação em geral.

Os atendimentos à imprensa são centralizados na ASC, encarregada de prestar as informações demandadas pelos repórteres, além de facilitar entrevistas com porta-vozes, conforme solicitadas. Também compete à ASC a organização, distribuição de dados estatísticos à imprensa, além da confecção, distribuição e acompanhamento de *Press Releases*.

A Assessoria de Comunicação também colabora com a comunicação com outros agentes do mercado, por meio do desenvolvimento de conteúdo para o site institucional da CVM.

À área cabe, ainda, desenvolver e coordenar os canais de comunicação interna para dinamizar a troca de informações sobre as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas da CVM.

### 2.2.2. *COMENTÁRIOS GERAIS*

As metas propostas pela Assessoria de Comunicação Social, de forma geral, foram atingidas em todos os setores de atuação, especialmente na área de relacionamento com a imprensa. Durante o ano (entre abril e dezembro, período em que foi feito o levantamento), foram realizados 745 atendimentos diários a repórteres de diferentes mídias. Esses atendimentos resultaram, no mesmo período, na participação da CVM em 1095 matérias publicadas em veículos da grande imprensa.

### 2.2.3. *ATIVIDADES EM 2005*

#### **Comunicação Interna**

- **Clipping eletrônico** (Hoje na Imprensa) - diário, com noticiário em nível nacional, divulgado na Intranet, atualmente a cargo da empresa Fenix Lici, de São Paulo, que ganhou a concorrência pública para a prestação deste serviço em meados de 2004.
- **Noticiário avulso online** - permanente, através de links na Intranet com os principais noticiários da imprensa eletrônica, divulgados na Internet.
- **Acontece na CVM (eletrônico)** - online, com noticiário em nível interno, fornecido pelas próprias áreas e divulgado na Intranet.
- **Quadro de avisos** - de uso constante, para divulgação oficial da casa ou para informações gerais (cartazes e programas, p. ex.) que sejam pertinentes às atividades da CVM.

#### **Comunicação Externa**

- **Assessoria de imprensa** – Atendimento habitual aos jornalistas, principalmente por telefone. Entre abril e dezembro - período em que foi feito o levantamento - foram realizados 745 atendimentos diários a repórteres de diferentes mídias. Esses atendimentos resultaram, no

mesmo período, na participação da CVM em 1095 matérias publicadas em veículos da grande imprensa. Esses atendimentos, além da intermediação, incluem o acompanhamento das entrevistas concedidas pelos porta-vozes da CVM.

- **Pesquisa de opinião com jornalistas** – Pesquisa feita com 30 jornalistas (repórteres especializados e editores), via e-mail, entre os dias 5 e 8 de abril. A pesquisa envolveu profissionais da imprensa de quatro capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre.
- **Elaboração do Informe Mensal das Atividades da CVM** – Em abril, a ASC passou a elaborar um informe mensal das atividades da CVM, com um resumo sobre as realizações de cada uma das áreas no mês. O informe relaciona informações sobre registros de ofertas, empresas, regulação, inquéritos, ações de fiscalização, decisões do Colegiado, fundos de investimento, investimentos estrangeiros e área internacional. Além de ser distribuído para o *mailing* de jornalistas, o informe fica disponível ao público no site da CVM.
- **Criação da Sala de Imprensa** – Lançada em 5 de outubro, a “Sala de Imprensa” é um espaço, dentro da site da CVM, dedicado aos jornalistas. Lá, estão organizadas informações institucionais sobre a CVM, um glossário sobre regulamentação, notícias sobre a autarquia e *press releases* divulgados à imprensa.
- **Elaboração de Press Releases** sobre noticiário produzido pelo Colegiado e/ou pelo corpo técnico. Os textos são distribuídos para um mailing nacional de jornalistas e disponibilizado no site, na Sala de Imprensa.

#### **2.2.4. PLANEJAMENTO PARA 2006**

Além de dar continuidade ao trabalho desenvolvido em 2005, ano marcado pelo esforço de estabelecer um relacionamento mais próximo entre a imprensa e a CVM, a ASC pretende, em 2006, reforçar esse relacionamento por meio de encontros periódicos entre os porta-vozes da CVM e a imprensa.

- **Workshops com a imprensa** – Ao longo do ano, a CVM desenvolverá encontros com a imprensa. Nessas ocasiões, as áreas técnicas da CVM farão uma apresentação de suas atribuições e atividades, facilitando a compreensão, pelos jornalistas, das funções da autarquia. Participarão desses encontros as seguintes áreas: ASE, SRE, SEP, SNC, SOI, SMI e SIN. Os workshops serão organizados nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Porto Alegre.
- **Prêmio Imprensa – Educação de Investidores** – A ASC contribuirá para a criação e implementação do “Prêmio Imprensa de Educação de Investidores”. O prêmio, que tem por objetivo estimular e incentivar a imprensa a desempenhar o papel de educadora, por meio de matérias e reportagens que esclareçam as oportunidades e riscos dos diversos investimentos disponíveis aos investidores pessoas físicas, se inclui em uma das atividades do Comitê Consultivo de Educação. O prêmio, de periodicidade anual, será concedido, em âmbito nacional, a cinco categorias: mídia impressa, online, rádio, TV e assessoria de imprensa. O Comitê é formado por representantes da CVM e da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC Nacional), Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA),

Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) e Instituto Nacional de Investidores (INI).

- **Newsletter “Por dentro da CVM”** – Desenvolvimento de informativo quinzenal, voltado aos servidores e colaboradores da CVM, com notícias sobre a autarquia. O informativo será distribuído por e-mail, além de ser disponibilizado na Intranet.
- **Jornal Mural** – A ASC desenvolverá, ao longo do ano, uma estratégia para melhor aproveitar os quadros de avisos distribuídos nas instalações da CVM.
- **Desenvolvimento do conteúdo em inglês e em espanhol do site da CVM** – A ASC reformulará, nos próximos meses, o conteúdo em inglês do site da CVM, além de desenvolver o conteúdo em espanhol.
- **Relação com a imprensa estrangeira** – A partir deste ano, a ASC começará a estabelecer um trabalho com a mídia internacional, sobretudo com os correspondentes estrangeiros residentes no Brasil. Esse trabalho se baseará em workshops com esse público, além do desenvolvimento de Press Releases específicos para esses correspondentes.
- **Folders sobre a CVM em inglês** – A ASC também ficará a cargo do desenvolvimento, confecção, editoração e impressão de *folders* institucionais da CVM para serem utilizados em eventos internacionais nos quais participe.
- **Site do Investidor** - A Assessoria de Comunicação contribuirá para o desenvolvimento do conteúdo do site do Investidor, projeto liderado pela Superintendência de Orientação aos Investidores (SOI).
- **Comemoração dos 30 anos da CVM** – A área de comunicação não poderia estar ausente do que lhe compete para a organização e divulgação de eventos e atividades relacionadas às comemorações dos 30 anos da CVM, a serem completados em 2006.

## 2.3. ASSESSORIA ECONÔMICA – ASE

### 2.3.1. COMPETÊNCIA

Compete à Assessoria Econômica da CVM:

- assessorar o Colegiado e demais áreas da Comissão de Valores Mobiliários em questões de natureza econômica; e
- Realizar pesquisas e estudos de natureza econômica, bem como prover a disponibilização de dados econômico-financeiros para todas as áreas da Comissão de Valores Mobiliários.

### 2.3.2. ATIVIDADES EM 2005

A ASE constitui uma consultoria completa em Economia, atendendo todas as áreas da CVM. A Assessoria publica regularmente análises originais na Intranet, abrangendo dezenas de tópicos em macroeconomia e mercado de capitais. Ela oferece uma base de dados com centenas de séries econômicas e financeiras, atualizadas diariamente. A ASE desenvolve também projetos específicos de relevância central para a CVM, além de contribuir em diversos processos e inquéritos administrativos e no desenvolvimento de nova regulação.

#### A PÁGINA NA INTRANET

As atividades da Assessoria Econômicas são baseadas numa plataforma de mídia eletrônica: a página da ASE na Intranet. Desde sua inauguração em setembro de 2003, a página foi constantemente ampliada em conteúdo e melhorada em funcionalidade. A própria equipe da Assessoria desenvolve e mantém a sua página, sem participação da área de informática da CVM ou de consultores externos. Essa manutenção abarca desde pesquisas bibliográficas e estatísticas até a redação de análises originais para publicação, passando por design gráfico e gerenciamento de bases de dados. Através dessa página na Intranet, a ASE distribui todos os seus produtos ao público interno, dentre os quais:

- **Comentários de conjuntura macroeconômica, em formato de jornal eletrônico.** – Constituem o carro-chefe dos produtos da ASE. Nesses comentários, a ASE divulga e analisa semanalmente, de forma didática, as mais abrangentes estatísticas macroeconômicas e financeiras do Brasil, incluindo, entre outros: produção, comércio, inflação, política monetária, balança comercial e dívida pública. Em 2005, foram publicadas na seção de conjuntura econômica ao todo 30 análises, em mais de 15 mil palavras, numa média de 1.280 palavras por mês. Desde a inauguração da página na Intranet, a ASE já publicou perto de 47 mil palavras. Em 2005, 27% do material publicado versou sobre mercado de capitais, 17% emprego, 13% inflação, 10% produção, 33% outros temas.
- **Relatórios “Uma Página”** – A ASE estabeleceu um padrão de relatórios de uma página, publicados em arquivos PDF (*portable document format*), o formato de distribuição de documentos mais difundido hoje na Internet. Há sete desses relatórios publicados regularmente na página da ASE: **Cenário Econômico Brasil, Cenário Econômico EUA, Informativo Financeiro, Fundos de Investimento, ADR, Investimentos Estrangeiros e Companhias Tag Along**. Alguns deles são também distribuídos por correio eletrônico para Colegiado, Superintendentes e o corpo técnico da CVM.

- **Base Macroeconômica** – A base conta com 287 séries históricas, colhidas de diversas fontes governamentais e privadas. Através da página na Intranet, o usuário seleciona e obtém em planilha a série desejada, em questão de segundos, por meio de listas temáticas.
- **Base Financeira** – Em 2005, a base de dados secundária mantida pela ASE, dedicada ao mercado de capitais, cobrindo mercado primário, secundário, de derivativos, fundos de investimento e investidores estrangeiros, recebeu uma interface similar à da base macroeconômica.
- **Base GC** – Em vista do interesse cada vez maior no tema da governança corporativa e seus efeitos sobre a valorização e liquidez das ações, a ASE criou em 2005 uma terceira base de dados, dedicada às companhias com níveis diferenciados de governança na Bolsa de Valores de São Paulo.
- **Clipping Internacional** – uma colagem diária das principais notícias no mundo sobre economia, mercado de capitais, geopolítica e regulação. Distribuído um resumo por correio eletrônico para Colegiado, Superintendentes e o corpo técnico.
- **Biblioteca de Links da Internet** para fontes de dados econômicos e financeiros, jornais e revistas no Brasil e no mundo.

**Além de não recorrer ao suporte do setor de informática da CVM, a ASE utiliza regularmente software livre (*freeware*) para as rotinas especializadas de produção de sua página.** Esses softwares gratuitos, obtidos na Internet, incluem editoração, design gráfico, análise econométrica, pesquisa documental e geração de documentos.

#### **RECURSOS HUMANOS E FÍSICOS**

No ano de 2005 a composição da equipe da ASE permaneceu a mesma: um economista assistente (DAS 102) e três estagiários de nível superior. A equipe ainda carece de um analista concursado. O valor da remuneração dos estagiários na CVM continua defasado em relação ao mercado; além disso, como é natural no setor público, as perspectivas de contratação de estagiários (salvo concurso) são nulas. Esses dois fatores resultam numa alta rotatividade dentre os estagiários, mesmo numa área com uma curva de aprendizado íngreme, como a ASE. O tempo médio de permanência de um estagiário é de cerca de seis meses, o que cria desafios importantes para a continuidade das rotinas de trabalho. A aquisição de um economista concursado ajudaria nisso.

#### **PROJETOS ESPECÍFICOS**

Além da sua página na intranet, a ASE empreendeu em 2004 diversas atividades regulares de pesquisa e análise, para o Colegiado e as Superintendências da CVM, dentre as quais:

- revisão e projeção dos indicadores do Plano Plurianual;
- pesquisa sobre os mecanismos de incentivo sócio-econômico na África do Sul;
- desenho de uma estratégia para a criação na CVM de uma cultura voltada à Internet;
- análise sobre o indicador técnico “on balance volume”;
- cálculo de atualização de valores de faturas de 1996 e 1997;
- pesquisa sobre software livre para gestão de conteúdo na Internet;
- cálculo de atualização de valores de multas (GJU-3)

- desenho de um plano de amostragem para verificação de qualidade da base de dados cadastrais de fundos de investimento.

Além desses, dois projetos atuais da ASE que merecem maior destaque são:

#### **(1) Curso de Matemática Financeira para Procuradores**

Devido à natureza eminentemente quantitativa de inúmeros processos (inclusive sancionadores) sempre em curso na CVM, e também ao esforço de recuperação da dívida ativa (multas antigas), identificou-se a necessidade de um investimento em treinamento para os procuradores em matemática financeira e conceitos básicos de finanças. Em abril de 2005, a ASE realizou a primeira edição de um curso de matemática financeira especificamente para procuradores, para uma turma que incluiu os próprios procuradores-chefes da CVM. O curso incluiu noções de dívida pública e avaliação de investimentos.

#### **(2) Criação de uma página para o Comitê Gestor da Internet**

Aplicando a experiência adquirida com a manutenção da sua página na Intranet, a ASE criou em 2005 uma página para o Comitê Gestor da Internet, do qual o Assessor Econômico participa. Nessa página estão sendo publicadas as sugestões dos funcionários para a melhoria do site institucional da CVM (tanto externo quanto Intranet), dentro da filosofia de incentivo à criação de uma cultura voltada para a Internet como desenhada no Memorando ASE nº 3/2005 que foi circulado em março. Em 2005, foram publicadas na página do CGI 49 sugestões de funcionários, das quais 40 foram implementadas ou estão em implantação.

#### **(3) Relatório de Gestão CVM 2005**

Como nos anos anteriores, coube à ASE a consolidação do relatório de gestão da CVM, que será enviado ao Tribunal de Contas da União no âmbito da prestação de contas da CVM. Posteriormente, o relatório será publicado no site institucional da CVM.

### **2.3.3. PLANEJAMENTO PARA 2006**

Além da manutenção das atividades rotineiras e de sua assistência ao Colegiado e demais áreas, a ASE planeja para 2006 dois projetos de maior escopo: (1) um novo relatório de gestão, para publicação externa; e (2) um estudo para automatização dos cálculos de atualização de valores, em parceria com a Procuradoria Federal Especializada.

## **2.4. PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À CVM – PFE**

### **2.4.1. COMPETÊNCIA**

À Procuradoria Especializada junto à CVM (PFE-CVM) compete:

- representar a CVM judicial e extrajudicialmente;
- exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos da CVM, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e
- apurar a liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da CVM, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

### **2.4.2. COMENTÁRIOS GERAIS**

O exercício da atividade jurídica na CVM é objeto de grande demanda por parte das diversas áreas técnicas da autarquia, dado o grande volume de questões de natureza técnico-jurídica com que se deparam seus servidores no desempenho rotineiro de suas atividades.

Com a criação, no âmbito da Advocacia-Geral da União – AGU, da Procuradoria-Geral Federal, por intermédio da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a Procuradoria da CVM passou a integrar a estrutura da Procuradoria-Geral Federal – PGF, sob a denominação de Procuradoria Federal Especializada na CVM.

A Procuradoria encerrou o ano de 2005 com um contingente de 32 Procuradores Federais, sendo que quatro deles atuando em cargos de Chefia (PFE, GJU-1, GJU-2 e GJU-3).

A atividade judicial da CVM, por meio de sua PFE-CVM, tem grande ênfase em ações relacionadas à Taxa de Fiscalização do Mercado de Títulos e Valores Mobiliários, instituída pela Lei nº 7940/89, à intervenção em feitos relativos à cobrança da contribuição anual das bolsas de valores, bem como à elaboração de pareceres, com fundamento no art. 31 da Lei nº 6.385/76, que prevê a atuação da CVM perante os juízos em que se processam causas relacionadas com suas competências legais, na condição de *amicus curiae*.

Ainda no âmbito judicial, merece destaque o trabalho da PFE-CVM no esforço arrecadador, que se deu através das execuções fiscais propostas pela CVM para a cobrança dos débitos inscritos em sua Dívida Ativa. Cabe registrar que grandes esforços vêm sendo empreendidos no sentido de aprimorar os procedimentos e controles internos relacionados à atividade de inscrição de créditos da CVM em dívida ativa, em estreita colaboração com outras Superintendências da CVM.

A PFE-CVM realizou, como em anos passados, uma intensa atividade consultiva interna e externa, bem como a participação em diversas atividades correlatas, como o acompanhamento de projetos de lei e a participação direta ou indireta em normas baixadas pela CVM, conforme a competência das três Subprocuradorias, assim definida:

## Extrato das Normas e Diretrizes de Funcionamento da PFE-CVM

### Distribuição das tarefas

3.1. Visando a atingir melhores níveis de eficiência, a PFE-CVM está estruturada segundo os seguintes critérios de consultas:

Livre Distribuição	Distribuição Preventa		
PFE	GJU-1	GJU-2	GJU-3
<p><b>COL, CGP, SGE, SOI e SDM*</b></p> <p>1 – estudos, projetos, normas e estatísticas</p>	<p><b>SMI</b></p> <p>1 – acompanhamento das operações realizadas no mercado à vista, de opções e de futuros em conjunto com as BV's;</p> <p>2 – análise dos desvios detectados gerando procedimentos de fiscalização externa e PAS;</p> <p>3 – registro e acompanhamento de sistemas de liquidação e custódia;</p> <p>4 – registro e acompanhamento de sistemas escriturais de VM's;</p> <p>5 – credenciamento de intermediários;</p> <p>6 – acompanhamento de DF's de distribuidoras, corretoras e BV's; e</p> <p>7 – registro e acompanhamento dos FMIE Emergentes</p>	<p><b>SEP</b></p> <p>1 - registro e acompanhamento de cias. abertas, DF's, IAN's, ITR's, estatuto social, atas de AG's e de reuniões dos CA's, fatos relevantes, incorporação, fusão e cisão, transformação do tipo jurídico, aquisição de ações para tesouraria, participações recíprocas, aquisição de sociedade mercantil, aquisição de lote expressivo de ações com direito a voto;</p> <p>2 – registro e acompanhamento de programas de negociação de ações emitidas por empresas estrangeiras (DR's) no Brasil; e</p> <p>3 – registro e acompanhamento de sociedades beneficiárias de incentivos fiscais</p>	<p><b>GAC</b></p> <p>1 – Atividade de consultoria referente à apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza</p>
<p><b>ASC, AUD, SRS, SRB, SAD e SSI</b></p>	<p><b>SIN</b></p> <p>1 – registro de investimento de capital estrangeiro;</p> <p>2 – registro e acompanhamento dos FMIA e dos demais fundos de investimento sujeitos ao poder de polícia da CVM e fiscalizados pela SIN;</p> <p>3 – registro e acompanhamento dos clubes de investimento;</p> <p>4 – registro de consultor e analista de VM's; e</p> <p>5 – registro de administrador de carteiras</p>	<p><b>SRE</b></p> <p>1 – registro de distribuições públicas, primárias e secundárias, de VM's;</p> <p>2 – aprovação de programas de lançamento de ações no exterior (DR's);</p> <p>3 – registro de OPA, inclusive decorrentes de cancelamento de registro de cia. aberta;</p> <p>4 – registro e acompanhamento de FI Imobiliários;</p> <p>5 – registro e acompanhamento de FIDC;</p> <p>6 – registro e acompanhamento de títulos de Cic's, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração; e</p> <p>7 – registro e acompanhamento das empresas emissoras de certificados de investimento em empreendimentos audiovisuais</p>	<p><b>NDA</b></p> <p>1 – Inscrição em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial</p>
<b>Ações e Solicitações</b>	<b>SFI</b>	<b>SNC</b>	<b>EF*<sup>1</sup></b>



Judiciais		1 – em especial, registro e acompanhamento de auditores independentes	
	Julgamento PAS e Comissões de Inquérito		
	Solicitações MP e Comunicações a Órgãos Públicos		
<i>Amicus Curiae</i>	CCP	SRI	
	Termo de Compromisso	1 – relacionamento com organismos internacionais e com órgãos de outros países	

3.2 \* Nessa coluna, as tarefas serão distribuídas levando-se em conta o seu objeto e tendo em vista as competências designadas para as Subprocuradorias.

Encontra-se abaixo uma tabela com o quantitativo de consultas formuladas à PFE-CVM no ano de 2005.

**Tabela “Quantitativo de Consultas Formuladas à PFE-CVM – Brasil – 2005”**

<b>TAREFAS</b>	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	<b>TOTAL</b>
Ações Judiciais	6	5	6	7	5	9	5	7	7	7	5	10	<b>79</b>
<b>Amicus Curiae</b>	-	2	4	2	4	2	5	4	2	1	3	3	<b>32</b>
MC Fiscais e Ou	14	7	13	27	22	20	33	32	75	59	59	92	<b>453</b>
Diversos	31	33	61	50	62	68	46	53	39	38	41	46	<b>568</b>
Consultas	58	54	88	92	79	115	103	143	126	148	112	115	<b>1233</b>
Convênios	-	-	-	1	1	1	-	1	1	1	1	2	<b>9</b>
Elaboração de Atos Normativos	6	1	2	1	6	6	-	3	3	6	-	2	<b>36</b>
IA Pareceres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>-</b>
In Portaria	-	1	4	1	1	1	1	7	5	2	5	3	<b>31</b>
Licitações e Contratos	8	6	9	5	18	7	12	29	20	17	17	27	<b>175</b>
<b>TOTAL 1</b>	<b>123</b>	<b>109</b>	<b>187</b>	<b>186</b>	<b>198</b>	<b>229</b>	<b>205</b>	<b>279</b>	<b>278</b>	<b>279</b>	<b>243</b>	<b>300</b>	<b>2616</b>
<b>TOTAL PFE</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>18</b>	<b>86</b>
<b>TOTAL GJU-1</b>	<b>28</b>	<b>31</b>	<b>51</b>	<b>46</b>	<b>48</b>	<b>45</b>	<b>45</b>	<b>55</b>	<b>59</b>	<b>57</b>	<b>72</b>	<b>75</b>	<b>612</b>
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>19</b>	<b>21</b>	<b>27</b>	<b>26</b>	<b>24</b>	<b>44</b>	<b>36</b>	<b>50</b>	<b>56</b>	<b>75</b>	<b>410</b>

<b>GJU-2</b>													
<b>TOTAL GJU-3</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>17</b>	<b>24</b>	<b>19</b>	<b>36</b>	<b>26</b>	<b>35</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>295</b>
<b>TOTAL ASS.</b>	<b>59</b>	<b>50</b>	<b>96</b>	<b>92</b>	<b>100</b>	<b>115</b>	<b>106</b>	<b>133</b>	<b>160</b>	<b>139</b>	<b>67</b>	<b>96</b>	<b>1213</b>
<b>TOTAL 2 (%)</b>	<b>419 (16,14%)</b>			<b>613 (23,61%)</b>			<b>747 (28,78%)</b>			<b>818 (31,47%)</b>			<b>2616</b>

Nota: **Registros não Distribuídos:**

Fonte: *Entrada de Documentos do Sistema de Acompanhamento Jurídico de 2005 (Chefia de Seção da PFE-CVM)*

Sem prejuízo das atividades regulares desenvolvidas pelos procuradores federais no âmbito da Procuradoria Federal Especializada, tem sido estimulado o relacionamento direto entre os procuradores e os servidores da CVM, na solução de questões de natureza jurídica de menor complexidade, por meio de resposta verbal ou via e-mail, com posterior reporte à chefia imediata. Desta forma, uma expressiva atividade de assessoramento às áreas técnicas da CVM, não incluída no quantitativo acima, foi desenvolvida pelos membros da Procuradoria ao longo do ano de 2005.

### **2.4.3. REPRESENTAÇÃO JUDICIAL**

A Subprocuradoria Jurídica GJU-3, responsável direta pela inscrição e cobrança dos referidos débitos, no exercício, promoveu a inscrição na Dívida ativa da CVM de 2.717 processos referentes à taxa de fiscalização, sendo que o estoque de execuções fiscais ajuizadas atingiu o total de 14.396.

A atividade de cobrança de créditos inscritos na Dívida Ativa da CVM alcançou a cifra de R\$ 592.956,23 referentes à multa e R\$ 1.598.027,84 referentes à taxa de fiscalização.

Acrescente-se, ainda, que foram deferidos 34 parcelamentos, no valor de R\$ 2.249.814,54, por períodos que variam de doze a sessenta meses.

As demais Subprocuradorias GJU-1 e GJU-2 tiveram atuação ativa na representação judicial da CVM em processos relativos à matéria especializada, isto é, demandas judiciais relacionadas com as competências ordinárias da CVM, merecendo destaque a atuação nos processos envolvendo o caso “Banco Santos” e a oferta pública irregular de contratos de investimento coletivo pela empresa Top Avestruz, bem como em processos relativos a questões administrativas, como reclamações trabalhistas ajuizadas por servidores ou prestadores de serviços. Em 2005, as mencionadas Subprocuradorias tiveram sob sua responsabilidade aproximadamente 1.600 processos judiciais.

### **2.4.4. ATIVIDADE NORMATIVA**

No âmbito normativo, deve-se mencionar a participação da Procuradoria em diversos projetos de lei relativos a matérias afetas à competência da CVM, tais como o que se refere às ações não reclamadas de emissão de companhias abertas, bem como aquele concernente às novas regras de combate à lavagem de dinheiro.

Em 2005, a Procuradoria Federal Especializada também ofereceu contribuições na elaboração de diversos normativos editados pela CVM, merecendo destaque os seguintes: as diversas *stop orders* (Deliberações nºs 487, 491, 493 e 495); a Deliberação nº 481, que dispõe sobre a concessão de vista

dos autos dos processos administrativos em trâmite na autarquia; a Instrução nº 419, que trata do cadastramento de investidores não residentes; a Instrução nº 422, que dispõe acerca da emissão de Nota Comercial do Agronegócio para distribuição pública; a Instrução nº 426, que dispõe sobre a administração de carteira de valores mobiliários do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP e os Pareceres de Orientação nºs 32 e 33, que dispõem, respectivamente, sobre uso da Internet em ofertas de valores mobiliários e na intermediação de operações e sobre a intermediação de operações e oferta de valores mobiliários emitidos e admitidos à negociação em outras jurisdições.

#### **2.4.5. RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL**

A PFE-CVM vem desenvolvendo esforços para bem representar a CVM perante os Tribunais Superiores e demais órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União-TCU e do próprio Poder Executivo, havendo designado diversos de seus membros para auxiliar servidores desta autarquia em reuniões com autoridades públicas diversas, assim como na prestação de depoimentos em procedimentos judiciais e inquéritos policiais e civis relacionados com a esfera de competência pertinente à CVM, na condição de testemunhas.

## **2.5. SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE MERCADO – SDM**

### **2.5.1. COMPETÊNCIA**

A SDM tem como missão organizacional elaborar estudos, projetos e normas, orientados basicamente para desenvolver o mercado de capitais.

Adicionalmente, a SDM tem seu trabalho voltado para, em conjunto com as demais superintendências, revisar sistematicamente e prover os ajustes nos atos normativos da CVM, adequando-os às necessidades dessas áreas e do próprio mercado, bem como elaborar e propor a edição de novas normas necessárias para o desenvolvimento do mercado brasileiro.

Além disso, a SDM deve manter contato com os diversos segmentos do mercado de capitais, com outros órgãos do Governo e, ainda, com entidades e agências reguladoras internacionais, em conjunto com a Superintendência de Relações Internacionais – SRI, objetivando não perder a visão pragmática do ambiente onde se insere a CVM e o mercado de capitais, dentro de um contexto nacional e internacional.

Em 2005, foi instituído o Comitê de Regulação, por intermédio da Portaria CVM/PTE/Nº 42, de 6 de maio de 2005, que tem por atribuição debater e revisar as propostas de edição de atos normativos a serem submetidas à apreciação do Colegiado, representando, assim, um importante foro de discussão sobre iniciativas da CVM nessa área. O Comitê de Regulação é composto pelos titulares de diversas Superintendências da CVM, bem como pelo titular da SDM, que possui a incumbência de assessorar o titular da SGE na condução das reuniões.

### **2.5.2. DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES**

- Assessorar o Colegiado da CVM no planejamento de regulamentação do mercado de capitais.
- Elaborar estudos que visem ampliar a base do mercado, promovendo o aumento do número de participantes mediante novos mecanismos de investimento/financiamento.
- Analisar as principais tendências e características dos sistemas financeiros e dos mercados de capitais, nacional e internacional, a fim de recomendar a adoção de medidas dirigidas a apoiar a modernização, a consolidação e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.
- Revisar sistematicamente atos normativos da CVM e sua adequação às necessidades do mercado.
- Acompanhar o desenvolvimento dos principais centros financeiros internacionais, bem como dos mercados de capitais de países selecionados, através de estudos gerais ou específicos.
- Elaborar estudos, projetos e normativos que consolidem a internacionalização do mercado de capitais.
- Contribuir para disseminar, junto ao meio empresarial, o conhecimento sobre o mercado de capitais, mediante a realização de seminários, reuniões especializadas e estudos específicos.
- Viabilizar decisões da CVM que visem à melhoria da eficiência do mercado.

- Participar, em conjunto com outras superintendências, na elaboração de atos normativos que expressem a introdução de mudanças administrativo-operacionais nos atos baixados pela CVM.
- Estudar a introdução de novas práticas, instrumentos e operações no mercado, identificando seu impacto, as restrições existentes para a adoção das mesmas e, quando for o caso, viabilizar tal adoção elaborando os atos normativos competentes.
- Apresentar aos demais componentes organizacionais da CVM e, quando for o caso, aos integrantes do mercado de capitais, os projetos, estudos e atos normativos da CVM.

### **2.5.3.     *PROJETOS E TRABALHOS CONCLUÍDOS***

No ano de 2005, foram concluídos sete projetos de regulação conduzidos pela SDM, que resultaram na edição das seguintes Instruções:

- **Instrução nº 424, de 04.10.2005:** dispõe sobre o cadastramento de bancos comerciais, bancos múltiplos sem carteira de investimentos na CVM, da Caixa Econômica Federal e das cooperativas de crédito, como condição para exercício das atividades de distribuição de cotas de fundos de investimento - Revoga a Instrução nº 417.
- **Instrução nº 423, de 28.09.2005:** dispõe sobre o registro na CVM e o envio de informações dos Fundos de Aposentadoria Programada Individual - FAPI.
- **Instrução nº 422, de 08.09.2005:** dispõe acerca da emissão de Nota Comercial do Agronegócio para distribuição pública e dos registros de oferta pública de distribuição e de emissora desse valor mobiliário.
- **Instrução nº 419, de 02.05.2005:** dispõe sobre procedimento dinâmico para o cadastramento de investidores não-residentes, altera e acrescenta dispositivos às Instruções nºs. 387 e 325.
- **Instrução nº 416, de 29.03.2005:** estabelece prazo para adaptação da carteira dos fundos de investimento extramercado.
- **Instrução nº 415, de 22.02.2005:** acrescenta as empresas inovadoras aos artigos da Instrução nº 209, em observância ao prazo para regulamentar a matéria estabelecido na Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004.
- **Deliberação CVM nº 481, de 29.04.2005:** dispõe sobre a concessão de vista de autos de processos administrativos de qualquer natureza instaurados no âmbito da CVM;

A SDM também participou da alteração de normas em vigor, com o objetivo de promover sua atualização e adequação:

- **Instrução nº 420, de 24.06.2005:** dispõe sobre o recolhimento da Taxa de Fiscalização de Títulos e Valores Mobiliários instituída pela Lei nº 7.940/89, altera a Instrução nº 110 e revoga a Instruções nºs. 112, 128 e 219.
- **Instrução nº 418, de 19.04.2005:** altera a Instrução nº 205 para ampliar o rol das instituições habilitadas à administração dos Fundos de Investimento Imobiliário.
- **Deliberação nº 485, de 26.07.2005:** altera a Deliberação CVM nº 61/88, estabelecendo condições específicas para reembolso de capital do “The Brazil Fund”.
- **Deliberação nº 486, de 17.08.2005:** cria e regulamenta o funcionamento do Comitê de Termo de Compromisso mediante alterações na Deliberação 390, de 2001.

#### **2.5.4. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM 2005**

Foram conduzidas 11 audiências públicas:

- **Audiência Pública nº 01/2005:** alteração da Instrução nº 414, que dispõe sobre registro de companhia aberta para companhias securitizadoras de créditos imobiliários e oferta pública de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, objetivando submeter à audiência pública a própria Instrução, com destaque para os pontos suscitados no edital desta audiência pública.
- **Audiência Pública nº 02/2005:** minuta de Instrução que dispõe sobre o envio à CVM de balancetes mensais dos Fundos de Investimento em Empresas Emergentes, dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, dos Fundos de Investimento em Participações e do FUNCINE.
- **Audiência Pública nº 03/2005:** minuta de Deliberação que dispõe sobre a concessão de vista de autos de processos administrativos instaurados.
- **Audiência Pública nº 04/2005:** minuta de Instrução que altera as Instruções nºs 387 e 325, de forma a instituir procedimento simplificado de cadastramento investidores não residentes no País.
- **Audiência Pública nº 05/2005:** trata dos fundos de investimento em empresas cuja atividade principal seja a inovação, posteriormente à edição da Instrução nº 415, que tratou

preliminarmente da matéria frente ao prazo legal para sua regulamentação (Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004). Entendeu-se que, para o andamento do processo, é importante aguardar uma definição clara dos incentivos fiscais aplicáveis.

- **Audiência Pública nº 06/2005:** minuta de Instrução sobre negociação de BDR Nível I.
- **Audiência Pública nº 07/2005:** minuta de Instrução que regulamenta a Nota Comercial do Agronegócio (NCA).
- **Audiência Pública nº 08/2005:** alteração da Instrução nº 168, que dispõe sobre operações sujeitas a procedimentos especiais de negociação em bolsas de valores.
- **Audiência Pública nº 09/2005:** minuta de Deliberação que altera a Deliberação nº 390, que dispõe sobre a celebração de termos de compromisso no âmbito de processos administrativos sancionadores.
- **Audiência Pública nº 10/2005:** minuta de Instrução que dispõe sobre a suspensão e o cancelamento de registro de companhia incentivada.
- **Audiência Pública nº 11/2005:** proposta de alteração da Instrução nº 356, com o objetivo de disciplinar as atribuições dos custodiantes em relação à verificação dos direitos creditórios que compõe o patrimônio dos fundos de investimento em direitos creditórios.

### **2.5.5. PROJETOS DE REGULAMENTAÇÃO EM ESTUDO**

A SDM trabalhou, ao longo do ano de 2005, em diversos projetos de regulação, em conjunto com as áreas técnicas afins da CVM. Merecem destaque os seguintes projetos de regulamentação, ainda em fase de elaboração:

- Alteração da Instrução nº 409, visando estabelecer novos limites de composição de carteira dos fundos de investimento, bem como outros aperfeiçoamentos.
- Minuta de Instrução que dispõe sobre a constituição e o funcionamento das bolsas de valores e das bolsas de mercadorias e futuros, que substituirá Resolução nº 2690, do Conselho Monetário Nacional.
- Reforma da Instrução nº 205, que dispõe sobre os Fundos de Investimento Imobiliários.
- Reforma das normas que regulam a constituição e o funcionamento dos clubes de investimento.

- Reforma das Instruções nº 89 e 115, que dispõem sobre os serviços de custódia, e de escrituração de valores mobiliários.
- Elaboração de Minuta de Instrução que dispõe sobre a aprovação de modelos de contratos derivativos para negociação nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros.
- Inclusão, na Instrução nº 361, de Anexo III, estabelecendo procedimentos a serem observados na elaboração de laudos de avaliação a serem apresentados nas ofertas públicas de aquisição de ações.
- Minuta de Instrução que dispõe sobre o envio de informações à CVM por administradores de fundos de investimento (FIEE/FIDC/FUNCINE e FIP).
- Proposta de reforma da Instrução nº 355, que dispõe sobre o exercício da atividade de agente autônomo de investimento.
- Reforma da Instrução nº 122, que dispõe sobre a identificação de comitentes finais nas operações cursadas nas bolsas de valores, de forma a abranger as operações cursadas nas bolsas de mercadorias e futuros e nas entidades do mercado de balcão organizado.
- Instrução sobre captação de ordens pulverizadas para execução em pregões e venda de cotas de fundos por bancos comerciais.
- Minuta de Instrução que institui normas visando a atualização do Cadastro de Participantes do MVM.
- Minuta de Deliberação que dispõe sobre o procedimento administrativo fiscal para cobrança da taxa de fiscalização do MVM, instituída pela Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989.
- Alteração da Deliberação nº 463, que dispõe sobre o recurso de decisões dos Superintendentes.
- Reforma da Resolução nº 1.927, que dispõe sobre “Depositary Receipts”, para inclusão de outros valores mobiliários.
- Uniformização de critérios para credenciamento de participantes do mercado, abrangendo as Instruções nºs. 306, 308, 355 e 388.
- Minuta de Instrução que dispõe sobre a suspensão e cancelamento de registro de companhias incentivadas.
- Estabelecimento de critérios de rateio em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.
- Alteração da Instrução nº 301, visando sua adequação aos princípios da IOSCO e às recomendações do “Financial Action Task Force – FATF”.



## **2.6. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – SRI**

### **2.6.1. COMPETÊNCIA**

À Superintendência de Relações Internacionais (SRI) compete administrar a execução dos convênios de cooperação técnica, de troca de informações de fiscalização conjunta entre a CVM e os órgãos correspondentes de outros países e representar a CVM junto às instituições internacionais relacionadas aos órgãos reguladores, ou outros organismos atuantes na área de valores mobiliários, coordenando a execução de trabalhos que se façam necessários.

### **2.6.2. COMENTÁRIO GERAL SOBRE AS ATIVIDADES**

Ao longo do ano de 2005, a CVM deu continuidade à sua participação em diversos foros que congregam reguladores de valores e de integração econômica no mundo. Todavia, devido a restrições orçamentárias, em diversos casos a participação restou prejudicada.

De um modo geral, as atividades internacionais da CVM podem ser assim divididas:

#### **A. Relações multilaterais**

A.1 - Organismos que congregam reguladores de valores: Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO), Conselho de Reguladores de Valores da América (COSRA), Instituto Ibero-americano de Mercado de Valores (IIMV), CONFERÊNCIA DE BOCA RATÓN, Enlarged Contact Group on Supervision of Investment Funds (ECG)

A.2 - Processos de integração econômica: Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

A.3 – Organização das Nações Unidas (ONU)

A.4 – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

A.5 – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial

A.6 – Conferência de Haia e Unidroit

A.7 - Financial Action Task Force – FATF

#### **B. Relações bilaterais**

B.1 - Acordos de Cooperação Técnica e Troca de Informações – MoU

B.2 - Relações bilaterais com entidades pares no exterior

#### **C. Difusão de informações**

C.1 - Atendimento a pessoas físicas e jurídicas do exterior

C.2 - Manutenção da seção de relações internacionais da homepage

C.3 - Treinamentos no exterior

C.4 - Relações com o Ministério das Relações Exteriores (MRE)

As atividades em cada um desses segmentos encontram-se, a seguir, detalhadas:

### **2.6.3.    **RELAÇÕES MULTILATERAIS****

Seguimos com a política de se alocar, em reuniões técnicas internacionais, as áreas-fim da CVM *vis-à-vis* os assuntos de sua competência, o que traz um benefício mais direto a ditas áreas. Desta forma, participam atualmente dos foros de caráter permanente a SIN (Comitê Permanente da IOSCO sobre fundos e Enlarged Contact Group), a SMI (Comitê Permanente da IOSCO sobre mercados secundários) e a SNC (Comitê Permanente da IOSCO sobre contabilidade e ISAR da ONU), cabendo à SRI a coordenação do processo, bem como a participação no Comitê Permanente da IOSCO sobre *enforcement* e troca de informações.

#### **A.1    Organismos que Congregam Reguladores de Valores**

##### **A.1.1   Organização Internacional das Comissões de Valores - IOSCO**

A IOSCO é a organização que congrega, mundialmente, os reguladores de valores no mundo, tendo como membros ordinários 102 países. Membro fundador da IOSCO, a CVM participou, em 2005, de várias reuniões de grupos de trabalhos, assim como da elaboração de trabalhos técnicos.

##### **Comitê Executivo**

O Comitê Executivo é composto por 19 jurisdições, sendo nove eleitas pela totalidade dos membros para mandatos de dois anos. A CVM foi eleita em 2002 para o biênio 2003/2004. A partir de então, permaneceu com assento devido à sua eleição para a presidência do Comitê Interamericano (COSRA). O Comitê Executivo se reuniu por três ocasiões durante o ano. A primeira ocorreu em fevereiro, na Cidade do Cabo (África do Sul). A segunda, em abril, na cidade de Colombo (Sri Lanka), tendo sido a CVM em ambas representada pelo seu Presidente e por seu Superintendente de Relações Internacionais. A última ocorreu em outubro, na cidade de Frankfurt, da qual participaram o Superintendente de Relações Internacionais e um Diretor. Além dos assuntos de cúpula tratados, podemos também destacar a análise dos relatórios oriundos de Forças-Tarefas, tais como a Implementação dos Princípios de Regulação da IOSCO, com ênfase na instauração da Metodologia de Avaliação que tem a finalidade de prestar melhor assistência aos membros, que através desta podem estimar seus graus de inserção nos preceitos da organização.

Outrossim foi discutida a cooperação conjunta entre a IOSCO e outras instituições financeiras internacionais, tais como o FMI e o Banco Mundial, para assegurar coerência de suas atuações nos setores-padrão internacionais e buscando análises transparentes a respeito da regulação de valores mobiliários.

O Comitê também expôs o esforço na divulgação e adaptação dos membros ao *Memorando Multilateral de Entendimento* da IOSCO.

## **Comitê de Mercados Emergentes**

Nas reuniões desse comitê, deu-se continuação aos trabalhos referentes aos cinco grupos de trabalho, a saber: WG-1- Contabilidade e *Disclosure*; WG-2- Mercados Secundários; WG-3- Intermediários de Mercado; WG-4- *Enforcement* e Troca de Informações; e WG-5- Administração de Investimentos Coletivos.

Com referência ao WG-5, grupo que o Brasil preside e que, desde 2000, encontra-se sob a responsabilidade do titular da Superintendência de Investidores Institucionais (SIN), houve, ao longo de 2005, duas reuniões, sendo uma em abril, por ocasião da Conferência Anual da IOSCO em Colombo, e outra em dezembro, em Bridgetown. O Grupo apresentou os dados consolidados do mandato em que vem trabalhando desde 2004, que versa sobre uma pesquisa sobre o atual estado de desenvolvimento dos Fundos de Investimento, incluindo o arcabouço normativo, nas jurisdições dos membros do EMC. O principal objetivo desta pesquisa, ao identificar a atual situação de seus membros no que tange os Fundos de Investimento, foi estabelecer diretrizes para futuros mandatos, de modo que os mesmos possam ser planejados de acordo com as reais necessidades e interesses do grupo.

## **Comitê Técnico**

O Comitê Técnico é dividido em cinco grupos denominados “*Standing Committees*” (SC).

Apesar de não ser membro do Comitê Técnico, a CVM tem assento nos grupos: SC1 (Contabilidade), SC2 (Mercados Secundários), SC5 (Fundos de Investimento) e SC4 (*Enforcement* e Troca de Informações). Neste último, os trabalhos mais importantes deste ano continuaram relacionados ao memorando de entendimento multilateral.

Ao longo de 2005, houve três reuniões do **SC-1**, tendo a CVM sido representada pelo inspetor Uwe Kehl, da Superintendência de Normas Contábeis (SNC), na cidade de Madri, em fevereiro, em Bruxelas, em julho, e em Tóquio, em novembro. Na pauta, houve delimitação de três vertentes de discussão: *convergência de normas de contabilidade, auditoria e divulgação de informações brasileiras e internacionais*.

Na primeira, houve a elaboração de um banco de dados que futuramente servirá para promover interpretações regulatórias e consistentes pelos órgãos reguladores acerca das Normas Internacionais de Contabilidade.

Na segunda, foram analisados dois projetos relativos à revisão da definição de “network firm” (rede de firmas) e ao novo Código de Ética. O SC-1 recomendará modificações no tocante à confidencialidade que os auditores são obrigados a manter, mesmo quando da detecção de fraudes, exceto quando em um país houver lei que obrigue a atuação diversa. Outro projeto em pauta é o “Clarity”, que versa sobre a utilização de linguagem clara e objetiva no texto das normas internacionais de auditoria – ISAs. Isto será a base para todos os futuros pronunciamentos e existe a necessidade dos objetivos de cada ISA serem obrigatórios, devendo, portanto, serem redigidos em linguagem precisa, de modo a possibilitar adequada aplicação da lei (“enforcement”) pelos órgãos reguladores. Outrossim, fora exposto a iniciativa dos órgãos supervisores de auditores recém criados em gerar uma organização internacional própria.

Na terceira, iniciou-se o projeto intitulado “Comentários da Administração”. A princípio, a proposta é de delinear uma estrutura para divulgação, capaz de identificar itens que a Administração das entidades deve levar em conta quando da preparação de seus comentários acerca de determinado período contábil.

O **SC-2** se reuniu três vezes em 2005. A CVM foi representada pelo gerente Marcos Galileu Lorena Dutra na reunião de Roma, em maio. A reunião de janeiro, em Kyoto, não contou com a presença da CVM dado que o orçamento anual ainda não havia sido liberado. Tampouco participamos da reunião de setembro no México.

Nos eventos houve o início de um estudo sobre “Exchange demutualization: regulatory implications of the business model”. Foi discutida a elaboração de um relatório sobre políticas de tratamento de erros nas negociações; foi aprovado o novo projeto de estudos sobre “Multi-jurisdictional information for market oversight”, que foi discutido ao longo do primeiro semestre (a primeira versão do relatório deve ser discutida na reunião do SC-2 em janeiro de 2006). Foi iniciado o processo de revisão do relatório sobre transparência no mercado de *corporate bonds*. No âmbito deste último item, também foi enviado um pedido de comentários às instituições do mercado brasileiro (BOVESPA, CETIP, ANDIMA, BNDES) que deve ser posteriormente encaminhado ao grupo relator do SC-2.

Foram ainda discutidos assuntos relacionados a (i) risk-based methodology (metodologia de consideração de risco em matéria de regulação) e (ii) convenções da UNIDROIT.

O **SC-4** se reuniu três vezes em 2005, tendo a CVM sido representada pelo seu Superintendente de Relações Internacionais, em Sidney, em Bergen e em Madri. Foi aprovada uma proposta de resolução a ser apresentada no Comitê Executivo da IOSCO versando sobre congelamento e repatriação de ativos, e foram analisadas algumas jurisdições não-cooperantes, assim como analisados novos pedidos de países membros para assinatura do Memorando Multilateral de Entendimento da IOSCO (MMOU).

O **SC-5** se reuniu por três vezes, tendo sido representado pelo Superintendente Carlos Sussekind, da SIN, em fevereiro na cidade de Madri, em junho, em Lisboa, e no Rio de Janeiro, em novembro. O Comitê Técnico Permanente sobre Administração de Recursos de Terceiros abordou temas como *Lavagem de dinheiro no contexto da indústria de fundos de investimento*; *“Soft Commissions”*; *Remuneração do Administrador de Carteiras e questões controversas*; *Abordagem baseada em Risco (apresentação da versão preliminar desta pesquisa, incluindo discussão sobre as definições existentes de administração internacional de recursos de terceiros e o atual nível de harmonização)*; *Fundos Hedge e questões relacionadas (definição do trabalho a ser realizado com a participação ativa da indústria em assuntos-chave no âmbito dos hedge funds (valuation, risk measurement and administration process)*; *Responsabilidades dos fundos de investimento no exercício governança corporativa (discussão do mandato sobre “Governança de Fundos de Investimento (CIS)”, incluindo follow-up de comentários recebidos após apresentação da primeira versão e discussão da segunda versão do documento, que irá aprofundar o “princípio de supervisão independente”)*; e *Erros de apreçamento na distribuição de quotas*.

A Força-Tarefa sobre Implementação dos Princípios da IOSCO reuniu-se por duas vezes no ano de 2005: a primeira em abril, em Colombo, e a segunda em junho, em Washington. Foi discutido o trabalho elaborado pelo FMI a respeito da *governança sobre reguladores de valores*.

### **Comitê Interamericano**

O Comitê Interamericano atua sob a égide do COSRA. O Brasil, eleito presidente do COSRA em março de 2004, foi automaticamente eleito presidente do Comitê Interamericano para o biênio 2004/2006.

### **XXX Conferência Anual da Iosco**

As autoridades reguladoras de valores mobiliários reuniram-se em abril, na cidade de Colombo, no Sri Lanka.

A IOSCO endossou formalmente uma série de prioridades operacionais que vão fortalecer ainda mais a eficácia da Organização. Os objetivos incluem manter o papel da IOSCO como o modelo internacional na Regulação de Valores, através do fortalecimento relacionado à cooperação transfronteiriça e a implementação dos *Objetivos e Princípios da Regulação de Valores Mobiliários (princípios IOSCO)*. Parte da estratégia é enfatizar o Memorando Multilateral de Entendimento da IOSCO (MMOU). O MMOU, que foi adotado em 2002, é uma das mais significantes contribuições da Organização para a Cooperação Internacional entre Reguladores e a efetiva fiscalização transfronteiriça dos mercados. Por reconhecer a importância do seu papel no aumento da qualidade da regulação dos mercados de valores e no fortalecimento da cooperação entre os Órgãos Reguladores, a IOSCO assegurou que vai continuar trabalhando para manter o sucesso efetivo e contínuo destas áreas, as quais considera conquistas-chave da Organização nos últimos anos.

Nesta 30ª Conferência Anual, a IOSCO adotou um calendário no qual todos os reguladores membros que ainda não assinaram o MMOU deverão envidar esforços para fazê-lo até 1º de janeiro de 2010. Até essa data, todos os reguladores membros devem assinar o MOU ou ter expressado (através do Apêndice B) o comprometimento com as autoridades legais de que vão assiná-lo. Para alcançar estes objetivos, a IOSCO vai dar a assistência técnica necessária para os membros que a necessitem.

Foi reiterado o suporte para o trabalho da Junta de Padrões de Contabilidade, que incentiva os países a aceitarem demonstrativos financeiros que sejam preparados de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras. A IOSCO vem também desenvolvendo métodos de incentivo à cooperação entre membros sobre interpretação regulatória e para fazer cumprir os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras.

Doze entidades foram aceitas como novos membros, sendo três como membros ordinários, uma como membro associado e oito como membros afiliados, incluindo a Associação Nacional de Bancos de Investimentos do Brasil (ANBID).

#### **A.1.2 Conselho de Reguladores de Valores da América - COSRA**

O COSRA, fundado em 1992, oferece um foro para estimular a cooperação mútua e o intercâmbio de informações com o intuito de melhorar os esforços realizados por cada um dos países da região para desenvolver e melhorar o crescimento de mercados de valores saudáveis e justos para todos os investidores.

De estrutura mais informal que a IOSCO, as atividades do COSRA são baseadas em debates técnicos. Atualmente, o mandato debatido é sobre formas de financiamento e acesso ao mercado de pequenas e médias empresas, trabalho coordenado pela SEC dos Estados Unidos, no qual a CVM coordena o subgrupo relacionado a formas de facilitar o acesso ao mercado de capitais.

Ao longo de 2005, houve duas reuniões de trabalho, tendo sido uma em março, em Quito, e outra em setembro, em Cartagena. A CVM foi representada em ambas por seu Presidente e por seu Superintendente de Relações Internacionais.

O mandato sobre pequenas e médias empresas foi finalizado com a produção de um relatório que servirá de base para a realização de um seminário sobre o assunto a se realizar em março de 2006 em Miami, junto com a próxima reunião do COSRA.

### **A.1.3 Instituto Ibero-americano de Mercado de Valores – IIMV**

A Fundação Instituto Ibero-americano de Mercado de Valores (IIMV) é uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Madri (Espanha) e que tem por objetivo favorecer um melhor conhecimento da estrutura e regulação dos mercados de valores nos países ibero-americanos, desenvolver mercados de valores transparentes e íntegros, assim como incrementar a relação entre os reguladores, a iniciativa privada e os profissionais do mercado.

O Conselho dos Presidentes, neste Instituto, que já foi presidido pela CVM, é presidido pela Comissão Nacional do Mercado de Valores de Portugal. A CVM, por conta do instituto, disponibiliza anualmente servidores para atuarem como instrutores de treinamentos promovidos pelo mesmo em países da América Latina.

Em 2005 a CVM foi representada na reunião do Conselho de Autoridades do IIMV pelo seu Superintendente de Relações Internacionais. Houve apresentações sobre Regulação e Supervisão de Mercados, que se destinaram a provocar e ordenar debates sobre o tema, o qual constitui a prioridade do Instituto nas atividades a serem programadas para 2006.

A CVM contribuiu também com diversos artigos que foram publicados na Revista Ibero-americana de Mercado de Valores.

### **A.1.4 Conferência de Boca Ratón**

Não houve participação da CVM nesse foro, devido a sua realização ter sido concomitante com o período da Reunião do COSRA.

### **A.1.5 Enlarged Contact Group on Supervision of Investment Funds – ECG**

A reunião anual deste foro informal de troca de informações sobre fundos de investimento ocorreu em Dublin, no mês de setembro, com participação do Superintendente de Investidores Institucionais (SIN). Foram debatidos assuntos sobre administração de fundos de investimento e suas implicações jurídicas; divulgação de informações e relatórios de fundos de investimento; métodos de fiscalização de fundos de investimento; conflitos de interesse e códigos de conduta, assim como impostos incidentes sobre ganhos de fundos de investimento.

## **A.2 Organismos de Integração Regional**

### **A.2.1 Mercado Comum do Sul – MERCOSUL**

Desde que foi criado, a CVM vem coordenando a Comissão de Mercado de Capitais do Subgrupo de Assuntos Financeiros (SGT-4) deste tratado de livre comércio entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. No ano de 2005, por decisão do Ministério da Fazenda, não houve reuniões do Subgrupo de Investimentos (SGT-12). Devido a restrições orçamentárias, não pudemos atender aos convites do Ministério das Relações Exteriores para participar das reuniões do Grupo de Serviços (GS). A

presidência *pro tempore* do bloco ficou a cargo do Paraguai, no primeiro semestre, e do Uruguai, no segundo, o que fez com que as reuniões fossem sediadas naqueles respectivos países.

Sob o regime de presidências *pro-tempore* (seis meses para cada País-membro), o SGT-4 é coordenado pelo Banco Central de cada país. A CVM coordena nacionalmente a Comissão de Mercado de Capitais que, atualmente, encontra-se debatendo os seguintes temas:

1. Acordo-Marco sobre Compensação e Liquidação de Operações, o qual versa sobre a harmonização das legislações dos membros nessa área e encontra-se pendente a pedido de Paraguai e Uruguai para ajustes internos;
2. Informação sobre novas normas regulatórias do mercado de capitais aprovadas em cada país membro;
3. Informações estatísticas consolidadas dos mercados de cada membro e manutenção do site do SGT-4;
4. Esforços para o desenvolvimento de um mercado de capitais regional, por meio de levantamentos e informes preliminares sobre os pré-requisitos necessários para a criação do mesmo;
5. Aprofundamento dos compromissos em serviços financeiros (listas de ofertas): análise de um quadro comparativo das Listas de Ofertas da V Rodada do Mercosul com o objetivo de analisar os itens não-consolidados.

Destaca-se também que, ao longo de 2005, a CVM analisou propostas do acordo, no que tange a serviços e investimentos, no Acordo birregional Mercosul-União Européia, Mercosul-México, Mercosul-Canadá e Mercosul-Chile.

### **A.2.2 Área de Livre Comércio das Américas – ALCA**

Com a Cúpula das Américas, realizada em dezembro de 1994, os Chefes de Estado e de Governo de 34 países da região decidiram construir a Área de Livre Comércio das Américas - ALCA e concluir as respectivas negociações até o ano de 2005.

A CVM vem acompanhando desde o ano de 1999 a negociação dos grupos de serviços e investimentos, sobretudo no que toca à arquitetura do acordo geral e ao acordo específico sobre serviços financeiros. No ano de 2005, o acordo não avançou. Ainda, continuamos acompanhando o assunto junto ao MRE, participando do Grupo Interministerial de Comércio Internacional (GICI) de serviços, e da Seção Nacional da ALCA (SENALCA).

### **A.2.3 Organização Mundial do Comércio – OMC**

A OMC é o organismo internacional que lida com as regras de comércio exterior entre as nações. Fundada em 1º de janeiro de 1995, descende do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), existente desde 1948. Após a rodada Uruguai, passou, também, a tutelar o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços – GATS.

A CVM tem participado do processo negociador relativo a serviços financeiros desde a rodada específica realizada em abril de 1997, da qual resultaram compromissos específicos de cada país nesse setor, agrupados no que se denominou ‘V Protocolo’. Atualmente, a CVM participa da

delegação brasileira para a nova rodada de negociações mandatadas com o objetivo de aumentar o grau de liberalização do comércio internacional de serviços financeiros. Trabalhando em conjunto com o MRE, a SRI, juntamente com entidades auto-reguladoras, vem procedendo à análise dos pedidos (*requests*) em serviços financeiros no âmbito da OMC. Acompanhamos "in loco" as reuniões de junho e de setembro, ambas na sede da Organização em Genebra.

#### **A.2.4 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE**

A OCDE reúne os países desenvolvidos com o objetivo de promover o desenvolvimento de políticas econômicas e sociais. O Brasil é observador da organização. Neste ano, não fomos convocados para as reuniões dos membros.

Ainda no âmbito da OCDE, a CVM acompanha as reuniões plenárias do FATF (Financial Action Task Force), conhecido em português pela sigla GAFI. Este ano a CVM esteve presente à reunião da FATF em junho, em Cingapura, tendo sido representada por seu analista da SMI.

O FATF concluiu os seguintes tópicos sobre novas tendências e técnicas relacionadas ao monitoramento de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, denominadas Tipologias, envolvendo:

- a) Sistemas alternativos de envio de dinheiro (alternative remittance systems);
- b) Tráfico de drogas relacionado com o financiamento do terrorismo;
- c) Lavagem de dinheiro associado ao tráfico de pessoas e à imigração ilegal;
- d) As vulnerabilidades do setor de seguros em relação à lavagem de dinheiro;
- e) Métodos e tendências relacionadas à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

Outrossim, houve uma revisão dos setores domésticos sem fins lucrativos (preventing misuse of non-profit organisations), na qual foi dispensada uma maior atenção sobre as características das ONGs e particularidades que possam relacioná-las com o risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, visando a buscar formas de partilhar informações sobre tais riscos.

Na mesma sessão, o FATF aprovou a adoção da Recomendação Especial IX, a qual exige que os países-membros implementem medidas para identificar trânsito de papel moeda entre fronteiras (physical cross-border transportation of cash) e regulamentar medidas monetárias, visando a tornar mais eficiente o tratamento dos denominados cash couriers.

Cabe ressaltar que este grupo, do qual o Brasil faz parte através do COAF, faz, anualmente, inspeção no Brasil para analisar o efetivo combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Essas visitas à CVM e aos participantes do mercado de capitais são coordenadas em conjunto pela SRI e pela SMI.

#### **A.3 Organização das Nações Unidas - ONU**

A CVM participa, na pessoa do Superintendente de Normas Contábeis, do Grupo Intergovernamental de Trabalho da ONU de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Divulgação de Informações (ISAR), destinado a promover a harmonização contábil. Somos o representante oficial do Brasil nesse foro. Nesse contexto, participamos da 22ª Reunião ocorrida em Genebra, no mês de novembro, onde foi tratada a revisão das questões de implementação prática dos Padrões dos Relatórios Financeiros Internacionais. Depois de conduzir



revisão comparativa da relevância da responsabilidade corporativa, deu-se continuidade aos trabalhos no relatório a respeito do assunto, com a finalidade de se desenvolver uma orientação em divulgações voluntárias. A orientação prevê uma visão geral dos principais acionistas de uma empresa, diante de suas necessidades por informação.

#### **A.4 Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID**

A CVM deu continuação ao trabalho de operacionalização da doação de US\$ 2 milhões, que terá dela igual contrapartida, a cargo da GAP/SAD.

#### **A.5 Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial**

A CVM foi representada pelo seu Superintendente de Relações Internacionais junto à reunião anual do Financial Stability Fórum (FSF), realizada às margens da reunião anual do FMI. Nesta reunião, foi feita uma avaliação dos princípios internacionais de regulação utilizados pelo Fundo por ocasião do FSAP (Financial Sector Assessment Program). No que tange ao Banco Mundial, as atividades foram centradas na operacionalização do empréstimo à CVM, a cargo da GAP/SAD.

#### **A.6 Conferência de Haia**

Uma vez aprovado o texto básico do acordo da Conferência Internacional de Direito Privado de Haia sobre Lei Aplicável ao Penhor de Valores Mobiliários, a qual tenta definir qual a jurisdição aplicável em caso de execução de garantias (colaterais), a CVM fez a tradução do referido acordo para o Português, e está acompanhando os trâmites de internalização do mesmo.

Nesse contexto, foi também convidada a participar de reuniões informais organizadas pela CBLC e pelo UNIDROIT, que concentram esforços para a elaboração de direito substantivo sobre o processo em cada País signatário daquele acordo.

### **2.6.4. *RELAÇÕES BILATERAIS***

#### **B.1 Acordos de Cooperação Técnica e Troca de Informações – MOUs**

Os países com os quais a CVM tem MOUs em vigor no momento são os seguintes: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bolívia, Canadá (Quebec), Chile, China, Cingapura, Equador, Espanha, EUA (SEC), EUA (CFTC), França, Grécia, Hong Kong, Itália, Luxemburgo, Malásia, México, Paraguai, Peru, Portugal, Romênia, Tailândia, Taipei. A SRI está em negociações com Israel e Rússia visando a dar uma maior abrangência à cooperação internacional, alternativamente em relação ao MMOU da IOSCO, para o qual continuamos o esforço no intuito de viabilizar nossa participação, tendo em vista que, futuramente, este poderá vir a substituir a teia de MoUs bilaterais existente. Atualmente, aguardamos modificações na legislação sobre sigilo bancário, pois não podemos hoje receber do BACEN e transmitir a terceiros, ainda que sob sigilo, informações protegidas por sigilo bancário.

#### **B.2 Relações bilaterais com entidades pares no exterior**

Foram respondidas pela CVM questões de natureza diversas vindas de muitos países, sobretudo daqueles membros do COSRA. Exemplo de tais consultas são as referentes à estrutura da CVM,

supervisão de mercado, mercados derivativos, fundos de investimento, fusões e aquisições, informação privilegiada, transparência, entre outras.

## **2.6.5. DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES**

### **C.1 Atendimento a pessoas físicas e jurídicas do exterior**

No ano de 2005, dando prosseguimento à tendência verificada nos anos anteriores, além das referentes aos reguladores, recebemos numerosas consultas de pessoas físicas e jurídicas do exterior sobre diversos temas. As questões mais recorrentes recaem sobre a possibilidade de corretoras estrangeiras abrirem contas para brasileiros, o que motivou amplas discussões internas, as quais culminaram na elaboração e aprovação, em setembro, de dois pareceres de orientação.

### **C.2 Manutenção da seção de relações internacionais da homepage**

A SRI atualizou diversas informações na página criada na Internet dentro do site da CVM, a qual se destina a informar sobre as atividades internacionais da autarquia. A maior parte das atualizações recaíram sobre a legislação em vigor.

### **C.3 Treinamentos**

Devido a restrições orçamentárias, não foi possível enviar treinandos com ônus para o exterior. Por restrições orçamentárias, deixamos também de enviar treinandos a eventos tradicionais, como os treinamentos anuais da IOSCO e da *Commodities and Futures Trade Commission* – CFTC. A participação em outros eventos só foi viabilizada sob o acordo da CVM com o Banco Mundial.

### **C.4 Relações com o Ministério das Relações Exteriores - MRE**

Continuamos a interagir com o MRE nos Grupos negociadores de serviços. A CVM atendeu a uma série de demandas daquele órgão. A SRI é o representante da CVM junto ao GICI (Grupo Interministerial de Comércio Internacional e seus Subgrupos de Investimentos e Serviços), à SENALCA (Sessão Nacional da ALCA) e da SENEUROPA (Sessão Nacional das Negociações Mercosul – União Européia).

Em 2005, a CVM contribuiu para a finalização do Trade Policy Review (TPR) da OMC. Trata-se de um relatório elaborado por aquela Organização a cada quatro anos, visando a dar transparência ao arcabouço legal de cada órgão nacional responsável pelos diversos segmentos do setor de serviços, negociados no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) e investimentos. Representou a CVM a SRI por meio do seu Gerente de Relações Internacionais.

### **C.5 Outros**

O Superintendente de Relações Internacionais foi convidado pela IOSCO e proferiu palestra no Seminário sobre a Metodologia para a Avaliação da Implementação dos Princípios da IOSCO e o Acordo Multilateral de Entendimento sobre Consulta, Cooperação e Intercâmbio de Informação, realizado no mês de junho, em Lima.

O SRI e o SDM participaram, juntamente com o Diretor Sérgio Weguelin, das reuniões do BEST: Brazil Excellence in Securities Transactions, criado para a divulgação do mercado de capitais brasileiro nos principais mercados internacionais (Nova Iorque e Boston, em Londres e em Hong Kong e Cingapura). As reuniões também contaram com a presença de representantes do BACEN, BOVESPA, BM&F, CBLC e Tesouro Nacional.

A GRI organizou e recebeu as visitas de cinco delegações oficiais estrangeiras: duas da China, duas da Rússia e uma da Guatemala. China e Rússia vieram com a intenção de melhor conhecer a realidade do mercado de capitais brasileiro. Rússia, em sua segunda visita, enviou representante de sua autoridade do mercado de capitais para ratificar sua intenção de assinar um MoU com a CVM. Guatemala veio em busca de conhecimento sistêmico para desenvolver seu arcabouço jurídico-legal financeiro.

## 2.7. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EXTERNA – SFI

### 2.7.1. COMPETÊNCIA

A Superintendência de Fiscalização Externa (SFI) tem como principais atribuições a realização de inspeções (fiscalização direta) nas entidades integrantes do mercado de valores mobiliários e a instrução de inquéritos administrativos.

### 2.7.2. RESULTADOS E INDICADORES

São apresentados os indicadores de gestão da SFI, com dados até **31 de dezembro de 2005**.

DESCRIÇÃO		2001	2002	2003	2004	2005	2006 (*)
1	Nº inspeções realizadas	167	255	313	176	346	300
2	Nº inquéritos administrativos instaurados	18	14	28	17	30	30

(\*) Previsão

**Item 1** – Em 2005, foram efetuadas inspeções em 346 jurisdicionados. Deste total, 170 (49%) ocorreram em Fundos de Investimento, 48 (14%) em entidades integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, 17 (5%) em escritórios não-autorizados a intermediar valores mobiliários e o mesmo percentual em companhias abertas, conforme discriminado no quadro a seguir:

INSPECIONADAS	QUANTIDADE
CORRETORA DE VALORES	36
CORRETORA DE MERCADORIAS	03
DISTRIBUIDORA DE VALORES	09
ADMINISTRADOR DE CARTEIRA	14
AUDITOR INDEPENDENTE	16
PESSOA NÃO AUTORIZADA A INTERMEDIAR VALORES MOBILIÁRIOS	17
PESSOA NÃO AUTORIZADA A ADMINISTRAR CARTEIRA	13
COMPANHIA ABERTA	17
FUNDOS DE INVESTIMENTO	170
OUTROS	51
<b>TOTAL</b>	<b>346</b>

O aumento substancial do número de inspeções concluídas em 2005 (346) em relação a 2004 (176) decorreu principalmente da realização de 170 inspeções em Fundos de Investimento (incluídas 28 que foram inspeções de rotina) contra somente 57 feitas nesses mesmos jurisdicionados em 2004. O ingresso de novos inspetores no início do ano foi de fundamental importância para a melhoria da performance da SFI. O eixo Rio/São Paulo, onde foram realizadas 276 inspeções, concentrou 80% do total, de acordo com o demonstrativo infra:

<b>TIPOS INSTITUIÇÃO</b>	<b>DE</b>	<b>PE</b>	<b>MT</b>	<b>SC</b>	<b>SP</b>	<b>RJ</b>	<b>GO</b>	<b>RS</b>	<b>MG</b>	<b>BA</b>	<b>DF</b>	<b>PR</b>	<b>CE</b>	<b>PA</b>	<b>Σ</b>
Corretora de valores mobiliários				1	19	12		1				1	2		36
Corretora de mercadorias e de futuros						2		1							3
Distribuidora de valores mobiliários					4	5									9
Administrador de carteira				1	9	3		1							14
Consultor de valores mobiliários					1										1
Custodiante de títulos e valores mobiliários					2										2
Fundo de investimentos				4	110	49								7	170
Companhia aberta					4	4		3	4		2				17
Sociedade emissora de valores mobiliários não enquadrada nos demais itens								1							1
Banco de investimentos/múltiplo/comercial não enquadrado nos demais itens					5	1			2					1	9
Auditor independente				1	4	5		2	3			1			16
Pessoa não autorizada a intermediar valores mobiliários					11	1		3	1			1			17
Pessoa não autorizada a administrar carteira/fundo/ clube de investimentos ou imobiliário					7	3		3							13
Pessoa não autorizada a emitir e/ou colocar publicamente valores mobiliários	1	1		2	3		2	1	2	1		3			16
Outros					7	5		10							22
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>186</b>	<b>90</b>	<b>2</b>	<b>26</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>346</b>	

O quadro a seguir demonstra as incidências (375), por objetivos, das inspeções realizadas durante o ano de 2005. A verificação de possíveis irregularidades na gestão dos Fundos de Investimento, com 180 incidências, correspondeu a 48% do total dos assuntos abordados nas investigações. A verificação de eventuais práticas não-equitativas, fraudes, manipulação e criação de condições artificiais de mercado (Instrução CVM nº 08/89), com cerca de 7%, foi a segunda maior incidência. Em seguida, figura a verificação de intermediação no mercado de valores mobiliários por pessoas não-autorizadas, com aproximadamente 6% dos assuntos tratados nas inspeções. Com o mesmo percentual aproximado, aparece a verificação do exercício irregular de atividade de Administrador de Carteira de Fundo ou Clube de Investimento.

PRINCIPAIS ASSUNTOS OBJETO DAS INSPEÇÕES	QUANTIDADE
Adequação das demonstrações financeiras de bolsa de valores/de mercadoria e de futuros	0
Ocorrência de práticas não-equitativas, fraudes, manipulação e criação de condições artificiais de oferta e demanda	27
Cumprimento das normas operacionais e administrativas por fundo de investimento	180
Cumprimento das normas operacionais e administrativas por custodiante/depositário/prestador de serviço de valores mobiliários escriturais	60
Cumprimento das normas de combate à lavagem de dinheiro	13
Cumprimento das normas de administração de carteira	11
Cumprimento das normas de captação e aplicação de recursos da Lei do Audiovisual	0
Adequação das demonstrações financeiras e ITR's de companhia aberta	07
Não prestação de informações obrigatórias	03
Exercício abusivo de poder pelo acionista controlador	05
Gestão de administrador de companhia aberta	07
Utilização de informação privilegiada	0
Adequação dos procedimentos de auditoria	14
Intermediação de valores mobiliários por pessoa não autorizada	23
Administração de carteira/de fundo/de clube de investimento por pessoa não autorizada	21
Consultoria de valores por pessoa não autorizada	10
Emissão e/ou colocação pública de valores mobiliários sem registro na CVM	15
Outros	39
<b>TOTAL</b>	<b>375</b>

A partir de fevereiro de 2005, a SFI passou a proceder ao controle estatístico dos ofícios emitidos (solicitação de informações) e dos depoimentos tomados a termo visando complementar inspeções e/ou instruir inquéritos administrativos, chegando-se ao final do ano com 1244 ofícios expedidos e 123 depoimentos, conforme quadro a seguir:

PROCEDIMENTO /MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT DO ANO
<b>OFÍCIOS EXPEDIDOS</b>	-	27	22	124	70	296	84	203	185	84	136	13	<b>1244</b>
<b>DEPOIMENTOS PESSOAIS TOMADOS</b>	-	2	2	10	17	8	2	3	22	13	25	19	<b>123</b>

## **2.8. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS – SIN**

### **2.8.1. COMPETÊNCIA**

- Coordenar, supervisionar e fiscalizar o registro e o acompanhamento de carteiras de investidores não-residentes, fundos de investimento e clubes de investimento; e,
- Coordenar, supervisionar e fiscalizar o credenciamento e o acompanhamento do exercício de atividades de administrador de carteira, consultor e analista de valores mobiliários.

### **2.8.2. COMENTÁRIOS GERAIS**

A Superintendência de Relações com Investidores Institucionais (SIN) é composta por duas gerências e hoje suas atribuições quanto a Fundos e Carteiras de Investimento abrangem as seguintes modalidades:

- Prestadores de Serviços de Administração de Carteiras de Valores Mobiliários;
- Consultores de Valores Mobiliários;
- Analistas de Valores Mobiliários;
- Entidade Credenciadora de Analistas de Valores Mobiliários;
- Fundos de Investimento (Instrução CVM nº 409/2004);
- Fundos de Investimento Financeiro;
- Fundos de Aplicação em Cotas de Fundos de Investimento;
- Fundos de Investimento no Exterior;
- Fundos de Investimento em Títulos e Valores Mobiliários;
- Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Títulos e Valores Mobiliários;
- Fundos de Privatização - FGTS;
- Fundos de Privatização – FGTS – Carteira Livre;
- Fundos de Índice;
- Fundos de Investimento Culturais e Artísticos;
- Carteira de Títulos e Valores Mobiliários de Investidor não-residente;
- Fundos de Privatização - Capital Estrangeiro;
- Fundos de Conversão - Capital Estrangeiro;
- Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes - Capital Estrangeiro;
- Questões relacionadas à administração profissional de carteiras de investimento;

- Questões relacionadas aos consultores de valores mobiliários; e
- Questões relacionadas aos analistas de valores mobiliários.

No que concerne ao acompanhamento sistemático da participação dos investidores institucionais no mercado de valores mobiliários, a SIN administra um sistema de informações sobre a atuação dos administradores e investidores institucionais no Mercado de Valores Mobiliários, incluindo o cadastro de todos os agentes que estão sob sua esfera de competência.

Pode-se inferir, pelo exame do quadro abaixo, a responsabilidade da Superintendência quanto ao acompanhamento desse mercado, em função do expressivo patrimônio alocado nessas entidades:

	Qntd/ 2004	PL em NOV/04*	Qntd / 2005	PL em DEZ/05*
Fundos de Investimento (Instrução CVM nº 409/04)	174	0,6	5742	751,36
Fundos de Cotas em Fundos de Investimento (Instrução CVM nº 409/04)	-	-		438,66
FMP-FGTS	102	6,37	93	8,92
Fundo de Índice	1	0,42	1	2,33
FITVM	500	37,78	14	0,0005
FIC-FITVM	97	2,66	1	-
FIF	2597	578,70	36	0,16
FAC-FI	2544	317,58	7	0,0022
FIEX	77	2,61	0	-
ANEXO III	1	1,48	1	1,93
Carteiras de Investidores não Residentes	336	71,21	372	125,46
<b>TOTAL**</b>	<b>6429</b>	<b>696,56**</b>	<b>6267</b>	<b>890,16**</b>

\* Patrimônios líquidos em R\$ bilhões

\*\* No Total do Patrimônio Líquido não está sendo considerado o PL dos Fundos de Cotas para impedir dupla contagem

Como mostra o quadro, a Superintendência tem a missão de supervisionar mais de 6.000 fundos de investimento e carteiras de investidores não-residentes que detêm patrimônio líquido de aproximadamente 900 bilhões de reais. Dos fundos de investimento e dos fundos de cotas, participam 10,6 milhões de cotistas, cabendo ressaltar que é possível que um mesmo investidor aplique em mais de um fundo.



### **2.8.3. RESULTADOS E INDICADORES**

Nesta subseção, são detalhados resultados qualitativos e quantitativos gerais, bem como os indicadores de gestão.

#### **RESULTADOS QUALITATIVOS**

- **Aprimoramento da Supervisão dos Fundos e Carteiras de Investimento**

**Meta 1** – Adaptação dos Fundos de Investimento às Regras da Instrução CVM nº 409/2005. Conforme disposto no art. 124 da Instrução CVM nº 409, de 18/08/2004, os administradores de fundos de investimento em títulos e valores mobiliários, fundos de investimento em cotas de fundo de investimento em títulos e valores mobiliários, fundos de investimento financeiros, fundos de aplicação em cotas de fundos de investimento e de fundos de investimento no exterior, deveriam promover, até 31/01/2005, a adequação dos regulamentos dos fundos às regras previstas da Instrução CVM nº 409. A adaptação dos novos regulamentos deveria ser ainda ratificada em assembleias de cotistas e produzir efeitos até 31/03/2005. A adaptação da indústria de fundos foi um sucesso e praticamente todos os fundos de administradores em funcionamento normal se adaptaram à Instrução 409, concluindo o processo de transferência dos fundos que estavam sob a supervisão do Banco Central para a CVM.

**Meta 2** – Aprimoramentos na Regulamentação dos Fundos de Investimento. Em conjunto com as demais áreas envolvidas, a SIN atuou durante o ano de 2005 na elaboração de minuta de Instrução com o objetivo de aprimorar a Instrução CVM nº 409, principalmente no que diz respeito às regras que tratam de limites por emissões e ativos que podem fazer parte dos fundos. Além do ponto já mencionado, também está em estudo a alteração nas regras com vistas a ampliar a possibilidade dos fundos aplicarem recursos no exterior.

**Meta 3** – Fiscalização Indireta de Fundos de Investimento e de Administradores de Carteira de Valores Mobiliários. A Superintendência de Relações com Investidores Institucionais vem aprimorando seus procedimentos de fiscalização indireta dos fundos e dos administradores de carteiras. Em conjunto com a Superintendência de Fiscalização Externa, a SIN iniciou o programa de inspeções regulares nos administradores de carteira, concentrando o foco na avaliação da existência da separação entre as atividades necessárias para o bom funcionamento dos fundos de investimento (*Chinese wall*). Tal programa, que teve início em 2005, possui caráter preventivo e inicialmente pretende avaliar a situação dos maiores administradores de fundos destinados ao varejo e daqueles que tradicionalmente adotam estratégias mais arrojadas. Foi discutida, também com a SFI, a implementação de programa preventivo destinado aos representantes de investidores não-residentes, que será implantado em 2006. Outros procedimentos adotados pela SIN consistem na análise por amostragem dos regulamentos e prospectos dos fundos e nas ações de fiscalização por meio eletrônico da base cadastral dos fundos.

**Meta 4** – Fundos de Investimento em Índice de Mercado. Em 2005, autorizamos a segunda distribuição pública do PIBB FUNDO ÍNDICE BRASIL-50 BRASIL TRACKER, fundo de índice regulado pela Instrução CVM nº 359, de 22/01/2002. O volume emitido superou a marca de R\$ 2,2 bilhões, passando o fundo a ter aproximadamente 44 mil cotistas.

**Meta 5** – Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI). A CVM editou a Instrução nº 423, de 28/09/2005, que dispõe sobre o registro e envio de informações dos FAPIs. Tais fundos ainda estavam sob a esfera de atuação do Banco Central, sendo que, a partir da edição desta Instrução, passaram a estar sob a supervisão da CVM. Em decorrência dessa mudança e em linha com os procedimentos adotados pela CVM, as informações periódicas, os regulamentos e os prospectos dos fundos passaram a ficar disponíveis aos interessados no site da CVM.

**Meta 6** – Consultor de Valores Mobiliários. No âmbito do Convênio da CVM com o Banco Mundial, foi feito um estudo preliminar sobre os consultores de valores mobiliários. A conclusão deste estudo aponta em direção a um processo de certificação destes profissionais, como já ocorre com os analistas de valores mobiliários. A CVM já recebeu algumas propostas de empresas especializadas com o objetivo de dar continuidade a um diagnóstico a ser submetido ao Colegiado com vistas ao estabelecimento de um novo marco para a atuação dos consultores de valores mobiliários.

**Meta 7** – Clubes de Investimento. A SIN vem discutindo uma nova Instrução para aprimorar a antiga legislação referente aos Clubes de Investimento, que data de 1984. A BOVESPA, na qualidade de auto-reguladora da atividade dos clubes, já começou a participar da discussão sobre esta revisão. A nossa intenção é de que em 2006 tenhamos uma minuta disponível para apreciação do Colegiado e audiência pública.

**Meta 8** – CNPJ de Investidores não-residentes. A SIN, na qualidade de área responsável pelo registro de investidores não-residentes, participou do processo de automatização na geração de CNPJs para tais investidores pela Receita Federal. Os CNPJs, que podiam demorar até trinta dias para serem gerados pela Receita Federal, agora são gerados de forma automática em um período de no máximo 24 horas após o registro do investidor não-residente junto à CVM.

**Meta 9** – Alteração da Legislação do Anexo III. A CVM, atendendo solicitação dos administradores do Fundo Brasil, único veículo de investimento registrado ao amparo do chamado Anexo III à Resolução CMN nº 1289/87, editou a Deliberação CVM nº 485, de 26/07/2005, que flexibilizou regras relativas ao reembolso de capital aos acionistas do fundo no exterior, permitindo que tal reembolso possa ser realizado tanto em recursos financeiros como em ativos detidos pelo Fundo. A CVM também discutiu com o Banco Central do Brasil a possibilidade de conversão dos investimentos realizados ao amparo do referido Anexo III para a legislação aplicável aos demais investidores não-residentes, prevista na Resolução CMN nº 2.689/2000. Tais discussões redundaram na aprovação, pelo Conselho Monetário Nacional, em 23 de fevereiro de 2006, da Resolução 3.349, que fixou em 30 de junho de 2006 o prazo final para aquela conversão.

**Meta 10** – Participação em Fóruns Internacionais. A Superintendência de Relações com Investidores Institucionais continua participando do SC5 e do ECG, grupos de trabalhos que discutem o tema “Administração de Recursos de Terceiros” no âmbito da “International Organization of Securities Commission” – IOSCO, organização que congrega as CVMs dos países que possuem agências reguladoras de seus mercados de capitais.

Finalmente, ressaltamos que a SIN, representando a CVM, exerce ainda, desde novembro de 2000, a presidência do “Working Group on Investment Management” (WG-5) da IOSCO, que trata de administração de recursos de terceiros.

## RESULTADOS QUANTITATIVOS

Itens	2003	2004	2005	Meta para 2005
1 - Registro de FMP – FGTS- Carteira Livre	1	0	0	1
2 - Cancelamento de FMP – FGTS- Carteira Livre	1	1	0	1
3 - Registro de FMP – FGTS	0	0	0	0
4 - Cancelamento de FMP-FGTS	16	4	2	10
5 - Registro de FITVM	29	57	0	ND
6 - Cancelamento de FITVM	107	63	481	ND
7 - Registro de FIC-FITVM	0	17	2	ND
8 - Cancelamento de FIC-FITVM	0	18	185	ND
9 - Registro de FIF	-	3039	2	ND
10 - Cancelamento de FIF	-	518	2480	ND
11 - Registro de FAC-FI	-	2952	4	ND
12 - Cancelamento de FAC-FI	-	456	2495	ND
13 - Registro de FIEEX	-	70	0	ND
14 - Cancelamento de FIEEX	-	11	76	ND
15 - Registro de Fundos de Investimento (Instrução CVM n° 409)	-	175	6260	ND
16 - Cancelamento de Fundos de Investimento (Instrução CVM n° 409)	-	13	717	ND
17 - Registro de FICART	0	0	0	0
18 - Cancelamento de FICART	0	0	0	0
19 - Registro de FMAI	0	0	0	0
20 - Cancelamento de FMAI	0	0	0	0
21 - Registro de Administradores de Carteira	156	171	226	164
22 - Cancelamento de Registro de Administradores de Carteira	90	59	64	74
23 - Registro de Consultores de Valores Mobiliários	18	14	13	16
24 - Cancelamento de Registro de Consultores de Valores Mobiliários	10	5	5	7
25 - Registro de Analistas de Valores Mobiliários	-	459	419	ND
26 - Cancelamento de Analistas de Valores Mobiliários	-	26	61	ND
27 - Registro de Carteiras de Investidores não Residentes	67	81	82	74
28 - Cancelamento de Registro de Carteiras de Investidores não-residentes	84	51	47	68
29 - Registro de Participantes em Carteiras de Investidores não-residentes	662	1118	2789	890
30 - Cancelamento de Participantes em Carteiras de Investidores não-residentes	700	811	1891	756
31 - Registro de Fundos de Investimento para Investidores Estrangeiros	0	0	0	0
32 - Cancelamento de Registro de Fundos de Investimento para Investidores Estrangeiros	8	2	0	5
TOTAL	1949	10191	18301	

### Observações

O critério tradicionalmente utilizado para estabelecer as metas anuais consiste na média do realizado nos últimos dois anos e desta forma tais metas nem sempre se mostram um bom parâmetro. Particularmente, adotando-se o mesmo critério, as metas para 2006 ficarão distorcidas em decorrência da adaptação dos fundos às regras da Instrução CVM n° 409/2004.

## 2.9. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS – SMI

### 2.9.1. *COMPETÊNCIA*

- Coordenar as atividades de acompanhamento e fiscalização das entidades integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, assegurando a observância de práticas comerciais eqüitativas e o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa, de balcão, de balcão organizado e de derivativos.
- Definir as diretrizes para o credenciamento dos integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e das entidades que atuam nesse mercado, fiscalizando sua atuação quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;
- Propor normas relacionadas ao funcionamento do sistema de distribuição de valores mobiliários e ao funcionamento dos mercados derivativos, participando de sua elaboração;
- Acompanhar as atividades dos administradores e gestores dos fundos e clubes de investimentos, fiscalizando a observância das normas relacionadas à composição e diversificação das carteiras de investimentos, bem como à divulgação de informações aos cotistas e a aderência da gestão ao regulamento do fundo.

### 2.9.2. *ESTRUTURA ORGANIZACIONAL*

- **Gerência de Acompanhamento de Mercado 1 – GMA-1:** Acompanhamento dos negócios: (i) com ações que não fazem parte do IBOVESPA; (ii) com ações negociadas no SOMA; e (iii) realizados no mercado de balcão não organizado. Análise dos negócios que apresentam distorções em relação a preço e quantidade. Análise dos editais de leilão de oferta pública. Análise dos negócios submetidos a leilão nos termos da Instrução CVM nº 168/91. Aprovação de contratos de estabilização. Instrução de Inquéritos de Rito Sumário e Termos de Acusação.
- **Gerência de Acompanhamento de Mercado 2 – GMA 2:** Acompanhamento dos negócios: (i) com ações que fazem parte do IBOVESPA; (ii) com todos os derivativos negociados na BOVESPA; (iii) com todos os derivativos negociados na BM&F; e (iv) recibos de depósito de ações negociados no exterior. Análise dos negócios que apresentam distorções em relação a preço e quantidade. Análise dos negócios submetidos a leilão pela BOVESPA. Avaliação de minutas de novos contratos derivativos. Instrução de Inquérito de Rito Sumário e Termos de Acusação.
- **Gerência de Acompanhamento de Mercado 3 – GMA 3:** Supervisão e fiscalização indireta das carteiras (i) dos fundos de investimento regulados pela Instrução CVM nº 409/04, (ii) dos fundos mútuos de privatização – FGTS e (iii) dos fundos de investimento em índice de mercado. Análise das informações divulgadas pelos fundos, incluindo material promocional de venda e operações realizadas pelos fundos. Planejamento de inspeções externas visando a verificar a veracidade das informações disponibilizadas à autarquia e aos cotistas. Instrução de Inquérito de Rito Sumário e Termos de Acusação.
- **Gerência de Estrutura de Mercado e Sistemas Eletrônicos – GME:** Credenciamento de bolsas de valores; entidades de balcão organizado; câmaras de compensação e liquidação;

sociedades corretoras de valores e de mercadorias; sociedades distribuidoras de valores; agentes autônomos de investimentos; prestadores de serviços de custódia de valores mobiliários; prestadores de serviços de emissão de valores mobiliários escriturais. Autorização para dirigentes de corretoras, distribuidoras, bolsas de valores e entidades de balcão organizado. Análise das demonstrações financeiras de bolsas de valores e de entidades de balcão organizado. Atualização do cadastro dos integrantes do sistema de intermediação e de outras identidades do mercado de valores mobiliários. Instrução de Inquérito de Rito Sumário e Termos de Acusação.

- **Gerência de Análise de Negócios – GMN:** Acompanhamento dos negócios envolvendo (i) debêntures negociadas no BOVESPAFIX da BOVESPA; (ii) no Sistema Nacional de Debêntures – SND; (iii) CETIP-Net da CETIP; e (iv) os contratos futuros registrados na CETIP. Análise de (i) negócios que apresentem distorções em relação a preço e quantidade; (ii) de denúncias da atuação dos intermediários e (iii) de operações irregulares. Edição de Ato para suspender atuação irregular de intermediários. Elaboração de pareceres sobre reclamação ao Fundo de Garantia. Instrução de Inquéritos de Rito Sumário e Termos de Acusação.

### 2.9.3. RESULTADOS QUANTITATIVOS

A tabela a seguir demonstra as estatísticas referentes aos trabalhos da Superintendência no ano de 2005.

ATIVIDADES	TOTAIS
1- ANÁLISES	
Em elaboração	174
Concluídas	162
2- PARECERES SOBRE FUNDO DE GARANTIA	
Em elaboração	8
Concluídos	8
3- RITO SUMÁRIO	
Em elaboração	2
Concluídos	4
4- TERMO DE ACUSAÇÃO	
Em elaboração	24
Concluídos	32
5- AGENTES AUTÔNOMOS	
Registro	509
Indeferimento	8
Cancelamento	41
6- INTERMEDIÁRIOS E BOLSAS	
Registro	11
Cancelamento	14
Atualização	24
Eleição de Dirigentes	36
7- PRESTADORES DE SERVIÇOS	
Registro	18
Cancelamento	0
Atualização	6
8- CONTRATOS DERIVATIVOS	2
9- CONTRATOS DE ESTABILIZAÇÃO	25
10- LEILÕES	
Operações Especiais	7
Instrução CVM nº 168	87
11- AÇÃO FISCALIZADORA DE FUNDOS	
Fiscalização Eletrônica – AFE	18.338
Pedidos de Esclarecimentos – e-mail	658
Pedidos de Esclarecimentos – ofício	92

#### **2.9.4. PLANEJAMENTO PARA 2006**

Para o próximo ano está prevista a conclusão das instruções que tratam das novas atribuições da CVM. Entre outras, a nova instrução que trata do registro e funcionamento das bolsas de valores, de mercadorias e futuros; a que trata da liquidação e custódia de títulos. Também, estão sendo aperfeiçoadas as normas que tratam do registro dos contratos de derivativos e a de operações especiais.

Encontra-se em fase de desenvolvimento, por uma empresa de consultoria internacional, o novo sistema de acompanhamento de mercado, cuja previsão de homologação pela superintendência está previsto para o último trimestre de 2006. Além desse sistema que está sendo custeado com recursos do Banco Mundial, durante o próximo ano também será aperfeiçoado o sistema de acompanhamento dos fundos de investimentos.

## **2.10. SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA – SNC**

### **2.10.1. COMPETÊNCIA**

A Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria tem sob sua responsabilidade as seguintes atribuições:

- elaborar normas de contabilidade a serem observadas pelas companhias abertas, pelos fundos de investimento e demais entidades reguladas pela CVM;
- regular, registrar, manter cadastro e acompanhar a atuação dos auditores independentes, pessoas físicas e jurídicas, no âmbito do mercado de valores mobiliários;
- atender consultas internas e externas sobre assuntos contábeis e de auditoria;
- interagir com organismos profissionais, entidades governamentais e de ensino na realização e desenvolvimento de trabalhos técnicos contábeis e de auditoria;
- apresentar Termos de Acusação e propor a instauração e conduzir Inquérito Administrativo, visando a apurar a prática de atos ilegais e o descumprimento de normas pelos auditores independentes;
- examinar as republicações de demonstrativos financeiros das companhias abertas que forem determinadas pela Superintendência de Empresas – SEP; e
- assessorar tecnicamente o Colegiado e os demais componentes organizacionais nas matérias que lhe competem.

### **2.10.2. ESTRUTURA INTERNA**

A Superintendência está dividida em duas Gerências (Normas Contábeis – GNC e Normas de Auditoria – GNA). Em decorrência do concurso realizado em 2003, foram empossados cinco novos técnicos, passando o quadro permanente de pessoal a ser composto por um superintendente, dois gerentes, doze técnicos e três agentes executivos.

### **2.10.3. ACOMPANHAMENTO E NORMATIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA (SNC/GNA)**

#### **Audidores Registrados**

	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Pessoas Físicas:	113	100
Pessoas Jurídicas:	309	314
Responsáveis Técnicos:	1.135	785



## **Acompanhamento da Atuação dos Auditores Independentes (desde 1978)**

<b>. <u>Total de casos registrados</u></b>	<b><u>Em 2005</u></b>	<b><u>Em 2004</u></b>	<b><u>Desde 1978</u></b>
Análises pendentes	24	10	-----
Análises concluídas	19	35	803
Auditores advertidos por ofício	8	10	309
Não considerados	7	21	334
Inquéritos e Termos de Acusação	4	4	160
Inquéritos Pendentes de Julgamento	20	23	----

### **Edição e Acompanhamento das Instruções CVM Nº 381 e 386** (divulgação de informações sobre a prestação de serviço de não auditoria)

De acordo com a Instrução CVM Nº 381, as companhias devem divulgar no Relatório dos Administradores as seguintes informações sobre esses outros serviços:

1. a data da contratação, o prazo de duração, se superior a um ano, e a indicação da natureza de cada serviço prestado;
2. o valor total dos honorários contratados e o seu percentual em relação aos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa; e
3. a política ou os procedimentos adotados pela companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

A SNC/GNA procedeu ao levantamento efetuado nos meses de janeiro a junho/2005, sobre a observância das disposições contidas na Instrução CVM Nº 381/03, de modo a fornecer subsídios à SEP para a adoção das medidas cabíveis. Foram analisados os Relatórios dos Conselhos de Administração de **400** sociedades anônimas registradas na CVM, tendo sido apurado que:

- 289 companhias divulgaram as informações adequadamente;
- 11 companhias divulgaram as informações de forma incompleta e
- 100 companhias não divulgaram qualquer informação.

### **Revisão do Controle Externo de Qualidade – Revisão pelos Pares**

Em 2005, foi dada continuidade ao Programa de Revisão instituído pela Instrução CVM Nº 308/99. O artigo 33 desta Instrução determina que os auditores independentes devem ter seus controles internos de qualidade revisados por seus congêneres, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e do Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes – IBRACON.

Dessa forma, a Resolução CFC Nº 964/03 determina que no mínimo a cada quatro anos os auditores independentes registrados na CVM se submetam ao processo de revisão pelos pares. Além disso, o Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade – CRE vem determinando que os auditores independentes cujos relatórios elaborados pelo auditor revisor contenham ressalvas,

opinião adversa ou abstenção de opinião, elaborem um plano de ação para solução das falhas apontadas e se submetam a um novo processo de revisão.

A SNC/GNA vem acompanhando a aplicação desse Programa de Revisão Externa de Qualidade junto ao Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE), servindo ainda de instância de recurso aos pleitos dos auditores. Com base neste acompanhamento, a SNC/GNA apresenta o relatório de atividades exercidas em 2005 sobre o programa de revisão externa de qualidade, como segue:

#### **Auditores Envolvidos no Programa de Revisão Externa de Qualidade**

DESCRIÇÃO	AIPF	AIPJ	TOTAL
Auditores Selecionados	35	82	117
Auditores Cancelados	4	7	11

#### EMAILS ACUMULADOS NO ANO:

RECEBIDOS: 113

Assuntos: agendamentos de reuniões, atualização cadastral, informe sobre intimações, relatórios de atividades, movimentação cadastral (registro e cancelamento de auditores), acompanhamento na troca de revisores, revisões recíprocas, encaminhamento de planilhas, confirmações de viagens, mudanças de endereços, atas de reuniões, pedidos de adiamento de revisões, oitivas, ofícios circulares e respostas a ofícios da cvm via Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade -CRE.

TRANSMITIDOS: 67

Assuntos: atualização cadastral, informe sobre intimações, relatório de atividades, movimentação cadastral (registro e cancelamento de auditores), acompanhamento na troca de revisores, revisões recíprocas, encaminhamento de planilhas, confirmações de viagens, mudanças de endereços, atas de reuniões, pedidos de adiamento de revisões e oitivas.

T O T A L: 180

#### **Ações quanto aos Auditores que não Cumpriram o Programa**

AÇÃO IMPLEMENTADA	EXERCÍCIO/ANO-BASE	QUANTIDADE	Atendidas
- Convocações	2003/2002 e 2002/2001	16	14
- Intimações p/ prestar esclarecimentos	2004/2003	8	7

<b>TOTAL</b>		<b>24</b>	<b>21</b>
Multados		2	2

- Dos 21 auditores independentes que prestaram esclarecimentos à CVM, das razões pelas quais não concluíram os Programas de 2004, 2003 e 2002, quatro auditores foram cancelados, um faleceu, um foi transferido para 2005, dois estão com dificuldade de contratar revisor para 2005 e 13 irão se submeter ao Programa de 2005, ano-base 2004, voluntariamente.

### **Programa de Educação Continuada**

A Instrução CVM Nº 308/99 determina que os auditores independentes devem manter uma política de educação continuada do seu quadro funcional, com vistas a garantir a qualidade e o pleno atendimento das normas que regem o exercício da atividade de auditoria de demonstrações contábeis. Por conseguinte, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC emitiu a Resolução Nº 945/02 estabelecendo procedimentos para os auditores independentes implementarem o programa de educação continuada. Dessa forma, os auditores independentes deveriam cumprir o mínimo de 12 horas anuais de treinamento do seu quadro técnico para o ano de 2003, aumentando para 24 horas anuais em 2004 e 32 horas anuais a partir de 2005.

A SNC/GNA acompanhou o desenvolvimento do Programa, verificando as informações anuais dos auditores independentes (Anexo VI da Instrução CVM 308), ano-base 2003 e 2004, com data limite de entrega de 30 de abril de 2005. Em 20/12/2005 foi realizada na sede da CVM, com a presença de representantes do Conselho Federal de Contabilidade, reunião com o objetivo de traçar as metas e formas de acompanhamento para a execução do Programa de Educação Continuada por parte dos Auditores Independentes.

### **Exame de Qualificação Técnica**

Em dezembro de 2003, a CVM emitiu a Deliberação Nº 466, estabelecendo que a partir de 1º de janeiro de 2004 os auditores independentes, para fins de registro na Comissão, devem ser aprovados em Exame de Qualificação Técnica, a ser aplicado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC na forma da Resolução Nº 1031/05.

O Exame tem por objetivo aferir o conhecimento dos interessados a obter registro na CVM, para atuar no Mercado de Valores Mobiliários, seja como Auditor Independente – Pessoa Física, ou como Responsável Técnico de empresa de auditoria (Auditor Independente – Pessoa Jurídica) sobre: Contabilidade Geral; Contabilidade de Custos; Contabilidade Pública; Contabilidade Gerencial; Teoria de Contabilidade; Direito Público e Privado; Matemática Financeira; Legislação e Ética Profissional; Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade; Auditoria Contábil; Legislação e Normas de Organismos Controladores do Mercado; Informática Aplicada; Português; e Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos do País. Desde a sua edição, já foram realizados três Exames de Qualificação Técnica.

De acordo com a regulamentação, foram realizados, no ano de 2005, dois Exames, respectivamente, em 31/05/2005 e 25/11/2005. Em números gerais, inscreveram-se para os exames 1021 candidatos, dos quais 583 foram aprovados, 342 foram reprovados e 96 não compareceram.

## **Rotatividade dos Auditores Independentes**

Em decorrência da regra insculpida no artigo 31 da Instrução CVM Nº 308/99, em 2005 a SNC/GNA efetuou o acompanhamento quanto ao cumprimento dos prazos regulamentares para efeito do rodízio, além de responder a consultas formuladas por representantes de segmentos do mercado sobre assuntos relacionados à rotatividade obrigatória dos auditores independentes.

No processo de verificação das informações encaminhadas pelos auditores independentes referentes às exigências contidas no Ofício-Circular/CVM/SNC/Nº 001/04, datado de 30/06/2004, quanto aos dados sobre a carteira de clientes integrantes do mercado de valores mobiliários (aquisições e perdas de clientes em função do atendimento à regra do rodízio) e sobre o impacto em seu faturamento, a área técnica identificou alguns erros e discrepâncias nas informações prestadas pelos auditores independentes, as quais foram objeto de questionamentos. Após devidamente retificadas essas informações, a área técnica concluiu a primeira etapa de verificação do cumprimento da regra do rodízio.

Eventuais casos de descumprimento da regra foram demandados à SFI para inspeção nos trabalhos efetuados pelos auditores antigos e atuais, como forma de subsídio da análise do caso.

Além das informações prestadas pelos auditores independentes em atendimento das exigências requeridas pelo supracitado Ofício-Circular/CVM/SNC/Nº 001/04, a área técnica elaborou um primeiro estudo sobre o rodízio, tendo sido coligidas informações quantitativas e qualitativas que poderiam inferir os efeitos gerados no MVM pela regra do rodízio. Aludido estudo referiu-se à análise e confrontação dos tipos de pareceres emitidos para a DFP 2003 (pré rodízio) e para a DFP 2004 (pós rodízio). Definido o critério de se verificar, em um primeiro momento, os pareceres de auditoria relativos às companhias listadas na BOVESPA, constatou-se que 172 companhias substituíram seus auditores independentes em 2004 (início da vigência da regra do rodízio), sendo que em 73 casos (42,4%) houve mudança do texto do parecer emitido pelo novo auditor, no sentido de terem ocorrido inclusão ou supressão de ressalvas e parágrafos de ênfase. O estudo demonstrou que o atual estágio não permite ainda concluir sobre os impactos da regra do rodízio no MVM, devendo-se aguardar, pelo menos até o prazo mínimo de quarentena (três anos para recontração dos antigos auditores), para que se efetue uma pesquisa junto às companhias abertas e auditores independentes que se submeteram ao rodízio e junto às demais entidades interessadas para que se possa avaliar os aspectos positivos e negativos da regra e definir se a mesma deverá ser revogada, modificada ou mantida.

## **Consultas Atendidas**

Ao longo deste exercício a SNC/GNA, atendeu a 235 consultas externas formuladas pelo mercado, esclarecendo dúvidas e orientando quanto a procedimentos a serem adotados nos mais diversos assuntos, sendo 126 formais e 109 informais, por via telefônica.

### ***2.10.4. NORMATIZAÇÃO E ASSESSORAMENTO CONTÁBIL (SNC/GNC)***

A SNC/GNC atendeu a 541 consultas, sendo 266 consultas internas (49% do total) e 275 consultas externas (51% do total) durante o ano de 2005 ??, além de assessoramento técnico permanente ao Colegiado. A maioria das consultas é oriunda da Superintendência de Relações com Empresas - SEP, tendo como motivação dúvidas de companhias abertas quanto à aplicação de determinado procedimento contábil ou, ainda, determinações de republicações de demonstrações financeiras, ou de reapresentações de informações trimestrais - ITR, que devem, por força da Deliberação CVM nº

388, de 2 de maio de 2001, ser precedidas de concordância da SNC, nos aspectos relacionados a práticas e procedimentos contábeis.

Os assuntos a que se referiram as consultas em 2005 foram bastante diversos, incluindo temas como manutenção de ativo fiscal diferido, contingências ativas e passivas, reconhecimento de ativo intangível, transações com partes relacionadas, registro de passivos atuariais, divulgação de instrumentos financeiros e reavaliação de ativos.

### **2.10.5. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS**

No ano de 2005, representantes da SNC participaram de 46 eventos externos, relacionados a assuntos técnicos e de normatização, notadamente em reuniões da Comissão Consultiva e do Grupo de Trabalho sobre Normas Contábeis, reuniões da IOSCO, palestras e seminários sobre assuntos diversos, tais como: regras sobre auditores, procedimentos contábeis e práticas de governança corporativa, etc. Os referidos eventos estão demonstrados no quadro abaixo:

Comissão Consultiva s/ Normas Contábeis	09
Comissão Consultiva – Fundos Fiscais de Investimentos	02
IOSCO	03
Outras	10
Palestras e Participação em Seminários	22
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>

#### **Participação em Eventos Internacionais**

- a) IOSCO - participação como observador do Comitê de Mercados Emergentes, no Grupo de Trabalho Permanente nº 1 - Contabilidade e Divulgação de Informações - que visa à harmonização de normas contábeis e cooperação entre seus membros (Madri / março 2005, Bruxelas / julho 2005 e Tóquio / novembro 2005);
- b) ONU - participação na 22ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade (ISAR) em que foram discutidos temas sobre governança corporativa, indicadores de responsabilidade social da empresas e harmonização com as práticas contábeis internacionais (Genebra – novembro/2005).

#### **Participação em Eventos Nacionais Externos (proferindo palestras)**

a) Amcham/SP; b) Seminário comemorativo dos 20 anos do Mestrado da UERJ; c) III Semana de Ciências Contábeis do Centro Universitário Fundação Santo André; d) Workshop ABRASCA sobre atendimento à Lei Sarbanes-Oxley; e) V Conferência quadrienal da “UNCTAD XI” – Transparência Corporativa e Investimento - Bovespa; f) Seminário “A Harmonização das Normas Contábeis no Brasil e no Mundo – APIMEC/SP; g) Semana de Contabilidade da UniverCidade; h) 1º Workshop Brasileiro sobre XBRL – USP; i) “Mesa Redonda sobre a Resolução 1002/04 – Exame de Qualificação Técnica dos Auditores Independentes” – IBRACON/SP; j) Workshop “Rating Socioambiental nas Decisões de Project Finance e Gestão de Investimentos – Instituto UNIEMP e UNICORP/SP; l) Seminário Harmonização das Normas Contábeis – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI/SP; m) Seminário Harmonização das Normas Contábeis – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF/RJ; n) XX Encontro Nacional dos Contadores das Empresas do Setor de Energia Elétrica – ENCONSEL; o) 10ª Semana de Contabilidade do BACEN;

p) 5º Congresso Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC/SP; q) Auditoria Independente: Aspectos Operacionais e Regulatórios – Faculdade da Cidade; r) A Atividade de Auditoria Independente no âmbito do Mercado de Valores Mobiliários – Faculdade São José .

### **Reuniões com os membros do CRE – Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade**

Acompanhamento dos trabalhos relativos à revisão pelos pares, realizadas nos meses de março, julho e setembro.

### **Participação em Reuniões de Intercâmbio Técnico**

a) Secretaria da Receita Federal - SRF; b) Associação Brasileira das Companhias Abertas – Comissão de Auditoria de Normas Contábeis e Comissão Jurídica, e c) Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

### **2.10.6. PROJETOS NORMATIVOS CONCLUÍDOS**

- Deliberação CVM nº 488 – que aprovou o Pronunciamento NPC nº 27 do IBRACON sobre “Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgação”.
- Deliberação CVM nº 489 - que aprovou o Pronunciamento NPC nº 22 do IBRACON sobre “Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas”.
- Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/nº 01/2005 – que oferece orientação sobre a elaboração de Informações Contábeis pelas Companhias Abertas.

### **2.10.7. PROJETOS NORMATIVOS EM ANDAMENTO**

<b>PRAZO ESTIMADO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>FASE</b>
2º Trimestre/05	Implementação do COSIF – CVM	Em audiência pública até 16/12/05.
3º Trimestre/05	Minuta de Deliberação sobre Subvenções Governamentais.	Em audiência restrita até 30/12/05.
3º Trimestre/05	Minuta de Deliberação sobre Eventos Subseqüentes.	Audiência pública encerrada em 04/11/05.
3º Trimestre/05	Minuta de Deliberação sobre Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.	Audiência pública encerrada em 04/11/05.
3º Trimestre/05	Minuta de Deliberação sobre Redução no Valor Recuperável de Ativos – Impairment.	Em análise na Comissão Consultiva.
3º Trimestre/05	Minuta de Deliberação sobre Segmento de Negócios.	Em análise na Comissão Consultiva.
4º Trimestre/05	Minuta de Deliberação sobre	Em análise na Comissão

	Contabilização de Concessões.	Consultiva.
4º Trimestre/05	Mínuta de Instrução sobre Investimentos Societários no Exterior	Em análise na SNC e no Ibracon.
2006	Contabilização das Remunerações em Ações	Pendente na SNC (em conjunto com SDM).
4º Trimestre/05	Plano de Contas dos Fundos de Incentivos Fiscais	Em audiência pública até 16/12/05.
Janeiro/06	Ofício-Circular SNC/SEP às Companhias Abertas e Auditores	Em elaboração.

### **2.10.8. PROJETOS PARA O TRIÊNIO 2006/2008**

#### **Harmonização com as Práticas Contábeis Internacionais:**

a) Emissão das seguintes Normas, em conjunto com o IBRACON:

- Eventos Subseqüentes (IAS 10);
- Valor de Recuperação dos Ativos (IAS 36);
- Subvenções Governamentais (IAS 20);
- Informações Financeiras por Segmento (IAS14);
- Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Correção de Erros (IAS 8);
- Investimentos Societários no Exterior (IAS 21);
- Divulgação de Operações Descontinuadas (IAS 35);
- Contabilização das Receitas (IAS 18);
- Contabilização das Remunerações em Ações (IFRS 2);
- Contabilização das Operações “Hedge” (*Hedging Accounting*) (IAS 39);
- Contabilização e Divulgação de Instrumentos Financeiros (IAS 39).

b) Acompanhamento do PL nº 3.741 (reformulação da parte contábil da lei societária) e emissão de normas regulamentando suas disposições, quando da sua transformação em lei.

#### **Desenvolvimento de Planos de Contas e Relatórios Contábeis:**

- Fundos de Investimentos em Empresas Incentivadas (Finor-Finam-Funres);
- Fundos de Investimentos e Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos (Instrução CVM nº 409).

#### **Normas sobre Critérios de Avaliação e Relatórios Contábeis:**

- Empresas Securitizadoras;

- Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios;
- Fundos de Investimentos em Participação;
- Fundos de Investimentos Imobiliários;
- Outros Fundos.

#### **Consolidação das Normas Contábeis da CVM:**

- Consolidação das Notas Explicativas Obrigatórias das Companhias Abertas;
- Consolidação dos Pareceres de Orientação s/ Assuntos Contábeis;
- Criação do Manual de Normas Contábeis (MNC) das Companhias Abertas, consolidando em um só documento todas as normas que tratam de demonstrações contábeis e de divulgação de informações contábeis.

#### **REGULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

- Consolidação e Acompanhamento do Programa de Educação Continuada dos Auditores Independentes, e do Exame de Qualificação Técnica;
- Acompanhamento do Programa de Revisão Externa do Controle de Qualidade dos Auditores Independentes;
- Regulamentação e implementação do Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) no CFC - Conselho Federal de Contabilidade, firmando convênio com aquele órgão para aceitação do CNAI para fins de registro dos auditores na CVM;
- Revisão e Atualização das Instruções sobre Auditores Independentes (Instruções CVM nº 308 e 381);
- Implementação de um sistema de acompanhamento preventivo (além do acompanhamento por demanda) da atuação dos auditores independentes no âmbito do mercado de valores mobiliários, em função do aumento do quantitativo de analistas da GNA, ocorrido a partir de 2005;
- Realização de Pesquisa sobre os efeitos do Rodízio dos Auditores no Brasil.

#### **OUTROS PROJETOS**

- Realização de Pesquisa, no âmbito do Banco Mundial, sobre comparação das práticas contábeis internacionais com as práticas brasileiras;
- Realização de Pesquisa, no âmbito do Banco Mundial, sobre normas contábeis e relatórios gerenciais dos Fundos de Investimentos adotados nos países com mercado de valores mobiliários desenvolvido;
- Implantação de Banco de Dados informatizado sobre normas, orientações emitidas e consultas atendidas pela SNC, sobre matéria contábil.



## 2.10.9. INDICADORES DE GESTÃO

### Objetivos, Metas Quantitativas e Resultados Alcançados no Período

Item	Descrição	Unidade de Medida	2004	2005		B/A (%)*	2006
			Realizado	Metas (A)	Realizado (B)		Metas
1	Nº de Registros Concedidos de AI e de Responsáveis Técnicos	Registros	147	120	96	80	100
2	Nº de Acompanhamentos AI	Casos	45	50	43	86	50
3	Nº de Desvios Performance	Desvios	35	40	19	47,5	40
4	Análise de Pedidos Registro AI e de Responsável Técnico	Pedidos	189	140	164	117	170
5	Consultas Internas	Consultas	242	150	258	172	200
6	Consultas Externas	Consultas	479	500	543	108,5	500
7	Atualizações cadastrais - AI corretiva	Solicitações Internas / Externas	82	80	232	290	160
8	Reuniões Técnicas Externas	Quantidade de Reuniões	24	25	42	168	40
9	Palestras Proferidas sobre Regulação	Quantidade de Palestras	22	10	13	130	15

(\*) Índices superiores a 100 representam superação da meta proposta.

### Indicadores de Gestão

Item	Indicador	Unid. Medida	2004 Realizado	2005 Metas(A)	2005 Realizado (B)	B/A (%)	2006 Metas
1	Registros Concedidos/Total registrado	%	6,5	10	5,6	56	10
2	Acompanhamentos/Total Auditores Registrados	%	10	15	10,4	69	15
3	Desvios Performance/Casos Acompanhados	%	70	78	44	56	75
4	Tempo médio de análise de pedido de registro como AI	dias	06	8	6	---	8
5	Tempo médio de atendimento à consultas	dias	2	8	6	---	8
6	Atualizações cadastrais corretivas / AI Registrados	%	1	1	1	100	1
7	Consultas Atendidas / Técnicos SNC	média	80	65	67	103	65

(1) Retificado para considerar as consultas atendidas por gerentes e superintendente.

(\*) Índices superiores a 100 representam superação da meta proposta.

## Observações

**Item 1** – Representa a evolução percentual de ano para ano do Cadastro de Auditores Independentes. A meta da Superintendência/CVM é ter o maior número possível de auditores registrados, evitando a concentração da atividade de auditoria em poucos auditores registrados.

**Item 2** – Representa o número de acompanhamentos realizados (preventivos ou por demanda) relativamente aos auditores independentes registrados na CVM.

**Item 3** – Representa os casos de acompanhamento (item 2) que ensejaram medidas administrativas em relação aos auditores, englobando advertência pela SNC ou proposta de abertura de inquérito administrativo. Desse trabalho de acompanhamento são originadas as demandas de normatização que ensejam na elaboração e publicação de normas de auditoria independente. Este indicador está diretamente relacionado com o número de analistas disponíveis para o acompanhamento.

**Item 4** – Representa o tempo médio gasto pela Gerência de Normas de Auditoria para análise do pedido de registro de Auditor Independente e a emissão de Ofício com o resultado da análise (deferimento, indeferimento ou em exigências). Embora o prazo previsto para o exame dos documentos seja de 30 dias, via de regra, o tempo gasto é de oito dias, e por esta razão este número foi mantido como meta.

**Item 5** – Representa o tempo médio gasto pela Superintendência para a análise e emissão de respostas a consultas efetuadas.

**Item 6** – Representa o número de atualizações corretivas de dados cadastrais, em relação ao número total de auditores registrados. A meta está sendo reduzida, considerando haver sido disponibilizada a possibilidade da atualização de dados cadastrais pelos próprios auditores, pela Internet, na expectativa de que isto poderá reduzir o número de devolução de correspondências expedidas.

**Item 7** – Representa a média anual de atendimento a consultas por analista em cada Gerência.

## **2.11. SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO – SRE**

### **2.11.1. COMPETÊNCIA**

A Superintendência teve suas atribuições aumentadas consideravelmente no ano de 2005, incorporando às suas atividades aquelas relacionadas ao registro de emissor e de oferta pública de distribuição de valores mobiliários de determinados fundos de investimento.

Tal decisão administrativa da CVM busca aprimorar a especialização dos servidores e, por conseqüência, a qualidade do serviço público prestado pela Comissão.

Como exemplo do que se procura alcançar com a medida, pode ser citado o extraordinário crescimento das chamadas operações estruturadas no mercado brasileiro, em especial as de securitização de créditos, que demandou a centralização das atividades de registro e acompanhamento em uma só área especializada da CVM.

Assim, as principais atividades desempenhadas pela área referem-se à análise dos pedidos e concessão de registro das ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários e das ofertas públicas de aquisição de ações – OPA.

Ademais, a SRE tem a seu encargo o registro dos seguintes emissores de valores mobiliários, bem como o acompanhamento das informações por eles prestadas ao público:

- I. emissores de títulos ou contratos de investimento coletivo, como os certificados de investimento audiovisual e os certificados de potencial adicional de construção – CEPAC; e
- II. fundos de investimento, tais como:
  - a. fundo de investimento imobiliário - FII;
  - b. fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC;
  - c. fundo de investimento em participações - FIP;
  - d. fundo de investimento em empresas emergentes - FIEE;
  - e. fundo de financiamento da indústria cinematográfica nacional - FUNCINE.

Também são monitorados os programas de recibos de depósito de ações de emissão de empresas brasileiras no exterior e as atividades de agentes fiduciários nas emissões de debêntures, de certificados de recebíveis imobiliários e de contratos de investimento coletivo.

### **2.11.2. COMENTÁRIOS GERAIS**

O ano de 2005 foi marcado pelo crescimento significativo do volume registrado de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, que atingiu montante superior a R\$ 70 bilhões, representando um vigoroso crescimento de 142% em relação ao volume registrado no ano anterior.

Tal performance é fruto de uma série de fatores como:

- i. a expansão do crédito no país, inclusive o arrendamento mercantil que registrou crescimento de quase 60% em 2005;
- ii. o continuado interesse do investidor estrangeiro em ativos, principalmente ações, ofertados no mercado de capitais doméstico;

- iii. o início de um processo de diversificação de aplicações por parte dos investidores institucionais;
- iv. a redução do custo de desconto de créditos pelos instrumentos de securitização de recebíveis;
- v. o aprofundamento do mercado de capitais, expondo seus benefícios a novas empresas, mediante, por exemplo, inversões de fundos de participação ou securitização de recebíveis, que no futuro, diante de experiência exitosa, podem tornar-se companhias abertas através do lançamento de ações e outros valores mobiliários de sua emissão ao público; e
- vi. o moderno arcabouço regulatório existente, que favorece e agiliza a realização das ofertas de valores mobiliários, ao mesmo tempo em que busca proteger o investidor e a poupança popular.

Vale ressaltar os seguintes fatos ocorridos:

- a) A moderna técnica de engenharia financeira parece ter fincado raízes no mercado de capitais, tendo as operações estruturadas de securitização de recebíveis, através do lançamento de cotas de FIDC e Certificados de Recebíveis Imobiliários, atingido o montante superior a R\$ 10 bilhões, com crescimento de cerca de 89% em relação ao volume registrado no ano de 2004.
- b) O retorno das companhias de arrendamento mercantil à captação de recursos via emissão de debêntures, sendo responsáveis por 69% do volume recorde ofertado em debêntures. As concessionárias de energia elétrica também foram relevantes emissoras de debêntures no período, levantando quase R\$ 5 bilhões dos mais de R\$ 41 bilhões registrados.
- c) As ofertas públicas iniciais de ações, com a abertura de capital de novas empresas, continuaram a ser destaque, caracterizando a entrada no mercado de oito empresas, que buscaram se posicionar nos mais altos níveis de conduta das companhias listadas em bolsa – Novo Mercado e Nível II -, comprometendo-se a adotar práticas de governança corporativa e de ampla divulgação de informações, superiores às adotadas pelas demais empresas listadas.
- d) O ágil regime de colocações propiciado pelos registros de prateleira continuaram a ser utilizados de forma crescente pelas empresas, com a aprovação de 12 programas de distribuição de valor próximo a R\$ 37 bilhões, quase quatro vezes o volume dos programas arquivados em 2005.
- e) Os valores mobiliários ofertados por outros emissores que não as companhias abertas responderam por 67 % do número das ofertas primárias e aumentaram sua fatia no volume das ofertas primárias, atingindo cerca de 20% do total.

Em relação aos registros de Oferta Pública de Aquisição de ações (OPA), vale assinalar o registro da maior OPA realizada no País, envolvendo ações de emissão da Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV, em valor superior a R\$ 3.6 bilhões.

Apesar da grande demanda pelos registros, a atividade consultiva, de supervisão e aplicação da legislação exigiu dos participantes da área técnica um grande esforço para atingir as metas traçadas.

Em consequência, manteve-se significativo o crescimento do serviço prestado ao público externo pela SRE, consubstanciado na contínua evolução, em relação a anos anteriores, do número de processos tramitados e encerrados pela área em 2005, que correspondeu a mais de 12% do total dos processos abertos na CVM nesse ano.

Como decorrência do comportamento da economia, conforme já assinalado, tal expansão já se refletiu em termos de recolhimento da taxa de fiscalização decorrente dos registros das ofertas de distribuição de valores mobiliários e das OPA, cujo valor recolhido teve acréscimo superior a 60%, e que tem apresentado evolução considerável, de pouco mais de R\$ 6 milhões em 2003, para mais de R\$ 9 milhões em 2004 e, finalmente, para quase R\$ 15 milhões arrecadados em 2005.

Para atingir tal resultado, foi importante ter uma equipe técnica e administrativa aplicada que contribuiu efetivamente para o bom desempenho da área.

### ***2.11.3. OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO***

O volume financeiro dos registros das ofertas primárias de valores mobiliários em 2005 atingiu R\$ 61 bilhões, quase três vezes e meia o volume verificado no ano anterior de R\$ 18 bilhões, que, por sua vez, já representava mais que o dobro do observado em 2003. Foram concedidos 338 registros, 13% a mais que em 2004.

Já as ofertas secundárias, restritas às operações de distribuição de ações e certificados de depósito de ações, evoluíram para cerca de R\$ 10 bilhões, com 18 registros concedidos, enquanto as ofertas secundárias de ações em 2004 atingiram o montante de R\$ 4.7 bilhões, mediante 12 registros concedidos.

**OFERTAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS DE DISTRIBUIÇÃO REGISTRADAS NA CVM**

<b>Valores Mobiliários</b>	2002		2003		2004		2005	
	Número	Volume - R\$ milhões	Número	Volume - R\$ milhões	Número	Volume - R\$ milhões	Número	Volume - R\$ milhões
Notas Promissórias	20	3.876	12	2.128	5	2.241	9	2.632
Debêntures	52	14.639	25	5.282	47	9.614	59	41.539
Cotas de FIDC	4	200	15	1.540	40	5.117	54	8.313
CRI	9	142	17	288	29	403	34	2.102
<b>Total Renda Fixa</b>	<b>85</b>	<b>18.857</b>	<b>69</b>	<b>9.238</b>	<b>121</b>	<b>17.375</b>	<b>156</b>	<b>54.586</b>
Ações e Units	6	6.147	9	2.723	21	9.153	31	14.142
Cota FIP/FMIEE	2	22	4	163	10	1.463	5	1.765
Cota FII	43	1.058	15	281	32	403	7	35
Cota Outros Fdos Fech.	0	-	0	-	1	2	1	30
Título Invest. Coletivo	128	373	180	521	174	836	156	200
<b>Total Renda Variável</b>	<b>179</b>	<b>7.600</b>	<b>208</b>	<b>3.688</b>	<b>238</b>	<b>11.857</b>	<b>200</b>	<b>16.172</b>
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>26.457</b>	<b>277</b>	<b>12.926</b>	<b>359</b>	<b>29.232</b>	<b>356</b>	<b>70.758</b>

**PARTICIPAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS NO VOLUME DAS OFERTAS DE DISTRIBUIÇÃO REGISTRADAS NA CVM**

<b>Valores Mobiliários</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Notas Promissórias	15%	16%	8%	4%
Debêntures	55%	41%	33%	59%
Cotas de FIDC	1%	12%	18%	12%
CRI	1%	2%	1%	3%
<b>Total Renda Fixa</b>	<b>71%</b>	<b>71%</b>	<b>59%</b>	<b>77%</b>
Ações e Units	23%	21%	31%	20%
Cota FIP/FMIEE	0%	1%	5%	2%
Cota FII	4%	2%	1%	0%
Cota Outros Fdos Fech.	0%	0%	0%	0%
Titulo Invest. Coletivo	1%	4%	3%	0%
<b>Total Renda Variável</b>	<b>29%</b>	<b>29%</b>	<b>41%</b>	<b>23%</b>
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**EVOLUÇÃO DO VOLUME DE OFERTAS DE DISTRIBUIÇÃO REGISTRADAS NA CVM - 2002 = 100**

<b>Valores Mobiliários</b>	2002	2003	2004	2005
Notas Promissórias	100	55	58	68
Debêntures	100	36	66	284
Cotas de FIDC	100	770	2559	4157
CRI	100	203	284	1480
<b>Total Renda Fixa</b>	<b>100</b>	<b>49</b>	<b>92</b>	<b>289</b>
Ações e Units	100	44	149	230
Cota FIP/FMIEE	100	741	6650	8023
Cota FII	100	27	38	3
Cota Outros Fdos Fech.	100	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Titulo Invest. Coletivo	100	140	224	54
<b>Total Renda Variável</b>	<b>100</b>	<b>49</b>	<b>156</b>	<b>213</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>49</b>	<b>110</b>	<b>267</b>



#### **2.11.4. OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES – OPA**

O número de OPA registradas em 2005 foi inferior ao do ano anterior, embora o valor das ações retiradas de circulação com essas operações tenha sido muito mais expressivo, tendo havido um acréscimo de cerca de 140%, em razão da oferta de aquisição de ações da Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV, cujo volume foi responsável por mais de 70% das OPA registradas.

Tipo de OPA	2003		2004		2005	
	Nº	Valor R\$ mil	Nº	Valor R\$ mil	Nº	Valor R\$ mil
Alienação de Controle	4	721.341	2	906.153	3	4.397.560
Aumento de Participação	1	14.802	1	2.521	1	50
Cancelamento	15	502.357	15	1.203.700	13	662.388
Voluntária	2	601.805	1	20.217		
Concorrente	1	7.277				
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>1.847.582</b>	<b>19</b>	<b>2.132.592</b>	<b>17</b>	<b>5.059.998</b>

Os processos examinados em que se verificou a hipótese de não-aplicação de realização de OPA, conforme o artigo 34 da Instrução 361, cresceram 23%, resultando em 27 manifestações favoráveis quanto à dispensa de OPA, enquanto em 2004 tal número ficou restrito a 22 casos.

#### **2.11.5. SUPERVISÃO DE OUTROS EMISSORES DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Em decorrência da decisão administrativa que transferiu a supervisão das atividades de alguns fundos de investimento para a Superintendência, foi criada uma gerência especializada para acompanhar as informações prestadas por esses emissores de valores mobiliários e pelos demais anteriormente acompanhados, quais sejam: os emissores de títulos ou contratos de investimento coletivo e de certificados de investimento audiovisual e os fundos de investimento imobiliário.

Também passaram a ser acompanhados pela nova gerência os programas de recibos de depósito de empresas brasileiras no exterior e as atividades de agentes fiduciários nas emissões de debêntures, de certificados de recebíveis imobiliários e de contratos de investimento coletivo.

Nessas atividades de supervisão foram realizadas cerca de 674 intervenções da área técnica, em sua maioria envolvendo atualizações de registro de produtoras audiovisuais e de fundos imobiliários e de direitos creditórios.

No ano de 2005 foram informatizadas e disponibilizadas ao público as seguintes informações:

- i. Informações eventuais e fatos relevantes dos fundos de investimento imobiliário, bem como o regulamento e prospecto de emissão desses fundos de investimento.
- ii. Informações periódicas, eventuais e fatos relevantes dos fundos de investimento em direitos creditórios, bem como o regulamento e prospecto de emissão desses fundos de investimento.

Em prosseguimento a essa atividade, deverá ser informatizado e disponibilizado, em 2006, o conjunto de informações prestadas pelos fundos de participação, de empresas emergentes e FUNCINE.

Com tais iniciativas está sendo possível acompanhar mais racionalmente a apresentação das informações, bem como cobrar automaticamente multa por atrasos verificados na apresentação de tais documentos.

Abaixo são apresentados dados relativos aos fundos supervisionados pela área:

Fundos	2004		2005		Variação	
	Número	VPL-R\$ milhões	Número	VPL-R\$ milhões	Número	VPL-R\$ milhões
Direitos Creditórios	54	5.982	101	14.862	87%	148%
Cotas de FIDC	4	163	5	197	25%	21%
Participações	15	nd	27	nd	80%	-
Empresas Emergentes	22	329	22	277	-	- 16%
Imobiliário	61	2.174	63	2.453	3%	13%
Cinema	2	-	3	7	50%	-
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>nd</b>	<b>221</b>	<b>nd</b>	<b>40%</b>	

Após a total disponibilidade das informações por meio eletrônico, pretende-se investir em sistema de filtros para verificar, através de varredura eletrônica, o cumprimento das disposições da legislação vigente por parte desses fundos de investimento.

Ademais, oriundas das atividades de acompanhamento e das várias denúncias e reclamações recebidas, foram adotados alguns procedimentos de 'enforcement', envolvendo a apresentação de cinco termos de acusação e de duas propostas de abertura de inquérito administrativo.

### **2.11.6. ATIVIDADE CONSULTIVA**

Prosseguiu intensa a atividade consultiva dos membros da área técnica, envolvendo o atendimento de diversas consultas formuladas por Agências governamentais, profissionais de mercado e investidores através de correspondências e meio eletrônico, além das telefônicas.

No ano de 2005, foram respondidas 145 consultas formais, que envolveram a abertura de processo específico, registrando crescimento de 20% em relação ao ano anterior.

Todavia, mais importante do que o crescimento quantitativo foi o qualitativo, pois enquanto em 2004 aproximadamente 80% das consultas efetuadas se relacionava à situação dos projetos da indústria do audiovisual, em 2005 tal percentual chegou próximo a 60%, cabendo destacar as consultas respondidas concernentes a securitização de recebíveis, responsáveis por 15% do total.

Por sua vez, foram realizadas diversas palestras externas por integrantes da SRE, apresentando esclarecimentos sobre os vários aspectos da regulação sob a esfera de competência da Superintendência.

### ***2.11.7. ATIVIDADE DE NORMATIZAÇÃO***

Vale ressaltar a edição, em 8 de setembro de 2005, da Instrução nº 422, que dispõe acerca da emissão de Nota Comercial do Agro-negócio para distribuição pública e dos registros de oferta pública de distribuição e de emissora desse valor mobiliário.

Com tal normativo, a CVM dá o primeiro passo para regulamentar alguns instrumentos disponíveis no mercado de capitais, destinados exclusivamente ao financiamento das atividades do importante setor do agro-negócio do País.

## **2.12. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS – SEP**

Destina-se o presente relatório de gestão, referente ao ano de 2005, a reportar as principais atividades desenvolvidas pela Superintendência de Relações com Empresas ao longo desse ano, bem como relatar os projetos desenhados para implementação futura visando ao aprimoramento da área técnica e da autarquia como um todo.

### ***2.12.1. COMPETÊNCIA TÉCNICA***

Na forma do artigo 15 do Decreto nº 4.763, de 24 de junho de 2003, que aprova a estrutura regimental da CVM e dá outras providências, compete à Superintendência de Relações com Empresas, em essência, coordenar, supervisionar e fiscalizar os registros de companhias abertas, de companhias beneficiárias de incentivos fiscais e de outros emissores, bem como sua atualização; e, ainda, propor e fiscalizar a observância de normas sobre atividades relacionadas aos registros e à divulgação de informações pelas companhias abertas, companhias beneficiárias de incentivos fiscais e outros emissores e sobre operações especiais.

Nesse sentido, elencamos a seguir as principais atividades abarcadas na esfera de competência da SEP:

- análise de pedidos de abertura e de cancelamento de registro de companhia aberta, nos termos da Instrução CVM nº202/93;
- análise de pedidos de concessão e de cancelamento de registro de companhia beneficiária de incentivos fiscais, nos termos da Instrução CVM nº 265/97;
- acompanhamento permanente da atualização do registro de companhia aberta, nos termos da Instrução CVM nº 202/93 e da Instrução CVM nº 358/02;
- acompanhamento permanente da atualização do registro de companhia beneficiária de incentivos fiscais nos termos da Instrução CVM nº 265/97 e da Instrução CVM nº 358/02;
- verificação da atualização dos registros de companhia aberta por ocasião de pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, nos termos dos arts.13, 16 e 17 da Instrução CVM nº202/93;
- análise de editais de convocação de assembléia, atas de assembléias gerais e reuniões de conselho de administração, formulário de Informações Anuais - IAN, formulário de Informações Trimestrais - ITR, Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP e Demonstrações Financeiras Completas - DF, priorizando-se a análise das DF's das companhias abertas que apresentem elevada dispersão acionária, daquelas cujo parecer de auditoria contenha ressalvas ou parágrafos de ênfase, bem como aquelas que apresentem as condições prescritas pelo art.8º, inciso V, da Lei 6.385/76;
- atendimento a consultas de companhias abertas e de companhias beneficiárias de incentivos fiscais, bem como de investidores sobre aspectos relacionados tanto à apresentação quanto ao conteúdo das informações periódicas e eventuais, bem como sobre o entendimento da área sobre

a aplicação e interpretação de atos normativos CVM e da legislação societária, nos termos do art.13 da Lei 6.385/76;

- atendimento a consultas de Agências Reguladoras - ANEEL, ANTT, ANATEL, ANP, ANTAQ, do Ministério Público e do Ministério da Fazenda;
- análise de reclamações e denúncias de investidores e demais participantes do mercado, bem como de irregularidades em companhias abertas, inclusive as detectadas pela Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários (SMI);
- análise de pedidos de acionistas de adiamento/interrupção de assembléias gerais de companhias abertas e incentivadas, nos termos do art.124, §5º, inciso II da Lei 6.404/76 e Instrução CVM nº 372/02;
- análise de pedidos de dispensa de publicação na imprensa de aquisição de participação acionária relevante em companhia aberta, nos termos do art.12 da Instrução CVM nº358/02;
- propositura de instauração de Inquérito Administrativo Rito Ordinário com Comissão de Inquérito para apurar eventuais responsabilidades de administradores e controladores de companhias abertas e incentivadas;
- instrução de Inquéritos Administrativos de Rito Sumário e de Termos de Acusação;
- elaboração e divulgação da lista das companhias abertas inadimplentes, há mais de seis meses, em relação ao envio à CVM das informações obrigatórias, nos termos da Deliberação CVM nº178/95, e respectivo *enforcement* no sentido de que as mesmas atualizem seus registros;
- propositura de suspensão de ofício do registro de companhias abertas por estarem há mais de três anos em atraso com a obrigação de prestarem informações à CVM, nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº287/98;
- propositura de cancelamento de ofício do registro de companhias abertas, nos termos do art. 2º da Instrução CVM nº 287/98;
- análise das prévias de multas cominatórias a serem aplicadas pela SEP em função de atraso, ou não envio, de informações obrigatórias previstas em atos normativos;
- aplicação de multa cominatória aos administrados que deixarem de prestar informações, apresentar documentos ou proceder a publicações, dentro do prazo assinalado em ordem específica, nos termos da Instrução CVM nº273/98;
- análise de recursos contra a aplicação de multas cominatórias, e, ainda, contra decisões ou entendimentos exarados pela SEP, nos termos da Deliberação CVM nº 463/03;
- análise de operações de aquisição, para cancelamento ou permanência em tesouraria, e alienação de ações de emissão da própria companhia, nos termos da Instrução CVM nº10/80;

- análise de operações de aquisições de sociedade mercantil, nos termos do art.256 da Lei 6.404/76, e de reestruturação societária, envolvendo cisão, fusão e incorporação de companhias, nos termos do art.223 e seguintes da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM nº319/99;
- análise de Fatos Relevantes publicados pelas companhias abertas e atuação quanto à determinação de divulgação, correção, aditamento ou republicação de informação sobre ato ou fato relevante, nos termos do art. 3º, §6º, da Instrução CVM nº358/02;
- determinação de refazimento e republicação de demonstrações financeiras de companhias abertas, bem como análise de eventuais recursos dessa decisão; e
- acompanhamento de cumprimento de Termos de Compromisso.

### ***2.12.2. RESULTADOS QUALITATIVOS***

#### **Reforma da Instrução CVM nº 202/93**

Após apreciar e consolidar as sugestões propostas pelas oito entidades ouvidas durante a audiência restrita realizada no final do ano de 2002, a SEP teve a oportunidade de fazer três apresentações públicas sobre o projeto, no IBEF, na BOVESPA e na APIMEC-SP.

Posteriormente, em conjunto com a SDM, foi elaborada a minuta da nova instrução, encaminhada para apreciação do Colegiado em 04/11/2003.

Trata-se de medida de adequação às novas necessidades do mercado, acompanhando sua evolução, contemplando, sobretudo, a segmentação do registro de companhia aberta. Além disso, está previsto estabelecer novo regulamento sobre o conteúdo das informações divulgadas pelas companhias abertas: Informações Trimestrais (ITR), Informações Anuais (IAN) e Demonstrações Financeiras, dentre outras.

Em 2004, a pedido do PTE, após uma segunda audiência restrita (BOVESPA e ANBID), a SEP efetuou alterações na referida minuta, retornando-a ao Colegiado para deliberação.

Atualmente, o projeto de reforma da Instrução CVM nº202/93 está em fase de avaliação pelo Colegiado.

#### **Reforma da Instrução CVM nº358/02**

Os estudos sobre a reforma da Instrução CVM nº358/02 iniciaram-se a partir da verificação de situações específicas no decorrer de alguns processos de análise, bem como em função de consulta de companhia aberta sobre a extensão de um de seus dispositivos. Diante disso, a SEP entendeu oportuna a revisão do normativo.

A reforma tem como foco o art. 11, que trata dos valores mobiliários detidos e negociados por administradores e pessoas ligadas à companhia, o art. 12, que regula as participações acionárias relevantes, e o art. 13, que disciplina os períodos de vedação dos administradores à negociação de valores mobiliários de sua propriedade.

Quanto ao art. 11, com o objetivo de otimizar o fluxo de informações e possibilitar o controle do cumprimento desse dispositivo, a proposta da SEP consiste, essencialmente, na transposição da obrigação de comunicação por parte do administrador para a Companhia, que, posteriormente, encaminharia essas informações à CVM.

Já as alterações propostas no art.12 auxiliariam na eliminação dos numerosos pedidos de dispensa de publicação, passando-se a obrigar o adquirente a enviar à CVM, em meio eletrônico, unicamente o Comunicado ao Mercado contendo as informações objeto da declaração anteriormente passível de publicação na imprensa, tal como previsto no normativo, e limitando-se a obrigatoriedade de publicação pela imprensa aos casos previstos nos artigos 3º e 10º da Instrução.

No que concerne ao art.13, está sendo proposta a inclusão de uma excepcionalidade aos casos de vedação previstos no parágrafo 4º, quando as negociações ocorrerem exclusivamente no âmbito e em decorrência de programas de benefícios aos empregados de companhias abertas ou de suas coligadas/controladas, desde que previamente submetidos à aprovação da CVM e previstos na sua política de negociação.

A proposta de alteração da Instrução CVM nº 358/02 está sendo encaminhada pela SEP à Superintendência de Desenvolvimento do Mercado – SDM.

### **Reorganização Interna da Superintendência**

A SEP tem como filosofia avaliar internamente o seu desempenho, sujeitando-se a reorganizações sistemáticas, decididas em reuniões mantidas com os gerentes.

Nesse sentido foram implantados novos procedimentos de análise de registro inicial de companhia aberta, de operações de incorporação, fusão e cisão de companhias e de análise de demonstrações financeiras, objetivando uniformizar procedimentos de análise entre duas das gerências da SEP (GEA-1 e GEA-2).

A partir de 01.08.03, a SEP passou a contar com mais uma Gerência, a Gerência de Acompanhamento de Empresas 4 - GEA-4, que, tal como a GEA-3, especializou-se em assuntos que merecem análises investigativas mais detalhadas. As companhias abertas foram enquadradas em novos setores de atividades distribuídos entre GEA-1 e GEA-2, que passaram a ser apoiadas, respectivamente, por GEA-3 e GEA-4, desafogando, assim, a GEA-3 e tornando a distribuição do trabalho mais eficiente.

Em dezembro de 2003, foi instituído na Superintendência um processo de delegação de decisão, atribuindo maior autonomia e responsabilidade a cada uma das Gerências. Nesse aspecto, destaca-se o envio, às companhias, dos pedidos de informação e das decisões do Colegiado.

Em 2004, dando continuidade à referida reorganização, foram redefinidas prioridades na atuação da SEP, bem como padronizados certos procedimentos, o que contribuiu para a isonomia de tratamento aos administrados. Nesse sentido, merecem destaque os procedimentos conjuntos com a Superintendência de Registro após a edição das Instruções CVM nºs 400 e 404/04, que tratam, respectivamente, das ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário, e do procedimento simplificado de registro e padrões de cláusulas e condições que devem ser adotados nas escrituras de emissão de debêntures.

Em 2005, procurou-se estabelecer procedimentos gerenciais e rotinas de acompanhamento e redistribuição de atividades entre as Gerências.

Os processos atinentes a reclamações de investidores, que demandam um contencioso extenso entre a SEP e a empresa reclamada, passaram, preferencialmente, a ser analisados pelas GEA-3 e GEA-4, exclusivamente em benefício do aprimoramento da atividade de acompanhamento propriamente dito.

Quanto aos procedimentos gerenciais, implementaram-se: (i) a distribuição entre os respectivos analistas dos setores/empresas alocados ao componente, de modo que cada técnico passou a ficar

responsável por um determinado conjunto de companhias; e (ii) uniformização das atividades entre analistas, reservando os mais experientes para tarefas/análises de maior complexidade, bem como para auxiliar no treinamento dos novos; e (iii) análise das informações divulgadas via CVMWIN (IAN/ITR/DFP) e DF, priorizando-se as empresas em que os pareceres de auditoria contenham ressalva ou parágrafo de ênfase e aquelas que não apresentem lucro em balanço ou que deixem de pagar o dividendo mínimo obrigatório (inciso V, art. 8º, Lei nº 6.385/76), salvo nos casos em que o processo se inicie por força de demanda (reclamação de investidor, atualização de registro, etc.) ou quando se tratar de empresas que obtiveram o registro de companhia aberta no exercício imediatamente anterior ao ano em curso, atentando-se, sempre, para os critérios de dispersão, relevância e materialidade.

### **Orientação e educação às companhias abertas**

Desde 2000, a SEP vem divulgando Ofícios-Circulares com o objetivo principal de orientar as companhias abertas sobre aspectos procedimentais que devem ser observados quando do encaminhamento das informações periódicas e eventuais.

Em 2005, a SEP formulou o Ofício-Circular CVM/SEP/GEA-2/Nº001/05, de 16.03.05, que consolidou os Ofícios-Circulares anteriores, principalmente, os de Nº001, de 2003, e nº 002, de 2004, resumindo o disposto no Ofício Circular/CVM/SGE/Nº01/03, bem como acrescentando novas orientações.

A SEP, juntamente à Superintendência de Normas Contábeis - SNC, divulga anualmente os Ofícios-Circulares SNC/SEP, visando alertar sobre os principais desvios observados na aplicação das normas contábeis e fornecer às companhias abertas orientação mais detalhada sobre a aplicação dessas normas e daquelas relativas à auditoria independente, incentivando a adoção de novos procedimentos e divulgações, bem como antecipando futura regulamentação por parte da CVM e, em alguns casos, esclarecendo questões relacionadas às normas internacionais.

Com esta iniciativa, a SEP pretende fomentar a divulgação das informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios e, conseqüentemente, reduzir a necessidade de formulação de exigências e aplicação de penalidades.

### **Site do Investidor**

No âmbito do processo de expansão do *site* do investidor, a SEP teve a oportunidade de participar na elaboração e revisão do conteúdo da página nas matérias que lhe são pertinentes.

### **Sistema IPE – Informações Periódicas e Eventuais - Sistemática de Recebimento de Informações das Companhias Abertas por meio eletrônico**

A SEP, em conjunto à SSI, e em parceria com a BOVESPA, desenvolveu um novo sistema de recebimento das informações e documentos periódicos e eventuais enviados pelas companhias abertas, inclusive os relacionados com a Instrução CVM nº358/02 – o Sistema IPE.

O sistema, implantado em fevereiro de 2003, permite o recebimento de todos os documentos periódicos e eventuais enviados pelas companhias abertas à SEP/CVM e à BOVESPA, em meio eletrônico, tais como: (i) Editais de Convocação; (ii) Atas e Sumários das Decisões de Assembléias Gerais de Acionistas, de Debenturistas, de Reuniões de Conselhos de Administração; (iii) Política de



Divulgação de Ato ou Fato Relevante; (iv) Política de Negociação de Ações; (v) Comunicados ao Mercado; (vi) Acordo de Acionistas; (vii) Calendário de Eventos Corporativos; (viii) Demonstrações Financeiras; (ix) Fatos Relevantes; (x) Laudos de Avaliação, dentre outros.

Tais informações eram entregues pelas companhias abertas por meio físico na sede da CVM no Rio de Janeiro, nas Superintendências Regionais, São Paulo e Brasília, ou encaminhadas via correio.

Esse sistema representa um avanço para o mercado, pois tornou viável agilizar o envio de quaisquer documentos das companhias abertas via internet, possibilitando a desburocratização do processo de entrega. Além disso, os documentos e informações enviados pelas companhias podem ser consultados por investidores, pesquisadores e público em geral, sem deslocamento até a CVM.

No ano de 2004, foram efetuadas algumas alterações no Sistema, através da inclusão de novos tipos de documentos de companhias na categoria “Dados Econômicos Financeiros – Demonstração Financeira Especial” (registro inicial), “Demonstração Financeira Intermediária” (Instituições Financeiras) e Comunicação, quando do registro inicial, acerca dos valores mobiliários detidos por administradores das companhias abertas.

No primeiro semestre de 2005, foram inseridos dois novos tipos de documento na categoria “Assembléia”, quais sejam, “Justificação de Incorporação, Cisão e Fusão” e “Protocolo de Incorporação, Cisão e Fusão”. Já na categoria “Dados Econômico-Financeiros”, introduziram-se as espécies “Relatório de Análise Gerencial” e “Escrituras e Aditamentos de Debêntures”. Foram criadas, ainda, três novas categorias, destinadas a “Ato Homologatório emitido pelo Banco Central”, “Aviso de Debenturistas” e “Plano de Opções”.

Posteriormente, no segundo semestre, foram efetuadas modificações na categoria Comunicado ao Mercado, em que foram criados três tipos, sendo que um deles refere-se especificamente ao envio das declarações de aquisição e alienação de participação acionária relevante, de que trata o artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02.

Além disso, foi criada uma nova categoria, subdividida em quatro tipos, de envio de documentos relacionados à situação de Recuperação Judicial e Extrajudicial.

Visando à continuidade do aprimoramento do Sistema IPE, no início de 2006, devem ser criadas novas categorias destinadas especificamente ao envio dos contratos societários em geral, tais com os de alienação de controle, opção de compra e venda, entre outros.

### **Melhoria das informações do sistema CVM/WIN**

Em 2004, foi lançada nova versão do Sistema CVM/WIN (Informações Trimestrais – ITR, Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, Informações Anuais – IAN), incluindo, sobretudo, alterações no formulário IAN que há muito vinham sendo demandadas, a saber: correção do campo destinado à informação sobre o dividendo (disposição estatutária das ações), inclusão de informação sobre a composição do Conselho Fiscal, ampliação de informações sobre o Conselho de Administração e inclusão de informação sobre Governança Corporativa, modificações essas que foram comunicadas às companhias e ao mercado através do OFÍCIO/CIRCULAR/CVM/SEP/Nº003/04.

Em 2005, foi desenvolvida nova versão do mesmo sistema, incluindo modificações no quadro de distribuição acionária do IAN, possibilitando a indicação das participações detidas acima de 5% em ações preferenciais, efetuando-se uma revisão geral nos textos da Ajuda do Sistema CVM/WIN referentes ao formulário IAN, quanto à inclusão e modificação de definições e instruções (eventos relativos à distribuição do capital, ações judiciais).

Além disso, foram efetuadas alterações pontuais nos formulários IAN, ITR e DFP, passando a incluir, nos casos das empresas de administração e participação, a atividade econômica principal da companhia, bem como passando a incluir as situações Recuperação Judicial e Extrajudicial, que, após a aprovação da Nova Lei de Falências, substituíram a Concordata.

Essas modificações nos formulários foram aprovadas pela SEP no final de 2005, pelo que a BOVESPA disponibilizará as novas versões dos formulários DFP, ITR e IAN no início de 2006.

### **Sistema de Atualização Cadastral (CVMWEB)**

Foi implantado, a partir de 16.02.04, um sistema com o propósito de permitir às companhias abertas manter atualizadas suas informações cadastrais, como denominação social, denominação comercial, endereço etc. As companhias foram informadas e orientadas a respeito através do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2004, de mesma data.

Antes disso, grande parte dessas informações vinham sendo atualizadas através dos formulários IAN, ITR ou DFP. No entanto, os resultados obtidos da migração desses registros para o sistema CADASTRO não eram satisfatórios, gerando algumas inconsistências.

O sistema CVMWEB foi implantado ainda com o objetivo de obter informações das companhias sobre o histórico dos auditores independentes que lhes prestam serviços. Essa informação é primordial para que a Superintendência de Normas Contábeis e Auditoria (SNC) possa fiscalizar se o art. 31 da Instrução CVM nº 308/99, que trata da rotatividade dos auditores, vem sendo cumprido.

Em 2005, com o auxílio da BOVESPA, foi implementado um *disclaimer* quando do envio dos formulários ITR, DFP e IAN através do Sistema CVMWIN, avisando as companhias da importância e da necessidade em manter seus dados cadastrais atualizados através do Sistema CVMWEB, e alertando-as, inclusive, quanto às multas cominatórias a que estão sujeitas se não o fizerem.

### **Sistema de Cadastro da CVM – Distribuição de companhias entre as gerências da SEP**

Após um trabalho de revisão e reclassificação, realizado em 2003, foi implantada uma nova tabela de setores econômicos de atividades no sistema CADASTRO, adequada à classificação usualmente utilizada pelo mercado. Foram contempladas 880 companhias abertas, permitindo uma distribuição equilibrada entre as Gerências da SEP.

Em 2004, essa distribuição esteve em constante atualização e aprimoramento no intuito de obter uma distribuição de trabalho cada vez mais equilibrada.

Tal processo de atualização é de natureza contínua, em função da necessidade constante de otimização da alocação de recursos escassos, tanto assim que, em 2005, foi implementada uma redistribuição de setores entre as Gerências, tendo sido destacados da tutela da GEA-1 e transferidos à GEA-2 os setores de Serviços de Transportes e Logística; Petróleo e Gás; Petroquímica e Borracha; e Embalagens, repassando-se à GEA 1 os setores de Gráficas e Editoras, Hospedagem e

Turismo; e Têxtil e Vestuário. Criou-se, ainda, o setor de Brinquedos e Lazer, o qual foi alocado à GEA-1.

Merece destaque ainda que as companhias anteriormente alocadas ao setor de atividades “Empresas de Administração e Participações” foram redistribuídas, conforme seu setor principal de participação, tendo sido criados 37 novos setores de atividade.

Além disso, foram criadas duas novas situações de companhia, quais sejam, Recuperação Judicial e Extrajudicial.

Ainda em 2005, foram transferidas da GEA-1 para a GEA-3 e da GEA-2 para GEA-4 as companhias com registro suspenso e aquelas com registro ativo em situação, segundo o cadastro da CVM, Concordatária, Falida, Liquidação, Liquidação Extrajudicial, Paralisada, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial.

### **Automatização da aplicação de multas cominatórias referentes a atas de AGO e DF's**

Em 2005, após orientação contida no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/05, de 16.03.05, a SEP implementou, com o auxílio da Superintendência de Informática (SSI) e da Superintendência Administrativo-Financeira (SAD), a cobrança automática das multas cominatórias pelo atraso ou não entrega de atas de Assembléias Gerais Ordinárias e Demonstrações Financeiras Anuais Completas (DF's).

### **Adiamento e interrupção do prazo de convocação de assembléia geral**

Esse dispositivo foi instituído pela Lei nº 10.303/01, que alterou a Lei nº 6.404/76.

Nesses casos, conforme disposto no art. 124, § 5º, da Lei 6404/76, qualquer acionista pode solicitar à CVM o adiamento de assembléia geral ou a interrupção do curso do prazo de antecedência de convocação de assembléia geral extraordinária de companhia aberta.

Em 2005, a SEP analisou três casos de pedido de adiamento/interrupção de assembléias tendo o Colegiado acompanhado o entendimento da Superintendência em todos.

No primeiro caso, concluiu-se que os itens constantes da ordem do dia da AGO/E não apresentariam, a princípio, complexidade que justificasse o adiamento, nos termos do inciso I do §5º do art 124 da Lei nº 6.404/76, tampouco evidentes irregularidades que justificassem a adoção do procedimento previsto no inciso II do §5º do referido artigo.

No segundo, entendeu-se que a principal questão suscitada pelos requerentes, quanto a eventual direito dos acionistas preferencialistas ao *tag along*, não se prestava à finalidade prevista no inciso II do § 5º do artigo 124, e, ainda, inexistiam elementos que indicavam ilicitudes nas deliberações propostas à AGE.

No terceiro, tendo em vista a complexidade da matéria, decidiu-se, nos termos do inciso I do §5º do art. 124 da Lei 6.404/76, pelo aumento do curso do prazo de antecedência da convocação das AGE's de 15 para 22 dias.

Não restam dúvidas de que o poder que a legislação conferiu à CVM veio ao encontro de uma necessidade dos acionistas minoritários de uma decisão rápida e preventiva contra abusos dos acionistas controladores em assembléias de companhias abertas, reforçando a missão da CVM de proteger o investidor de forma imparcial à luz da legislação societária.

## **Relação de Companhias Inadimplentes**

Nos termos da Deliberação CVM nº178/95, foram divulgadas e publicadas, em janeiro e julho de 2005, relações de companhias abertas inadimplentes, há mais de seis meses, com o dever de informar. O objetivo do comunicado foi informar aos investidores e à sociedade as companhias que não vêm mantendo atualizados seus registros de companhia aberta na CVM.

Além dessas publicações, importa destacar o trabalho da SEP de aproximação com essas companhias no sentido de procurar fazer com que elas atualizem seus registros, alertando-as quanto às multas cominatórias, bem como quanto aos processos administrativos sancionadores instaurados para apurar a responsabilidade de seus administradores pelo descumprimento reiterado das disposições contidas, sobretudo, nos artigos 16 e 17 da Instrução CVM nº202/93, a que estão sujeitas.

## **Suspensão de registro de companhias abertas**

Dando prosseguimento ao trabalho de depuração do cadastro de companhias abertas que vem sendo desenvolvido desde 2002, a SEP, em 2005, nos termos da Instrução CVM nº287/98, suspendeu de ofício o registro de 17 companhias abertas, em 14.03.05, que estavam há mais de três anos inadimplentes com a prestação de informações exigidas, sobretudo, nos arts. 16 e 17 da Instrução CVM nº 202/93.

Essas suspensões de registro foram publicadas através de Editais de Notificação no Diário Oficial da União, na edição de 24.03.05, bem como divulgadas na página da CVM na rede mundial de computadores.

Ainda nos termos da Instrução CVM nº287/98, foi dada ciência das referidas suspensões à Secretaria da Receita Federal, ao BACEN, ao Departamento Nacional de Registro de Comércio e à BOVESPA.

Importa destacar o trabalho da SEP de aproximação com as companhias com registro suspenso há mais de um exercício social, no sentido de verificar se elas se encontram com suas atividades paralisadas há mais de três anos, o que permite à CVM cancelar de ofício seus registros de companhia aberta (art. 2º da Instrução CVM nº287/98).

## **Cancelamento de Ofício de registro de companhias abertas**

Em 2005, a SEP cancelou de ofício o registro de 119 companhias.

Dessas, 116 se encontravam com seus registros suspensos há mais de um ano, e tiveram seus registros cancelados com as formalidades previstas na Instrução CVM nº287/98. As outras três companhias, tiveram seus registros cancelados por terem sido incorporadas.

## **Termos de Acusação e Ritos Sumários**

Em 2005, a SEP apresentou 47 Termos de Acusação e instaurou sete Ritos Sumários em face de administradores ou controladores de companhias abertas, sendo que a grande maioria se referiu à não prestação de informações periódicas e eventuais, previstas, notadamente, nas Instruções CVM nºs202/93 e 358/02.

### **Acordo de cooperação técnica entre a ANEEL e a CVM**

Em maio de 2002, foi celebrado o acordo de cooperação técnica entre a CVM e ANEEL com vistas ao desenvolvimento e intercâmbio de informações sobre as companhias abertas que estejam sob a égide de ambos os órgãos reguladores.

O convênio permite o intercâmbio de informações sobre as companhias abertas, o que inclui as demonstrações financeiras e os indícios de infração à legislação societária.

Em 2004, o referido convênio foi de grande valia para a análise dos processos que envolveram os dois órgãos reguladores, seja de forma isolada ou conjunta.

Tendo em vista o termo do convênio em 2005, a ANEEL iniciou tratativas junto à CVM a fim de promover sua renovação, a qual se estima seja concretizada em 2006.

### **Convênio de cooperação técnica entre a ANTT e a CVM**

Em 16.08.02, foi celebrado o acordo de cooperação técnica entre a CVM e ANTT com vistas ao desenvolvimento e intercâmbio de informações sobre as companhias abertas que estejam sob a égide de ambos os órgãos reguladores.

Em 25.08.04, foi assinado termo aditivo ao convênio, renovando-o por mais 24 meses.

O convênio permite o intercâmbio de informações sobre as companhias abertas, o que inclui as demonstrações financeiras e os indícios de infração à legislação societária.

Em 2005, foram intensificados os trabalhos conjuntos das duas agências, não apenas no que diz respeito a consultas, como também no que se refere a reclamações de investidores e inspeções.

### 2.12.3. RESULTADOS QUANTITATIVOS

#### ATIVIDADES TÍPICAS

Descrição	2003	2004	2005	Previsão 2006
Registros de Cias Abertas	14	16	24	30
Atualização de Registro de Cias Abertas	344	91	86	150
Análise de demonstrações contábeis <sup>(1)</sup>	23	10	31	25
Análise de negociações c/ ações de própria emissão	32	35	27	30
Análise de aquisição/alienação de participação acionária relevante (Instrução CVM. 358/02)	42	72	135	100
Análise de operações de reorganização societária	13	16	18	20
Análise de consultas envolvendo Cias Abertas <sup>(2)</sup>	145	118	99	90
Análise de pedidos de Adiamento/Interrupção de assembléias	6	4	3	4
Análise de reclamações envolvendo Cias Abertas <sup>(3)</sup>	204	168	179	130
Análise de recursos contra entendimentos da SEP	31	23	26	50
Aplicação de multas cominatórias	1243	713	1578	770
Análise de recursos contra aplicação de multas cominatórias	48	61	57	50
Determinação de Republicações/Refazimentos de Demonstrações Contábeis	3	1	4	10
Termos de Acusação	3	3	47	50
Ritos Sumários	0	0	7	20
Suspensão de registros de Cias Abertas (Instrução CVM 287/98)	37	44	17	3
Cancelamento de registros de Cias Abertas (Instrução CVM 361/02)	46	42	28	20
Cancelamento de ofício de registro de Cias Abertas (Instrução CVM 287/98)	1	4	119	25
Registros de Cias. Incentivadas	10	7	13	10
Atualização Cadastral (Cia Incentivada)	870	224	176	200
Cancelamento de Registros de Cias. Incentivadas	24	24	25	25

<sup>(1)</sup> inclui análise das demonstrações financeiras (DF's) e formulários DFP e ITR;

<sup>(2)</sup> inclui consultas do público em geral, de companhias abertas, de participantes do mercado, de conselheiros e de Agências Reguladoras;

<sup>(3)</sup> inclui reclamações ou denúncias de investidores e público em geral, bem como de diretores e conselheiros;

#### INDICADORES DE GESTÃO

Indicador	Unidade de Medida	2003	2004	2005
Tempo médio de Análise Técnica da documentação para concessão de registro de Cia Aberta	dias	16	27	31*

\*Refere-se aos pedidos concedidos e não concedidos (nesse último caso, inclui tanto os pedidos desconsiderados quanto os indeferidos).

#### **2.12.4. PLANEJAMENTO PARA 2006**

Ao longo do tempo, a carência de recursos vigente na área, em conjunto com a necessidade de dar andamento às ilimitadas atribuições da SEP e suas Gerências, resultou em grave prejuízo à atividade de acompanhamento propriamente dito.

Considerando que este cenário começou a ser revertido com o ingresso dos novos técnicos, aliado ao fato de o Sistema IPE permitir a realização de consultas que facilitam o acompanhamento, o principal objetivo da SEP para o ano de 2006 é o de intensificar e aprimorar a atividade de acompanhamento das empresas desempenhada pelas GEA-1 e GEA-2.

Com a alocação de 14 novos servidores na SEP, contando cada Gerência atualmente com pelo menos seis analistas/inspetores, foram promovidos os devidos treinamento e adaptação, cujos resultados já podem ser sentidos quanto à intensificação das atividades já desenvolvidas.

#### **Fiscalização das Companhias Abertas pela Análise das Demonstrações Financeiras**

Paralelamente, constitui objetivo da SEP, neste plano, incrementar a fiscalização das companhias abertas através da análise de suas demonstrações financeiras e informações, priorizando aquelas em que os pareceres de auditoria contenham ressalva ou parágrafo de ênfase e as que não apresentem lucro em balanço ou que deixem de pagar dividendo obrigatório - Inciso V, art. 8º, Lei nº 6.385/76.

Neste ano, ensaiou-se a padronização de rotinas e práticas de acompanhamento das empresas sujeitas à supervisão da CVM, a qual não obteve resultados satisfatórios.

Em vista disso, pretende-se, no próximo ano, promover a efetiva incorporação dessas práticas às atividades dos analistas, de modo a obter resultados mais produtivos, cujas principais orientações já foram consignadas em Memorando direcionado às Gerências.

#### **Principais projetos junto à Superintendência de Informática**

Os principais projetos consistem em:

- Segregação, no Sistema de Cadastro da CVM, das situações do registro da companhia;
- Interface automática entre o Sistema de Recebimento de Documentos (SCRD) da CVM e o SAF/IAN;
- Automação da recepção de informações periódicas e eventuais oriundas das companhias incentivadas;
- Desenvolvimento de sistema integrado de informações de companhias abertas e incentivadas.

#### **Revisão da Instrução CVM nº 331/2000**

Em razão do atraso na reforma da Instrução CVM nº202/93, o projeto de revisão da Instrução CVM nº331/00, que trata do registro de companhia estrangeira para negociação de certificado de depósito de valores mobiliários (BDR), teve de ser postergado. Considerando a necessidade de revisão pelas inconsistências identificadas em análises efetuadas em consultas formuladas a esta Superintendência,

pretende-se que o projeto dessa Instrução seja iniciado tão logo concluída a revisão da Instrução CVM nº 202/93.

### **Implantação do Sistema de Acompanhamento de Empresas objeto do TOR-3A (Termo de Referência – 3A do Banco Mundial)**

Trata-se da instalação de um sistema que controle as operações da SEP relacionadas ao acompanhamento de empresas e de registro inicial de companhia aberta, contendo módulos para revisão e análise prévia das informações contábeis, de gerenciamento de informações legais, operações de análise, controle e gestão e a entrega, via Internet, dos documentos eletrônicos. Ademais, a disponibilidade *on-line* de todos os documentos divulgados pelas companhias propiciará melhor acesso por parte do público. O sistema deve, ainda, integrar dados da Superintendência de Relações com Empresas - SEP com os de outras superintendências.

Em 2005, o Colegiado aprovou a versão final do TOR, tendo sido iniciado o processo de licitação. Espera-se que, em 2006, o sistema comece a ser desenvolvido.

### **Fórum de órgãos reguladores**

Realizar um encontro nacional dos órgãos reguladores com o objetivo de (a) discutir as sistemáticas de fiscalização, no intuito de estabelecer métodos e técnicas que facilitem o intercâmbio de informações e (b) disseminar conhecimentos técnicos inerentes a cada órgão regulador. Órgãos reguladores participantes: CVM, BACEN, ANEEL, SRF, SDE e SPC.



## **2.13. SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO E ORIENTAÇÃO A INVESTIDORES – SOI**

### ***2.13.1. COMPETÊNCIA***

- Atuar em conjunto com outros setores da CVM, ou com outras entidades, na realização de projetos educacionais no âmbito do mercado de valores mobiliários;
- Supervisionar e orientar o atendimento a investidores individuais no que se refere às suas denúncias, reclamações, pedidos de informações e sugestões.
- Administrar serviço de atendimento ao público para fornecimento de informações prestadas à CVM.
- Supervisionar a avaliação das formas mais adequadas, ou suas combinações, de melhor acesso ao investidor, seja por meio de folhetos explicativos, seminários, palestras, publicações, vídeo, telefone, Internet e consultas individuais, e proceder à sua implantação;
- Supervisionar a avaliação de um sistema ideal de distribuição dos produtos elaborados, de modo a atingir o maior número de investidores possível e proceder à sua implantação;
- Encaminhar aos setores competentes, para apreciação e adoção de providências, os processos que não possam ser atendidos diretamente, com as informações já existentes na Superintendência;
- Acompanhar o andamento dos processos encaminhados aos demais componentes, visando abreviar, quando possível, o prazo para resposta aos interessados;
- Colaborar com os demais setores da CVM, transmitindo-lhes as percepções obtidas de investidores, empresas e intermediários, no decorrer da execução de suas tarefas rotineiras;
- Solicitar, em conjunto com as demais áreas da CVM, inspeção nos vários agentes de mercado para averiguar questões trazidas por investidores, quando assim for necessário, ou em decorrência da atividade de acompanhamento;
- Solicitar, em conjunto com as demais áreas das CVM, a abertura de inquérito para apurar responsabilidades em eventual prejuízo a investidores, ou descumprimento da legislação;
- Encaminhar ao SGE e ao Colegiado propostas de regulamentação ou aperfeiçoamento da regulamentação existente no que diz respeito às atividades da Superintendência;
- Participar e/ou colaborar em congressos, seminários, cursos e outros eventos, visando à promoção e o desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários.

### ***2.13.2. O PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E PROTEÇÃO AO INVESTIDOR – PRODIN***

O Programa de Orientação e Proteção ao Investidor – PRODIN, lançado em março de 1998, tem como objetivo aprofundar o processo de interação dos investidores com a CVM, tendo como público-alvo os pequenos e médios investidores. Objetiva a divulgação das ações realizadas por esta autarquia, enquanto órgão regulador e fiscalizador do mercado de valores mobiliários, assim como o

esclarecimento aos investidores dos seus direitos e deveres em relação a emissores, agentes e intermediários. Propõe-se, ainda, a alertar para riscos envolvidos em qualquer investimento de risco, realizando projetos educacionais voltados para a educação financeira.

Além desses objetivos imediatos, o PRODIN tem o propósito, de longo prazo, de contribuir para a popularização do Mercado de Valores Mobiliários, condição para seu crescimento e desenvolvimento sustentados.

### **2.13.3. ESTRUTURA DA SUPERINTENDÊNCIA**

A SOI possui uma estrutura enxuta, que tem se desdobrado para atender ao crescimento das demandas a ela dirigidas por meio de seu sistema de atendimento ao público, via Internet. Durante o exercício de 2005, foram realizadas diversas alterações na organização interna da superintendência, incluindo a mudança de Superintendente, visando à melhoria do atendimento pela SOI. Tais ações também se destinam ao planejamento das atividades futuras da superintendência, inclusive com aumento de seus componentes, tendo em vista, ainda, que durante o ano de 2005 foi extinta a gerência responsável pelas ações educacionais, que vinha, nos últimos meses, também realizando atendimentos ao público externo, auxiliando as gerências de orientação.

Durante o exercício de 2005, a SOI observou a seguinte estrutura:

- Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores (SOI)

Composta do titular e de um assistente, auxiliar de serviços gerais, além de uma vaga de estagiário de nível superior. No final do ano a SOI recebeu um analista que foi totalmente alocado a um projeto educacional, visando a atender às responsabilidades antes cobertas pela extinta gerência de Orientação e Educação de Investidores.

- Gerência de Orientação e Educação de Investidores (GOE)

Essa gerência era composta do titular e dois analistas, além de um agente executivo. Com a extinção da gerência, um dos analistas foi cedido para a SDM, e a servidora de apoio, para a ASC. O gerente foi alocado na GOI-1, como analista. No bojo dessa alteração, ocorrida em setembro de 2005, e por decisão relativa à priorização de estratégias de educação, foram canceladas as palestras educacionais programadas, até o final do exercício, nas diversas faculdades (Circuito Universitário). Os projetos relacionados à confecção de cartilhas (Cadernos CVM) para os investidores foram redistribuídos na SOI.

- Gerências de Orientação a Investidores (GOIs) com a seguinte distribuição:

#### **GOI-1 – Rio de Janeiro**

Além dos três analistas lotados no final de 2004, a GOI-1 recebeu, por redistribuição, o ex-titular da GOE e um analista, em meio período, que estava lotado na SOI. Também, mediante entendimentos, uma analista da SEP foi transferida para esse componente organizacional, mediante cessão de um servidor do novo concurso que seria lotado na área. A GOI-1 conta com um assistente, do cargo agente executivo, e uma estagiária.

Com o retorno do Centro de Consultas, da GAD para a GOI-1, a gerência passou a ser responsável, também, pela concessão de vistas em processos e pelo fornecimento de cópias de prospectos e outras informações de interesse do público. Com essa mudança, a gerência recebeu uma assistente e um auxiliar de serviços gerais alocados naquele centro. Uma das metas da SOI é a criação formal, na

estrutura organizacional, do Centro de Consultas, tendo em vista a extrema importância e responsabilidade das atividades que exerce.

Com o propósito de reforçar a área, em face da crescente demanda por consultas a processos, bem como a necessidade de um maior controle, um cargo comissionado (DAS-2) alocado, anteriormente, na GOI-2, e que estava vago, foi deslocado para a GOI-1, tendo sido preenchido com uma servidora.

Também foi remanejada uma vaga de estágio, de nível superior, da SOI para a GOI-1.

### **GOI-2 – São Paulo**

Além do gerente, conta com dois analistas, uma titular de cargo comissionado (DAS) e dois agentes executivos. Dispõe de uma vaga de estágio, de nível superior, que, todavia, não foi preenchida em 2005.

A gerência se ocupou basicamente dos serviços de atendimento aos investidores, paralisando-se o funcionamento do Centro de Consultas, em São Paulo, em virtude da indisponibilidade física do prédio onde se situava a Superintendência Regional.

## ***2.13.4. ATUAÇÃO DA GERÊNCIA DE ORIENTAÇÃO E EDUCAÇÃO DE INVESTIDORES***

### **Cadernos CVM**

Durante o ano foram distribuídas ao público 38.987 exemplares de nossos cadernos e cartilhas.

### **Promoção do Circuito Universitário**

O propósito desse programa tem sido o de mostrar a importância da CVM como órgão regulador e fiscalizador do mercado de capitais brasileiro, divulgar a importância econômica desse mercado e formar novos investidores.

Esse programa foi paralisado por decisão estratégica, como referido acima. Antes da suspensão das atividades, foram realizadas 20 palestras, em 19 cidades. A estrutura e a manutenção do programa estão sendo avaliadas, para decisão pelo Colegiado.

### **Promoção do Concurso de Monografias**

Em 2005, em parceria com a BOVESPA, foi realizado o VI Concurso CVM de Monografias, cujo tema foi “A Importância do mercado de ações para o desenvolvimento do país”, concluído em dezembro.

Patrocinado pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, o concurso é dirigido aos universitários matriculados em cursos de graduação regulares e reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC.

A Comissão Julgadora foi composta de representantes da CVM, BOVESPA, Comissão Nacional de Bolsas - CNB, Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC e Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCA.

Os dois primeiros colocados recebem como prêmio uma viagem de sete dias aos Estados Unidos, incluindo passagens e estadas pagas, e um programa de visitas a várias instituições ligadas ao Mercado de Valores Mobiliários, além de terem suas monografias divulgadas através do site da CVM.

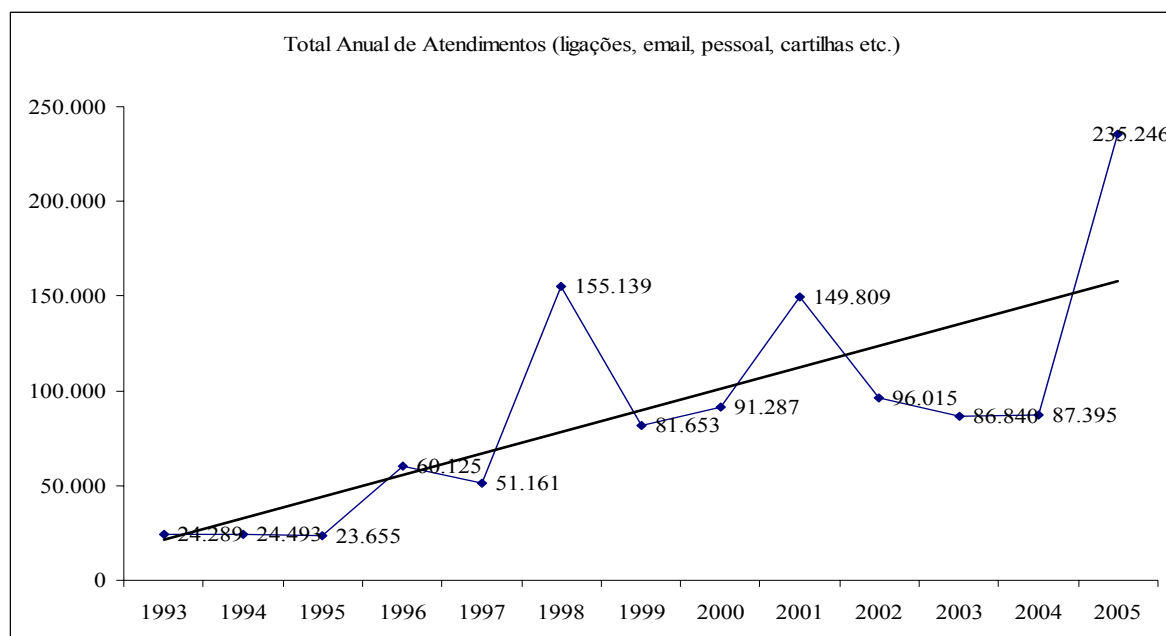
### **Participação na “Expomoney”**

Em 2005 a SOI, representando a CVM, participou das edições desse evento em São Paulo e em Belo Horizonte. A feira é dirigida ao público investidor, tendo o objetivo de aproximá-lo das instituições do mercado de capitais, seja por meio de ações de divulgação ou de educação, como as palestras. Os eventos foram realizados após a extinção da GOE, exigindo um esforço de coordenação maior, montando-se equipes de servidores das gerências de orientação e da superintendência.

### 2.13.5. ATUAÇÃO DAS GERÊNCIAS DE ORIENTAÇÃO A INVESTIDORES – GOI

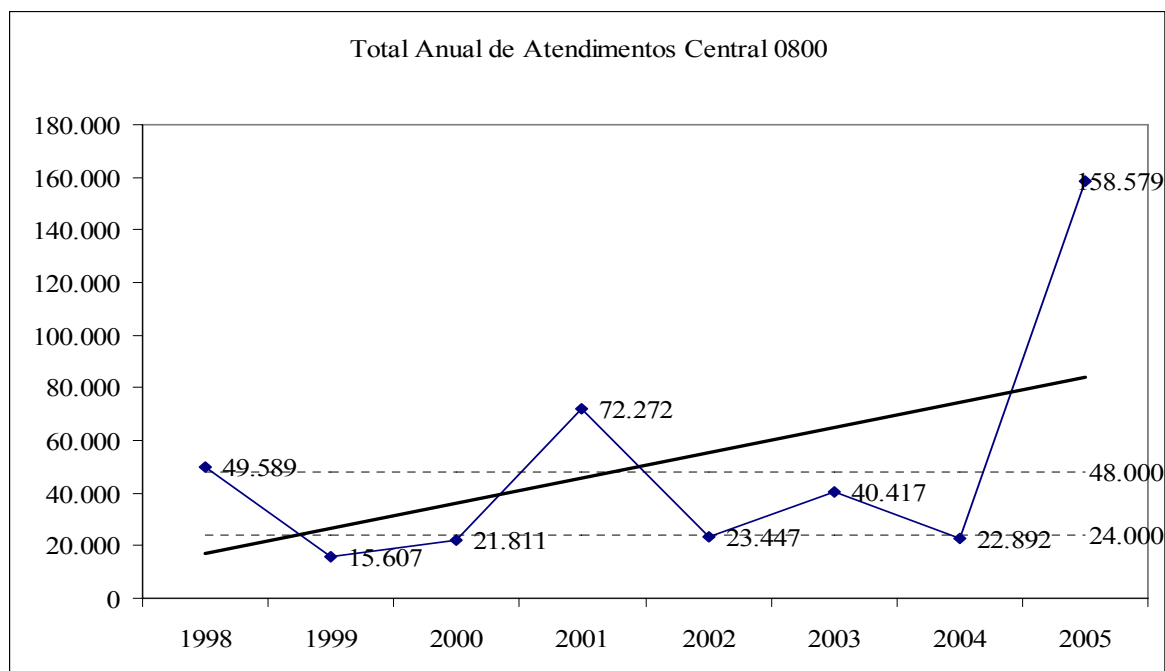
O ano de 2005 assistiu a um crescimento exponencial no número de atendimentos, que praticamente triplicaram em relação aos dois anos anteriores. Esse fenômeno parece sinalizar uma tendência para os próximos anos, a se manterem as condições que provavelmente produziram essa expansão da demanda por informações e orientações. Ou seja, a crescente importância do mercado de valores mobiliários no financiamento da economia brasileira, em termos de volumes distribuídos (que montaram a mais de R\$ 70 bilhões de ofertas registradas na CVM, um recorde histórico), a popularização desse segmento, graças aos esforços de divulgação das bolsas e de outras instituições, a crescente utilização da Internet, facilitando, por um lado, o acesso aos mercados, como o “Home-Broker”, e por outro, a comunicação com os órgãos reguladores, em caso de dúvidas ou reclamações.

Como visto, embora a demanda de consultas tenha triplicado, o número de servidores na SOI não foi aumentado, tendo, em verdade, sofrido uma pequena redução, em termos absolutos, além de uma alteração significativa, em termos gerenciais, com a extinção de uma gerência (GOE). Tendo em vista o que parece ser uma tendência de crescimento das consultas e reclamações, como se pode verificar no gráfico abaixo, a SOI está debatendo com o Colegiado a necessidade de ampliação de sua estrutura:



Vale mencionar que um dos setores que mais refletiu o crescente interesse pelo serviço de atendimento foi a nossa central telefônica (0800). A intensidade dessa expansão gerou dificuldades

de atender plenamente à demanda e, caso essa tendência, inferida no gráfico a seguir apresentado, se mantenha, é possível que seja necessário um redimensionamento da capacidade instalada:



É importante mencionar que, em média, 65% dos processos abertos referentes a reclamações de investidores foram atendidos diretamente por esta Superintendência, sem a necessidade de consulta as demais áreas desta Comissão, agilizando, assim, a prestação das informações solicitadas.

Com o intuito de melhor abordar as atividades desenvolvidas no âmbito das gerências de orientação a investidores, em meio aos inúmeros atendimentos pessoais, telefônicos, por carta e por e-mail, destacamos a seguir os principais assuntos demandados e sua importância relativa (com base em Dez/05):

<b>EMPRESAS</b>	<b>%</b>
Informações sobre companhias	50%
Demonstrações Financeiras	5%
Reclamação contra companhias	2%
Reestruturação de companhias	2%
Contratos de Parceria	2%
Regulamentação	19%
Andamento de Processo	13%
Outros	6%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

<b>FUNDOS</b>	<b>%</b>
Localização Aplicação 157	70%
Informações sobre administradores	7%
Reclamação contra administradores	2%
Informações sobre aplicações	5%
Regulamentação	9%
Andamento de Processo	2%
Outros	4%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

<b>MERCADO</b>	<b>%</b>
Informações / Intermediários / Bolsa	23%
Reclamação / Intermediários	7%
Reclamação / Custódia	3%
Mercado Marginal / Venda ações	11%
Regulamentação	33%
Andamento de Processo	13%
Outros	10%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

### **2.13.6. RESULTADOS QUANTITATIVOS PRODIN**

#### **Dados quantitativos relativos ao PRODIN**

<b>TIPOS DE ATENDIMENTO</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
PESSOAL	5.965	4.147	3.406	4.042	1.759
TELEFÔNICO	19.148	14.535	10.451	6.704	8.177
CENTRAL 0800	72.272	23.447	40.417	22.892	158.579
PROCESSOS	3.204	2.636	3.248	5.759	4.158
CONSULTAS POR E-mail	4.067	7.621	12.685	8.056	23.586
CARTILHAS ENVIADAS	45.153	43.629	16.633	39.942	38.987
<b>TOTAL</b>	<b>149.809</b>	<b>96.015</b>	<b>86.840</b>	<b>87.395</b>	<b>235.246</b>

### 2.13.7. INDICADORES DE GESTÃO

Item	Indicador	Unidade Medida	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1	Índice de Eficiência	%	84,67	81,45	88,03	93,21	93,99	96,48

**Itens 1** - O indicador de gestão acima relacionado demonstra um incremento no índice de eficiência da área, ao longo dos anos, mesmo sem ampliação do número de servidores. Esse indicador segue uma mesma regra de formação desde 2000, a fim de permitir uma comparação de desempenho, mensurando, em cada ano, da demanda total (considerando apenas as consultas por e-mail, as cartas com pedido de informação sobre o Fundo 157 e as reclamações) o porcentual que foi atendido.

Omitiu-se, vale dizer, o assim chamado (em relatórios de gestão dos anos anteriores) “índice de pendência”, que nada mais era do que a diferença entre o índice de eficiência e o total de 100%. Não se constituía, assim, em um novo indicador, mas apenas em uma outra forma de evidenciar a eficiência.

## **3. GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E DE PESSOAS**

### **3.1. SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA – SAD**

#### **3.1.1. COMPETÊNCIA**

- Supervisionar e orientar a execução de atividades referentes à administração de recursos humanos;
- Supervisionar e coordenar a execução da administração financeira e a administração de bens e serviços gerais; e
- Fiscalizar o pagamento e a arrecadação da taxa de fiscalização, das multas provenientes de penalidades aplicadas em julgamentos e das multas cominatórias.

#### **3.1.2. ESTRUTURA**

A SAD está subdividida em seis Gerências, a saber:

- Gerência de Arrecadação (GAC);
- Gerência de Orçamento e Finanças (GAF);
- Gerência de Compras e de Serviços Gerais (GAG);
- Gerência de Documentação (GAD);
- Gerência de Recursos Humanos (GAH); e
- Gerência de Projetos (GAP).

#### **3.1.3. RESULTADOS E INDICADORES**

Nesta subseção, são detalhados resultados qualitativos e quantitativos gerais, bem como os indicadores de gestão. Nas subseções posteriores, comentam-se as demais atividades executadas por cada gerência da SAD, e que não foram aqui incluídas.

#### **RESULTADOS QUALITATIVOS**

Comentam-se, a seguir, as realizações mais relevantes em 2005:

- **Recomposição do quadro de pessoal da CVM**

Com a admissão dos 94 novos Analistas e Inspetores, no início de 2005, e a realização de concurso público para provimento de 54 vagas de Agente Executivo, no segundo semestre, a CVM criou as condições para atingir, logo no início de 2006, a melhor relação entre as vagas existentes e aquelas efetivamente ocupadas desde a vigência da Lei nº 8.112/90. No caso do concurso para Agentes Executivos, registre-se ainda que o intervalo de tempo entre a aprovação do certame, publicada no D.O.U. de 22 de julho, e a nomeação dos habilitados, publicada em 29 de dezembro, foi de apenas cinco meses e sete dias, prazo significativamente menor do que o habitualmente praticado em projetos congêneres.



O quadro abaixo dá conta da evolução do quadro de pessoal da CVM nos últimos cinco anos, indicando a situação a cada 31 de dezembro:

CARGO	2001	2002	2003	2004	2005
Analistas	100	104	104	104	162
Inspetores	65	65	63	62	97
Procuradores	17	32	43	41	37
Agentes Executivos	76	71	65	63	61
Auxiliares de Serviços Gerais	52	51	51	50	49
TOTAL	310	323	326	320	406

A ampliação do quadro de pessoal permitirá um aumento significativo da capacidade de supervisão da CVM, conforme previsto no Plano Estratégico estabelecido para o Triênio 2005-2007.

- **Pós-Graduação em Regulação do Mercado de Capitais:**

Conclusão do 1º curso de pós-graduação em Regulação do Mercado de Capitais, desenvolvido em parceria com o Instituto de Economia da UFRJ e focado nas necessidades de seu público interno (servidores do quadro permanente). As monografias, voltadas exclusivamente para assuntos de interesse da CVM, foram entregues no segundo semestre de 2005, e serão disponibilizadas para consulta na biblioteca e na Intranet ainda no primeiro trimestre de 2006.

- **Treinamento em Língua Inglesa para todos os servidores:**

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento profissional dos servidores da CVM, foi dada continuidade ao Programa de Treinamento em Língua Inglesa, aberto a todos os ocupantes de cargos da CVM. Contando com 14 turmas no Rio de Janeiro, quatro turmas em São Paulo e uma turma em Brasília, o programa logrou alcançar 97 servidores (média do número de alunos por mês), atingindo parcela expressiva do corpo técnico.

- **Acordo de cooperação técnica – Banco Mundial (BIRD):**

Finalização do Diagnóstico da Tecnologia da Informação (Componente 1E), que teve como principais resultados: a elaboração de um Plano Estratégico de TI para cinco anos; a produção dos termos de referência relacionados a sistemas demandados pela PFE e pela CCP; a produção do termo de referência destinado à reestruturação do sítio institucional da CVM (Componente 5A); e a produção do termo de referência destinado ao desenvolvimento do sistema de acompanhamento de empresas (Componentes 3A), que prevê uma série de filtros que examinarão as informações enviadas pelas companhias abertas e gerarão relatórios de alerta para os técnicos da CVM, tornando a fiscalização mais proativa.

Elaboração dos manuais de procedimentos de inspeção (Componente 4B). O trabalho final resultou num conjunto de manuais em meio físico e num sistema específico para disponibilização eletrônica dos manuais, integrado com outros sistemas corporativos de uso da SFI. Ainda foram treinados servidores da SFI e SSI na manutenção dos manuais e do sistema, o que assegura total autonomia à CVM no que se refere a futuros aprimoramentos e atualizações. A elaboração dos manuais visa

aumentar a capacidade e a eficiência fiscalizatória da CVM, ocasionando, por consequência, o fortalecimento da fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, que é um dos objetivos integrantes do Planejamento Estratégico da autarquia.

- **Programa de Modernização e Fortalecimento Institucional da CVM – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):**

Produção de um diagnóstico sobre o cenário atual da Certificação dos Profissionais do Mercado de Valores Mobiliários no Brasil.

- **Reforço na cobrança da Taxa de Fiscalização e das Multas:**

Durante o exercício de 2005, a GAC deu prosseguimento ao esforço de cobrança, levantando, no universo de contribuintes que moveram ações judiciais contrárias à cobrança da Taxa CVM, aqueles cuja ação já havia transitado em julgado. Esta iniciativa culminou com o encaminhamento ao contencioso de aproximadamente 1.000 processos de cobrança administrativo-fiscal, envolvendo débitos relativos à taxa de fiscalização dos exercícios de 1991 a 2001.

No que se refere a processos de parcelamento, foram analisados, com posterior deferimento pela autoridade competente, 77 pedidos, sendo 44 referentes a Taxa de Fiscalização e 33 referentes a Multa Cominatória.

A respeito da cobrança amigável, foram expedidos 140 ofícios aos contribuintes inadimplentes que cancelaram registro na CVM no decorrer de 2005.

Por fim, foi iniciado um processo de otimização dos arquivos existentes na Gerência de Arrecadação. Foram encaminhados ao Arquivo Central da CVM cerca de 2.100 processos já encerrados.

- **Implementação da Guia de Recolhimento da União:**

Em complemento ao esforço de implementação despendido no exercício anterior, foi disponibilizada na página da CVM na Internet a impressão da Guia de Recolhimento da União - GRU, documento de arrecadação instituído pelo Decreto nº 4.950, de 9 de janeiro de 2004, e pela Instrução Normativa STN nº 3, de 12 de fevereiro de 2004. Ainda, foi implementado e disponibilizado, com o auxílio da SSI, arquivo eletrônico de GRU visando auxiliar os administradores dos fundos de investimento na arrecadação das taxas sobre estes incidentes.

- **Procedimento administrativo fiscal de cobrança da Taxa de Fiscalização:**

Tendo em vista que a Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004, que alterava dispositivos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, não foi convertida em lei, conforme era previsto no primeiro semestre de 2005, a minuta de normativo interno visando a consolidação dos procedimentos de cobrança da Taxa de Fiscalização foi submetida à apreciação do Comitê de Regulação, nos termos da PORTARIA/CVM/PTE/N.º 042, de 6 de maio de 2005. Considerando que a proposta apresentada foi aprovada pelo Comitê, o processo deverá ser submetido ainda no primeiro trimestre de 2006 à apreciação do Colegiado.

- **Disponibilização de informações na internet:**

Foi consideravelmente ampliada a quantidade de informações disponibilizadas na página da CVM na Internet relacionadas à área administrativa. No que se refere à arrecadação, foi efetuada a inclusão de novos esclarecimentos relacionados a dúvidas apresentadas pelos contribuintes, principalmente no que se refere à Guia de Recolhimento da União – GRU, assim como a atualização da legislação e das

tabelas referentes à Taxa de Fiscalização. Com relação à gestão de recursos humanos, procurou-se, por meio de notas explicativas, manter o público informado sobre o andamento dos concursos realizados em 2003 e 2005. Por fim, a respeito dos pagamentos e contratações efetuados pela CVM, merece destaque a reformulação do link Contas Públicas da CVM, que passou a contar com todos os arquivos relacionados à Prestação de Contas (incluindo Relatório de Auditoria da CGU e Plano de Providências da CVM), detalhamento acerca dos pagamentos efetuados, despesa realizada, execução orçamentária, consulta a licitações, contratos, convênios e termos aditivos.

- **Redução de custos nas compras e contratos da CVM:**

Dando continuidade aos esforços dos anos anteriores, a GAG concentrou-se na adoção de medidas que resultassem na redução de custos nas compras e contratos da CVM, com ênfase, novamente, na utilização do Pregão.

- 1) Processo de Compras nº 129/05  
Pregão (eletrônico) nº 20/05  
Objeto: Aquisição de microcomputadores  
Valor estimado: R\$ 575.000,00  
Valor contratado: R\$ 446.085,00  
**Economia obtida: R\$ 128.915,00 (22,42 %)**
- 2) Processo de Compras nº 166/05  
Tomada de Preços nº 002/05  
Objeto: Contratação de obra de reforma (24º e 25º andares)  
Valor estimado: R\$ 446.775,14  
Valor contratado: R\$ 357.551,86  
**Economia obtida: R\$ 89.223,28 (19,97%)**
- 3) Processo de Compras nº 156/04  
Pregão nº 023/04  
Objeto: Locação de máquinas reprográficas (em vigor a partir de 30/06/05)  
Valor anterior (mensal): R\$ 13.842,00 p/ uma franquia de 180.000 cópias (R\$ 0,0769 por cópia excedente)  
Valor contratado (mensal): R\$ 8.958,00 p/ uma franquia de 200.000 cópias (R\$ 0,0447 por cópia excedente)  
**Economia anual obtida: R\$ 77.064,00\* (41,87%)**  
\* considerando-se 2,4M de cópias por ano

- **Planejamento de Compras/Redução de Dispensas:**

Durante o ano de 2005, foi dada continuidade ao planejamento das compras visando manter reduzida a quantidade de dispensas realizadas.

Dos 228 processos de compras abertos no exercício, 84 foram registrados como dispensas.

Dentre as dispensas realizadas (84), quatro foram canceladas, o que reduz a quantidade de processos de compras para 224 e a de dispensas para 80 .

Assim, desconsideradas as canceladas, a quantidade de dispensas efetivamente realizadas no exercício foi de 80 , das quais três não foram efetuadas com base no art. 24, II (por valor), o que resulta em 77 processos de dispensa por valor, distribuídos da forma abaixo explicitada, o que equivale a 34,37% dos processos de compras válidos, mantendo-se um equilíbrio com relação aos exercícios de 2004 (36,01%) e 2003 (34,24%).

Com relação à quantidade de processos, houve ligeira redução em relação ao ano anterior, resultado do esforço desenvolvido pela Gerência de Compras em manter a racionalização iniciada em 2002.

**1. Renovação de assinaturas e periódicos:** duas

**2. Inscrição de servidores em curso externo:** 38

**3. Material de almoxarifado:** quatro

**4. Pedidos das regionais:**

- Superintendência Regional de Brasília - SRB: cinco

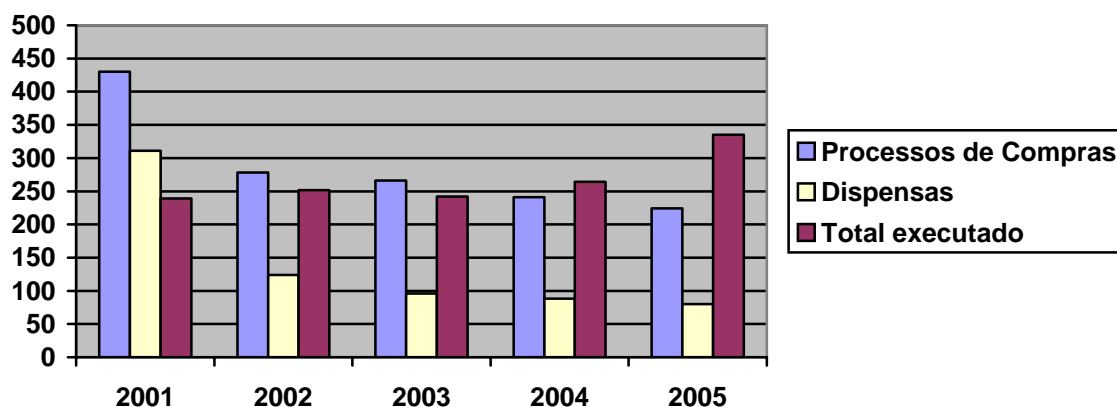
- Superintendência Regional de São Paulo - SRS: três

Considerando que as regionais não são UASG executoras, as mesmas não realizam seus próprios processos de compras. Assim, foi mantida a medida relacionada ao planejamento de material de almoxarifado, que diz respeito à realização, quando necessário, de licitações específicas para as unidades de São Paulo e Brasília. Tal ação permite que as regionais tenham um efetivo controle de suas necessidades e de seu estoque, aumenta a proximidade do fornecedor com o usuário e reduz os custos da aquisição. Porém, pelo próprio tamanho das regionais, a quantidade de material, por muitas vezes, não viabiliza economicamente a realização de licitação.

**5. Diversos:** 28

Trata-se de alguns itens que, devido aos seus valores, não se justifica economicamente a realização de licitação.

O quadro abaixo evidencia a tendência declinante no número de processos de dispensas:



	2001	2002	2003	2004	2005
Nº de Processos de Compras	430	278	266	241	224
Nº de Dispensas	311	124	96	88	80
Total executado (em milhões de R\$)	11,962	12,585	12,096	13,218	16,755

## RESULTADOS QUANTITATIVOS

	Descrição	Unidade de Medida	2001	2002	2003	2004	2005	Meta 2006
1	Arrecadação (Taxas e multas)	R\$ (mil)	62.132	55.097	53.588	54.820	112.571*	116.000
2	Notificações de Lançamento	Unidade	1.363	6.309	238	47	58	10.000
3	Multas Cominatórias	Unidade	2.862	1.351	1.903	1.997	1524	N/A
4	DARFs encaminhados	Unidade	26.000	26.800	28.000	28.000	48.000	48.000
5	Ofícios de cobrança	Unidade	441	427	885	1.057	1.081	1.500
6	Processos de parcelamento	Unidade	22	19	43	29	77	N/A
7	Número de processos de compra	Unidade	430	238	266	236	224	220
8	Atendimentos SICAF	Unidade	3.000	3106	2363	2352	3280	3500
9	Nº de Servidores Treinados em cursos técnico-administrativos	Unidade	674	746	740	327	1.113	1.100
10	Nº de Servidores Treinados em Língua Inglesa	Unidade	4	7	138	131	97	120
11	Nº de Servidores Inscritos no Programa de Educação Regular	Unidade	12	9	43	44	8	6
12	Documentos emitidos pelo SIAFI	Unidade	7705	6034	7243	8988	9757	N/A

\* Fonte: STN/MF e SSI

**Item 1** – O incremento da arrecadação da Taxa de Fiscalização do Mercado de Títulos e Valores Mobiliários, que praticamente dobrou com relação ao exercício anterior, ocorreu em virtude da ampliação do universo de contribuintes, tendo em vista o disposto no art. 52 da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004.

**Item 2** – Ainda é uma das maiores prioridades da GAC a constituição do crédito tributário dentro do prazo legal. A propósito, considerando que o cadastro é muito dinâmico, as mudanças nele ocorridas podem se consubstanciar em fatos geradores da Taxa. Daí a necessidade de fazermos várias levas de Notificações de Lançamento durante o ano, inclusive complementares:

Lote	Notificação	Anos	QTD
92	normal	00/01	18
93	normal	95/96/97/98/99	32
94	Complementar	00/01	1
95	Complementar	99/00/01	1
96	Complementar	99	1
97	Complementar	99	1
98	Complementar	95/96/97/98/99	1
99	Complementar	95/96/97/98/99	1
100	Complementar	95/96/97/98/99	1
101	Complementar	95/96/97/98/99	1
		TOTAL	58

**Item 3** – O volume depende do maior ou menor grau de atendimento às normas pelos participantes do mercado.

**Item 4** – O volume ficou muito próximo da previsão feita em 2004, devido à entrada dos novos contribuintes.

**Item 5** – Pode-se dizer que a quantidade de ofícios ficou dentro da inicialmente estimada a muito próxima da realizada no exercício anterior.

**Item 6** – Estão considerados apenas os parcelamentos aprovados pelo SGE e administrados pela GAC, não incluindo aqueles aprovados e administrados pela PFE.

**Item 7** – Representa o total de processos de compras, que tiveram a seguinte composição:

		2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nº de Inexigibilidade	Processo	44	55	22	27	16	19
Nº de Dispensas	Processo	293	311	124	94	88	80
Nº de Pregões	Processo	0	15	21	44	41	32
Nº de Convites, Tom. de Preço e Concorrências	Processo	52	49	22	14	7	5

OBS: os demais Processos abertos (88) referem-se a assuntos aos quais não se aplica nenhuma modalidade prevista na Lei nº 8.666/93, como é o caso dos processos destinados a reembolso, contribuições anuais internacionais e suprimento de fundos (Decreto nº 93.872, de 23/12/86).

**Item 8** - Representa o somatório de cadastramento, renovação e atualizações, conforme abaixo:

		2000	2001	2002	2003	2004	2005
Cadastro SICAF	Processo	227	59	102	62	66	98
Renovação SICAF	Registro	180	186	364	371	426	589
Atualização SICAF	Registro	1362	3000	2640	1930	1860	2593

OBS: a quantidade de atendimentos depende exclusivamente da demanda externa.

**Itens 9** – Em 2005 o Programa de Treinamento enfatizou a homogeneização de conhecimentos técnicos dos servidores de nível superior, com uso, sempre que possível, de instrutores internos. Aproveitando-se o ensejo da admissão de 94 novos Analistas e Inspetores, foi desenvolvido um trabalho de levantamento de conteúdos aplicáveis ao maior número possível de componentes organizacionais, do que resultou a aplicação de pré-testes a todos os técnicos de áreas-fim e a montagem de alguns treinamentos corporativos de grande impacto na qualificação para as atividades rotineiras, como os de Contabilidade Básica e Intermediária e o de Direito Administrativo.

**Item 10** – O volume de participantes do curso de inglês apresentou ligeira queda com relação a 2004 em função da concorrência com a grande oferta de treinamentos técnico-administrativos oferecidos no mesmo período e da redução do número de salas disponíveis, algumas das quais foram redirecionadas para outras finalidades.

**Item 11** – Após um pico em 2003-2004, em função da pós-graduação contratada pela CVM junto à UFRJ, o Programa de Educação Regular voltou em 2005 aos seus níveis históricos praticados até 2002. A liberação para cursos de pós-graduação vem sendo feita com base em critérios mais restritivos, até como consequência da prioridade estabelecida pela CVM com relação aos treinamentos corporativos capazes de alcançar maior quantidade de servidores.

**Item 12** – O número serve como indicador da quantidade de trabalho na execução orçamentária e financeira. O quadro abaixo demonstra a composição do resultado:

#### DOCUMENTOS EMITIDOS PELO SIAFI

Documentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Notas de Empenho	1567	1196	1538	1525	1057	964
Notas de Lançamento	747	2724	1030	1961	667	460
Nota de Sistema*	N/A*	N/A*	N/A*	N/A*	3619	3768
Ordens Bancárias	2382	2438	2204	2264	2016	2621
DARF	926	1099	1057	1177	1341	1639
DAR	N/A*	N/A*	N/A*	N/A*	N/A*	33
GPS	203	248	205	316	288	272

\* não era gerada pela Unidade Gestora.

#### INDICADORES DE GESTÃO

	Em R\$			
Taxa de Fiscalização	2002	2003	2004	2005
DARF/GRUs emitidos	61.627.830	59.118.766	58.121.670	166.867.357
Arrecadação do ano de competência	35.242.740	39.280.310	38.068.067	87.181.547
Diferença	26.385.090	19.838.456	20.053.603	79.685.810
Índice de inadimplência	42,81%	33,23%	34,51%	47,75%

Fonte: SCTAX

O montante em DARF/GRU é uma aproximação do total devido, pois nos casos em que não temos em nossos registros o valor do Patrimônio Líquido do ano anterior ao de competência da Taxa, adotamos, a partir do final de 2001, o valor máximo, até que o contribuinte atualize sua informação junto à Comissão de Valores Mobiliários.

Vale ressaltar a arrecadação total daqueles exercícios:

	Em R\$			
Taxa de Fiscalização	2002	2003	2004	2005
Arrecadação do ano de competência	35.242.740	39.280.310	38.068.067	87.181.547
Arrecadação outras competências	9.492.185	3.873.800	4.879.968	2.909.550
Arrecadação de Taxa por Registros*	7.604.880	7.155.470	8.725.596	16.510.769
Arrecadação total do ano	52.339.805	50.309.580	51.673.631	106.601.866

Fonte: STN/MF e SCTAX

(\*) Recolhimento da Taxa em virtude de Registros de Emissão (tabela "D", Lei 7.940/89), varia em função do mercado.

Em R\$				
Multa*	2002	2003	2004	2005**
Multas emitidas (a)	15.504.271	17.604.879	55.083.543	329.663.921
Total de Recursos Deferidos (b)	387.450	550.822	13.934.533	274.082.675
Passível de Cobrança (a – b)	15.116.821	17.054.057	41.149.010	55.581.246
Arrecadação do ano de competência	1.931.898	2.548.339	2.681.563	3.890.698
Arrecadação outras competências ***	-	-	-	2.077.941

Fonte: SSI

(\*) Multa Cominatória, Multa de Inquérito e de Inadimplemento de Contrato.

(\*\*) Os valores de multas emitidas e de recursos deferidos foram afetados por uma Multa de Inquérito de R\$ 243 milhões.

(\*\*\*) Valor calculado somente a partir de 2005.

### **3.1.4. GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – GAF**

Durante o ano de 2005 a Gerência de Orçamento e Finanças - GAF cuidou de executar as tarefas que lhe são atribuídas, dentre as quais podem ser destacadas: a consolidação, a análise, a codificação e o envio da proposta orçamentária; o controle e a execução orçamentária; o acompanhamento e o controle do Plano Plurianual – PPA; o processamento da folha de pagamento de pessoal, dos pagamentos aos fornecedores e das diárias aos servidores; o recolhimento de tributos; o controle das prestações de contas de viagens e de suprimentos de fundos; a contabilização dos atos e fatos contábeis ocorridos, além de outras atividades de execução orçamentária e financeira e de controle.

Das várias atividades realizadas pela Gerência, encontram-se resumidas a seguir aquelas de maior relevância, organizadas pelas áreas que compõem o setor: Orçamento, Finanças, Contabilidade e Passagens e diárias.

## **ORÇAMENTO**

### **Lei Orçamentária 2005**

O orçamento aprovado para a CVM, estabelecido pela Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, foi de R\$ 79.430.179,00, dos quais R\$ 65.520.972,00 estavam vinculados às receitas provenientes da arrecadação da Taxa de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, R\$ 2.544.023,00 a multas e dívida ativa, R\$ 785.858,00 vinculados ao rendimento de aplicação dos recursos próprios, e R\$ 10.579.326,00 vinculados a recursos externos advindos dos contratos de empréstimo e doação do Banco Mundial - BIRD e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, respectivamente.

### **Contingenciamentos orçamentários**

No ano de 2005, o Governo Federal editou, com base no art. 8º da Lei complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000, bem como previsto na Lei nº 10.934 (LDO 2005), de 11 de agosto de 2004, o Decreto nº 5.379, de 22 de fevereiro de 2005, denominado “Decreto de Programação Financeira”, que, ao dispor sobre compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, definiu a



programação financeira para o exercício. Além de estabelecer limites mensais para empenho e pagamento, o Decreto definiu os cortes no orçamento de custeio aprovado na LOA.

Ao longo do ano, de acordo com os resultados primários alcançados pelo Governo Federal, foram sendo concedidas expansões aos limites anteriormente estabelecidos. Ao final do exercício de 2005, o orçamento da CVM teve um contingenciamento total de 5,69% das despesas do Grupo 3 (Outros Custeios) e de 1,95% das despesas dos Grupos 4 e 5 (Investimentos e Inversão Financeira).

### **Créditos Suplementares**

Durante o exercício, fez-se necessária a solicitação de créditos suplementares no montante de R\$ 12.045.294,00, objetivando suprir as seguintes despesas:

- Reestruturação da Superintendência Regional de São Paulo – Em função do incêndio ocorrido em 10 de janeiro de 2005 no prédio que abrigava a Superintendência Regional de São Paulo (SRS), foram necessárias algumas ações da Administração no sentido de providenciar novas instalações para alocar o corpo funcional. Dentre as medidas adotadas que necessitaram de reforço orçamentário, podem ser destacadas: a celebração de contrato de locação de um imóvel para sediar a SRS; a contratação de empresa para desenvolver o layout das novas instalações, de modo, principalmente, a otimizar espaço; e a celebração de contrato, após realização de certame licitatório, destinado à execução das adaptações mínimas exigidas.
- Atendimentos via 0800 – Orientação aos Investidores (PRODIN) – Em função da ampla divulgação ocorrida na mídia acerca do Fundo 157, houve um significativo aumento na demanda dos investidores pelo serviço de atendimento telefônico (0800), fazendo com que as despesas com o referido serviço aumentassem consideravelmente. Tal fato, por consequência, ensejou em pedido de crédito suplementar.
- Pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista – Conforme já previsto no relatório de gestão de 2004, foi necessário o pedido de crédito suplementar para cobrir as despesas de pessoal da autarquia.
- Manutenção – Em função do acréscimo das despesas com a manutenção da CVM, do sinistro ocorrido na Superintendência Regional de São Paulo, anteriormente explicitado, bem como de reajustes de contratos, condomínios e tarifas públicas, fez-se necessária a complementação na dotação para cobrir as despesas de manutenção da autarquia.

Abaixo, quadro demonstrativo da evolução do orçamento no exercício de 2005:

### Orçamento 2005( com créditos suplementares) por fonte de recursos

fonte	pessoal	juros	odc	inv	ifi	amt	res	Total
100	8.952.448,00							8.952.448,00
153	191.165,00							191.165,00
148			6.260.426,00	2.066.800,00				8.327.226,00
174	46.997.253,00	282.486,00	17.828.014,00	2.504.900,00	500.000,00		310.000,00	68.422.653,00
195			2.252.100,00					2.252.100,00
250	2.544.023,00							2.544.023,00
280	785.858,00							785.858,00
<b>Total</b>	<b>59.470.747,00</b>	<b>282.486,00</b>	<b>26.340.540,00</b>	<b>4.571.700,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>-</b>	<b>310.000,00</b>	<b>91.475.473,00</b>
Nacional	59.470.747,00	282.486,00	17.828.014,00	2.504.900,00	500.000,00	-	310.000,00	80.896.147,00
Externo	-	-	8.512.526,00	2.066.800,00	-	-	-	10.579.326,00
<b>Total</b>	<b>59.470.747,00</b>	<b>282.486,00</b>	<b>26.340.540,00</b>	<b>4.571.700,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>-</b>	<b>310.000,00</b>	<b>91.475.473,00</b>

Fontes	Grupos de despesaa
100- Recursos nacional- Tesouro Nacional	Pessoal - Despesa de pessoal e encargos
153- Recursos nacional- Tesouro Nacional	Juros - Juros da dívida do empréstimo com o Banco Mundial
148 - Recursos externos - Empréstimo Banco Mundial	Odc - Outras despesas de custeio
174 - Recursos nacionais - Taxa /Multas/Dívida Ativa/Termo de compromisso	Inv - Investimentos
195 - Recursos externos - Doação do BID	ifi - Inversão financeira
250 - Recursos nacional - Recursos próprios	amt - Amortização
280 -Recursos nacional - Rendimento de aplicação de recursos próprios	res - Reserva de contingência

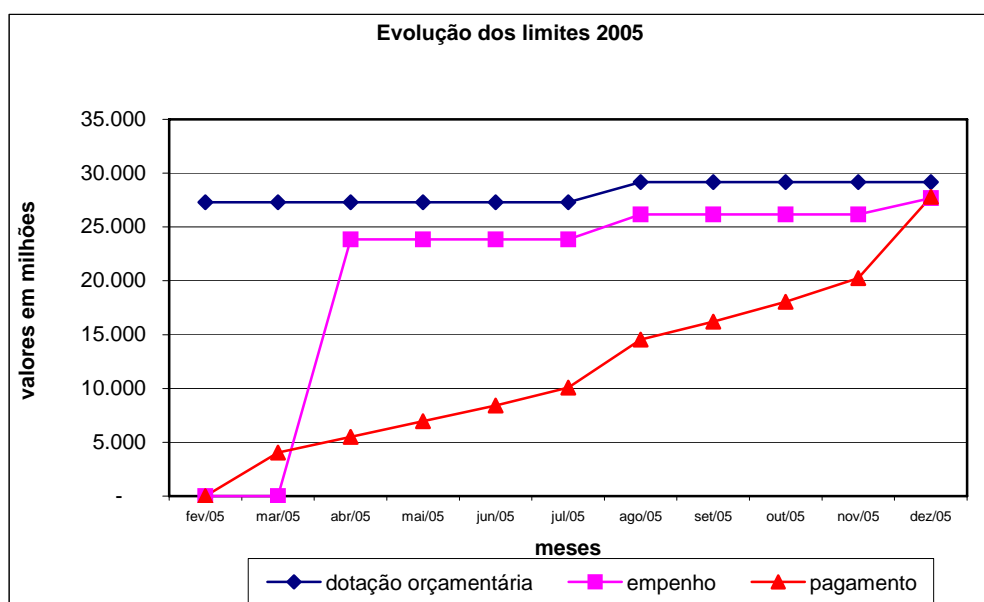
A execução orçamentária no ano de 2005 foi de R\$ 70.750.218,79 , distribuída pelas ações conforme o estudo a seguir:

Programa	Descrição	Dotação aprovada	Dotação empenhada	saldo	
				Valor R\$	%
ADMUNIDADE	Despesa de manutenção	8.581.610,00	8.286.141,93	295.468,07	3%
ATIVO	Despesa com pessoal ativo	44.409.044,00	36.945.745,00	7.463.299,00	17%
AMORTENCFIN	Amortização do empréstimo - Projeto do BM	282.486,00	119.129,48	163.356,52	58%
CAPACPROAT	Capacitação de servidores - Projeto do BM	2.092.800,00	412.384,22	1.680.415,78	80%
ESTUDOPROAT	Estudos prospectivos - Projeto do BM	6.587.226,00	1.458.000,00	5.129.226,00	78%
MVMCAPRECH	Treinamento de servidores	380.000,00	265.560,73	114.439,27	30%
MVMFISEMPRE	Fiscalização	896.000,00	884.146,26	11.853,74	1%
MVMINATPEN	Inativos e pensionistas	15.061.703,00	15.059.885,36	1.817,64	0%
MVMMEDODONT	Benefícios - Assistência médica	620.000,00	362.285,00	257.715,00	42%
MVMORGINT	Contribuição a organismos internacionais	31.540,00	23.547,10	7.992,90	25%
MVMPRESCOLA	Benefícios - auxílio creche	64.584,00	41.633,00	22.951,00	36%
MVMREFAMPRJ	Reforma e modernização	850.000,00	203.749,16	646.250,84	76%
MVMREFAUX	Benefícios - auxílio alimentação	891.360,00	694.413,22	196.946,78	22%
MVMREGULA	Regulamentação do MVM	907.000,00	906.403,76	596,24	0%
PRODINVEST	Programa de defesa do investidor	906.640,00	757.956,69	148.683,31	16%
SISTINFCVM	Sistemas informatizados	8.298.200,00	4.023.957,88	4.274.242,12	52%
VALETRANSP	Benefício - Vaga transporte	305.280,00	305.280,00	-	0%
RESERVA	Reserva de contingência	310.000,00	-	310.000,00	100%
<b>TOTAL</b>		<b>91.475.473,00</b>	<b>70.750.218,79</b>	<b>20.725.254,21</b>	<b>23%</b>

Em termos comparativos dos valores globais, o orçamento de 2005 apresentou-se superior ao ano de 2004 em 14%, notadamente por conta do acréscimo das despesas com pessoal e investimentos, conforme detalhado a seguir:

**Comparativo 2004 x 2005**

fonte	peçoal	juros	odc	inv	ifi	amt	res	Total
2004	44.342.658	341.920	28.631.987	1.931.500	1.300.000		3.930.769	80.478.834
2005	59.470.747	282.486	26.340.540	4.571.700	500.000		310.000	91.475.473
Varição 2004 x 2005	R\$ 15.128.089	(59.434)	(2.291.447)	2.640.200	(800.000)	-	(3.620.769)	10.996.639
	% 34%	-17%	-8%	137%	-62%	#DIV/0!	-92%	14%

**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE CUSTEIO E CAPITAL****Proposta Orçamentária 2006**

Em atendimento ao disposto na Lei nº 11.178 LDO (2006), de 20 de setembro de 2005, a proposta orçamentária da CVM para 2006 foi elaborada com base nas atividades previstas para o exercício, considerando-se, sobretudo, o estabelecido no Plano Plurianual e no Plano Estratégico da autarquia.

O trabalho desenvolvido pela GAF consistiu na tabulação, codificação e ajuste dos dados demandados pelos componentes organizacionais. Foram observados, para tanto, os limites impostos pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda – SPOA/MF.

A proposta orçamentária para o exercício de 2006 apresentada pela CVM foi no valor de R\$ 108.185.142,00. No entanto, após ajustes da SPOA/MF, o Projeto de Lei Orçamentária 2006 foi encaminhado ao Congresso Nacional no valor de R\$ 93.989.510,00 .

A seguir, quadro demonstrativo da proposta e suas alterações:

Orçamento					CORTE (PROPOSTA X PROJETO DE LEI)
AÇÃO	PROPOSTA CVM 2006		PROJETO DE LEI 2006		
<b>PESSOAL</b>	<b>74.515.951,00</b>	<b>69%</b>	<b>68.290.893,00</b>	<b>73%</b>	(6.225.058,00)
Ativo	43.987.361,00	40,7%	42.804.421,00	45,5%	(1.182.940,00)
Inativo/Pensionista	15.772.982,00	14,6%	15.622.491,00	16,6%	(150.491,00)
Contribuição PSSS	12.788.106,00	11,8%	8.161.479,00	8,7%	(4.626.627,00)
Benefícios (saúde,vale-transporte, refeição e creche)	1.967.502,00	1,8%	1.702.502,00	1,8%	(265.000,00)
<b>TOTAL PROG. FINALÍSTICOS</b>	<b>12.688.762,00</b>	<b>12%</b>	<b>8.075.074,00</b>	<b>9%</b>	(4.613.688,00)
Prodin	1.555.632,00	1,4%	710.714,00	0,8%	(844.918,00)
Fiscalização	1.857.000,00	1,7%	800.000,00	0,9%	(1.057.000,00)
Regulamentação	1.353.030,00	1,3%	800.000,00	0,9%	(553.030,00)
Oicv/Iosco	35.000,00	0,0%	35.000,00	0,0%	-
Sistcvm	7.888.100,00	7,3%	5.729.360,00	6,1%	(2.158.740,00)
<b>ADMINISTRATIVOS</b>	<b>11.013.126,00</b>	<b>10%</b>	<b>9.562.705,00</b>	<b>10%</b>	(1.450.421,00)
Reaparelhamento da Sede	2.500.000,00	2%	1.720.000,00	2%	(780.000,00)
Admuidade	8.513.126,00	8%	7.842.705,00	8%	(670.421,00)
<b>TREINAMENTO</b>	<b>480.900,00</b>	<b>0%</b>	<b>450.000,00</b>	<b>0%</b>	(30.900,00)
<b>OUTROS PROGRAMAS</b>	<b>9.486.403,00</b>	<b>9%</b>	<b>7.610.838,00</b>	<b>8%</b>	(1.875.565,00)
Sentenças Judiciais	531.387,00	0,49%	691.368,00	0,74%	159.981,00
Projetos ( BIRD)	5.801.617,00	5,36%	4.095.997,00	4,36%	(1.705.620,00)
Projetos ( BID)	3.052.000,00	2,82%	2.717.900,00	2,89%	(334.100,00)
Outros	101.399,00	0,09%	105.573,00	0,11%	4.174,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>108.185.142,00</b>	<b>100%</b>	<b>93.989.510,00</b>	<b>100%</b>	(14.195.632,00)
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>	-
<b>TOTAL</b>	<b>108.185.142,00</b>	<b>100%</b>	<b>93.989.510,00</b>	<b>100%</b>	(14.195.632,00)

### Plano Plurianual (PPA)

A partir de maio de 2005, o acompanhamento e o controle das ações relacionadas ao Plano Plurianual passaram a ser feitos pela GAF.

Os dados fornecidos pelas áreas finalísticas envolvidas com as ações, referentes aos produtos das metas físicas, foram devidamente lançados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN para acompanhamento e controle. A propósito, é importante mencionar que, no exercício de 2005, as metas físicas superaram significativamente a previsão inicial.

Abaixo, quadro com a tabela de execução mensal 2005 das ações finalísticas do Programa Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários:

Ação	Produto	Unid. Medida	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total	Percent.	
Âmbito	Referência	Prev./Realiz															
Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários NACIONAL	Fiscalização Realizada	Unidade															
	Mensal	Previsto	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	222	2.543		
		Realizado	219	260	253	279	224	289	320	394	325	332	281	291	3.467	136%	
Orientação e defesa aos investidores - PRODIN NACIONAL	Investidor atendido	Unidade															
	Mensal	Previsto	4.136	4.136	4.136	4.136	4.136	4.136	4.136	4.136	4.136	4.136	4.136	4.141	49.637		
		Realizado	3.412	2.089	6.325	12.422	8.224	64.793	42.173	33.860	32.380	18.431	6.813	4.231	236.153	474%	
Reforma e Ampliação das Instalações da Comissão de Valores Mobiliários Rio de Janeiro	Obra Realizada	Execução Física															
	Mensal	Previsto	0,670	0,670	0,670	0,670	0,670	0,670	0,670	0,670	0,670	0,670	0,670	0,630	8		
		Realizado	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0%	
Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários NACIONAL	Informação Disponibilizada	Gbyte															
	Mensal	Previsto	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	60		
		Realizado	6,80	7,00	7,20	7,60	7,80	8,30	8,40	8,80	9,00	9,10	10,20	10,70	100,90	168%	
Sistema informatizado da Comissão de Valores Mobiliários NACIONAL	Sistema mantido	Unidade															
	Mensal	Previsto	1,000													1	
		Realizado	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	3000%
Capacitação para Aperfeiç. dos Instrumentos de atuação da CVM junto ao Mercado de Capitais NACIONAL	Profissional capacitado	Unidade															
	Mensal	Previsto	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	18	150		
		Realizado	1	1	0	2	5	0	1	0	0	57	4	0	71	47%	
Estudos para aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao Mercado de Capitais NACIONAL	Estudo Realizado	Unidade															
	Mensal	Previsto	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1		
		Realizado	0	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	7	700%

## FINANCEIRO

### Arrecadação

A receita total da CVM está demonstrada no quadro abaixo. Em razão das alterações promovidas pela Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, a arrecadação da Taxa praticamente dobrou, alcançando valor superior R\$ 100 milhões em 2005.

#### Arrecadação 2005 por fonte de recursos

Fonte / Descrição	Total
0100 - Recursos do Tesouro Nacional	8.952.448,00
0153- Recursos do Tesouro Nacional	191.165,00
0148 - Recursos externos - Empréstimo Banco Mundial	1.870.384,22
0174 - Recursos nacionais - Taxa	106.601.865,92
0195 - Recursos externos - Doação do BID	-
0250 - Recursos nacional - Multas/Divida Ativa/Termo de compromisso	11.857.584,17
0280 - Recursos nacional - Rendimento de aplicacao de recursos proprios	804.102,43
<b>Total</b>	<b>130.277.549,74</b>

## EXECUÇÃO DA DESPESA X ARRECADAÇÃO

### Execução Financeira 2005 por fonte de recursos / grupo de despesas

Fonte descrição	pessoal	juros e encargos da dívida	Outros custeios	Capital	Total	Arrecadação	Saldo
0100	8.952.448,00				8.952.448,00	8.952.448,00	-
0153	191.165,00				191.165,00	191.165,00	-
0148			1.789.384,22	81.000,00	1.870.384,22	1.870.384,22	-
0174	39.532.136,36	119.129,48	15.481.746,86	1.273.327,87	56.406.340,57	106.601.865,92	50.195.525,35
0195					-		-
0250	2.544.023,00				2.544.023,00	11.857.584,17	9.313.561,17
0280	785.858,00				785.858,00	804.102,43	18.244,43
<b>Total</b>	<b>52.005.630,36</b>	<b>119.129,48</b>	<b>17.271.131,08</b>	<b>1.354.327,87</b>	<b>70.750.218,79</b>	<b>130.277.549,74</b>	<b>59.527.330,95</b>

Fontes	Grupos de despesa
0100 - Recursos do Tesouro Nacional	
0148 - Recursos externos - Empréstimo Banco Mundial	Pessoal - Despesa de pessoal e encargos
0174 - Recursos nacionais - Taxa /Multas/Dívida Ativa/Termo de compromisso	Juros - Juros da dívida do empréstimo com o Banco Mundial
1174 - Contrapartida do empréstimo do BM	Odc - Outras despesas de custeio
2174 - Contrapartida da doação do BID	Inv - Investimentos
0195 - Recursos externos - Doação do BID	Iff - Inversão financeira
0250 - Recursos nacional - Recursos próprios	amt - Amortização
0280 - Recursos nacional - Rendimento de aplicação de recursos próprios	res - Reserva de contingência

## CONTABILIDADE

A contabilidade vem mantendo o acompanhamento de todos os fatos e atos de gestão que tenham repercussão nos balanços, visando sua adequada representação, por meio da análise, do controle e do ajuste no Plano de Contas da União. Em 2005, elaborou e entregou, dentro do prazo, a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF, bem como efetuou a montagem final e entregou, também dentro do prazo, a Prestação de Contas da CVM.

Dando continuidade aos procedimentos já adotados em 2004, o registro do saldo da Dívida Ativa da CVM foi contabilizado de acordo com o disposto na Instrução Normativa STN N° 05, de 6 de novembro de 1996, e na NE/SEFIC N° 2/03/1988, observadas, ainda, as orientações contidas na macro-função 02.11.13 do SIAFI. Com base nas informações prestadas pela Procuradoria Federal Especializada, também foram contabilizados os valores referentes à Dívida Ativa de Curto e Longo Prazo, bem como a Provisão para Perda de Dívida Ativa.

Dívida Ativa de Curto Prazo	R\$ 3.420.263,90
Dívida Ativa de Longo Prazo (valor líquido)	R\$ 123.343.726,18
Créditos inscritos em Dívida Ativa	R\$ 371.359.780,28
(-) Provisão para Perda de Dívida Ativa	(R\$ 248.016.054,10)

Quanto ao empréstimo firmado com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, foram registrados os valores referentes à variação cambial correspondente ao montante

desembolsado pelo banco durante o exercício de 2004. O saldo, que em janeiro de 2005 era de R\$ 3.310.793,83 , finalizou em R\$ 2.919.520,46 , tendo em vista a desvalorização da moeda norte-americana frente ao Real.

### **Acertos contábeis**

Em atendimento à recomendação efetuada pela Controladoria-Geral da União no âmbito do Relatório de Auditoria nº 160662, item 4.2.2.1, a GAF efetuou o reconhecimento das receitas registradas como “Depósito para Recursos”, restando o saldo de R\$ 21.291,42 , referente a processos ainda em fase de julgamento e a processos que tiveram os recursos julgados procedentes, cujos valores serão devolvidos ao contribuinte.

### **PASSAGENS E DIÁRIAS**

Objetivando aprimorar o controle das despesas efetuadas com passagens e diárias, bem como a conciliação das informações com SIAFI, foram solicitadas diversas alterações no Sistema de Passagens e Diárias – SDP, dentre as quais merecem destaque:

#### **Geração do relatório de Informação Financeira – IFI.**

Tal funcionalidade agilizou e deu maior precisão às rotinas do setor financeiro, visto que aproveitou as informações constantes no SDP para gerar um relatório que antes era proveniente de planilhas em Excel e de bancos de dados isolados.

#### **Imputação dos valores e números das ordens bancárias do SIAFI no SDP.**

Foi alcançado o objetivo de cadastrar o número da ordem bancária de pagamento das passagens na base de dados do SDP, apurando o controle dos bilhetes pagos em confronto com o SIAFI.

#### **Cadastramento de limites orçamentários.**

Objetivando apurar o controle orçamentário das viagens nacionais e internacionais, foi implementada a ferramenta de controle orçamentário no SDP, que impede a autorização de viagem sem que haja saldo orçamentário disponível.

O programa se encarrega de calcular os valores das requisições autorizadas, confrontando-os com os limites orçamentários definidos, bloqueando as autorizações acima do limite e enviando um e-mail de alerta para o Ordenador de Despesas e para o setor financeiro a cada tentativa de autorização de viagem acima do limite estabelecido.

### **OUTRAS INFORMAÇÕES**

Objetivando conceder maior transparência e controle às despesas de baixo valor e de pronto pagamento, bem como de se inserir no contexto de e-gov (governo eletrônico), o Governo Federal, por meio do Banco do Brasil, instituiu o “Cartão Corporativo do Governo Federal”.

Com amparo nos Decretos nº 93.872/01 e nº 3.892/01, nas Portarias MP nº 265/01 e nº 095/01, e na Instrução Normativa STN nº 04/04, e contando com o suporte operacional descrito na macro-função do SIAFI 02.11.33, o Cartão Corporativo tem como finalidade básica substituir a conta de suprimento de fundos (conta tipo b) para aquisição de bens e serviços.

Dentro dessa nova realidade, a CVM iniciou um projeto-piloto em 2004, com vistas a, gradativamente, passar a utilizar a nova ferramenta em 2005.

Em 2005, foram concedidos dois suprimentos de fundos com a utilização do Cartão Corporativo, cujas despesas foram pagas conforme discriminado a seguir:

Saques efetuados para pagamento em espécie de materiais e serviços	R\$ 1.330,00
Pagamentos efetuados por meio da fatura do Cartão Corporativo	R\$ 3.063,15

A experiência mostrou-se válida, o que nos permite afirmar que será dado prosseguimento ao processo de implementação da ferramenta ao longo do exercício de 2006.

### **3.1.5. GERÊNCIA DE COMPRAS E DE SERVIÇOS GERAIS – GAG**

A GAG está subdividida, basicamente, em cinco setores: Compras, Contratos, Patrimônio, Almoxarifado e Serviços Gerais, resumindo-se, a seguir, os aspectos mais relevantes não comentados nos tópicos anteriores.

#### **SETOR DE COMPRAS**

O setor de Compras tem por objetivo a aquisição de bens e serviços para atender a demanda da entidade como um todo, atuando na abertura de processos de compras, provocada por pedido (via memorando) e autorizada pelo Ordenador de Despesas; na pesquisa de mercado; na elaboração de estimativa de custos e quadro comparativo de preços; no preenchimento de Informativo de recursos; na elaboração de Edital/Contrato; no cadastramento dos processos no sistema; no envio de informações para as publicações necessárias (D.O.U./Jornal), e na realização das licitações e julgamento dos processos.

Em 2005, a Gerência adequou seus procedimentos licitatórios ao disposto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta o pregão na forma eletrônica para a aquisição de bens e serviços comuns.

Destacam-se, por oportuno, importantes licitações realizadas pela GAG com o escopo de atender as demandas da casa:

- **Setor de Informática**



Aquisição de 115 microcomputadores, 27 scanners, 26 impressoras e três multifuncionais, além do licenciamento de diversos *softwares* e da contratação de serviços especializados de segurança lógica de TI.

- **Reforma de andares da Sede da CVM (24º e 25º)**

Parte integrante do projeto de aparelhamento da CVM, destacado no Objetivo 5 (Modernizar e Fortalecer a CVM) do Plano Estratégico estabelecido para o triênio 2005-2007, a reforma permitirá a transferência do setor de almoxarifado para o 25º andar e sua separação física do setor de patrimônio, conforme recomendado pela auditoria interna. Ainda, no 24º andar serão construídas salas de treinamento, havendo, ainda, espaço físico suficiente para a acomodação de algum outro componente organizacional.

### **SETOR DE CONTRATOS/CONVÊNIOS**

O setor de Contratos faz o acompanhamento das aquisições que geram contratos, incluindo a convocação da outra parte para assinatura, a publicação do extrato do contrato no D.O.U. e o controle de todos os contratos existentes no âmbito da gerência, especialmente com relação ao prazo de vigência. Analisa, ainda, os pedidos de repactuação de preços e elabora os termos aditivos.

No que se refere à execução dos contratos, a CVM tem envidado seus maiores esforços no acompanhamento e na fiscalização das obrigações contratualmente estabelecidas, aplicando, sempre que necessário e cabível, penalidades aos fornecedores faltosos. Em 2005, foi aplicado um total de 19 penalidades, conforme exposto no quadro a seguir.

	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
<b>Advertências</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>8</b>
<b>Multas</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>8</b>
<b>Suspensões</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
<b>Rescisões</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

### **SETOR DE PATRIMÔNIO**

O setor de Patrimônio é o setor responsável pelo tombamento, cadastramento e zelo dos bens da autarquia. Procede ao controle de todos os bens móveis e imóveis da CVM, zelando pela regularidade documental, o que inclui a emissão e o controle dos Termos de Responsabilidade sobre bens móveis.

No que concerne aos bens móveis da CVM, foi realizado inventário físico para conferência e verificação, não sendo possível, entretanto, a sua realização na regional de São Paulo, em virtude do incêndio ocorrido em suas instalações.

### **SETOR DE ALMOXARIFADO**

O setor de Almoxarifado cuida da guarda e distribuição do material de consumo adquirido, administrando um estoque de aproximadamente 420 itens. Controla os gastos, elaborando previsões

de consumo, e entrega os materiais solicitados pelas áreas demandantes, entre outras tarefas, como a administração de equipamentos fornecidos aos servidores, como *notebooks*, aparelhos celulares e aparelhos *headset*.

- **Controle de estoque**

Com relação ao controle de estoque do almoxarifado, destacamos que foi dada continuidade à elaboração dos inventários rotativos, realizados com periodicidade semanal, que são confrontados com o quantitativo lançado no sistema de patrimônio. Tal prática permite o acompanhamento mais próximo da evolução do estoque, identificando-se e solucionando-se, prontamente, pequenas divergências que, de outra forma, somente seriam identificadas no final do exercício, por ocasião do inventário anual. Com relação aos materiais utilizados pelos diversos componentes organizacionais, destacamos que a GAG disponibiliza na *Intranet*, mensalmente, os bens que foram solicitados pelas áreas, bem como os valores dos mesmos. No que diz respeito ao consumo de materiais pelos servidores que trabalham no almoxarifado, registra-se que o mesmo somente ocorre após a devida aprovação do Gerente.

- **Planejamento de estoque**

Dando continuidade ao método de trabalho de planejamento de estoque utilizado, o almoxarifado realiza, anualmente, um levantamento do material necessário para suprir as necessidades da CVM, que é adquirido por meio de processos licitatórios específicos (material de escritório, cartuchos, impressos, material de higiene, gêneros alimentícios, etc). Ainda, conforme também já vem acontecendo, são realizadas licitações específicas para a Superintendência Regional de São Paulo.

## **SETOR DE SERVIÇOS GERAIS**

O setor tem como principais atividades: abertura e fechamento da casa; funcionamento da central reprográfica e da telefonia; manutenção predial da CVM, na Sede, incluindo as redes elétricas, de comunicação estruturada, de fibra óptica, bem como os sistemas hidráulicos e de ar condicionado; controle da utilização de veículos de propriedade da CVM; limpeza, conservação e vigilância da CVM; a movimentação de materiais e equipamentos entre os diversos setores; administração dos contratos correlatos.

Em 2005, sua atuação foi decisiva em diversas oportunidades, dentre as quais destacamos:

- **Limpeza do sistema de dutos de ar-condicionado**

Um dos serviços realizados pela área de serviços gerais foi o acompanhamento da limpeza do sistema de ar-condicionado, conforme determina a legislação vigente.

- **Tratamento acústico da sala de reuniões do 27º andar**

Em 2005 foi dado tratamento acústico à sala anexa à Auditoria (27º andar). As divisórias originais no padrão Freijó (que vão até o forro) foram retiradas e substituídas por paredes de gesso acartonado (que ultrapassam o forro e vão até o teto) com duplo recheio de lã de vidro, de maneira a aumentar o bloqueio de ondas sonoras em cerca de 50%.

- **Ampliação da Central Telefônica**

Foi ampliada a Central Telefônica MD 110 (localizada no 23º andar) de modo a permitir a utilização de 160 novos ramais.

- **Ampliação do contrato com a Telemar**

O contrato com a Telemar foi aditado para que estejam à disposição da CVM 200 novos ramais DDR, todos utilizando o prefixo 3233.

### **3.1.6. GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS – GAH**

Nesta primeira parte, apresentam-se a missão e as atividades permanentes de cada um dos setores em que se estrutura a GAH, a saber:

#### **Administração de Recursos Humanos**

- Acompanhamento de vida funcional
  - Registro e Movimentação
  - Frequência
  - Aposentadoria e Pensão
- Folha de Pagamentos
- Relações trabalhistas<sup>1</sup>
  - Normatização
  - Análise e Aplicação de Legislação de Pessoal
- Assistência e suporte ao servidor
  - Benefícios
  - Serviço Social
  - Serviço Médico

#### **Desenvolvimento de Recursos Humanos**

- Provimento de pessoal
  - Concursos Públicos
  - Programa de Estágios
  - Recrutamento e seleção – outros processos
- Capacitação de Pessoal
  - Programa Geral de Treinamento
- Projetos prospectivos

---

<sup>1</sup> Deveria ser incluída nesta apresentação uma área de Administração de Cargos e Salários. Contudo, a realidade do serviço público, com a centralização de decisões na SRH/MP, faz com que não exista mais, no âmbito de cada Ministério ou Autarquia, uma administração de cargos e salários no sentido tradicional.

## ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

### Acompanhamento de Vida Funcional

As áreas de **Registro e Movimentação, Aposentadoria e Pensão e Freqüência** da Gerência de Recursos Humanos desenvolvem atividades relacionadas com o acompanhamento da vida funcional do servidor, da admissão até sua saída da CVM, além do atendimento às consultas formuladas pelos servidores e por instituições públicas ou privadas e do gerenciamento de banco de dados informatizado que controla todos os aspectos da vida funcional, incluindo, por exemplo, contagem de tempo de serviço para concessão de licença-capacitação e aposentadoria.

#### • **Registro e Movimentação**

A área de Registro e Movimentação faz o acompanhamento do servidor, ocupante de cargo efetivo ou de cargo em comissão, desde a admissão até o desligamento – por motivo de exoneração, de ofício ou a pedido, por posse em outro cargo público inacumulável ou por falecimento – passando por todas as alterações ocorridas em sua vida funcional e, sob alguns aspectos, em sua vida pessoal.

As atividades **exclusivas** da área estão relacionadas com:

- atualizações cadastrais de qualquer natureza;
- designações e dispensas de função gratificada;
- nomeações e exonerações de cargo efetivo ou em comissão;
- remoções;
- substituições;
- publicação do Boletim de Pessoal e do Informe GAH;
- consultas à legislação ou ao Ministério da Fazenda, nos casos dos indicados para os cargos em comissão;
- organização e guarda das pastas funcionais dos servidores ativos e desligados, dos boletins de pessoal, dos informes, das declarações de bens, rendas e valores e dos demais materiais documentários relativos, por exemplo, aos concursos públicos, às auditorias realizadas, cargos e salários e promoção.

Compete à área também a manutenção do arquivo corrente e permanente da GAH, a atualização do banco de dados SRH e SIAPECAD, a atualização do relatório anual de prestação de contas para a Gerência Regional de Controle Interno/MF/RJ e do quadro de vagas da CVM, o cálculo do índice de rotatividade de pessoal, e o acompanhamento das mudanças na legislação e da publicação de atos do interesse da CVM mediante a leitura do Diário Oficial da União, seções 1 e 2.

#### • **Aposentadoria e Pensão**

É a área da GAH que providencia a contagem, averbação e emissão de Certidão de Tempo de Serviço, bem como a aposentadoria ou concessão de pensão, de acordo com o estabelecido na legislação e nas disposições da Delegacia Federal de Controle. A concessão de aposentadorias é

antecedida da instrução do respectivo processo, sempre envolvendo significativo investimento em análise de questões legais decorrentes da mudança de regime (CLT para RJU), alterações na legislação previdenciária e de situações especiais (servidores redistribuídos, efetivados, ocupantes de cargo DAS etc.). Complementarmente, a área presta também atendimento a aposentados, pensionistas e servidores ativos, seja em consultas pessoais e telefônicas, seja mediante respostas formais (memorandos e ofícios), além de produzir e distribuir a publicação mensal “Notícias da GAH”, pela qual os aposentados e pensionistas são mantidos informados sobre assuntos gerais da CVM e sobre temas de interesse específico.

- **Frequência**

Controla as licenças médicas dos servidores, junto ao Serviço Médico da CVM e à Delegacia Administrativa do Ministério da Fazenda, no Rio, em Brasília e São Paulo; confere os Demonstrativos de Frequência e atualiza estes dados na Ficha de Acompanhamento de Frequência, além de tirar dúvidas dos servidores quanto ao funcionamento do Formulário de Ponto.

- **Folha de Pagamentos**

O setor da Folha de Pagamento tem por missão efetuar todos os procedimentos que resultam no pagamento da remuneração para servidores ativos, inativos e pensionistas. Aparentemente é um setor voltado para cálculos e conferências, mas seu espectro de atividades vai bem mais além, incluindo a análise da legislação pertinente, as projeções de gastos de pessoal, a instrução de processos e a implantação e manutenção de sistemas informatizados.

No que se refere à geração da folha propriamente dita, são atribuições do setor a crítica e entrada de dados mensais no sistema SIAPE; o controle e cálculo de férias; a atualização e cálculo de quintos; a elaboração de projeções de gastos com pessoal visando adequação à disponibilidade orçamentária e, finalmente, a prestação de informações de gastos com pessoal a instituições públicas.

Na área trabalhista, o setor é encarregado da instrução de ações conduzidas pela PFE, além de fazer a crítica das parcelas devidas e cálculo dos valores a serem pagos, inclusive de caráter retroativo com aplicação de indexadores.

No que se refere às Gratificações de Desempenho, o setor desenvolveu e administra um instrumental próprio, totalmente informatizado, de controle dos processos de avaliação de desempenho e de contingenciamento de servidores para concessão das gratificações.

## **Relações Trabalhistas**

- **Normatização**

A atividade normatizadora da GAH consiste na produção de propostas de normas ou portarias que disciplinem as relações trabalhistas no âmbito da CVM. Desde o advento do Regime Jurídico Único a GAH tem se voltado, especialmente, para a adequação do arcabouço normativo interno à legislação que rege o pessoal da União, ou à produção de regulamentação específica que complementa, no âmbito interno, as diretrizes gerais estabelecidas por lei, por atos do Poder Executivo ou por decisões da SRH/MP.

- **Análise e aplicação de Legislação de Pessoal**

Sendo a CVM um órgão integrante da Administração Pública Federal, suas relações trabalhistas são regidas por um conjunto de normativos que, em parte, é válido para todos os servidores do Poder Executivo e, em parte, resulta de atos internos ou externos aplicáveis apenas à CVM ou a setores da Administração Federal. Como complicador, há o fato de que o pessoal da CVM esteve submetido até 1990 ao regime da CLT, passando, a partir do advento da Lei 8.112/90, para o RJU (estatutários). São frequentes, portanto, as demandas referentes a direitos adquiridos num ou noutro regime, assim como as exigências de adequação das normas e procedimentos internos às práticas estabelecidas na legislação vigente. A atividade deste setor concentra-se, portanto, na análise da legislação especializada e na produção de pareceres, documentos técnicos ou memoriais com vistas à apresentação de propostas ou atendimento de exigências no relacionamento com a SRH/MP ou dos órgãos de controle externo, como o TCU.

### **Assistência e Suporte ao Servidor**

- **Benefícios**

A área de Benefícios tem hoje como missão principal garantir o acesso do servidor a serviços de saúde no âmbito de planos coletivos e a direitos garantidos pela legislação em vigor, como auxílio-alimentação, auxílio-transporte e reembolso parcial de despesas de creche. Neste sentido, a área de Benefícios é responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato entre a CVM e a Golden Cross, relativo ao Convênio de Seguro Saúde, o que inclui conferência e controle das faturas mensais e o acompanhamento de pendências entre servidores e empresa contratada, quanto à aplicação de itens contratuais.

O setor desenvolve ainda o acompanhamento e o controle do pagamento do benefício de assistência à saúde aos servidores que possuem planos de saúde individuais, assim como dos benefícios de auxílio pré-escolar, auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

- **Serviços Médico e Social**

Os Serviços Médico e Social, além de suas atribuições específicas, apresentam uma grande área de superposição, razão pela qual podem ser tratados em conjunto.

O Serviço Médico tem, especificamente, a missão de garantir a assistência à saúde de servidores e outros profissionais a serviço da CVM mediante orientação preventiva, realização de exames periódicos para detecção precoce de patologias e atendimento ambulatorial de pacientes ou encaminhamento destes a serviços médicos especializados. Complementarmente, o Serviço Médico atua mantendo controles burocráticos e estatísticos dos casos de afastamento por doença e dos níveis de absenteísmo (a análise do absenteísmo tem por objetivo um diagnóstico das causas de afastamento do trabalho e sua prevenção e tratamento).

Ao Serviço Social compete dar assistência aos servidores e seus familiares, facilitando o acesso a serviços de saúde, a direitos previstos em lei e a outros recursos promotores de qualidade de vida disponibilizados pela organização ou por órgãos congêneres. Atua em campanhas institucionais, na intermediação de conflitos, no encaminhamento de problemas de desempenho ou de casos de

absenteísmo e no apoio a dependentes químicos, pacientes terminais, portadores de deficiências e outros casos de natureza social.

No âmbito da atuação conjunta, os Serviços Médico e Social desenvolvem campanhas de promoção à saúde e à qualidade de vida. Responsabilizam-se também pelo acompanhamento dos casos de afastamento de servidores enfermos, assim como das licenças por motivo de doença em pessoa da família.

## **DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

### **Provimento de Pessoal**

O processo de provimento das necessidades de pessoal da CVM desdobra-se em três distintos processos, se bem que relacionados pela missão comum: **Planejamento de Concursos Públicos, Estágios e Recrutamento e Seleção – Outros processos.**

- **Concursos Públicos**

Os concursos públicos vêm se realizando, a partir de 1994, à razão de um a cada 2,5 anos. Compete à GAH planejá-los tecnicamente, em função das necessidades observadas, subsidiar a GAG na contratação de empresa especializada na promoção de processos seletivos e acompanhar todas as etapas de sua execução.

- **Programa de Estágios**

O Programa de Estágios consiste na contratação de estagiários com recursos próprios, que obedece a parâmetros fixados pela Administração Pública no que tange a valor de bolsa-auxílio, duração de estágio e quantitativo de estudantes admitidos simultaneamente.

O recrutamento é realizado em parte pela GAH, em parte pelos Agentes de Integração com os quais a CVM mantém convênio; o processo seletivo é coordenado pela GAH, constando da aplicação de provas escritas de caráter classificatório e entrevistas. A seleção final é feita pelas áreas interessadas.

Compete à GAH zelar pela legalidade do processo de estágio, coletando a documentação necessária e acompanhando a execução do estágio de forma a evitar que este seja desviado de suas verdadeiras finalidades. O Setor de Estágio participa de todos os procedimentos de seleção, manutenção do cadastro/arquivo de candidatos, pagamento da bolsa de estágio e acompanhamento junto ao Agente de Integração das ocorrências mensais.

- **Recrutamento e Seleção – Outros processos**

O suprimento de pessoal via terceirização de serviços é fruto de parceria com a GAG, tendo em vista a necessidade de processo licitatório. Compete à GAH levantar necessidades, definir perfis profissiográficos e quantificar o pessoal necessário, além de, com frequência, conduzir diretamente o processo de seleção mediante entrevistas e testes escritos. O mesmo ocorre quando a GAH é eventualmente solicitada a promover o recrutamento externo e a seleção de ocupantes de cargos DAS.

## Capacitação de Pessoal

### • Programa Geral de Treinamento

Trata-se de um contínuo e permanente programa de treinamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento de pessoal, cuja missão é capacitar permanentemente o corpo funcional da CVM, adequando-o às exigências decorrentes das atribuições da autarquia e aos novos perfis profissionais requeridos no setor público. Visa-se, com isso, contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes internos e externos.

A gestão do programa de treinamento exige a permanente otimização do orçamento destinado a esta atividade, sempre observando a racionalização e a efetividade dos investimentos.

A GAH atua diagnosticando as necessidades de capacitação da organização, buscando supri-las mediante ações educacionais, que podem ser ações de treinamento desenvolvidas internamente, com instrutores próprios ou contratados, ou eventos oferecidos pelo mercado, com participação de servidores da CVM.

O Programa Geral de Treinamento é composto pelos seguintes itens:

#### *Programa de Educação Regular*

Este programa, através de cursos de pós-graduação (extensão, especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado), objetiva ampliar conhecimentos técnicos nas áreas específicas da CVM e desenvolver novas posturas de gestão na Administração Pública.

Seu objetivo é permitir a um grupo de servidores, selecionado com base em critérios previamente estabelecidos, a participação em cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado ou especialização lato sensu que proporcionem uma formação que, de alguma maneira, venha a contribuir para a ampliação da cultura organizacional.

O programa implica a liberação, em horário parcial ou integral, dos servidores selecionados para participação nos cursos escolhidos. Em alguns casos, havendo disponibilidade orçamentária, a CVM pode também custear as taxas de participação no curso.

Todos os servidores participantes estão obrigados a prestar informações periódicas que permitam o adequado acompanhamento da efetividade do investimento da organização. Com o objetivo de permitir o compartilhamento dos resultados das pesquisas dos participantes do Programa de Educação Regular, estes estão agora obrigados a recolher à Biblioteca cópias de suas teses ou dissertações, assim como a proferir palestras de divulgação científica.

#### *Treinamentos Administrativos*

São treinamentos voltados para habilidades e conhecimentos relacionados a tarefas administrativas diárias ou voltados para mudanças de atitudes, aumento de motivação, relacionamento interpessoal, supervisão e gestão administrativa e informações sobre a organização.



### *Treinamentos Técnicos*

São treinamentos voltados principalmente para habilidades e conhecimentos relacionados a conceitos técnicos de planejamento e execução financeira, fiscalização e normatização do mercado financeiro e de capitais, de gestão de administração pública e de recursos humanos.

### *Programa de Treinamento em Língua Inglesa*

Este programa tem a finalidade de capacitar os servidores da CVM na utilização do idioma em situações profissionais de real comunicação, nas habilidades de leitura, escrita, compreensão e expressão oral.

### *Licença para Capacitação*

É o afastamento do servidor do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por período de até três meses, a cada quinquênio de efetivo exercício para participar em ações de capacitação. Esta concessão se condiciona ao planejamento interno da CVM, à oportunidade do afastamento e à relevância da ação para a instituição.

### *Palestras Técnicas*

Visam a atender uma necessidade dos servidores na atualização de informação imediata quanto a assuntos técnicos administrativos relacionados diretamente com a CVM e o serviço público federal. É uma programação de encontros com palestrantes convidados ou internos, desenvolvida a partir de temas sugeridos pelos próprios servidores.

As Palestras Técnicas, ao mesmo tempo que permitem um contato direto entre o público interno e especialistas do mercado financeiro ou de capitais, são também um espaço para a apresentação de trabalhos desenvolvidos por servidores da CVM e que, de outra forma, não chegariam ao conhecimento do restante da organização.

### **Projetos Prospectivos**

A GAH, a par de sua atuação rotineira, desempenha também um papel de agência de planejamento e instância viabilizadora de mudanças institucionais. Considerando que todas as grandes mudanças – novos projetos, assunção de atividades finalísticas inéditas, introdução de novas tecnologias etc. – sempre apresentam um impacto sobre o quadro de pessoal, o papel da GAH é traduzir as perspectivas futuras da organização em ações proativas no âmbito de recursos humanos, seja planejando a ampliação de quadros, seja seu reordenamento remuneratório ou reciclagem de conhecimentos.

Todos os processos rotineiros de hoje resultaram de uma ação proativa do passado, e muitos dos projetos prospectivos de hoje resultarão em novas rotinas no futuro. Dada sua natureza difusa, os processos de planejamento em que a GAH se envolve tendem a não ter a desejada visibilidade, mas são um componente essencial no conjunto de atividades da gerência.

## **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2005**

A apresentação das atividades desenvolvidas em 2005 segue a mesma ordem da apresentação das missões setoriais e atividades permanentes.

- **Registro e Movimentação**

Além das atividades rotineiras, a área de registros funcionais desenvolveu, no primeiro semestre, um esforço concentrado de admissão de 94 novos servidores (Analistas e Inspetores) habilitados no concurso de 2003. O primeiro grupo de novos servidores entrou em exercício em 19 de janeiro de 2005.

- **Aposentadoria e Pensão**

No ano de 2005 foi concedida uma nova aposentadoria; concluídos 72 processos dos que aguardavam a análise definitiva do Tribunal de Contas da União sobre a legalidade do pagamento da parcela referente à Vantagem Pessoal Voto CMN 203/91, o que ocorreu apenas em dezembro de 2004.

- **Folha de Pagamento**

Além das atividades rotineiras de processamento das folhas de pagamento mensais, a área desenvolveu as seguintes atividades extraordinárias:

- Inclusão no Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE de 94 novos concursados de nível superior.
- Elaboração do Programa de Avaliação de Desempenho para o cálculo da GDCVM para os cargos de Analista, Inspetor e Agente Executivo, para nova versão do Microsoft Access.
- Elaboração do Programa de Avaliação de Desempenho para o cálculo da GDACVM para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.
- Cálculo e inclusão na folha de pagamento dos valores decorrentes de 157 processos de substituições de exercícios anteriores, com base na orientação contida no Ofício-Circular nº 01, de 28.02.05, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento. Contudo, a quitação dos valores obedeceu ao estabelecido na Portaria Conjunta SRH/SOF/MP nº 01, de 28.09.2005.

- **Normatização**

Em vista da edição da Medida Provisória nº 210, de 31.08.04, depois transformada na Lei nº 11.094, de 13 de janeiro de 2005, foi criada a GDACVM, gratificação aplicável aos servidores de nível intermediário ocupantes do cargo de Auxiliares de Serviços Gerais. A lei foi regulamentada pelo Decreto 5.572, de 3 de novembro de 2005, que deu competência à CVM para baixar normas internas de operacionalização da concessão. A GAH, em conjunto com o SINDCVM, elaborou a proposta consubstanciada na Portaria CVM/PTE/Nº 093, de 8.11.2005, que estabelece os critérios, os

procedimentos específicos e os fatores de avaliação de desempenho, em consonância com os parâmetros definidos no decreto 5.572/2005.

Com base na mesma Lei nº 11.094/2005 e nas competências fixadas no Decreto 5.407, publicado no D.O.U. de 31.3.2005 (Seção Extra), a GAH elaborou também o texto da Portaria CVM/PTE/Nº 035, de 14.4.2005, que regulamenta os critérios e procedimentos de concessão da GDCVM aplicável a Analistas, Inspetores e Agentes Executivos.

#### • **Análise e Aplicação da Legislação de Pessoal**

Ao longo de 2005 a GAH produziu grande número de análises técnicas e pareceres, que na maioria das vezes passaram a ser parte integrante de processos administrativos. Trata-se de uma atividade de difícil quantificação, já que seus resultados encontram-se diluídos pelos demais processos desenvolvidos pela gerência. Cabe apenas destacar alguns temas recorrentes que foram objeto de análise no ano findo:

- análise de pleitos de remoção;
- pedidos de Licença Capacitação;
- solicitações de afastamento para estudo no exterior;
- análise de casos de Lotação;
- pareceres sobre impasses na relação entre CVM e empresa contratada para prestação de serviços de seguro saúde;
- aplicação de dispositivos de promoção;
- propostas de alteração no critério de concessão da GDCVM;
- descumprimento de Termo de Compromisso de curso de pós-graduação.

#### • **Serviço Social**

##### **Atividades macro:**

No âmbito do Programa de Qualidade de Vida e das ações de Responsabilidade Social, a GAH promoveu campanha de vacinação contra a gripe, campanha de doação de sangue ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho e diversas ações de campanha contra o tabagismo. Além do mais, elaborou e coordenou campanhas de doação para duas instituições assistenciais, assim como a programação da “1ª Semana do Servidor Público”.

##### **Atividades micro:**

Além das atividades habituais (de natureza permanente), o Serviço Social da CVM participou, em 2005, das reuniões do grupo de trabalho para avaliação da manutenção do plano de saúde, assim como conduziu contatos e providências junto ao Ministério da Fazenda para admissão dos novos concursados (atividade desenvolvida em conjunto com Registro e Movimentação). Em conjunto com o setor de Aposentadoria, planejou e realizou as reuniões mensais do Encontro de Aposentados e Pensionistas. Paralelamente, manteve grande número de contatos externos, seja com o Ministério da Fazenda, seja com hospitais, ONGs etc., com vistas ao encaminhamento e acompanhamento de processos de servidores.

**Estatísticas do Serviço Médico:**

Nas páginas seguintes são apresentadas as tabelas referentes aos tipos de atendimento prestados em 2005 (Geral e por grupo de Colaboradores) e à discriminação dos exames laboratoriais solicitados aos servidores submetidos a exame periódico no período.

**Resumo geral de atendimentos em 2005, por mês:**

<b>Tipos de Atendimentos</b>	<b>Janeiro</b>	<b>Fevereiro</b>	<b>Março</b>	<b>Abril</b>	<b>Maió</b>	<b>Junho</b>	<b>Julho</b>	<b>Agosto</b>	<b>Setembro</b>	<b>Outubro</b>	<b>Novembro</b>	<b>Dezembro</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de Atendimentos</b>	97	75	119	122	132	253	107	100	88	107	111	88	<b>1399</b>
<b>Nº de Atendimentos a prestadores</b>	97	75	79	72	114	118	114	107	102	94	105	96	<b>1173</b>
<b>Nº de Dias Abonados de servidor</b>	119	99	85	100	102	118	96	91	50	40	104	59	<b>1063</b>
<b>Nº dias Abonados a prestador</b>	2	0	6	12	0	0	1	0	0	3	0	0	<b>24</b>
<b>Nº de Vacinas Anti-Gripal aplicadas</b>	0	0	0	0	0	216	26	5	0	1	1	0	<b>249</b>
<b>Exames Clínicos Periódicos RJ</b>	10	0	0	1	0	0	0	0	70	29	41	29	<b>180</b>
<b>Exames Clínicos Periódicos SP</b>	0	18	12	3	1	0	0	0	0	0	0	0	<b>34</b>
<b>Exames Clínicos Admissional</b>	32	0	2	3	0	0	0	0	0	0	1	0	<b>38</b>
<b>Servidores Afastados p/M.F, no mês</b>	0	2	1	2	4	2	1	1	3	2	2	1	<b>21</b>
<b>Aquisição de Medicação em 2005(Custo)</b>	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	3.150,23	7.080,40	R\$0,00	R\$0,00	R\$9,00	R\$0,00	R\$ 199,90	R\$ 19,50	<b>R\$ 10.459,03</b>

**Atendimento de Colaboradores, por mês, em 2005:**

<b>Quantidade de Atendimentos</b>	<b>Janeiro</b>	<b>Fevereiro</b>	<b>Março</b>	<b>Abril</b>	<b>Maió</b>	<b>Junho</b>	<b>Julho</b>	<b>Agosto</b>	<b>Setembro</b>	<b>Outubro</b>	<b>Novembro</b>	<b>Dezembro</b>	<b>Total</b>
ANDEF	2	3	1	2	4	0	7	4	5	2	6	2	<b>38</b>
AFCVM	3	3	3	8	15	13	6	1	2	0	9	6	<b>69</b>
JHM	6	3	4	2	7	7	10	8	8	4	6	6	<b>71</b>
CONDOMÍNIO	7	14	0	1	1	4	0	4	7	1	3	0	<b>42</b>
CONNECTICON	0	1	2	3	0	2	0	0	3	6	3	2	<b>22</b>
NOVA RIO	1	1	1	0	2	0	4	3	1	0	2	1	<b>16</b>
N.Q.	8	6	6	8	15	10	14	19	9	9	9	11	<b>124</b>
EBEG	2	0	0	0	0	0	2	3	0	0	0	0	<b>7</b>
ESTAGIÁRIOS	7	1	8	8	7	19	14	14	5	11	8	12	<b>114</b>
EGI	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>2</b>
FATTA	0	0	2	0	5	3	0	0	2	1	0	0	<b>13</b>
OUTROS	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	<b>3</b>
RELACIONAL	1	1	1	0	4	4	2	3	6	4	5	3	<b>34</b>
RIO- QUALITY	14	17	17	13	10	15	13	11	11	7	10	10	<b>148</b>
PRINCIPAL	14	9	5	9	20	19	14	14	17	23	25	14	<b>183</b>
RODOJATO	0	2	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>7</b>
WISE	31	14	25	16	24	22	28	22	24	26	19	29	<b>280</b>
<b>TOTAL:</b>	<b>97</b>	<b>75</b>	<b>79</b>	<b>72</b>	<b>114</b>	<b>118</b>	<b>114</b>	<b>107</b>	<b>102</b>	<b>94</b>	<b>105</b>	<b>96</b>	<b>1173</b>

**Exames laboratoriais realizados no periódico de 2005:**

Teste	Rx	Eletro		Exames		Hemograma			Sangues			Lipido- grama	Urina	Fezes
Ergométrico	Torax	Cardiograma	Audiometria	Preventivo	Mamografia	Completo	Glicose	Uréia	Creatinina	PSA	VHS	Total	EAS	Parasi- tológico
12	5	3	0	6	5	91	88	88	86	49	82	88	90	82

- **Programa de Benefícios**

São estes os indicadores referentes ao ano de 2005:

Atendimento de dúvidas e solicitações de Ativos, Inativos e Pensionistas referentes aos Benefícios concedidos pela CVM: **4.689** atendimentos.

Servidores cadastrados nos programas de acompanhamento e controle do pagamento de benefícios:

- Assistência pré-escolar (Creche) – **624** reembolsos processados.
- Auxílio-Transporte – **1.248** reembolsos processados.
- Auxílio-Alimentação – **4.712** benefícios concedidos.
- Auxílio-Saúde – **10.297** beneficiários

Conferência e distribuição de carteiras do plano de saúde Golden Cross a ativos, inativos, pensionistas e agregados: **2.094** carteirinhas.

2005 foi um ano de adaptação para os servidores que participam do plano de saúde contratado pela CVM. Após cinco anos de contrato com a Sul América, a licitação para escolha de nova prestadora de serviços de saúde foi vencida pela Golden Cross no final de 2004. Em consequência, houve a necessidade de promover em 2005 significativas alterações na operacionalização do Seguro Saúde, com vistas à compatibilização das práticas da CVM com as da nova contratada.

No segundo semestre de 2005, o setor atuou efetivamente junto ao Grupo Especial de Trabalho constituído para avaliação, sugestão e propostas de reajustes do contrato de serviços de assistência à saúde aos servidores da CVM e seus dependentes e agregados. Como resultado, a Golden Cross aceitou o reajuste de 0% até a presente data, devido à fundamentação apresentada pelo Grupo e ao bom índice de sinistralidade apresentado pela CVM.

O objetivo para 2006 é criar uma estratégia para tentar aumentar o valor de R\$35,00 referente ao benefício Assistência à Saúde.

- **Concurso Público**

No ano de 2005, além de admitidos os habilitados do concurso público de nível superior, realizado em 2003 (94 vagas), realizou-se concurso público para provimento de 54 vagas de nível intermediário (Agente Executivo). A contratação de empresa especializada e a publicação do edital de abertura de inscrições foram precedidas por detalhado estudo, desenvolvido pela GAH com vistas a detectar:

- as necessidades de pessoal de nível intermediário na CVM, por área;
- o perfil profissiográfico de cada posto de trabalho em aberto;
- o modelo mais adequado de condução do processo seletivo, em função do perfil de pessoal que se desejava atrair;
- o critério de escolha da entidade responsável pela execução.

Deste estudo resultou uma proposta de concurso em etapa única, baseado exclusivamente em provas objetivas e adotando critérios de eliminação e classificação de molde a selecionar o máximo possível de candidatos com real conhecimento e envolvimento com atividades de cunho administrativo.



Neste sentido, o concurso foi bem sucedido, pois a maioria dos habilitados apresenta formação e experiência profissional anterior plenamente compatível com as expectativas da CVM.

O planejamento e execução do concurso traduziram-se nos seguintes números:

- Entidades que apresentaram propostas para execução do concurso: três (Fundação Carlos Chagas, ESAF e NCE-UFRJ).
- Entidade escolhida: NCE/UFRJ (menor prazo de execução e menor taxa de inscrição, além de proximidade física com a sede da CVM e grande experiência em certames de grande porte).
- Total de candidatos inscritos: 24.989.
- Relação candidato-vaga: entre os candidatos a vagas de ampla concorrência, a relação foi de 473,37 para as vagas oferecidas no Rio de Janeiro e 662,00 para as vagas oferecidas em São Paulo. Entre os candidatos portadores de necessidades especiais, a relação foi de 39,00 no Rio de Janeiro e de 23,00 em São Paulo.
- Cidades de realização de provas: seis (Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Recife, Brasília e Porto Alegre).
- Intervalo de tempo entre abertura de inscrições e homologação dos resultados finais: dois meses e três dias (de 26 de setembro a 19 de dezembro de 2005). Já o intervalo entre a abertura de inscrições e a nomeação dos habilitados foi de três meses e três dias, já que as nomeações foram publicadas no Diário Oficial de 29 de dezembro de 2005. Tais prazos representam um recorde em concursos da CVM.
- Contestações judiciais que resultaram em atrasos no cronograma, anulação de decisões administrativas ou alteração de resultados: **nenhuma**.

Além dos habilitados no concurso de nível intermediário, foram também nomeados em dezembro de 2005 14 servidores de nível superior (Analistas e Inspetores) aprovados no concurso de 2003.

#### • Programa de Estágios

No ano de 2005 foram mantidos os procedimentos de recrutamento, seleção, prazos e acompanhamento do Programa de Estágio, utilizando-se os serviços oferecidos pelo agente de integração (MUDES), tais como: divulgação do estágio, aplicação de provas escritas, cobrança de documentação do estagiário. Além disso, a GAH participou da Primeira Feira de Estágio da UniverCidade (campus Vaz Lobo) e ministrou palestra na UERJ, com a colaboração da SOI.

Foram aplicadas 24 provas, inclusive com a elaboração de 96 temas de redação - quatro por prova, tendo em vista a necessidade de atualização permanente dos temas abordados e a heterogeneidade dos perfis dos candidatos. Testaram-se 408 candidatos, número aproximadamente 6% inferior ao do ano de 2004. Foram admitidos 94 novos estagiários e 108 foram desligados. Foram expedidas, ainda, 33 declarações de término de estágio solicitadas pelos estudantes.

Houve grande rotatividade de estudantes devido, principalmente, ao baixo valor da bolsa. A Portaria MP/Nº 8, de 23 de janeiro de 2001, definiu que o estagiário de nível superior receberia, por quatro horas diárias, a quantia de R\$ 260,00, e o estagiário de nível médio, por igual jornada, R\$145,00. Os valores não foram reajustados até a presente data, o que prejudica não somente a atratividade do Programa, como também a retenção dos estagiários.

Ressalte-se a busca de alternativas que viabilizem o aumento do interesse no Programa de Estágio, como parcerias com universidades e criação de fundos específicos para financiar e incrementar as bolsas dos estagiários. Também foram mantidos contatos com setores congêneres ao nosso no IPEA e na SUSEP com o objetivo de buscar as “melhores práticas”.

Na Superintendência Regional de São Paulo, o papel de agente de integração continua sendo realizado pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP, órgão daquele estado.

#### • **Programa Geral de Treinamento**

O Setor de Treinamento, como forma de atender às necessidades de formação e capacitação dos servidores desta autarquia, desenvolveu durante o ano de 2005 os projetos e as atividades abaixo relacionados:

#### **- Treinamentos Técnico-Administrativos**

No ano de 2005 foram registradas 1.112 inscrições de trabalhadores a serviço da CVM em eventos de treinamentos técnicos e administrativos. Este montante é formado principalmente por servidores, mas em alguns treinamentos estagiários e colaboradores também participaram. Este conjunto de ações alcançou um total de 14.339 horas/aula. Destacamos que o número de inscrições neste projeto foi 3,4 vezes superior ao número de inscrições registradas no ano anterior e a carga horária total em sala de aula foi quatro vezes maior.

Destacam-se os treinamentos corporativos que, por responderem às expectativas de grande número de componentes organizacionais, tiveram prioridade na execução. Foram eles:

- Curso: Treinamento de Novos Servidores atendendo os novos Analistas e Inspectores no Rio de Janeiro com várias palestras sobre informações da CVM proferidas por executivos da autarquia e palestras promovidas por entidades do mercado de capitais (ANDINA, BOVESPA, CETIP, BM&F).
- Curso: Contabilidade Básica e Intermediária atendendo os novos Analistas e Inspectores no Rio de Janeiro através de quatro turmas.
- Curso: Direito Societário e Mercado de Capitais atendendo os novos Analistas e Inspectores no Rio de Janeiro através de duas turmas.
- Curso: Direito Administrativo Sancionador atendendo os novos Analistas e Inspectores no Rio de Janeiro, através de duas turmas.
- Curso: Securitização de Ativos Financeiros destinado aos analistas da Superintendência de Registro da CVM.
- Curso: Mercado Forex destinado aos inspetores da área de Fiscalização da CVM.
- Seminário sobre Aposentadorias e Pensões abrangendo a reforma da previdência e destinado a todos os servidores da CVM.
- Cursos de Qualidade no Atendimento de Clientes e Arquivo, promovido pelo SENAC/RIO, destinados aos servidores de nível intermediário da CVM, em sua qualificação profissional.

#### **- Programa de Treinamento em Língua Inglesa**

O Programa de Treinamento em Língua Inglesa, reiniciado em agosto de 2003, aberto a todos os servidores da CVM, contou no ano de 2005 com 14 turmas no Rio de Janeiro, cinco turmas em São Paulo e uma turma em Brasília. O programa beneficiou 97 servidores (média do número de alunos por mês).

#### **- Licença para Capacitação**

Dezessete servidores utilizaram a Licença para Capacitação. Essas licenças são obtidas através de processos analisados pela GAH-Treinamento.

#### **- Palestras Técnicas**

Iniciada em abril de 2001, a programação contou até agora com 54 diferentes eventos, sendo oito palestras no ano de 2005, quais sejam:

- A nova lei de Falências;
- 3º Relato de atividades externas - Programa Minerva;
- Assessoria Econômica;
- O Mercado de fundos Longo;
- Pesquisa ANBID - Radiografia do Investidor de Fundos no Brasil;
- Reunião do Conselho de Reguladores de Valores Mobiliários das Américas – Cosra em Cartagena em setembro de 2005;
- Manipulação do mercado através de meios Eletrônicos;
- O estudo do BRICs

O papel da GAH nas Palestras é o de viabilizar uma programação montada, na prática, pelos próprios interessados. Essa interatividade vem se mostrando altamente produtiva. Tal fato demonstra que a existência deste fórum informal veio preencher uma carência até então não atendida.

#### **- Programa de Educação Regular**

Em 2005, o número de participantes do programa alcançou oito servidores. Destes, dois estão inscritos em cursos de Mestrado, quatro em cursos de Doutorado, sendo um no exterior, e os outros dois em especializações *lato sensu* (MBA etc.). O custo específico do Programa em 2005 foi de R\$ 10.492,00 para um único servidor. Os demais tiveram apenas o benefício da liberação de carga horária, com ônus limitado para a CVM.

#### **- Afastamento para estudo no Exterior**

Houve um inspetor na CVM, que se afastou para fazer o curso: Theory and Operation of a Modern National Economy na George Washington University, em Washington, DC, nos Estados Unidos, sob o patrocínio do Instituto Minerva, através do Programa Minerva, com ônus limitado.

#### **- Investimento**

O montante de investimentos da organização em capacitação foi de R\$ 207.631,84.

## ESTATÍSTICAS DE TREINAMENTO

**Tabela 1: Resumo Geral**

<b>Relatório Geral de Atividades de Treinamento realizadas em 2005</b>			
<b>Cursos/Programas</b>	<b>TOTAL 2005</b>		
	<b>Custo</b>	<b>CH (h)</b>	<b>Nº Treinandos</b>
<b>Treinamentos Técnicos e Administrativos (Externos)</b>	32.949,61	824	38
<b>Treinamentos Técnicos e Administrativos (Corporativos)</b>	27.200,61	13.515	1074
<b>Programa de Treinamento em Língua Inglesa</b>	136.989,62	10.939	1066
<b>TOTAIS</b>	<b>197.139,84</b>	<b>25.278</b>	<b>2.178</b>

<b>Cursos/Programas</b>	<b>Custo</b>	<b>Total redução carga horária semanal (h)</b>	<b>Nº Treinandos</b>
<b>Programa de Educação Regular</b>	10.492,00	160	8
<b>TOTAIS</b>	<b>10.492,00</b>	<b>160</b>	<b>8</b>

<b>Cursos/Programas</b>	<b>Custo</b>	<b>Dias de Licença</b>	<b>Nº Treinandos</b>
<b>Licença Para Capacitação</b>		1.037	17
<b>Afastamento para Estudo no Exterior</b>		101	1
<b>TOTAIS</b>		<b>1.138</b>	<b>18</b>

**Tabela 2: Treinamentos Corporativos**

<b>Nº</b>	<b>Treinamento</b>	<b>Entidade</b>	<b>Local</b>	<b>Período</b>	<b>N.º treinandos</b>	<b>CH Curso</b>	<b>CH Total</b>	<b>Custo (R\$)</b>
1	Treinamento Introdutório de Novos Servidores	CVM	RJ	19/01,21/01,24/01,25/01	61	28	1708	****
2	Curso: Mercados da BM&F: Características Operacionais, Produtos e Serviços.	BM&F	RJ	14/03 a 10/11	20	228	4560	****
3	Programa de Treinamento dos Novos Servidores / Palestra: Apresentação Geral sobre a CETIP, suas Atividades e os Ativos nela Registrados	CETIP	RJ	16/03	67	4	268	****
4	Programa de treinamento dos Novos Servidores/ Palestra: Orientação sobre Elaboração de Informações Contábeis pelas Cias Abertas.	CVM	RJ	01/04 E 07/04	68	7	476	****
5	Programa de Treinamento dos Novos Servidores Curso: Introdução ao Funcionamento de Bolsas de Valores e Clearings.	BOVESPA	RJ	11/04 E 12/04	72	14	1008	****
6	Programa de Treinamento dos Novos Servidores Palestra: Derivativos	CETIP	RJ	13/04	63	2	126	****
7	47ª Palestra Técnica : A Nova Lei de Falências	CVM	RJ	15/04	96	3	288	****
8	Treinamento Introdutório de Novos Servidores: Palestra - Debêntures e Outros Valores Mobiliários	CETIP	RJ	18/05	64	2	128	****

9	48.º Palestra Técnica: 3.º Relato de atividades externas - Programa Minerva	CVM	RJ	24/06	20	2	40	****
10	49.º Palestra Técnica: Assessoria Econômica	ASE/CVM	RJ	01/07	12	2	24	****
11	50ª Palestra Técnica: O mercado de Fundos de Longo prazo	CVM	RJ	29/07	56	2	112	****
12	Programa de Treinamento dos Novos Servidores Contabilidade Básica	CVM	RJ	07/07,12/07 E 14/07	35	12	420	****
13	Programa de treinamento dos Novos Servidores Contabilidade Intermediária (Turma 1)	CVM	RJ	21/07,26/07,02/08,04/08, 09/08,11/08,16/08,23/08 e 25/08	20	36	720	****
14	Programa de Treinamento dos Novos Servidores Contabilidade Intermediária (Turma 2 )	CVM	RJ	25/07,27/07,05/08,08/08, 15/08,17/08,22/08,24/08 e 26/08	14	36	504	****
15	Direito Societário e Mercado de Capitais (Turma 1)	CVM	RJ	30/08, 02/09, 06/09, 09/09 13/09, 16/09, 20/09 e 27/09	29	24	696	****
16	51ª Palestra Técnica: Pesquisa ANBID: Radiografia do Investidor de Fundos no Brasil.	CVM	RJ	9/9	37	2	74	****
17	52ª Palestra Técnica: "Reunião do Conselho de Reguladores de Valores Mobiliários das Américas - Cosra em Cartagena" Setembro de 2005.	CVM	RJ	16/9	54	2	108	****
18	Seminário Sobre Aposentadorias e Pensões Abrangendo a Reforma da Previdência - Emenda Constitucional Nº 41 e EC Nº 47	CVM	RJ	19/9	87	6	522	5.500,00

19	53ª Palestra Técnica: "Manipulação do Mercado Através de Meios Eletrônicos".	CVM	RJ	7/10	49	3	147	****
20	54ª Palestra Técnica: O Estudo do Brics	CVM	RJ	25/11	17	2	34	****
21	Direito Societário e Mercado de Capitais (Turma 2)	CVM	RJ	18/10, 21/10, 25/10, 01/11, 18/11 e 22/11	21	24	504	****
22	Direito Administrativo Sancionador (Turma 1)	CVM	RJ	4/10, 7/10, 11/10, e 14/10	30	12	360	****
23	Curso: "Mercado de Forex - Transação de Moedas"	CVM e Trader Brasil	RJ	24/11	20	6	120	8.000,00
24	Direito Administrativo Sancionador (Turma 2)	CVM	RJ	25/11, 29/11, 02/12 e 06/12	34	12	408	****
25	Curso: "Qualidade no Atendimento de Clientes"	SENAC	RJ	13,14,15 e 19/12	7	4	28	3.257,14
26	Curso: "Arquivo"	SENAC	RJ	13, 14 e 15/12	9	4	36	2.442,86
<b>TOTAIS</b>					<b>1062</b>	<b>479</b>	<b>13.419</b>	<b>19.200,00</b>

- **Projetos Prospectivos**

**Análise de proposta para contratação de consultoria externa** – A GAH se fez representar por um Analista na comissão que analisou as propostas para a contratação de consultoria externa com vistas à elaboração de diagnóstico organizacional no âmbito do projeto BRA/02/008, conduzido pela GAP com recursos do Banco Mundial. Após pré-seleção que eliminou mais de uma dezena de concorrentes, foram consideradas em detalhes três propostas técnicas. A contratação ainda não ocorreu em vista de estarem ainda em andamento as negociações referentes ao valor do contrato.

**Geração de um sistema de auditagem de faturas de Seguro Saúde** – A GAH iniciou estudos preliminares com vistas ao desenvolvimento de um sistema informatizado capaz de permitir maior rapidez e segurança na verificação de consistência das faturas encaminhadas pela empresa de Seguro Saúde contratada pela autarquia. Atualmente as informações constantes na planilha fornecida mensalmente pela empresa prestadora do serviço não são compatíveis com os controles do Programa de Benefícios, ocasionando a necessidade de conferência manual, morosa e sujeito a erros. O desenvolvimento de tal sistema dependerá de mão-de-obra externa (SSI ou contratada no mercado).

### **3.1.7. GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO – GAD**

A Gerência de Documentação tem como atribuições básicas centralizar e disseminar a informação através de seus vários setores, quais sejam: Arquivo Central, Biblioteca e Protocolo.

Organizar, higienizar, restaurar, indexar e arquivar toda a documentação de guarda provisória ou permanente da CVM são as principais atribuições do *Arquivo Central*.

Em 2005, foi dado prosseguimento ao trabalho de cadastramento em bancos de dados das informações sob a guarda do Arquivo Central.

- Foram cadastrados em banco de dados apropriado aproximadamente 6.000 documentos societários de Companhias Abertas (atas, estatutos, editais, fatos relevantes, comunicados, etc);
- Foi finalizado o trabalho de cadastramento das informações financeiras (ITR, DF, DFP, IAN) de 1997 a 1999;
- Foi elaborado o banco de dados e iniciado o cadastramento dos prospectos de distribuição pública de valores mobiliários.



## DADOS ESTATÍSTICOS – ARQUIVO CENTRAL (2005)

<b>Recolhimento de Documentos</b>	
<b>Componente Organizacional</b>	<b>Quantidade</b>
SRE	420
SEP	152
GII-2/GME	7
GII-2/SIN	59
GAC	132
PFE	215
GMA-1	12
GMA-3	196
SOI	38
CGP	115
EXE	18
<b>TOTAL</b>	<b>1364</b>

<b>Empréstimos</b>	
	<b>Quantidade</b>
Documentos	147
Processos	341
<b>Total</b>	<b>488</b>

Como se pode observar, com a aquisição dos arquivos deslizantes no final do ano de 2004, foi possível ampliar consideravelmente o volume de recolhimento de documentos. No entanto, tais documentos, até o momento, não foram completamente organizados, em razão de uma deficiência de recursos humanos, que tem também dificultado bastante a organização dos demais documentos (processos, informações de companhias incentivadas, balancetes de fundos de ações, documentos internos dos diversos Componentes Organizacionais, etc.). Espera-se que tal problema seja, ao menos em parte, amenizado pelo ingresso de novos servidores em decorrência do concurso público recentemente realizado.

São funções do *Protocolo* o recebimento e a expedição de todos os documentos e correspondências, bem como a instauração de processos.

Em 2005 foi dado prosseguimento à descentralização na abertura de processos iniciada em 2004, sendo que, atualmente, são 10 os Componentes Organizacionais que já instauram os próprios processos: AUD, GAC, GAH, GMA-1, GMA-3, SRE, GER-1, GER-2, GER-3 e GOI-1.

## DADOS ESTATÍSTICOS - PROTOCOLO (2005)

	2004	2005
Processos abertos pelo Protocolo	4.939	2.647
REC (*)	21.152	26.034

(\*) REC - Sistema de Recebimento de Correspondências (sistema onde são lançadas todas as correspondências que entram no Protocolo, por meio da ECT ou diretamente no balcão). São registrados, dentre outras informações, o tipo de correspondência (ofício, memorando, carta, periódicos, petições, etc), o destinatário (CO), o remetente e a descrição do assunto.

### Sistema de Controle de Recepção de Documentos

	2004	2005
Companhias Abertas	4.532	5.258
Companhias Incentivadas	361	138
Fundos	622	690
Companhias Estrangeiras	6	9
Total	5.521	6.142

### Expedição de Correspondências pelo Correio

	2004	2005
Aviso de Recebimento – AR	18.753	18.942
Carta Simples – CS	39.962	48.366
Malote SRB	583	649
Malote SRS	2.124	1.757
SEDEX	925	2.993
Total	62.347	72.707

A respeito da *Biblioteca*, foi adquirido o Sysbibli – Sistema de Automação de Bibliotecas e Centros de Documentação, que irá auxiliar o setor na administração e execução de todas as rotinas e controles de informação, além de permitir a liberação via Intranet/Internet de todo o acervo.

## DADOS ESTATÍSTICOS – BIBLIOTECA

	2005
Aquisição de livros/Termo de Compromisso	373
Aquisição de livros	114
Atendimento ao público externo	390
Catálogo/classificação de livros	487
Preparo de fascículos de D.O. para encadernação	80 vol.
D.O. U. Leitura/indexação	454
Ementário de Atos Declaratórios da CVM	391
Indexação/Base Legis	164
Preparo do Boletim de Alerta (mensal)	7
Registro de Livros	487
Registro de fascículos de periódicos	71

### 3.1.8. GERÊNCIA DE PROJETOS – GAP

De maneira a cumprir os objetivos estabelecidos no contrato de empréstimo firmado com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, foi empreendido um grande esforço por parte da equipe do projeto durante o exercício de 2005, que culminou com as seguintes realizações:

- **Finalização do Componente 1E – Diagnóstico da Tecnologia da Informação.** Este trabalho, realizado pela empresa de consultoria Bearing Point, teve como principais resultados: a elaboração de um Plano Estratégico de TI para cinco anos, envolvendo a avaliação da estrutura tecnológica da CVM - equipamentos e sistemas; a produção dos termos de referência relacionados a sistemas demandados pela PFE e pela CCP; a produção do termo de referência destinado à reestruturação do sítio institucional da CVM (Componente 5A); e a produção do termo de referência destinado ao desenvolvimento do sistema de acompanhamento de empresas (Componentes 3A).
- **Finalização do Componente 4B - Produção de manuais de procedimentos de Inspeção.** Realizado pela empresa International Securities Consultancy – ISC, teve por escopo a redação dos procedimentos de inspeção, resultando em um conjunto de manuais em meio físico e na produção de um sistema específico para disponibilização eletrônica destes manuais, integrado com outros sistemas corporativos de uso da SFI. Ainda, foram treinados servidores da SFI e SSI na manutenção dos manuais e do sistema, o que assegura total autonomia à CVM no que se refere a futuros aprimoramentos e atualizações. A elaboração dos manuais visa aumentar a capacidade e a eficiência fiscalizatória da CVM, ocasionando, por consequência, o fortalecimento da fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, que é um dos objetivos integrantes do Planejamento Estratégico da autarquia.

- Renovação do contrato com a empresa New Start para ministrar aulas individuais de inglês a todos os servidores efetivos que se encontram envolvidos no projeto do Banco Mundial.
- Realização de curso de Direito Societário para servidores de São Paulo, ministrado pelo consórcio formado pelos escritórios Erasmo Valladão França e Francisco Satiro, com carga horária de 60 horas.
- Participação de servidores da CVM nos seguintes eventos:

<b>Evento</b>	<b>Participantes</b>	<b>Período de Realização</b>	<b>Instituição</b>	<b>Cidade</b>	<b>País</b>
Corporations and Exchange of Information Amongst Securities Regulators (IOSCO)	1	17/10 - 21/10	IOSCO	Madri	Espanha
Annual International	1	28/11 - 02/12	The Financial Services Authority	Londres	Inglaterra
Training Program about Regulation - George Washington University	2	16/05 - 27/05	Institute of Brazilian Issues	Washington	EUA
II Seminário de Execução de Projetos Financiados com Recursos Externos – ESAF	3	16/05 - 20/05	ESAF	Brasília	Brasil
Negotiation Strategies for Managers – Chicago – USA	1	15/05 - 18/05	Kellogg School of Management	Chicago	EUA
Program on Securities Enforcement and Market Oversight	2	14/11 - 18/11	Securities and Exchange Commission	Washington	EUA

- Manutenção da assinatura de periódicos nacionais e internacionais, conforme lista a seguir:
  - World Securities Law Report
  - International Accounting Standards Board - IASB
  - Harvard Business Review
  - Compliance Reporter
  - The Accounting Review

- Accounting Horizons
- Legal Scholarship Network Site License
- Journal of Financial Regulation & Compliance
- Financial Accounting Research System FARS on CD-ROM
- The Financial Regulator
- Country Report Brazil
- Country Forecast Brazil
- World Commodity Forecast
- The Economist

Grande parte do trabalho da Gerência de Projetos envolve a condução de processos licitatórios para aquisições de bens e contratações de consultores. A GAP conta com a assistência do PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, estando os seguintes componentes em andamento:

- **Componente 1A – Estudo da Estrutura Interna da CVM.** Abrange os recursos humanos e materiais disponíveis, bem como propostas para aprimoramento. A licitação, que é internacional, está na fase de formalização junto ao Banco Mundial da análise das propostas financeiras.
- **Componente 1B – Estudo para o aprimoramento da capacidade de *Enforcement* da CVM.** O processo licitatório é internacional e se encontra em fase final de negociação de contrato. Espera-se que a execução do estudo seja iniciada em abril de 2006.
- **Componente 2B – Atualização de Normas -** Estudo comparado sobre Direito Societário – O processo de seleção de empresas também é internacional. Está aguardando a não objeção do Banco Mundial para que sejam solicitadas propostas às empresas integrantes da Lista Curta.
- **Componente 3A – Sistema de Acompanhamento de Empresas –** Licitação internacional. Está aguardando a não objeção do Banco Mundial para que sejam solicitadas propostas às empresas integrantes da Lista Curta.
- **Componente 3E – Treinamentos em Finanças Corporativas e Contabilidade.** Está em fase final de negociação de contrato o processo licitatório para contratação de instituição de ensino para ministrar curso de Contabilidade Internacional para SNC e SEP. O processo licitatório para contratação de instituição de ensino para ministrar curso de Finanças Corporativas está em fase de solicitação de propostas.
- **Componente 3F – Atualização de Normas – Estudo Sobre Padrões e Práticas Contábeis.** As avaliações técnica e financeira para realização de Estudo sobre Padrões Contábeis foram finalizadas, restando pendente a não objeção do Banco Mundial ao início da fase de negociação do contrato com a licitante vencedora. A licitação também é internacional.



Por fim, destacamos que o prazo final para execução do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial foi prorrogado para 30 de maio de 2007, o que permite que seja dado prosseguimento aos projetos inicialmente planejados.

Em relação ao convênio firmado com o Fundo Multilateral de Investimentos – FUMIN, por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para execução do Programa de Modernização e Fortalecimento Institucional da CVM, cujo objetivo é promover o fortalecimento do mercado de capitais por meio da modernização e do fortalecimento de sua agência reguladora e supervisora, a CVM, tivemos as seguintes realizações:

- Produção de um diagnóstico sobre o cenário atual da Certificação dos Profissionais do Mercado de Valores Mobiliários no Brasil;
- Finalização do Termo de Referência para a contratação de consultoria que deverá realizar uma análise funcional do campo profissional do mercado brasileiro de títulos e valores mobiliários que possibilite a identificação das competências profissionais inerentes a todas as funções produtivas relevantes e diretamente envolvidas com o Mercado de Valores Mobiliários do Brasil. A partir desta análise funcional, um mapa ou árvore funcional deverá ser desenhado e validado. Projetos prioritários de normas de competência para as funções reguladas pela CVM devem ser propostos, discutidos e validados através de consultas públicas e por um Comitê de Certificação e, finalmente, aprovados pelo Colegiado da CVM. Já houve a publicação do anúncio para manifestações de interesse;
- Revisão da especificação técnica necessária ao desenvolvimento e à implementação, na CVM, do Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED & *Workflow*, que tem como projeto piloto o Sistema de Registro Eletrônico de Valores Mobiliários. Aguardamos a não objeção do BID para solicitação de propostas às empresas da lista curta;
- Aquisição de grande parte dos equipamentos de informática necessários ao funcionamento do sistema de GED & *Workflow*. Um dos lotes, que não teve cotação, está sendo novamente licitado. Aguardamos a não objeção do BID para prosseguirmos com as solicitações de cotação.

**Coube à GAP, ainda, entre outras atividades:**

Efetuar o acompanhamento físico e financeiro dos bens adquiridos e dos trabalhos executados pelos consultores contratados;

Ações definidas no Plano Plurianual – PPA durante uma parte do ano, tendo em vista que tais atribuições foram transferidas para a GAF;

Produção de relatórios de acompanhamento de ambos os projetos (BIRD e BID) para os próprios organismos financiadores, ministérios e outros órgãos e entidades.

## **3.2. SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA – SSI**

### **3.2.1. COMPETÊNCIAS**

O papel da Informática na CVM é indispensável ao desempenho de todas as Ações do Programa Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários, além de dar apoio às atividades administrativas. Compete à SSI:

- Planejar, coordenar e controlar todas as atividades relacionadas à informática na CVM, efetuadas diretamente ou através da contratação de serviços de terceiros;
- Planejar, coordenar e controlar a execução de serviços de terceiros relacionados com a utilização de recursos de informática na CVM;
- Planejar o desenvolvimento de tecnologia de captação e disseminação de informações, com vistas ao aperfeiçoamento do sistema de informações da CVM;
- Coordenar a elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da CVM e suas revisões, em conjunto com as demais superintendências da autarquia, propondo, sempre que oportuno, sua aprovação ao Colegiado da CVM;
- Participar da elaboração e acompanhamento do orçamento administrativo em relação às rubricas que digam respeito às atividades de informática;
- Assessorar o SGE e demais componentes organizacionais da CVM em matéria considerada de sua competência, inclusive propondo normas de utilização dos recursos computacionais da CVM;
- Planejar, desenvolver, implantar e manter os sistemas de informática necessários ao funcionamento da CVM, com recursos internos ou terceirizados, cuidando permanentemente de sua implementação e melhoria;
- Criar padrões, instrumentos e metodologias próprias para o bom desenvolvimento de suas atividades;
- Administrar, direta e indiretamente, os recursos humanos especializados necessários ao desenvolvimento de sistemas de informações na CVM;
- Elaborar e executar o plano anual de treinamento dos funcionários da Superintendência;
- Manter permanente atenção ao desenvolvimento de tecnologia de disseminação de informações, com vistas ao aperfeiçoamento do sistema de informações da CVM;
- Planejar, coordenar e controlar as redes locais e de longa distância;
- Planejar, implementar e manter, com recursos próprios ou de terceiros, a plataforma computacional da CVM;



- Propiciar os recursos técnicos necessários à captação e disseminação de informações pela CVM;
- Providenciar e controlar a manutenção periódica dos equipamentos eletrônicos sob sua responsabilidade, através da contratação de serviços especializados;
- Administrar e controlar o uso dos equipamentos eletrônicos pelos usuários da CVM para evitar sua utilização incorreta ou indevida;
- Orientar os usuários da CVM na utilização correta dos equipamentos e reparar falhas apresentadas quando solicitado.

### **3.2.2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2005**

#### **Sistema de Cadastro**

- 1) Atualização Cadastral de Corretores de Mercadorias, Bolsas, FII (Fundos de Investimento Imobiliário) e Administradores de FII via Internet.
- 2) Processos de Autorização de Mudança de Diretor Responsável via Web com abertura automática de processo no SAP (Sistema de Acompanhamento de Processos) e deferimento pela SRE, conforme dispõe o artigo 7º, inciso III da instrução CVM N. 205/94.
- 3) Processos de Autorização de Mudança de Administrador de FII via Web com abertura automática de processo no SAP e deferimento pela SRE, conforme dispõe o artigo 7º, inciso III da instrução CVM N. 205/94. No deferimento do processo, o Fundo é automaticamente disponibilizado para recebimento pelo novo Administrador.
- 4) Rotina automática que identifica um Auditor que está há mais de cinco anos auditando um mesmo FII com encaminhamento de e-mail para a área responsável para as providências cabíveis.
- 5) Registro dos Fundos FAPI (Fundo de Aposentadoria Programada Individual) e Administrador de FAPI no Sistema de Cadastro da CVM.
- 6) Importação de dados do BACEN sobre Instituições Financeiras Autorizadas e seus Diretores e Exportação de dados dos Fundos de Investimento.
- 7) Renovação do pedido de suspensão ou inclusão de um segundo período de suspensão e cancelamento da suspensão para analistas de valores mobiliários e retorno automático para a situação de ativo dos analistas de valores que chegaram ao fim do período de suspensão.
- 8) Adição da funcionalidade de cadastro dos novos tipos de participante Bancos Múltiplos sem Carteira de Investimentos e "Cooperativas de Crédito", nos termos da Instrução 424.
- 9) Cancelamento automático do registro de agentes autônomos no Sistema de Cadastro a partir do deferimento de processo de "Cancelamento de Registro Automático de Agente Autônomo".

#### **Sistema de Taxa**

1) Criação de sistema para emissão de GRUs (Guias de Recolhimento da União) de taxa de fiscalização, de multas e de parcelamentos da dívida ativa para todos os agentes de mercado. A GRU pode ser emitida internamente para impressão ou pela Internet. Pode-se, também, enviar por e-mail ao contribuinte em PDF.

2) Desenvolvimento de sistema que tornou possível a geração automática de arquivos de GRU para os administradores de fundos, conforme acordo entre a CVM e a ANBID. Os administradores poderão fazer download na Internet para obter os arquivos contendo as linhas da GRU de todos os fundos sob sua administração, a fim de automatizar o pagamento das taxas de fiscalização.

3) Relatórios de Arrecadação Mensal e Semestral dos últimos três anos, contendo informações de Taxa, Multa e Dívida Ativa, disponibilizados na Intranet em PDF, contendo o total arrecadado em cada mês por fato gerador, bem como o acumulado no ano.

### **Sistema de Solicitações de Serviços - SSO**

1) Implantação de um sistema de registro e acompanhamento de todas as Ordens de Serviço e Solicitações de Serviços de Informática, permitindo o acompanhamento de todas as fases de execução e evitando as solicitações informais, que ocasionavam muitas vulnerabilidades. O Sistema possibilitará, ainda, o acesso a várias informações, tais como:

- tempo, custo estimado e pessoal necessário para a execução dos serviços;
- sistemas envolvidos com suas especificações;
- número de solicitações feitas por cada Superintendência e a identificação de cada uma delas com todas as informações respectivas e
- controle dos recursos humanos e financeiros alocados.

2) Criação de diversos Relatórios Operacionais e Gerenciais relativos às Ordens de Serviços emitidas e Solicitações de Serviços de Informática registradas, bem como as informações financeiras globais das atividades da SSI, dentre outras.

3) Facilidades de racionalização para diversas atividades, com destaque para:

- autorização ou homologação de uma Solicitação de Serviços de Informática mediante e-mail, contendo link de acesso direto à página da operação desejada e
- autorização ou homologação de diversas Solicitações de Serviços de Informática em bloco.

### **Sistema de Controle de Solicitações de Inspeção - SFI**

Em fase de implantação o Sistema de Solicitações de Inspeções - SFI, de forma que todas as SOIs (Solicitações de Inspeção) sejam emitidas eletronicamente com vistas ao maior controle e acompanhamento. Suas informações irão respaldar, entre outras atividades, o Projeto de Manualização da SFI, em conclusão, patrocinado pelo Banco Mundial.

## **Sistema de Investidores Estrangeiros**

Automação do credenciamento de Investidores Não Residentes junto à SRF.

### **Internet, Intranet & CVM WEB**

- 1) Mudança da identidade visual da página principal da Internet.
- 2) Simplificação do acesso aos documentos das companhias abertas, permitindo o acesso com menor número de cliques, achando-se a navegação até eles mais simples e intuitiva. Para o caso de prospectos, por exemplo, o número de passos para acesso foi reduzido de sete para quatro . Além disso, foi retirado do circuito o preenchimento de um formulário, sem perda de funcionalidade, por agregar complexidade à navegação sem agregar valor ao resultado.
- 3) Desenvolvimento e implantação de páginas para:
  - Recepção de documentos de FIDC (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios);
  - Consulta aos Fundos 157 na Internet e no site do 0800;
  - Consulta a processos pela Internet;
  - Envio de documentos de fundos cancelados (que não tenham sido enviados na época apropriada);
  - Recepção de informes de FAPI e
  - Consulta a processos administrativos sancionadores pela WEB.
- 4) Implantação de novo mecanismo de recepção de balancetes com novas verificações de consistência.
- 5) Reformulação da seção de Taxa de Fiscalização.
- 6) Desenvolvimento e implantação da “Sala de Imprensa” e criação de identidade gráfica para ela.
- 7) Reformulação do “Acontece”.
- 8) Reformulação do site 0800.
- 9) Desenvolvimento do módulo de Internet para download de arquivos de GRU para os administradores de fundos.
- 10) Inclusão de link de confirmação no e-mail de solicitação de Audiência a Particulares.
- 11) Reformulação da seção “Contabilidade e Auditoria”, em conjunto com a SNC.
- 12) Módulo de “Lançamento do Resultado do Processo de Coleta de Intenções de Investimento em Ações”, solicitado pelo SRE.

13) Reformulação do padrão de apresentação dos “Alertas”, “Comunicados ao Mercado” e “Novidades”. Ao passar o mouse sobre os títulos apresentados surge um pequeno Glossário, em uma tela de fundo azul, de forma similar ao descritivo apresentado quando passamos o mouse sobre os cargos da Alta Administração.

14) Processos Administrativos Sancionadores: Ao se clicar no link dos "Processos Administrativos Sancionadores" e, em seguida, no processo que se deseja consultar (por exemplo: Julgados em 2004/PAS 18/01), abre-se apenas o conteúdo do documento respectivo e não mais os conteúdos de todos os processos, como ocorria até então. Medida similar foi tomada quanto ao acesso aos Termos de Compromisso.

15) Ampliada a tabela “D” da Lei nº 7.940/89, incluindo-se todos os valores mobiliários existentes.

16) Novo mecanismo de reenvio de senhas para casos de esquecimento, listando todos os endereços de e-mails associados ao usuário para que ele selecione a melhor forma de reenvio.

17) Link para autorização de viagem – Acesso simplificado. Quando um TCO receber um e-mail para autorizar o objetivo de viagem de um servidor, a mensagem apresentará um link para acesso direto à correspondente tela de autorização, dispensando os até então necessários passos intermediários através da Intranet.

18) Disponibilização no site da CVM, para o público em geral, da funcionalidade de download múltiplo de ITR (Informações Trimestrais), DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas) e IAN (Informações Anuais) de companhias abertas.

19) Ofícios Circulares – estavam relacionados de acordo com o componente organizacional e a data de emissão. Acrescentamos a indicação do assunto de que trata cada ofício para facilitar a procura pelo usuário.

20) Foi inserida na Internet, no link “Taxa de Fiscalização e Multa cominatória” à esquerda da página, toda a legislação relativa aos assuntos. Antes, quando se passava o mouse sobre esse link, havia três opções: GRU, Dúvidas e Tabelas da Taxa. Criamos mais uma intitulada “Legislação”. Ao se clicar neste link, abrir-se-á uma página com toda a legislação pertinente da taxa, GRU e multa cominatória com links para todos os documentos legais relacionados.

- O mesmo conteúdo está disponível também dentro do link “Legislação e Regulamentação” que se encontra em “ACESSO RÁPIDO” na 1ª pág. Ao se clicar em “Legislação e Regulamentação”, aparecem, no lado esquerdo da tela, vários links de legislação aos quais acrescentamos um novo link intitulado: “Legislação da taxa de fiscalização, GRU e multa cominatória”.

21) Perguntas frequentes Instr. 409 (FAQ) incluída no link “Atualização Cadastral”.

22) Agenda Corporativa disponibilizada na WEB.

23) Os fundos FIP (Fundos de Investimento em Participações) e FIDC foram incluídos na Consulta Consolidada de Fundos da Internet (Acesso rápido).

24) Foram separados os links de “Audiência Pública” e de “Licitações”.

25) Criação de um link de “Ofícios Circulares” em Participantes de Mercado / Fundos de Investimento, à esquerda na tela. O mesmo link também pode ser acessado pelo seguinte caminho: “Legislação e Regulamentação / Ofícios Circulares”.

26) Página de Inquéritos Julgados em 2004 com o mesmo padrão do layout da de Inquéritos Julgados de 2005.

27) Colocação de datas em notícias veiculadas em Alertas, Comunicados ao Mercado e Novidades.

28) Junção, em um único link, dos assuntos correlatos em “Comunicados ao Mercado”.

Exemplo: Avestruz; Instrução CVM nº 409.

29) Consulta aos processos da CVM via WEB para permitir ao interessado tomar conhecimento da situação atual do trâmite dos processos na CVM.

30) Na página da CVM, ao passar o mouse sobre os títulos (Alertas, Comunicados ao Mercado e Novidades), fica visível, em azul, o significado respectivo.

31) Recebimento das informações dos Fundos de Investimento do BACEN e criação de sistema para receber e disponibilizar as informações dos Fundos de acordo com a Instrução 409 via WEB.

32) Lei nº 11.076/04 (MP 221) – Taxa de fiscalização Fundos – criação de módulo para geração e cobrança das taxas de fiscalização dos Fundos de Investimento.

33) Disponibilização no site da CVM, para o público em geral, da funcionalidade de download múltiplo de ITR, DFN e IAN de companhias abertas.

34) Download de dados de informes diários. A tecnologia utilizada (webservices) é novidade na CVM e permite que sistemas externos à CVM façam o uso do serviço sem a necessidade de operadores. A princípio, o serviço será disponibilizado ao BACEN, mas dentro em breve estará acessível ao público em geral, atendendo uma demanda antiga de diversas instituições do mercado.

35) Os Prestadores de Serviço de Administração de Carteiras já podem fazer "download" dos arquivos contendo GRU's para pagamento da Taxa de Fiscalização.

36) Aperfeiçoamentos na Intranet

- Agregação de nova funcionalidade ao Sistema de Audiência a Particulares. O e-mail de solicitação de audiência passou a conter o link “Para visualizar a audiência clique aqui”. Uma vez selecionado, o link apresentará uma janela contendo os detalhes da solicitação, com opções para confirmação e exclusão, dentre outras. A medida buscou racionalizar o uso do sistema, uma vez que o usuário, sem este recurso, necessitaria entrar na Intranet, clicar o nome do sistema, abrir a tela de listagem de solicitações e clicar sobre o número da solicitação desejada, para obter o mesmo resultado;
- Estrutura Regimental da CVM: O Decreto nº 4.763/2003, bem como a Deliberação do Colegiado nº 477/2005, que tratam do assunto, encontram-se disponíveis na Intranet no link “Administração / Estrutura Regimental da CVM”;

- Foi criado na Intranet, em “Administração”, um link denominado “Reuniões dos Superintendentes”, abaixo do link “Reuniões do Colegiado”, contemplando as atas das reuniões dos Superintendentes;
- Criação do link Informática/Dicas na Intranet para facilitar o uso do Correio Eletrônico (Outlook e Web) e dar outras dicas de funcionamento da informática para a Casa;
- Divulgação dos Planos de Informática para a Casa através da Intranet no link Informática/Planos de Informática;
- Criado o link na Intranet “Quer melhorar o site da CVM?” para receber sugestões dos servidores;
- Divulgação dos feriados do ano todo na Intranet;
- Apresentação dos aniversariantes de sábado e domingo às segundas-feiras na intranet;
- Reestruturação do “Acontece”, visando retornar à ASC o controle das atualizações e
- Criação da seção Projeto “Diagnóstico e Planejamento Estratégico de TI” – BIRD (Componente 1E) na Intranet em “Informática/Planos de Informática”.

### **Termo de Compromisso firmado pelo Banco Pactual**

Coordenação do desenvolvimento da Ferramenta de Consulta Analítica de Fundos, já implantada para uso interno da CVM.

### **Termo de Compromisso firmado pela BM&F**

Definição dos requisitos técnicos e especificação dos recursos necessários ao desenvolvimento do Site do Investidor e início das atividades de desenvolvimento.

Estão previstos no projeto a implantação e customização de ferramentas de Gerenciamento de Conteúdo, de Mecanismo de Busca e de Estatísticas do Site.

### **Projetos especiais – Banco Mundial**

1) Acompanhamento e avaliação de todas as fases do Projeto BIRD 1-E (Diagnóstico e Planejamento Estratégico de TI) desenvolvido pela consultoria BearingPoint; apresentação e encaminhamento dos artefatos gerados para aprovação do Colegiado. A Consultoria gerou um Plano Estratégico de TI para a CVM com mais de 40 projetos previstos para os próximos cinco anos, nas áreas de gestão, sistemas e tecnologia.

2) Levantamento das especificações técnicas e apoio à BearingPoint na elaboração dos Termos de Referência (TORs) para reformulação do Sítio Institucional da CVM na Internet e para desenvolvimento do Site do Investidor.

3) Acompanhamento e apoio à BearingPoint e aos CO's interessados na elaboração dos seguintes TORs:

- Novo Sistema de Registro e Acompanhamento de Cias. Abertas e Incentivadas para a SEP;
- Novo Sistema de Registro e Acompanhamento de Processos Judiciais para a PFE e
- Recursos e facilidades para consultas e pesquisas a Processos Administrativos e Inquéritos para a CCP, com emprego de ferramentas de Inteligência de Negócios (BI).

4) Participação nas negociações para início do desenvolvimento do Projeto do Sistema de Acompanhamento do Mercado<sup>2</sup>, que visa acompanhamento e controle das operações da BOVESPA, BM&F, SOMA e CETIP. Em vista do vulto dos equipamentos e facilidades envolvidas e por força de alternativas analisadas no Projeto BIRD 1-E, comentado linhas acima, está sendo negociada a terceirização de toda a infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento e implantação.

5) Apoio à implementação do Projeto de Manualização da SFI, ora em fase de conclusão pela consultoria contratada ISC. Após redigidos e aprovados os 36 Manuais de Procedimentos de Inspeção, foi desenvolvido um sistema na Intranet para permitir consultas a eles pela SFI, tendo sido realizados treinamentos e apresentações ao Colegiado no mês de dezembro.

### **Projetos especiais – Banco Interamericano de Desenvolvimento**

- 1) Especificação e acompanhamento dos processos licitatórios do Projeto GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos)/Workflow;
- 2) Supervisão da instalação da nova infra-estrutura já disponível para atendimento ao Projeto GED/Workflow, a saber: *Rack, Storage Area Network, Tape library, CPU's e Nobreaks*;

### **Projetos de Infra-estrutura**

- 1) Melhorias na infra-estrutura de informática da SRB (instalação novos micros, ampliação memória RAM, instalação Hub de 100 Mbps).
- 2) Aquisição e distribuição, no início de 2005, de 75 microcomputadores: Processador central - Pentium IV 2.8 GHz; Memória - 512 Mbytes; Disco rígido - 40 Gbytes; Monitor - 19 polegadas.
- 3) Aquisição de três novos servidores para RJ, SP e BSB.
- 4) Aquisição de licenças de produtos de software para servidores do fabricante Microsoft (Licitação em 22/12/04), abrangendo:
  - Windows 2003-Server;
  - *Firewall*;
  - Banco de Dados e
  - Linguagem Programação p/desenvolvimento sistemas (.Net).

---

<sup>2</sup> Denominado informalmente Sistema ARAMIS devido ao nome do principal aplicativo utilizado em seu desenvolvimento.

- 5) Aquisição de cartuchos de fitas magnéticas para *back-up*.
- 6) Aquisição do aplicativo de modelagem de dados e sistemas All Fusion.
- 7) Liberação de *e-mails* particulares: yahoo.com.br; uol.com.br; bol.com.br; google.com.br; globo.com e hotmail.com.
- 8) Alerta s/ Caixa Postal cheia só duas vezes por dia.
- 9) Aumento do limite da Caixa Postal da Alta Administração de 20 Mb para 45 Mb.
- 10) Horário de manutenção a partir de 20h00min e não mais às 18h00min.
- 11) Outros:
  - Conforme planejado, a migração dos servidores para o sistema operacional Windows 2003, bem como a migração para o Servidor de *E-mail* Exchange 2003, acham-se em andamento, com conclusão prevista pela GST para o início de março de 2006.
  - Foi efetivada a aquisição de licenças de software para as estações dos novos concursados, conforme previsto, bem como para atualização dos equipamentos servidores. Além disso, está prevista para 20 de dezembro de 2005 a chegada de 115 novos microcomputadores já adquiridos, que serão distribuídos por toda a CVM ao longo de janeiro e fevereiro de 2006.
  - Acha-se em andamento uma licitação para aquisição de diversos periféricos, a saber:
    - ✓ 21 impressoras laser monocromáticas;
    - ✓ três multi-funcionais coloridas e
    - ✓ 22 scanners.
  - Visando ampliar e melhorar a qualidade da rede, foram adquiridos novos *switches*, já implantados na casa.
  - A revisão do layout do CPD com a utilização de servidores em *rack* teve seu início com a chegada dos equipamentos para atender ao Projeto GED/Workflow, achando-se na dependência ainda de outras significativas aquisições para atender não só a base instalada da autarquia, mas principalmente os projetos de grande porte atualmente em vista, tais como o Sistema de Monitoramento do Mercado, o novo Sítio do Investidor, etc.
  - Está sendo pedida aquisição de novo software para operação e controle do serviço de *help-desk*, coroando o elenco de ações destinadas a melhorar a qualidade do atendimento aos usuários da CVM.

## **Projetos de Melhoria da Qualidade e Segurança – Vulnerabilidades SSI**

### 1) Desenvolvimento de sistemas

- Implantação da Contagem de Pontos de Função dos Sistemas da CVM. A primeira e principal etapa – o Inventário dos Sistemas Existentes – foi desenvolvida ao longo de todo o segundo semestre e seus resultados servirão de base para as etapas posteriores, a



saber: Compilação das Melhores Práticas, Disseminação dos Dados e Processos, Aplicação aos Novos Projetos e Implantação de Métricas e Procedimentos de Controle.

- Início do Projeto de Padronização do Layout dos Sistemas da CVM. Como primeiro resultado, foi desenvolvido e aprovado o Padrão de Construção de Formulários Delphi e Seus Acessórios. Suas definições serão determinantes na construção dos novos sistemas, sendo gradativamente incorporadas aos sistemas existentes ao longo de eventuais processos de manutenção evolutiva.

## 2) Área de Tecnologia – Principais ações tomadas

- Início da implementação da segregação de funções entre Desenvolvimento e Produção com a passagem da compilação de todos os sistemas corporativos da CVM em ambiente de Produção para a GST.
- Ampliação do *link* da Internet de 4 Mbps para 6 Mbps;
- Adoção de sistema de plantões nos finais de semana para monitoramento do servidor de Internet;
- Mudança da sistemática de guarda das fitas de *back-up*, com implantação da custódia mútua entre CVM-Rio e CVM-SP.
- Aquisição de componentes para instalação dos novos *switches* nos andares;
- SPAMS – feita especificação técnica para aquisição de *software* de controle;

## 3) Área de Tecnologia – Banco de Dados

- Correção de vulnerabilidades consideradas críticas no ambiente de banco de dados:
  - ✓ Aplicação de programas para atualização do software SQL Server, bem como de programas homologados e recomendados pelo fabricante para corrigir fragilidades de segurança;
  - ✓ Revogação de todos acessos com privilégios administrativos, restringindo-os aos administradores dos bancos de dados;
  - ✓ Mudança da rotina de *back-up* dos bancos de dados, direcionando a cópia de segurança para outro disco rígido, prevenindo perdas tanto de dados como de cópias de segurança, indispensáveis à restauração do ambiente em caso de falha no disco e
  - ✓ Execução de *back-up* de *logs* de 15 em 15 minutos visando garantir, em caso de falha, a recuperação dos dados no menor tempo possível.
- Ações de otimização visando aumentar a performance das consultas aos bancos de dados feitas pelos usuários.
  - ✓ Movimentação dos arquivos de índices para um disco rígido diverso do que contem os arquivos de dados, uma vez que os índices são os maiores responsáveis pela rapidez com que a informação é consultada nos bancos de dados e

- ✓ Criação de rotinas semanais para checar a integridade dos dados e reorganizar os índices.
- Cópia sincronizada, em outro servidor, dos bancos de dados de produção mais importantes. Em caso de falha de um dos servidores de produção, temos um banco de dados de espera para onde podemos direcionar a produção imediatamente, garantindo assim a continuidade dos negócios da CVM neste particular.
- Criação de um banco cópia de cada banco de produção, com defasagem de apenas um dia do banco de produção correspondente, permitindo aos analistas realizar testes mais acurados, dada a riqueza da base disponibilizada. Neste banco cópia, os analistas possuem total direito de manipular dados e códigos, sem prejuízo dos dados reais.
- Monitoramento do acesso dos analistas desenvolvedores aos bancos de produção, mediante registro de toda conexão realizada pelos analistas desenvolvedores diretamente no banco de produção, juntamente com a data e hora da conexão. O objetivo é coibir o hábito, criando um novo tipo de comportamento por parte dos analistas, onde o acesso aos dados de produção deve ser restrito aos DBAs.
- Implantação de monitoramento de bloqueios gerados por sistemas que manipulam os mesmos dados, caracterizando uma situação de concorrência entre dois sistemas distintos. O objetivo é identificar e notificar prontamente cada ocorrência aos DBAs e analistas responsáveis para avaliação e tomada de ações preventivas.

#### 4) Área de Tecnologia – Sistemas Operacionais e Redes

- Relatório de vulnerabilidades.
  - ✓ Emissão de amplo Relatório, apontando uma série de vulnerabilidades que diagnosticamos e as providências que pretendemos tomar para o aperfeiçoamento dos serviços. Entre as fragilidades detectadas, destacamos: a) ausência de uma política de segurança; 2) falta de um Plano de Continuidade do negócio; c) falta de uma política de *back-up* entre outras; d) ausência de política de gestão de projetos;
  - ✓ Aplicação das recomendações da BearingPoint para correção de vulnerabilidades nos servidores.
- Política de Senhas.
  - ✓ Alteração do período de mudança de senhas na CVM de 42 para 90 dias, sem prejuízo da segurança do sistema;
  - ✓ Contratação de serviços de segurança lógica de Tecnologia de Informação (TI) para os seguintes serviços, conforme recomendações da ABIN e AUD:

1) **análise da segurança do ambiente de TI** da CVM, que consiste em avaliações periódicas da nossa segurança lógica com emissão de relatórios detalhados de ações corretivas e evolutivas a serem implementadas pelo corpo técnico da CVM;

2) **consolidação de logs**, que consiste em centralizar as informações relevantes sobre o funcionamento de vários dispositivos de rede de modo a facilitar a identificação de problemas;

3) **monitoramento de website**, que verifica 24 horas por dia e sete vezes por semana a disponibilidade e a integridade do site [www.cvm.gov](http://www.cvm.gov). Cada incidente verificado é imediatamente registrado e notificado ao corpo técnico da CVM por e-mail e celular para as providências cabíveis;

4) retaguarda técnica em situações emergenciais, que é uma consultoria para solução de problemas em caso de ocorrências emergenciais, tais como: ataques que afetem o funcionamento ou a disponibilidade da infra-estrutura de TI, disseminação descontrolada de vírus e tentativas de acesso não-autorizado.

### **Terceirização**

1) Consolidada a regulamentação das atestações das faturas dos serviços de informática de acordo com a AUD.

2) Regularizada a situação de servidores da Relacional que estavam atuando fora da SSI, em atendimento às recomendações da AUD e da SAD. Em adendo, foram atendidas diversas recomendações pendentes da AUD anteriores a 2004.

3) Ao longo de 2005, a SSI passou a contar com:

- Um novo consultor sênior da Relacional, com vistas à implantação de uma Gerencia de Projetos de infra-estrutura da Relacional na GST, a exemplo da equivalente funcional hoje existente na GSI;
- Plantões de fins-de-semana e feriados para monitoramento dos servidores do sítio eletrônico institucional.

### **Quadro de Servidores**

1) Ao longo de 2005, a SSI passou a contar com sete novos analistas concursados.

2) Com a vinda desses foram implantados, a título provisório, quatro Grupos de Trabalho na GSI, contemplando:

- Sistemas administrativos (Arrecadação, Dívida Ativa, Pessoal, etc),
- Sistemas de Cadastro e Processos (Cadastro de Participantes, Processos, Inquéritos, Registros, etc),
- Internet/Intranet (Sítio eletrônico, CVMWeb, etc.) e
- Apoio ao Desenvolvimento, este último abrangendo:
  - ✓ Padronização,
  - ✓ Metodologia,
  - ✓ Gestão de Projetos,

- ✓ Segurança da Informação,
- ✓ Garantia da Qualidade, etc.

3) Essa forma de organização visou atender as seguintes demandas:

- Necessidade de implementação das recomendações feitas pelas auditorias da ABIN e da AUD e daquelas apontadas no Plano Estratégico de Informática, referentes a segregação de funções;
- O tamanho da atual GSI, atualmente com cerca de 30 subordinados dentre terceirizados e servidores, e sua complexidade e multiplicidade de assuntos tratados, cerca de 30 sistemas, abrangendo as várias áreas da CVM, têm tornado inviável o gerenciamento satisfatório de suas atividades;
- Novos sistemas gerados por termos de compromissos (Pactual e BMF, por exemplo) que também agregam mais complexidade ao ambiente de TI da CVM;
- Um constante aumento de solicitações, seja de desenvolvimento de novas funcionalidades como também de manutenção evolutiva e corretiva dos sistemas já existentes, tem sido observado, porém sem o necessário aumento da mão-de-obra. Esse crescente aumento de solicitações tem gerado gargalos no atendimento das mesmas, principalmente em relação aos sistemas da Web, Cadastro de Participantes e Taxa de Fiscalização;
- Projetos de grande porte financiados pelo BID e BIRD, em andamento e a iniciar, quais sejam: Acompanhamento de Mercado, GED/WorkFlow, Registro Eletrônico de Valores Mobiliários, Manuais de Fiscalização, Sistema Integrado de Acompanhamento de Cias Abertas, Implantação de Ferramenta de BI (CCP), Reestruturação do Sítio Institucional da CVM, criação do Sítio do Investidor e Sistema de Acompanhamento de Processos Jurídicos. Esses sistemas tornarão consideravelmente mais complexo o ambiente de TI da CVM;
- Recomendações da BearingPoint de diminuição do percentual de terceirizados nas tarefas de desenvolvimento e manutenção de sistemas da CVM. No entender da consultoria, o conhecimento dos sistemas da CVM está demasiadamente concentrado na mão-de-obra terceirizada. Em relação a esse aspecto, agrega-se a necessidade de aumentar o quadro de servidores da GSI, hoje ainda muito reduzido, embora tenha havido algum avanço nesse sentido com o Concurso de 2004. Hoje o índice de terceirização de analistas na GSI é de aproximadamente 80%;
- Melhoria do atendimento ao público interno da CVM. A atual divisão da SSI em duas gerências, concentrando todas as atividades de manutenção e desenvolvimento de sistema em uma única gerência (GSI), e que vem sendo adotada há muitos anos, não mais está adequada às necessidades atuais da CVM. A concentração das decisões em um único gerente tem trazido um gargalo prejudicial com uma conseqüente diminuição da qualidade dos serviços;
- O número de recursos humanos atualmente lotados na GSI é muito superior à média encontrada nas outras gerências da CVM.

4) Em 24/10/2005, a SSI encaminhou ao SGE, através do MEMO/CVM/SSI/Nº 41/2005, proposta de reestruturação formal da SSI, por recomendação da Bearing Point, contemplada no Relatório Final do trabalho “Diagnóstico e Planejamento Estratégico de TI” para a CVM, com vistas a tornar mais viável a administração das atuais atividades a cargo da GSI e GST. A estrutura proposta segue abaixo:

*GSP - Gerência de Planejamento* – Planejamento estratégico de TI, Arquiteturas, Metodologias, Padrões e Métricas, Pesquisa de Novas Tecnologias, Plano de Segurança, Plano de Continuidade, Gestão do Conhecimento, Inteligência empresarial, e-Learning, Garantia de Qualidade, Especificação de Editais. Esta gerência incorpora parte das atividades das duas atuais (GSI e GST), conforme orientação da Bearing Point;

*GSO - Gerência de Operações* – Operação do ambiente de produção, Servidores, armazenamento, redes e comunicação, Acompanhamento do nível de serviço, Administração da base de Dados; Gestão do nível de serviços (SLA); Programação da Execução dos serviços, Instalação e manutenção das estações de trabalho, Gestão dos incidentes e problemas, Procedimentos de segurança, Operação do CPD, Controle da Produção, Help Desk Interno e Externo, Monitoramento de Performance, etc, Gestão do contrato de terceirização, Administração de bibliotecas;

*GSI-1 - Gerência de Sistemas Administrativos* – Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Administrativos (Taxa de Fiscalização, Multa, RI, Recursos Humanos, Dívida Ativa, Diárias e Passagens, Gastos, Patrimônio, Almoxarifado, etc.);

*GSI-2 - Gerência de Sistemas de Cadastro e Processos* – Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas das Áreas Técnicas da CVM relacionados a trâmite de processos e documentos e registro de participantes (Cadastro de Participantes, Registro de Valores Mobiliários, Investidores Estrangeiros, Acompanhamento de Cias Abertas, Desvio e Performance de Auditores, Processos, Inquéritos, Solicitações de Inspeções, Projeto BID GED/Workflow, Projeto BID Registro Eletrônico, Projeto BIRD Manuais de Fiscalização e etc);

*GSI-3 - Gerência de Sistemas de Acompanhamento de Mercado* – Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de recebimento e disponibilização de informes do mercado e dos Sites Web (Sites Internet, Intranet e 0800, CVMWeb, SAF/IAN e seus módulos, Acompanhamento dos fundos, Projeto BIRD Sistema Integrado de Cias Abertas, Projeto BIRD Acompanhamento Mercado, Projeto BIRD Reestruturação do Site, projeto BMF – criação do site do investidor, etc.).

### **3.2.3. PLANEJAMENTO PARA 2006**

#### **Sistemas de Arrecadação (Taxa, Multa e Dívida Ativa)**

- 1) Implementação das recomendações de auditorias feitas nos Sistemas de Arrecadação ao longo de 2005.
- 2) Contabilização da Dívida Ativa de Taxa de Fiscalização.
- 3) Módulo de Impugnações.

4) Implantação do Módulo de Parcelamento do Sistema de Taxa.

### **Sistema de Cadastro de Participantes**

- 1) Particionamento da tabela de Situação do Participante.
- 2) Atualização cadastral de Participantes via WEB.

### **Sistemas de Processos e Inquéritos**

- 1) Implantação do Módulo de Processos de Compra.
- 2) Módulo de Pauta de Julgamento de Inquéritos.
- 3) Controle de Intimações.

### **Sítio Eletrônico Institucional da CVM**

- 1) Implantação do Sítio do Investidor em conjunto com a BM&F, prevendo instalação de ferramentas de gerenciamento de conteúdo, estatísticas e buscas.
- 2) Recepção de informes de fundos da SRE (nova instrução).
- 3) Criação de funcionalidade de busca aos termos do glossário de Atos CVM.
- 4) Estruturação de gravação de *logs* de tabelas do CVMWeb para pronta aplicação por demanda.
- 5) Reformulação das páginas internas da Intranet.
- 6) Reformulação da seção de Atos Normativos.
- 7) Desenvolvimento de página para entrada em produção das funcionalidades de controle de pautas de julgamentos.
- 8) Alterar o sistema de registro de fundos de investimento no CVMWeb, permitindo que cooperativas de crédito também possam atuar como distribuidores de cotas de fundos de investimentos.
- 9) Alteração do padrão XML do CDA (Informe de Composição da Carteira do Fundo) para incluir detalhamento sobre CDBs e informação se a empresa associada a determinada aplicação é ligada ao administrador.
- 10) Informe de demonstrações financeiras de FII (em conjunto com BOVESPA).
- 11) Criar seção na Intranet com dicas de segurança a ser alimentada pela AUD.
- 12) Criação de funcionalidade de confecção, envio e visualização de *newsletters*.
- 13) Cancelamento do envio de documentos de fundos em geral.
- 14) Melhoria na Atualização Cadastral de Auditor, permitindo que se passe a tratar também os dados de sócios de AIPJ.
- 15) Identificação da existência de quotistas significativos no Inf Diar.
- 16) Criação de consulta genérica ao cadastro geral de participantes.

- 17) Criação de consulta a balancetes de fundos de investimento com facilidades para análises vertical (AV) e horizontal (AH).
- 18) Envio de informes para fundos cancelados (para usuário externo).
- 19) Criação de uma área para *download* de informes.
- 20) Disponibilidade de informes de fundos para BOVESPA.
- 21) Alterar a senha de todos os usuários do CVMWEB cujo conteúdo da senha seja igual ao código CVM do participante que seja diretor.
- 22) Envio de documentos de participantes de forma automatizada.
- 23) Informe Anual de Instituições Financeiras (para atualização automática do PL).
- 24) Possibilidade de gerar arquivo texto de denúncias e de permitir que o denunciante altere ou cancele a denúncia.
- 25) Atualização do cadastro de participantes (formulário sem críticas) – 08/2005.
- 26) Envio de todos os documentos de cias incentivadas pela Web.
- 27) Desenvolvimento de formulários para transformação de fundos abertos em fechados.
- 28) *Upload* - informe mensal de FIDC.

### **Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas**

- 1) Consolidação dos procedimentos de Análise de Ponto de Função.
- 2) Padronização de diversos procedimentos relativos ao Desenvolvimento de Sistemas.
- 3) Formalização dos procedimentos de Teste de Software e constituição de equipe especializada no assunto.
- 4) Revisão da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas.
- 5) Evolução da implantação de procedimentos de Gerência de Configuração e Mudanças.
- 6) Criação e estabelecimento de Acordos de Nível de Serviço (SLA – *Service Level Agreements*) tanto para os usuários (CVM) quanto para os fornecedores (Relacional e consultorias).
- 7) Revisão dos Manuais de Sistemas e de Usuários.
- 8) Monitoramento dos Projetos elencados no Plano Estratégico de TI.

### **Projetos especiais – Banco Mundial**

- 1) Reestruturação do Sítio Institucional da CVM.
- 2) Novo Sistema Integrado de Companhias Abertas e Incentivadas.
- 3) Implementação do Sistema de Acompanhamento de Mercado.

## **Projetos especiais – Banco Interamericano de Desenvolvimento**

- 1) GED/Workflow.
- 2) Sistema de Registro Eletrônico.

## **Plano Estratégico de TI – Projetos do Modelo de Gestão**

- 1) Desenvolvimento interno dos seguintes projetos:
  - Projeto MG01 – Instituição de um Comitê de Sistemas – já iniciado;
  - Projeto MG02 – Avaliação da alternativa de terceirização da infra-estrutura de TI – já iniciado;
  - Projeto MG03 – Análise do uso de *software* livre pela Instituição e
  - Projeto MG04 – Reformulação da estrutura interna da SSI – já iniciado;
- 2) Contratação de consultoria para implementação dos seguintes projetos:
  - Projeto MG05 – Detalhamento das políticas e diretrizes para TI e
  - Projeto MG06 – Formulação de um plano de continuidade dos serviços de TI.

## **Projetos específicos de Infra-estrutura de TI**

- 1) Sistemas Operacionais e Redes
  - Início dos procedimentos de análise e homologação de tecnologias de assinatura digital e PKI, inicialmente previsto para 2005;
  - Planejamento e implementação de alterações na topologia de rede, principalmente no que diz respeito aos *firewalls*, para eliminação das brechas de segurança existentes hoje;
  - Colocação de *firewalls* na rede interna da CVM e reconfiguração dos *firewalls* com a rede externa;
  - Implementação de ferramentas de segurança (IDS - detector de intrusão) e analisadores de vulnerabilidades;
  - Implementação de PKI (infra-estrutura de chaves públicas) em todas as aplicações nas quais seja necessária ou vantajosa. Levantamento das aplicações envolvidas;
  - Licitação, contratação e implantação de VOIP na CVM (BearingPoint, projeto IE10);
  - Implantação de serviços de infra-estrutura de chaves públicas;
  - Aquisição de dois novos equipamentos servidores e de 230 novos micro-computadores para atualização do parque;
  - Aquisição de mais um *rack* para equipamentos servidores e de um novo *switch* central, para continuidade da reorganização do CPD;



- Aquisição de cabeamento e de dois novos *switches* para a SRS.

## 2) Administração de Bancos de Dados

- Disponibilização e configuração de servidores para garantir a continuidade, no menor tempo possível, do sítio institucional da CVM e das aplicações em produção em eventos de falha do *hardware*, do sistema operacional e/ou de aplicações;
- Disponibilização de um servidor para ambiente de testes de administração do banco de dados, permitindo:
  - ✓ formatação, instalação e configuração de um servidor de banco de dados;
  - ✓ aplicação de *patches* de atualização do sistema operacional e do banco de dados;
  - ✓ migração para SQL Server 2005;
  - ✓ migração do sistema operacional dos servidores;
  - ✓ avaliação de tempo de restauração e integridade das mídias dos arquivos de backup e
  - ✓ avaliação de funcionalidades e performance do Sql Server em um ambiente semelhante ao de produção.
- Implementação de uma política de backup específica para os Servidores de Banco de dados (Corporativo e Web), para permitir reter cópias de segurança diárias pelo período de um ano.

### **3.2.4. ESTRUTURA DE PESSOAL**

A SSI conta com duas gerências: Gerência de Sistemas (GSI) responsável por toda a atividade de sistemas e administração de dados e Gerência de Tecnologia (GST) responsável pelo planejamento, gestão e administração dos recursos ligados à tecnologia da informação.

A estrutura de pessoal da SSI está constituída, em sua maioria, por funcionários da Relacional Consultoria Ltda, empresa terceirizada para desenvolver as atividades de informática na CVM. Cumpre destacar que neste ano a SSI recebeu sete novos analistas concursados, dos quais cinco foram direcionados para a GSI e os outros dois para a GST. Além destes, a GST recebeu ainda um Consultor Sênior para implantar uma Gerencia de Projetos da Relacional, similar à existente na GSI, visando apoiar a organização e a evolução do perfil dos serviços por ela prestados, tendo em vista os novos desafios esperados com a implementação do Plano Estratégico de TI da CVM.

O quadro apresentado na página a seguir evidencia a distribuição de pessoal na Superintendência de Informática:

### Distribuição do efetivo da SSI

	Adm	Help Desk	Suporte Externo	Rede/ Telecom	Adm. Dados	Sistemas	Total
<b>CVM</b>							
Superintendência	1						1
Gerência	2						2
Auxiliar Serviços Gerais	1			1			2
Analistas				5		6	11
Agente Executivo	1					1	2
Estagiário		2					2
<b>Subtotal</b>	<b>5</b>	<b>2</b>		<b>6</b>		<b>7</b>	<b>20</b>
<b>RELACIONAL</b>							
Analistas				3	1	13	17
Coordenador	1						1
Consultor				1		1	2
Técnicos Proc. Dados		4				2	6
Técnico Proc. Dados - SP				1			1
Operador de Call Center			2				2
<b>Subtotal</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>29</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>23</b>	<b>49</b>

Obs: Posição em 25/11/2005

### **3.3. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA – SRB**

#### **3.3.1. COMPETÊNCIAS**

- Realiza o acompanhamento de matérias de interesse da CVM nas duas Casas do Congresso Nacional (Projetos de Lei, Medidas Provisórias, Audiências Públicas, CPIs);
- Atua com o objetivo de incrementar a inserção da autarquia e seus dirigentes no cenário legislativo, especialmente na preparação das apresentações em sessões plenárias, além de dar atendimento às demandas inerentes ao trâmite legislativo;
- Dá suporte à Procuradoria Federal Especializada no acompanhamento junto aos Tribunais Superiores e Regionais, processos que a CVM tenha interesse e nas Varas Federais;
- Presta atendimento aos investidores, intermediários e companhias abertas;
- Dá o suporte administrativo necessário aos membros do Colegiado e/ou servidores que estejam em Brasília.

#### **3.3.2. ATIVIDADES JUNTO AO PODER LEGISLATIVO**

- a) Participou de várias Audiências Públicas que aconteceram no Congresso Nacional e acompanhou temas que demandaram ou são de interesse da CVM, tais como:
- Comissão Parlamentar Mista de Inquéritos - CPMI dos “CORREIOS”;
  - Comissão de Defesa do Consumidor – Câmara dos Deputados - “Modalidades Negociais Básicas da Avestruz Máster”;
  - Comissão de Desenvolvimento Econômico – Câmara dos Deputados - “O Mercado de Capitais”;
  - Comissão de Finanças e Tributação – Câmara dos Deputados - “Projeto de Lei 3741/2000 – Normas Contábeis”;
  - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural “As Operações de Aplicação e Resgate de Fundos de Investimentos feitos pelo BASA no Banco Santos”.
- b) A SRB acompanhou 56 Projetos de Lei nas duas casas do Congresso Nacional, que abordam o mercado de capitais e financeiro;
- c) A SRB providenciou a resposta a 11 Requerimentos de Informações feitos por Parlamentares;
- d) A SRB foi solicitada pela Assessoria Parlamentar do Ministério da Fazenda a emitir 15 pareceres acerca de Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional;

### **3.3.3. ATIVIDADES JUNTO AO PODER EXECUTIVO**

- a) Participação de reuniões sobre a Estrutura Regimental da CVM, junto ao Ministério da Fazenda – Ministério do Planejamento;
- b) Participação de reuniões no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – GT Investimentos “Apresentação de Projetos Brasileiros a Investidores Estrangeiros”;
- c) Participação de reuniões no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – GT Investimentos – Discussão do relatório da UNCTAD;
- d) Participação de reuniões no Ministério da Agricultura – Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio;
- e) Participação de diversas reuniões no Ministério de Indústria, Comércio e Desenvolvimento – MDIC “Fórum Permanente de Micro e Pequenas Empresas”;
- f) Assessoramento do Presidente da CVM nas reuniões de COMOC/CMN;
- g) Acompanhamento em Brasília de assuntos de natureza administrativa – concursos, orçamento, política salarial, dentre outros -, em apoio à SAD, além de vários outros assuntos nos diversos Órgãos Federais.

### **3.3.4. ATIVIDADES JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO**

- a) A SRB providenciou o suporte aos Procuradores Federais nas atividades desenvolvidas em Brasília pela PFE/CVM;

### **3.3.5. ATIVIDADES EXTERNAS**

- a) Representação do Presidente da CVM em diversos eventos, como posses, solenidades e seminários;
- b) Participação da organização do programa “Café com Finanças”, programa de ciclo de debates, no âmbito da cooperação técnica existente entre a CVM com a ASBACE - Associação de Bancos Estaduais, Banco Central do Brasil e Governo dos Estados Unidos da América (por intermédio da Embaixada no Brasil), sendo que no exercício ocorreram 12 seminários, com palestrantes representantes de organismos internacionais e de instituições governamentais americanas, especialistas e autoridades brasileiras, sobre temas diversos do mercado de capitais e do mercado financeiro;
- c) Atendimento a consulta de investidores, companhias ou não integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com o seguinte detalhamento:
  - 1) Informações sobre Companhias (inclusive incentivadas): 12;
  - 2) Reclamação contra Companhias (inclusive companhias de capital fechado): 7;
  - 3) Mercado Marginal (oferta, distribuição e intermediação irregular): 13;
  - 4) Orientação sobre acesso as Demonstrações Financeiras: 3;

- 5) Reclamação e/ou orientação sobre Contratos de Parceria (inclusive Avestruz Master): 4;
- 6) Informação sobre Emissão de Títulos e Valores Mobiliários (inclusive atualização de cautelas e Fundos de Investimentos): 14;
- 7) Fundo 157: 139;
- 8) Fechamento e Dissolução de Companhia: 3;
- 9) Registros de Agente Autônomo, Auditor, Consultor de Investimento, Administrador de Carteira, Custodiante e Cooperativa de Crédito: 9;
- 10) Regulação: 5;
- 11) Atendimento Educacional: 5; e
- 12) Informação sobre Mercado de Carbono: 3.

d) Participação de cinco reuniões do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, inclusive de duas reuniões Plenárias, a 7ª de encerramento do 1º semestre e a 8ª de encerramento anual; Reunião itinerante realizada em Recife - PE e da III Convenção Nacional das Micro e Pequenas Empresas ocorrida em Foz do Iguaçu - PR.

### **3.3.6. ATIVIDADES INTERNAS**

A SRB proporcionou aos Membros do Colegiado, Superintendentes, Procuradores, Comissões de Inquérito e outros servidores, o suporte administrativo necessário ao desempenho de suas funções quando em Brasília.

## **3.4. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO – SRS**

### **3.4.1. COMPETÊNCIA**

A Superintendência Regional de São Paulo (SRS) é uma unidade regional da CVM, que possui as competências e características abaixo apresentadas, tendo sob sua subordinação a Gerência Administrativa (GRS). Ao longo dos anos tem se orientado pelos credos, valores, missão, objetivos e visão da CVM e, através de sua Gerência Administrativa, executa procedimentos procurando honrar seus compromissos junto à Administração Central, ao cidadão, ao usuário, ao servidor e ao contribuinte para:

- Oferecer uma adequada infra-estrutura operacional em São Paulo.
- Assegurar a disponibilidade de recursos humanos e materiais proporcionando um ambiente confiável, confortável, seguro e eficiente.
- Preservar o patrimônio, o interesse e as finanças públicas.

A política de manutenção adotada procura ser predominantemente preventiva, com as atividades sendo executadas conforme procedimentos baseados em atos normativos, normas nacionais e internacionais, nas especificações, recomendações dos fabricantes, treinamentos e conhecimento técnico acumulado. Além das medidas preventivas, o processo de manutenção desdobra-se em ações corretivas em regime contínuo, na estrutura operacional proporcionando o atendimento a todo tipo de ocorrências para o restabelecimento, o mais imediato possível, sem comprometer a continuidade dos serviços. São competências da SRS:

- Supervisionar e coordenar as atividades desenvolvidas pela CVM no âmbito da Superintendência Regional de São Paulo;
- Zelar pela disciplina no âmbito da regional de São Paulo;
- Disciplinar o recebimento, distribuição e encaminhamento das correspondências e documentos recebidos na SRS, particularmente os relacionados com o registro e atualização de informações de companhias e com o registro de emissão de valores mobiliários, através dos malotes diários, aos componentes organizacionais da sede e demais regionais;
- Supervisionar a implementação no âmbito da regional de São Paulo as diretrizes de informática determinados pela SSI;
- Representar a regional e/ou a CVM, quando autorizado, perante órgãos e entidades do mercado;
- Servir de intermediário na solução de casos e/ou questões, no sentido de facilitar os contatos dos Componentes Organizacionais da sede, com o público em geral, e vice-versa;
- Oferecer suporte administrativo necessário aos membros do Colegiado e/ou servidores que estejam em missão da CVM na regional de São Paulo;

- Encaminhar periodicamente ao SGE, com cópia para os Superintendentes das áreas técnicas, o relatório das atividades desenvolvidas.

### **3.4.2. COMENTÁRIOS GERAIS**

No âmbito desta Superintendência, o ano de 2005 foi marcado por:

1. Um sinistro (incêndio), ocorrido na estação primária de medição de energia localizado no subsolo, aproximadamente às 17:00 horas do dia 10 de janeiro, que danificou completamente toda a entrada de energia e telefonia para o edifício, fazendo com que as autoridades competentes (CONTRU) interditassem as instalações do edifício CBI até 23/05/05, quando foram concluídos os trabalhos de implantação da nova estação primária de medição e a troca de cabeamento de entrada de telefonia.
2. Implantação em 11 de janeiro de posto de atendimento emergencial na sede da BM&F, para primeiros atendimentos dos servidores e público externo;
3. Implantação em 19 de janeiro de instalações provisórias no 7º andar do Edifício BMSP localizado na Rua Libero Badaró, 471, com a seguinte infra-estrutura: 29 estações de trabalho, oito notebooks, dois servidores de e-mails (exchange server) e de arquivos (file server), duas impressoras laser e um aparelho de FAX, totalizando 33 pontos de rede, além da disponibilização de 10 linhas telefônicas pela BM&F. Neste local, 1/3 dos servidores exerceram em regime de rodízio suas funções, bem como o atendimento parcial de protocolo;
4. Em fevereiro, entraram em exercício 20 novos concursados, sendo 15 inspetores e cinco analistas que passaram por um extenso programa de treinamento realizado no 3º andar do edifício BMSP e no centro de treinamento da BOVESPA;
5. Mudança em 30 de junho para nova instalação provisória no 10º andar do Edifício BMSP na Rua Libero Badaró, cuja implantação ocorreu oficialmente em 4 de julho, no qual pudemos alocar todos os servidores, inclusive os novos concursados, bem como restabelecer completamente os serviços de protocolo e o atendimento de público externo;
6. Execução parcial do projeto de reforma da SRS no Edifício CBI para comportar os 20 novos servidores do concurso realizado em outubro de 2003, composto por remanejamento de divisórias e a instalação de persianas, ficando suspenso à instalação de biombo e a finalização dos ajustes no remanejamento das divisórias (aditivo);
7. Aquisição (aditivo) e recebimento de seis escrivaninhas e cinco armários;
8. Aquisição de suprimento de informática, para suprir as demanda da SRS no exercício de 2005;
9. Continuidade do processo de preparação das demandas de compras conduzidos pela GRS nos itens de: materiais de consumo (suprimento de informática, gêneros alimentícios, higiene/limpeza e materiais de expediente) e manutenção;
10. Implantação do novo contrato de locação máquinas copiadoras (Ultrapel Locação e Serviços Ltda);

11. Suspensão do contrato do serviço de limpeza e punição da empresa K2 Serviço de Limpeza S/A;
12. Participação de servidores em palestras, seminários e congressos externos, visando o desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de conhecimentos específicos;
13. Nomeação do diretor Pedro Oliva Marcilio de Sousa em 16/05/05, com lotação na CVM/SP;
14. Está previsto para o exercício de 2006 o ingresso de oito novos agentes executivos, conforme concurso público em andamento;
15. Contratação da Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP para intermediação nas contratações e administração das relações de estágios na CVM/SP;

Prevê-se para o ano de 2006 a continuidade dos trabalhos que não foram concretizados em 2005 e o atendimento de novas demandas, com base no conceito de Qualidade Total, proporcionando às áreas técnicas e aos demais usuários equipamentos e instalações nos padrões atuais de modernidade e funcionalidade, mantendo o suporte aos servidores no que tange ao fornecimento de informações e serviços ligados à Administração de Recursos Humanos, Patrimônio, Suprimentos e Compras além da busca de máxima eficiência na área de Protocolo.

Foram prioridades da SRS em 2005 e em alguns casos de anos anteriores, devendo ser concluídas e somadas às novas demandas em 2006:

1. Execução do projeto de instalações da nova SRS, com a contratação e/ou finalização das seguintes etapas:
  - Aquisição e instalação de mobiliários e biombos;
  - Execução do projeto de instalações (obras civis);
  - Aquisição e instalação da nova central telefônica (PABX);
  - Aquisição de novos equipamentos de informática;
  - Contratação de empresa para fiscalização e acompanhamento dos trabalhos, com base no projeto aprovado;
  - Contratação dos serviços complementares para retirada, transporte e instalação do mobiliário e equipamentos que serão aproveitados do patrimônio da CVM nas novas instalações, bem como a movimentação dos documentos e arquivos de trabalho existentes, além da limpeza final da implantação;
2. Processo de doação de bens inservíveis na nova SRS;
3. Contratação de serviço terceirizado de limpeza para a nova SRS;
4. Contratação de operador de máquina reprográfica para atender as demandas da SRS;
5. Contratação do serviço móvel celular para atender as necessidades das Gerências de Fiscalização Externa, bem como a administração;
6. Readequação dos serviços de segurança;



7. Contratação dos serviços terceirizados de manutenção predial;
8. Infra-estrutura e suporte para absorver as contratações em andamento e as futuras contratações, tais como:
  - Aquisição de novos equipamentos (impressoras, notebooks, servidor de arquivo, pentes de memória, projetor multimídia para teto, scanner, relógio datador, aparelhos de fax, gravadores externos de DVD, placa de extensão para vídeo, fragmentadoras, cafeteira e outros a serem definidos).
9. Continuidade no treinamento e/ou reciclagem em inglês, dos servidores da SRS, além de aperfeiçoamento técnico dos servidores para a área fim, bem como dos novos agentes executivos.

### **3.4.3.     *ESTRUTURA ORGANIZACIONAL***

#### **Competências da GRS**

- Intermediar as demandas administrativas dos servidores e Componentes Organizacionais da SRS, junto à sede, no sentido de facilitar e agilizar o atendimento das mesmas;
- Proporcionar a necessária infra-estrutura operacional aos demais Componentes Organizacionais da SRS, através das atividades de suporte administrativo nas áreas de protocolo, malote, mensageiro, telefonia, patrimônio, especificação/preparação de compras, almoxarifado, reprografia, recrutamento e seleção de pessoal, treinamento, registro e acompanhamento funcional, suporte de informática, suprimento de fundos, manutenção geral, conservação e limpeza, copa, segurança patrimonial, biblioteca, transporte e outras atividades auxiliares;
- Executar e controlar o recebimento, distribuição e encaminhamento das correspondências e documentos recebidos na SRS, particularmente os relacionados com o registro e atualização de informações de companhias e com o registro de emissão de valores mobiliários, através dos malotes diários, aos componentes organizacionais da sede e demais regionais;
- Oferecer suporte administrativo necessário aos membros do Colegiado e/ou servidores que estejam em missão da CVM na regional de São Paulo;
- Executar todas as normas e procedimentos reguladores, expedidos pelos órgãos competentes (internos e externos), no âmbito da SRS, sobre a administração dos bens imóveis, móveis e serviços auxiliares;
- Participar das propostas de alteração nas dependências da SRS, que impliquem em novo *layout* dos órgãos ou modificação de instalações;
- Implementar no âmbito da regional da São Paulo as diretrizes de informática determinados pela SSI;
- Zelar, no âmbito da regional de São Paulo, pela preservação e segurança: do patrimônio, dos servidores e dos usuários; através do cumprimento das Normas Específicas, propondo e/ou implementando medidas, quando necessário;

- Manter permanente entrosamento com a Administração do Condomínio do Edifício CBI e Delta Plaza, visando dirimir questões que afetem os interesses da CVM;
- Coordenar e fiscalizar os serviços terceirizados sob sua responsabilidade;
- Assessorar a Superintendência Administrativo-Financeira nas matérias inerentes a SRS;
- Encaminhar periodicamente à SRS relatório das atividades desenvolvidas no período.

#### **3.4.4. COMPONENTES ORGANIZACIONAIS LOTADOS EM SÃO PAULO**

Situação em 30/11/2005:

<b>SRS – Superintendência Regional de São Paulo</b>	01 Superint. (DAS-4) – analista
01 servidor	
<b>GRS – Gerência Administrativa</b>	01 Gerente(DAS-3) – ag. executivo
05 servidores	01 Auxiliar (DAS-1) – não efetivo
	01 Encar. (FG-2) – ag. executivo
	01 Agente executivo
	01 Auxiliar S. Gerais
<b>SMI – Superint. Rel. Merc. e Intermediários</b>	01 Superint. (DAS-4) - inspetor
02 servidores	01 Auxiliar (DAS-1) – não efetivo
<b>GMA2 – Gerência Acomp. Mercado 2</b>	01 Gerente (DAS-3) – analista
11servidores	01 Encar. (FG-2) – ag. executivo
	08 Analistas
	01 Inspetor
<b>GMN – Gerência Análise Negócios</b>	01 Gerente (DAS-3) – analista
09 servidores	01 Aux. (FG-3) – aux.serv.ger.
	04 Analistas
	03 Inspetores

## **SFI – Superint. Fiscalização Externa**

<b>GFE3 – Gerência Fiscalização Ext. 3</b>	01 Gerente (DAS-3) – inspetor
12 servidores	01 Agente Executivo
	10 Inspetores
<b>GFE4 – Gerência Fiscalização Ext. 4</b>	01 Gerente (DAS-3) – inspetor (aposent.)
12 servidores	01 Auxiliar (DAS-1) – não efetivo
	10 Inspetores
<b>GFE7 – Gerência Fiscalização Ext. 7</b>	01 Gerente (DAS-3) – inspetor
12 servidores	01 Chefe (FG-1) – ag. executivo
	10 Inspetores

## **SOI – Superint. Proteção e Orientação aos Investidores**

<b>GOI2 – Gerência Orient. Investidores 2</b>	01 Gerente (DAS-3) – analista
06 servidores	01 Auxiliar (DAS-1) – não efetivo
	01 Encar. (FG-2) – ag. executivo
	01 Analista
	01 Agente Executivo
	01 Inspetor

## **PFE – Procuradoria Federal Especializada junto a CVM**

<b>GJU3 – Subprocuradoria Jurídica 3</b>	01 Procurador Federal
01 servidor	
<b>GJU1 – Subprocuradoria Jurídica 1</b>	03 Procuradoras Federais
03 servidores	

### 3.4.5. RECURSOS HUMANOS

- **Pessoal Ativo (76 servidores)**

Efetivos (Concursados) – 69		38 Inspetores
		17 Analistas
		04 Procuradores Federais
		08 Agentes Executivos
		02 Auxiliares Serv. Gerais
Cargos de Confiança – 13	04 DAS-1 (auxiliar)	Todos não efetivos
	07 DAS-3 (gerente)	6 efetivos
		1 aposentado
	02 DAS-4 (superintendente)	Efetivo
Funções de Confiança (exclusivo para efetivos) - 05		01 FG-1 (chefe de seção)
		03 FG-2 (encarregado)
		01 FG-3 (assistente)

- **Estagiários (05 vagas alocadas/3 estagiários em atividade)**

Nível superior: 05 vagas (alocadas)	02 GMA2 (1 em atividade /1 em contratação)
	02 GJU1 (em atividade)
	01 GOI2 (em seleção)

- **Terceirizados (09 postos/11 funcionários)**

Suporte de informática (empresa: RELACIONAL)	01 Técnico
Segurança/Portaria (empresa: VISE)	02 Guardete (44 horas/semana)
	02 Postos (12 X 36 horas)
	04 vigilantes
<b>Copa (empresa:) – aguardando mudança</b>	<b>01 Copeira</b>
Transporte (empresa: PETIT POÁ)	02 Motoristas
Médico do trabalho (empresa: JHM)	01 Médico
Aulas de Inglês (Escola Executiva)	01 Professor

### **3.4.6. PATRIMÔNIO**

Situação em 22/12/2005

- **Instalações físicas (futuras)**

Endereço: R. Cincinato Braga, 340 – 2º, 3º e 4º andares – Edifício Delta Plaza  
Propriedade do imóvel: PREVI – imóvel locado  
Área de uso privativo: 1.291.56 m<sup>2</sup>

- **Instalações físicas**

Endereço: Rua Formosa, 367 – 20º e 21º andares – Cond. Edifício CBI  
C.N.P.J.: 29.507.878/0002-80

Propriedade do imóvel: CVM – cedido pelo Patrimônio da União

Área territorial (IPTU): 2.130 m<sup>2</sup> - 1.065 m<sup>2</sup> x 2 andares

Área de uso privativo: aprox. 1.600 m<sup>2</sup> - 800 m<sup>2</sup> x 2 andares  
- Área operacional total: aprox. 1440 m<sup>2</sup>  
- Área para eventos: aprox. 160 m<sup>2</sup>

Auditório: 81,25 m<sup>2</sup> (6,5m x 12,5m)

Cabines técnicas/hall - 78,75 m<sup>2</sup>

Capacidade: 56 pessoas

Ar condicionado: 41 aparelhos instalados (39 - 12000 BTU/01- 18000 BTU /  
01 - 30000 BTU)

07 aparelhos de 10.000 BTU a ser revisado/instalado

- **Rede de informática (posição em 21/11/2005)**

Links: 1 com a sede de 1 Gbs

1 com a BOVESPA de 256 Kbs

1 com a BM&F de 128Kbs (Edifício CBI)

1 com a AGÊNCIA ESTADO de 19200 Bps (Edifício CBI)

03 servidores: 1 Compaq Proliant 3.2 – Correio eletrônico (Exchange)  
1 Compaq Poliant 1600 – servidor de arquivo  
1 Compaq Prosigma 300 – BDC (Backup do servidor de arquivo)

3 Roteadores

6 Hubs

100 Microcomputadores 20 – HP Pentium 4 2.6 GHZ  
63 – Compaq Celeron 466 MHZ  
15 – Compaq Pentium III 1 GHZ  
01 – Compaq Pentium III 1 GHZ (Bloomberg)  
01 – IBM NETVISTA Pentium IV 1.6 GHZ (BM&F)

02 Notebooks 02 – Compaq EVO 160 Pentium III 1 GHZ

06 Notebooks 06 – Toshiba Titanium Speaker Pentium 4 2.4 GHZ

09 Impressoras P&B: 03 – Laser Lexmark Optra S1855

01 – Laser Kyocera FS 3800

05 – Laser Kyocera FS1900

01 Impressora Colorida 01 – Laser HP Laserjet 4500 Color

03 Scanners 01 – HP 2400

01 – HP Scanjet 4

• **Rede de telefonia**

Nº do tronco-chave: 2146-2000

Numeração reservada: 2146-2000 até 2146-2099

Sistema: PABX/D.D.R. (Discagem Direta a Ramal)

Quantidade de linhas: 30 troncos bidirecionais

Equipamento: PABX NEC NEAX 2400 SDS c/ tarifador

- **Reprografia (posição 22/12/2005)**

1 máquina: SHARP AL 1651CS (pequeno porte)

Instalada em 13/07/2005

**Transporte**

01 viatura oficial própria, marca GM, modelo Kadett Ipanema, ano 1994.

01 veículo locado, marca GM, modelo Astra Sedan, ano 2003/2004.

01 viatura oficial própria, marca FIAT, modelo Palio Weekend, ano 2004/2005

### **3.4.7. PRINCIPAIS INDICADORES DA SRS**

- **Tráfego de pessoas**

População fixa: 87 pessoas (situação em 22/12/2005)

- **Visitantes em 2005:**

Este controle não foi possível ser feito devido à situação contingencial apresentada neste ano.

- **Tráfego de documentos/correspondências**

Processos abertos em 2005 pela SRS: 392 (até 22/12/2005)

- **Documentos e correspondências em 2005**

O tráfego de correspondências e documentos enviados pelo malote foi influenciado pela a situação provisória do serviço de protocolo.

<b>Tipo de Documento</b>	<b>média/dia</b>	<b>total/ano</b>
Malote	34,76	3.615

- **Produção de cópias em 2005:**

Até a implantação da máquina copiadora contratada pela CVM, todas as cópias foram produzidas por nossos operadores nos equipamentos da BM&F, no qual não tivemos condições de controle do quantitativo, em função da precariedade da situação apresentada. No período de 13/07 a 22/12/05 foram produzidas 26.613 cópias no equipamento da CVM, sendo que os trabalhos de maior volume continuaram sendo produzidos nos equipamentos da BM&F, ressaltando que CVM forneceu papéis para a produção das cópias.

## **3.5. AUDITORIA INTERNA – AUD**

### ***3.5.1. ATIVIDADES REALIZADAS***

A execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da AUD em 2005 foi dividida quatro linhas de ações para as atividades, a saber:

- I Auditoria Operacional
- II Auditoria de Gestão
- III Auditorias Específicas
- IV Estrutura Interna e Capacitação

As auditorias realizadas abrangeram os seguintes componentes organizacionais:

- Superintendência Administrativo-Financeira – SAD e suas gerências:
  - Gerência de Compras e de Serviços Gerais – GAG;
  - Gerência de Orçamento e Finanças – GAF;
  - Gerência de Arrecadação – GAC;
- Superintendência de Informática – SSI
- Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores – SOI
- Subprocuradoria Jurídica 3 – GJU-3.

A síntese da distribuição prevista dos trabalhos ao longo de 2005, medida em HH (homens-hora) de auditoria, é mostrada no quadro abaixo:



Ação	Execução 2005	
	H/H	%
I – Auditoria Operacional	2.237	62,9 %
II – Auditoria de Gestão	655	18,4 %
III – Revisões específicas	0	0,0 %
IV – Estrutura Interna e Capacitação	520	14,6 %
V – Atividades não planejadas	145	4,1 %
<b>TOTAL</b>	<b>3.557</b>	<b>100 %</b>

Na execução das ações foram seguidos os primeiros estudos sobre a elaboração de uma Matriz de Risco, cujos resultados preliminares indicaram quatro áreas de processos para início do mapeamento de riscos:

- A) Arrecadação e cobrança – que trata da entrada de recursos financeiros, indo desde o evento gerador de uma cobrança (p.ex. de taxa de fiscalização ou multa), o respectivo recebimento, até a inscrição na Dívida Ativa da União, se esta vier a ocorrer;
- B) Procedimentos licitatórios e pagamentos – que vai desde o início de um procedimento licitatório até o pagamento efetuado ao fornecedor e o respectivo controle orçamentário dos dispêndios;
- C) Trâmite de Processo Administrativo Sancionador – que consiste no trâmite de procedimentos internos (como inquéritos administrativos, termos de acusação, rito sumário) desde a sua inicialização em uma Superintendência, até a sua conclusão, passando pelo trâmite no âmbito do Colegiado da CVM;
- D) Segurança e confiabilidade da informação – que aborda a segurança e confiabilidade dos sistemas informatizados da CVM e procedimentos operacionais correlacionados.

### **3.5.2. METODOLOGIA DE TRABALHO**

A metodologia de trabalho de AUD/CVM tem como referencial técnico as Normas de Auditoria da Gestão Pública da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC. A metodologia básica dos procedimentos de auditoria é fundamentada nos Manuais e Procedimentos de Auditoria da SFC e, no caso de auditoria de sistemas, a metodologia utilizada tem como base o Manual e o Procedimento de Auditoria de Sistemas do Tribunal de Contas da União – TCU.

A partir desse referencial técnico básico, foram desenvolvidos, em 2002, os Procedimentos de Auditoria Interna da AUD/CVM, que abrangem as áreas de: Controles da Gestão, Gestão Orçamentária, Gestão Financeira, Gestão Patrimonial, Gestão de Pessoas, Gestão de Suprimento de Bens e Serviços, Gestão Operacional e Auditoria de Sistemas.

Na execução das atividades de auditoria procura-se atender aos seguintes requisitos de controle:

1 - Controle de meios: através de verificações como foco na legalidade e na eficiência dos atos praticados pela administração;

2 - Controle de resultados: através da verificação dos requisitos de eficácia e efetividade dos resultados;

3 - Controle prévio, visando a antecipação de possíveis situações que possam acarretar problemas;

4 - Controle concomitante, acompanhando a execução dos atos, procurando reduzir a defasagem de tempo entre a identificação de alguma situação não desejável e a recomendação de correção;

5 - Controle posterior, após a execução das ações.

Para execução das auditagens são utilizadas as seguintes linhas de metodologia:

- (i) Auditoria Contínua
- (ii) Processo de Auditoria
- (iii) Monitoramento

**AUDITORIA CONTÍNUA:** Consiste num processo de auditoria realizada de forma continuada, durante todo o ano, executando revisões de controles internos na medida em que as ações dos componentes organizacionais vão sendo executadas. Numa situação limite, seria uma auditoria em ‘tempo real’. É utilizada em atividades que ocorrem de forma continuadas ao longo do ano,

tais como, processos licitatórios, fiscalização de contratos, pagamentos. Essa metodologia procura atender ao requisito de controle concomitante, conforme citado.

**PROCESSOS DE AUDITORIA:** Metodologia aplicada em auditorias específicas. As linhas essenciais desses processos de auditoria têm as seguintes etapas:

1. Planejamento da auditoria;
2. Levantamento da área/processos a serem auditados e verificação dos relatórios das últimas auditorias realizadas pela AUD/CVM ou pela CGU/RJ;
3. Identificação dos Pontos de Controle;
4. Priorização e seleção dos Pontos de Controle para o processo de auditoria;
5. Execução dos testes de auditoria para avaliação dos Pontos de Controle;
6. Conclusão da Auditoria e registros para acompanhamento;
7. Elaboração de Relatório de Auditoria e Parecer.

Em certos processos de auditoria, onde é necessário um aprofundamento do conhecimento de determinada área e dos parâmetros de auditoria, é realizada uma Pré-Auditoria, que é um recurso básico para a definição dos parâmetros de planejamento das atividades de auditoria e, por extensão, das atividades típicas do Controle Interno.

**MONITORAMENTO:** É utilizado no acompanhamento de recomendações de auditoria, sejam estas recomendações feitas pela própria AUD/CVM ou pelos agentes do sistema de controle interno do Governo Federal: a Controladoria-Geral da União – CGU e o Tribunal de Contas da União – TCU. Essa metodologia consiste no acompanhamento das ações dos componentes organizacionais através dos sistemas informatizados, dos relatórios emitidos e, quando necessário, das informações solicitadas às áreas auditadas. Em casos específicos, são feitas verificações in loco.

### **3.5.3. CONTROLE PRÉVIO APLICADO**

A partir do mês de agosto de 2005, os processos licitatórios e de pagamentos a terceiros, atendidas determinadas condições, passaram a tramitar pela AUD de forma rotineira, para verificações de auditoria.

As condições para que tais processos sejam verificados atendem a uma análise das curvas ‘ABC’ dos Processos de Compra e dos pagamentos. Este procedimento visa atingir um índice de cobertura, em base anual, de 75% dos valores licitados e 75% dos valores pagos a terceiros.

As linhas do procedimento adotado são as seguintes:

**Trâmite de processos licitatórios para verificações de auditoria:** Todos os processos licitatórios cujo valor previsto de dispêndio seja igual ou superior a R\$ 45.000,00 são verificados previamente pela AUD, antes da publicação do edital. Outros processos licitatórios abaixo desse valor estabelecido podem ser encaminhados para verificação da AUD por solicitação da Superintendência Administrativo-Financeira, ou por solicitação da AUD.

**Trâmite dos processos de pagamentos para verificações de auditoria:** Os processos de pagamentos que passam por verificações da AUD estão divididos em dois grupos:

- Pagamentos contínuos: devem passar pela verificação de auditoria os pagamentos cujo montante do pagamento seja igual ou superior a R\$ 50.000,00;
- Pagamentos de contratos de modalidade ‘pronta entrega’ devem passar pela verificação de auditoria os pagamentos cujo montante seja igual ou superior a R\$ 20.000,00

#### **3.5.4. CONCLUSÃO DA AUDITORIA**

Nas verificações realizadas em 2005, não foram observados fatos ou indícios que pudessem comprometer a atuação dos componentes organizacionais da CVM. As recomendações feitas dizem respeito ao aperfeiçoamento de procedimentos administrativos e de controles internos. Os pontos de auditoria relativos às fragilidades apontadas estão sendo objeto de correções pelas áreas auditadas, e o atendimento às recomendações serão objeto de novas verificações de auditoria.

---

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO 2005**

---